

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ENTRE NORMAS E FACTOS:
UMA ANÁLISE PSICO-SOCIAL**

Susana Alexandra Alfama Blanda Batel

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Psicologia Social e Organizacional
Especialidade em Psicologia Social

Orientadora:
Prof^ª. Dr^ª. Paula Castro, Professora Associada
Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2010

O presente trabalho foi financiado pelo Programa Operacional Ciência e Inovação (POCI 2010) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (processo SFRH/BD/20120/2004).



Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

O percurso que me trouxe até estas páginas exige que o agradecimento primeiro seja esse. A estes anos, a este percurso, que me ensinou muitas coisas, em vários domínios. Que por entre caminhos mais ou menos directos e difíceis fez com que para mim estes anos fossem, desde o início e até agora, uma boa decisão. Este primeiro agradecimento exige necessariamente um outro, vários. Às pessoas que tornaram este percurso não só possível, mas também melhor.

Começo por agradecer à minha orientadora. Pela aposta, pela perseverança, por tudo o que me permitiu aprender, pela estimulação intelectual dentro e fora deste trabalho, por ver a vida e a ciência a cores, pela amizade.

Depois, aos professor@s e colegas que me acompanharam tanto na licenciatura em Psicologia Social e das Organizações como no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL. Agradeço assim também a este Programa – o que é dizer, às pessoas que o tornaram possível - pelas condições oferecidas para que pudesse concluir este trabalho e de uma forma intelectual e socialmente estimulantes. Ao Centro de Investigação e Intervenção Social e ao Grupo de Investigação em Saúde, Ambiente e Comunidade pelas mesmas razões. À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento atribuída e que me proporcionou esta experiência.

Agradeço ainda a quem foi acompanhando e contribuindo mais de perto para o desenvolvimento científico deste trabalho, de modo formal e informal. À Professora Luísa Lima, à Professora Sandra Jovchelovitch, aos colegas do Grupo Comunicação, Linguagem e Discurso, à Carla, ao João e à Rita. Aos participantes dos estudos realizados e a quem me ajudou a conduzi-los.

À minha mãe e ao meu pai, à minha família. A tod@s de quem gosto e que me ofereceram o amor, a amizade, o carinho e o apoio que precisei para chegar aqui, que me ajudaram a continuar a saber que a vida é um caleidoscópio.

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão da discrepância diagnosticada entre as ideias e as práticas em relação à participação pública, tanto pelos sistemas técnico-políticos como pelo público, em Portugal. Propomos que para isso é necessário considerar que a participação pública é actualmente um objecto de mudança normativa, em que legislação pretende alterar as ideias e práticas dos sistemas técnico-políticos e leigos, e as relações entre eles, em relação à participação. Contudo, as leis da participação não têm um carácter de controlo directo das práticas dos indivíduos, constituindo-se antes como ideias com desejabilidade social. Assim, abrem espaço a processos de resistência à mudança nos subsistemas sociais afectados. Analisamos como as leis da participação na sua relação com a preservação do ambiente construído estão a ser apropriadas pelos sistemas técnico e leigo num contexto específico – o Bairro Alto. Através de estudos realizados com profissionais de reabilitação urbana (Estudo1) e moradores deste bairro, (Estudos2-5) e outros cidadãos (Estudo3), mostramos como apesar da sua concordância com a importância da participação, surgem processos de resistência associados a identidades e representações cultural e contextualmente relevantes, que permitem justificar a descoordenação entre as ideias e as práticas em relação à participação. No entanto, representações e identidades contextualmente relevantes poderão também promover atitudes e comportamentos de participação dos moradores do Bairro Alto em relação à preservação do ambiente construído desta comunidade, desde que se tenha em conta a heterogeneidade da comunidade, isto é, dos grupos que a compõem e das relações que estabelecem com essa.

PALAVRAS-CHAVE: participação pública, mudança social e resistência, representação social, identidades, preservação do ambiente construído

CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO (*American Psychological Association*):

3000 Psicologia Social

3020 Processos grupais e interpessoais

4000 Engenharia e Psicologia Ambiental

4070 Questões ambientais e atitudes

ABSTRACT

This work intends to contribute for better understanding the dichotomy between the ideas and the practices about public participation, by the techno-political systems and the public in Portugal. For that, we propose that we need to consider that public participation is nowadays an object of a normative change process. That is, legislation and public policies have been developed to change the ideas and the practices of the techno-political and lay systems, as well as the relations between them, regarding participation. However, the laws regulating participation do not sanction the practices of individuals, but include instead socially desirable ideas. Thus, they open space for the affected social sub-systems to resist change. We analyse how the laws of participation in their relation with the preservation of the built environment are being appropriated by the expert and lay systems in a specific context – Bairro Alto. Through empirical studies conducted with professionals of urban rehabilitation (Study1) and inhabitants of this community (Studies2-5) and other citizens (Study3) we show how despite their agreement with the importance of participation, resistance processes emerge associated with cultural and contextual relevant identities and representations, which allow justifying the uncoordination between ideas and practices regarding participation. Nevertheless, contextually relevant identities and representations can also contribute for promoting attitudes and participation behaviors of the Bairro Alto inhabitants' regarding the preservation of the built environment of this community, if we consider the community's heterogeneity, namely, the diverse groups that constitute it and the different relations they establish with it.

KEYWORDS: public participation, social change and resistance, social representation, identities, built environment preservation

CLASSIFICATION CODES (*American Psychological Association*):

3000 Social Psychology

3020 Group & Interpersonal Processes

4000 Engineering & Environmental Psychology

4070 Environmental Issues & Attitudes

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO GERAL	1
SECÇÃO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
Capítulo I - O contexto da mudança social sobre sustentabilidade ambiental e participação pública	13
1. Introdução.....	16
2. Relação entre a ciência e o público	16
3. A sustentabilidade e a participação pública: A participação pública como um objecto de mudança normativa	18
3.1. Fase de emergência da participação pública: Participação pública e sustentabilidade ambiental	18
3.2. Fase de institucionalização da participação pública: Os tratados ambientais	19
3.3. Fase de generalização da participação pública: O fosso entre as normas e os factos da participação.....	22
4. O caso português	23
5. Considerações finais.....	24
Capítulo II - Psicologia Social do Ambiente: A participação como comportamento ambiental	27
1. Evolução da Psicologia Ambiental: Orientações aplicadas e teóricas	30
2. Ideias relativas à natureza	31
3. Novas abordagens à relação entre ideias e comportamentos ambientais	32
3.1. Clarificação da relação entre diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais e distintos processos psico-sociais	32
3.2. Heterogeneidade e contradição nas ideias ambientais	33
3.3. A importância do contexto	34
4. Síntese: Ideias e comportamentos ambientais.....	35
5. O estudo da relação com o lugar	36
5.1. Apoio e resistência à mudança nas comunidades.....	37
5.2. O impacto da relação entre os sistemas técnico e leigo para o apoio ou resistência à mudança nas comunidades	38
5.3. A ligação ao lugar	39
6. Considerações finais.....	46

Capítulo III - A participação na Psicologia Social: Relações inter-grupais, identidade social e acção colectiva	49
1. O percurso do estudo da acção colectiva	51
2. Abordagens à acção colectiva na Psicologia Social.....	52
2.1. Tipologias da acção colectiva	52
2.2. Acção colectiva: Abordagem sócio-cognitiva.....	54
2.3. Acção colectiva: Abordagem sócio-construcionista	59
2.4. Implicações para o estudo da participação das abordagens da Psicologia Social sobre acção colectiva.....	61
3. Considerações finais.....	62
Capítulo IV - Teoria das Representações Sociais: Mudança social, representações e práticas	65
1. A origem de uma nova abordagem à Psicologia Social	67
2. As origens de um conceito e de uma Teoria	68
2.1. Origem e definição do conceito de representação social e da Teoria das Representações Sociais	69
3. O desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais.....	74
3.1. Debates em torno da Teoria das Representações Sociais.....	74
3.2. Mudança e representação social: Invenção e reiteração.....	76
3.3. Comunicação e a Interdependência entre o Social e o Individual.....	78
3.4. Mudança social: Impactos para a relação entre representações e práticas	84
4. Considerações finais.....	89
Capítulo V - Sistematização da proposta de trabalho: A participação pública enquanto objecto de mudança normativa.....	91
SECÇÃO II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	97
Capítulo VI - Apresentação do contexto: O Bairro Alto e a transformação do Convento dos Inglesinhos	99
Introdução.....	101
1. Caracterização sócio-histórica do Bairro Alto	102
1.1. O Bairro Alto desde o seu nascimento até ao século XIX	102
1.2. O Bairro Alto do século XX até à actualidade	104
2. Bairro Alto, paradigma da reabilitação urbana	106
2.1. Novos movimentos, novo(s) bairro(s).....	106

3. Bairro Alto como unidade de análise	110
3.1. O nosso Bairro Alto.....	111
4. Um estudo de caso dentro do Bairro Alto: A transformação do Convento dos Inglesinhos	113
4.1. Caracterização histórica do Convento dos Inglesinhos.....	113
4.2. A origem do processo de transformação do Convento dos Inglesinhos	115
5. Contexto da controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos	116
5.1. O início da controvérsia: Protestos de moradores contra a transformação	116
5.2. A controvérsia na imprensa.....	118
6. Considerações finais.....	122
Capítulo VII - Estudos 1 e 2	123
Introdução.....	125
1. Objectivos.....	126
2. Método	126
3. Organização da análise dos dados	129
4. Análise.....	130
5. Discussão.....	155
6. Considerações finais.....	159
Capítulo VIII - Estudos 3 a 5.....	161
Introdução.....	163
Estudo 3 - Participação: Representações, identidades e mudança social.....	165
1. Objectivos.....	165
2. Método	166
3. Organização da análise dos dados	168
4. Análise.....	169
5. Discussão.....	186
Estudo 4 - Preditores das atitudes em relação à preservação do ambiente construído do Bairro Alto	191
1. Objectivos.....	191
2. Método	194
3. Resultados	197
4. Discussão.....	211
5. Considerações Finais.....	214

Estudo 5 – Determinantes da intenção de participar em relação à preservação do ambiente construído do Bairro Alto	217
1. Objectivos.....	217
2. Método	222
3. Resultados	226
4. Discussão.....	248
SECÇÃO III - DISCUSSÃO GERAL	255
REFERÊNCIAS	277
ANEXOS	301
Anexo I - Guião das entrevistas com os profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica.....	303
Anexo II - Guião das entrevistas com os participantes do movimento de moradores do Bairro Alto.....	307
Anexo III - Guião das entrevistas com moradores do Bairro Alto.....	311
Anexo IV - Extractos das entrevistas com moradores do Bairro Alto: Exemplos das conseqüências percebidas da transformação do Convento dos Inglesinhos para o Bairro Alto.....	315
Anexo V - Questionário aplicado a moradores do Bairro Alto (Estudo 4).....	319
Anexo VI - Questionário aplicado a moradores e trabalhadores do Bairro Alto (Estudo 5).....	325

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo VI

Tabela 1 – Notícias recolhidas nos jornais acerca da controvérsia relativa à transformação do Convento dos Inglesinhos	119
---	-----

Capítulo VII - Estudos 1 e 2

Tabela 2 – Entrevistas realizadas com profissionais do Bairro Alto, o porta-voz do movimento e moradores do Bairro Alto: Número e duração, por grupo de entrevistados	127
Tabela 3 – Distinções utilizadas pelos profissionais do Bairro Alto: Estratégias discursivas por entrevista.....	145
Tabela 4 – Sumário da análise das estratégias discursivas de reificação e consensualização utilizadas pelos profissionais do Bairro Alto	146
Tabela 5 – Sumário da análise das estratégias discursivas de consensualização e reificação utilizadas pelos moradores do Bairro Alto.....	154

Capítulo VIII - Estudo 3

Tabela 6 – Temas centrais e argumentos utilizados pelo movimento nos Períodos Inicial, Intermédio e Final da contestação à transformação do Convento..... 170

Tabela 7 – Temas centrais e argumentos utilizados pelos intervenientes do Fórum contra e a favor da transformação do Convento em condomínio fechado: Período Intermédio (Outubro-Dezembro de 2004) 172

Capítulo VIII - Estudo 4

Tabela 8 – Composição das escalas replicadas para aceder à ligação ao lugar..... 196

Tabela 9 – Correlações entre os itens da Teoria Cultural sobre a participação pública..... 199

Tabela 10 – Médias e desvios-padrão das medidas a integrar nas regressões para a atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos 201

Tabela 11 – Resultados da regressão para a atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos: Crenças globais e locais 202

Tabela 12 – Resultados da Análise de Componentes Principais Final: Dimensões da ligação ao lugar 207

Capítulo VIII - Estudo 5

Tabela 13 – Estatísticas descritivas das variáveis sócio-demográficas: moradores e trabalhadores do Bairro Alto 223

Tabela 14 – Itens das escalas de ligação ao lugar utilizadas no questionário 225

Tabela 15 – Médias, desvios-padrão e diferenças entre os grupos Unívocos e Não Unívocos para a intenção de participar em relação à transformação do ambiente construído do Bairro Alto..... 229

Tabela 16 – Resultados da Análise de Componentes Principais aos itens da ligação ao lugar..... 231

Tabela 17 – Médias e desviões-padrão das medidas a integrar nas regressões para a intenção de participar (moradores do Bairro Alto)..... 233

Tabela 18 – Resultados das regressões para a intenção de participar num protesto e para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem 234

Tabela 19 – Resultados das regressões para a intenção de apresentar queixa e para a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem 235

Tabela 20 – Médias, desvios-padrão e diferenças entre os moradores do bairro que já e nunca participaram num protesto, e entre os moradores que já e nunca apresentaram uma queixa às autoridades 241

Tabela 21 – Resultados da regressão para a intenção de participar num protesto de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro	244
Tabela 22 – Resultados da regressão para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem, de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro	246
Tabela 23 – Resultados da regressão para a intenção de apresentar queixa de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro	247
Tabela 24 – Resultados da regressão para a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro	248

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo VI

Figura 1 – Mapa de localização e delimitação do conjunto urbano protegido e respectiva zona de protecção: Bairro Alto. Fonte: DRL/IPPAR.	105
Figura 2 – Fachada do Convento dos Inglesinhos (Maio de 2006): Vista do acesso principal ao convento, torre sineira e zona de balaustrada e arcos.....	114
Figura 3 – Planta do rés-do-chão do Convento dos Inglesinhos (Franco, 1992)	114
Figura 4 – Jardim do Convento dos Inglesinhos: Vista da parte lateral Oeste do Convento, Rua Nova do Loureiro (Maio de 2006).....	116
Figura 5 – Exemplo do material de contestação utilizado pelo movimento de moradores contra a transformação do Convento dos Inglesinhos (Maio de 2006).....	117

Capítulo VIII - Estudo 3

Figura 6 – Frequência dos argumentos locais e globais referentes à transformação do Convento utilizados pelo movimento de moradores ao longo do tempo	171
Figura 7 – Frequência dos argumentos locais e globais referentes à participação pública utilizados pelo movimento de moradores ao longo do tempo.....	171

Capítulo VIII - Estudo 4

Figura 8 – Moderação do grau de apoio à modernização arquitectónica do Bairro Alto na relação entre o apoio à importância da defesa do património em geral e a atitude em relação à transformação do Convento	203
Figura 9 – Moderação do grau de apoio à heterogeneidade física/arquitectónica do Bairro Alto na relação entre o apoio à importância da defesa do património em geral e a atitude em relação à transformação do Convento	204

Figura 10 – Moderação do grau de apoio à construção de condomínios fechados no Bairro Alto na relação entre o apoio à importância da defesa do património em geral e a atitude em relação à transformação do Convento	204
Figura 11 – Moderação das habilitações literárias na relação entre a Pertença e a atitude em relação à transformação do Convento	209
Figura 12 – Moderação das habilitações literárias na relação entre a Integração Social e a atitude em relação à transformação do Convento	209
Figura 13 – Preditores da atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos: Modelo Final	210
Capítulo VIII - Estudo 5	
Figura 14 – Efeitos de mediação da percepção de eficácia do protesto para a intenção de participar num protesto.....	238
Figura 15 – Efeitos de mediação da percepção de eficácia do protesto para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem	238
Figura 16 – Efeitos de mediação da percepção de eficácia da queixa para a intenção de apresentar queixa.....	239
Figura 17 – Efeitos de mediação da percepção de eficácia da queixa para a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem.....	239

INTRODUÇÃO GERAL

Tinha muitas causas a inquietação daquela noite

In *Reflexos nuns Olhos de Oiro*, Carson McCullers, 1989/41, p. 23

Participação Pública¹: Uma análise psico-social

A sociedade portuguesa tem sido caracterizada como pouco pública e politicamente activa e interessada (Lima, 2009; Nunes & Serra, 2002). Apesar disso, nos últimos anos têm ocorrido alguns episódios de participação dos cidadãos na esfera pública, nomeadamente, dirigidos ao ambiente (Gonçalves, 2002). Exemplo disso são as contestações em relação a Foz-Côa (Gonçalves, 2002), os protestos contra a transformação do Convento dos Inglesinhos iniciados por alguns moradores do Bairro Alto (*Diário de Notícias*, 08.10.2004) ou ainda a contestação da demolição da casa de Almeida Garrett em Campo de Ourique (*Público*, 05.01.2006). Por seu turno, o apoio à concretização de processos de consulta pública tem também vindo a estar mais presente nas agendas de vários partidos políticos (Câmara Municipal de Lisboa, 2009; Cidadãos por Lisboa, 2009), especificamente tendo em conta a sua relevância para a sustentabilidade das comunidades em vários domínios (Pol, 2002a).

Estes exemplos chamam-nos a atenção para três aspectos. Primeiro, revelam que a participação pública é, pelo menos em alguns casos, reconhecida como importante, tanto por parte dos cidadãos, como dos sistemas técnico-políticos (Barnes, Newman, & Sullivan, 2007; Manzo & Perkins, 2006; Santos, 2003). Segundo, mostram que a participação dos cidadãos se direcciona já a temas como a preservação do ambiente e, especificamente, do património construído e cultural. Terceiro, sugerem ainda que os sistemas técnico-políticos e o público podem ter distintas posições não só em relação ao património construído e cultural que consideram importante de preservar, mas também face à necessidade de envolvimento dos cidadãos nessa decisão. O principal foco do presente trabalho será precisamente a reflexão acerca das ideias e das práticas relativas à participação pública na sociedade portuguesa, na sua relação com a preservação do património construído e cultural.

Também a literatura das ciências sociais tem salientado a importância da implementação de processos de participação pública para garantir maior transparência nas relações entre as esferas técnico-científicas, o Estado e a sociedade civil (Habermas, 1998;

¹ Neste trabalho utilizaremos o conceito de 'participação pública' tal como presente nos tratados e leis a esse respeito, para nos referirmos à participação local ou comunitária, isto é, à participação dos membros das comunidades nos processos de tomada de decisão relativos às mesmas, tal como pretendido por essas leis e tratados.

Irwin & Wynne, 1996; Viswanath, Kosicki, Fredin, & Park, 2000; Carreira da Silva, 2002; Gonçalves & Castro, 2009). Para isso contribuíram largamente as questões ambientais, uma vez que a participação dos membros das comunidades nos processos de tomada de decisão permitirá ajudar a resolver problemas ambientais e de sustentabilidade à escala local, com impacto global (Giddens, 1995; Pol, 2002a; Beck, 1986).

As ciências sociais têm-se preocupado assim cada vez mais em compreender os determinantes da participação dos cidadãos em vários domínios e, especificamente, em relação à preservação do ambiente (Stern, 2000). A Psicologia Social do Ambiente (Lima & Sautkina, 2007; Bechtel & Churchman, 2002) é uma das disciplinas que tem protagonizado essa reflexão. Contudo, a pesquisa nesta área tem demonstrado que apesar de as pessoas revelarem uma preocupação elevada pela preservação do ambiente (Castro, 2006) e mesmo de apoiarem comportamentos pró-ambientais específicos, entre quais a participação, as práticas não se desenvolvem de forma concordante (Fielding, McDonald, & Louis, 2008; Snyder & Omoto, 2007; Stern, 2000). Esta tem sido uma preocupação central da pesquisa nesta área.

Igual preocupação tem estado presente numa outra área da Psicologia Social, que se tem focalizado na análise dos preditores de vários comportamentos de cidadania (Klandermans, 1997; Simon, 2004; Snyder & Omoto, 2007). Dentro desta linha de pesquisa, a participação como forma de acção colectiva tem sido apontada como a principal via para influenciar as decisões políticas nas democracias ocidentais (Habermas, 1998; Simon & Klandermans, 2001; Klandermans, 2002a). Contudo, também nesta área, os estudos realizados constataam que apesar de o público reconhecer a importância desses comportamentos, frequentemente não os concretizam (Fielding et al., 2008; Klandermans, 2002b).

Mas nem só as ciências sociais têm salientado a importância da participação para o desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis, em todos os domínios. A importância da participação pública tem também vindo a ser reconhecida em legislação que, almejando o desenvolvimento sustentável das sociedades, pretende garantir que os sistemas técnico-políticos implementem processos de participação pública a nível local (e.g., Tratado de Aalborg, 1994; Convenção de Aarhus, 2001). No entanto, os sistemas técnico-políticos ainda raramente envolvem os cidadãos nos processos de tomada de decisão relativos às comunidades onde vivem (Manzo & Perkins, 2006). A pesquisa tem também demonstrado uma discrepância entre o que deveria acontecer em relação a processos de participação tendo em conta as leis que a regulamentam, e o que de facto acontece em relação à implementação

desses processos pelos sistemas técnico-políticos (Santos, 2003; Johnson & Dagg, 2003; Lima, 2004a; Garcia-Mira, Stea, & Elguea, 2005; Mitchell, 2006).

Em suma, a participação enquanto prática de cidadania e processo psico-social tem-se mostrado um processo complexo (Dalton, 2008; Rose, 1996). Neste trabalho, propomos que para melhorar a compreensão dos determinantes da participação, especificamente enquanto prática pró-ambiental, é importante examinar algumas das suas dimensões que têm sido negligenciadas. Assim, uma primeira proposta do presente trabalho é a de que para compreendermos a discrepância entre as ideias e as práticas da participação, tanto nos sistemas técnico-políticos como no sistema leigo, é relevante considerar a sua faceta institucional, isto é, que se constitui nos dias de hoje como uma proposta de mudança social e, especificamente, de mudança normativa (Castro & Batel, 2008; Batel & Castro, 2009). Ou seja, existem leis e tratados em relação à participação pública que pretendem que esta venha a ser implementada pelos sistemas técnico-políticos e leigos, mas que não têm um carácter de controlo ou de sanção directa sobre as práticas dos indivíduos (Cialdini & Goldstein, 1993). Este enquadramento permite-nos assim compreender que mesmo quando objectos sociais estão institucionalizados através de leis e tratados isso não significa que todos os sub-sistemas sociais afectados irão imediatamente começar a pensar e a agir em concordância com essas leis e tratados (Castro, Garrido, Reis & Meneses, 2009).

De facto, o que a pesquisa em várias áreas da Psicologia Social examinando, por exemplo, as desigualdades de género (Glick & Fiske, 2001; Amâncio & Oliveira, 2006), o racismo (Pettigrew & Meertens, 1995), ou a reciclagem (Castro, Garrido et al., 2009) nos tem mostrado é que os processos de mudança normativa demoram geralmente muito tempo a atingir os seus objectivos. E que isto se deve ao facto de novas ideias, ao serem generalizadas na sociedade, criarem muitas vezes ambivalência e até resistência nos vários sub-sistemas sociais que afectam (Castro & Batel, 2008; Castro, Garrido et al., 2009). É então importante compreender de que forma a mudança normativa relativa à participação pública se está a generalizar na sociedade, isto é, de que modo está a ser apropriada ao nível das ideias e das práticas pelos grupos e indivíduos.

Para desenvolver esta proposta iremos recorrer à Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961/76) como enquadramento epistemológico (Marková, 2003). Defendemos que para examinar a discrepância que tem sido diagnosticada entre as ideias e as práticas em relação à participação necessitamos de uma abordagem que nos permita perceber que a mudança social não implica a simples substituição de ideias velhas por ideias novas (Moscovici, 1961/76; Castro & Lima, 2001; Castro, 2006). Uma das principais propostas da

Teoria é a acentuação da natureza dialógica da construção do conhecimento social (Jovchelovitch, 2007; Marková, 2003; Castro, 2002a) e como as representações sociais, sendo constituídas por atitudes, crenças e práticas (Moscovici, 1961/76; Castro, 2006), podem englobar ideias e práticas distintas ou até contraditórias sobre o mesmo objecto social (Wagner, Duveen, Verma, & Themel, 1999; Castro, 2006; Castro & Batel, 2007).

Esta abordagem salienta então como na dinâmica do conhecimento social a mudança e a estabilidade podem co-existir (Moscovici, 1961/76; Castro, 2002a) e, conseqüentemente, como o fosso entre atitudes e comportamentos ou entre normas prescritivas e descritivas (Cialdini, Kallgren & Reno, 1991) podem ser mais a regra do que a excepção no que diz respeito à fase de generalização da mudança normativa. Por seu turno, isto enfatiza como as representações híbridas e contraditórias que lhe estão associadas podem ser não só adaptativas face à mudança (Wagner, Duveen, Verma et al., 1999; Jovchelovitch & Gervais, 1999) mas também permitir resistir-lhe (Castro & Batel, 2008).

Ter em conta esta dimensão institucional da participação pública (Castro & Batel, 2008) alerta-nos ainda para a relevância de considerarmos os conteúdos das leis e a forma como esses pretendem alterar as ideias e as práticas dos grupos e indivíduos. As leis da participação pública implicam que esta se constitua simultaneamente como um direito e um dever dos cidadãos (Condor & Gibson, 2007; Barnes, Auburn, & Lea, 2004). Ao mesmo tempo deverá ser um dever dos sistemas técnico-políticos, garantindo aos cidadãos o direito a participarem nos processos de tomada de decisão (Lima, 2004a). No entanto, e como sugerimos, as análises acerca da participação pública têm sobretudo estudado este processo ora enquanto processo formal a ser implementado pelos sistemas técnico-políticos (Lima, 2004a; Johnson & Dagg, 2003; Bonaiuto, Carrus, Martorella & Bonnes, 2002), ora enquanto prática de cidadania, isto é, acções desenvolvidas pelos cidadãos (Snyder & Omoto, 2007; Stern, 2000).

Com este trabalho partimos assim da ideia de que para compreendermos os determinantes da participação e contribuirmos para a compreensão da discrepância entre as ideias e as práticas em relação a essa é necessário analisarmos de forma articulada estas duas acepções da participação – como direito e como dever. Por outras palavras, propomos que é necessário não só analisar as ideias e as práticas tanto dos sistemas técnico-políticos como do público em relação à participação, mas também as suas inter-relações. Para isso, importa ter em conta que as leis da participação pública:

(1) são prescritivas para os indivíduos (Castro, 2009), tanto para os sistemas técnico-políticos como para o público;

(2) concretizam-se na complementaridade entre o direito e o dever de cidadania (Condor & Gibson, 2007);

(3) pretendem regulamentar comportamentos da esfera pública (Stern, 2000);

(4) alterando as relações inter-grupais entre as esferas técnico-científicas e leigas (Batel & Castro, 2009; Castro & Batel, 2008).

Estas características têm várias implicações para o estudo da participação pública. Implicam que para compreendermos a participação como direito e como dever de cidadania é relevante examinarmos o papel de processos individuais e contextuais para a participação (Corraliza & Berenguer, 2000; Stern, 2000). Implicam ainda que para essa mesma tarefa é relevante termos em conta a relação inter-grupal específica que as leis da participação pública pretendem regular: as relações entre as esferas técnico-política e leiga. Isto sugere a importância de analisarmos quer de que modo essa relação, caracterizada por aspectos específicos (Moscovici, 1984; Foster, 2003; Jovchelovitch, 2008; Bauer & Gaskell, 2008), pode explicar a ausência da implementação de processos de participação pública por parte dos sistemas técnico-políticos, quer de que forma isso pode influenciar a participação enquanto uma prática de cidadania iniciada pelos membros das comunidades.

Conceptualizar a participação pública desta forma implica então que é necessário analisar de que modo as dimensões institucional/cultural, contextual e individual da participação pública (Castro & Batel, 2008) se entrecruzam e se concretizam nos vários subsistemas sociais afectados para promover ou abrandar a mudança referente à participação.

O contexto empírico

As leis que têm regulamentado a participação pública e a pesquisa das ciências sociais que a tem estudado têm dirigido a sua atenção para várias áreas, incluindo a da sustentabilidade ambiental. Dentro desta, têm sido focalizadas áreas mais específicas distintas. Por exemplo, a biodiversidade (Carrus, Bonaiuto & Bonnes, 2005; Mouro & Castro, 2009) ou a conservação da água (van Vugt, 2002; Corral-Verdugo, Bechtel & Fraijo-Sing, 2003). Neste trabalho reflectiremos acerca da preservação do património cultural. Esta área, ainda que tendo sido desde cedo abrangida pelos tratados e acordos para a sustentabilidade ambiental (e.g., *Green Paper on the Urban Environment*, 1990) tem recebido pouca atenção (Pol, 2007). Os tratados têm sublinhado como grande parte do património cultural e histórico se concentra nas zonas urbanas e como o desenvolvimento destas tem despoletado graves problemas ambientais (Hunter, 1979), entre quais o desaparecimento do património cultural,

histórico e arquitectónico (*Green Paper on the Urban Environment*, 1990). De outro modo, e apesar de a legislação acerca da sustentabilidade ambiental pretender que zonas e imóveis de interesse histórico, arquitectónico e cultural sejam preservados, as pressões para o desenvolvimento económico das cidades implicam muitas vezes que isso não seja concretizado (Ferreira, 1990; Menezes, 1994; Mendes, 2006).

Adoptaremos assim como objecto de estudo um bairro específico no centro da cidade de Lisboa – o Bairro Alto. Este é um bairro composto por património histórico e arquitectónico relevante (Carita, 1990; 1999), o que nos permite olhar para esta dimensão mais negligenciada das ideias e comportamentos ambientais que é a preservação do ambiente construído e cultural. Mais ainda, o Bairro Alto, enquanto parte do centro histórico da cidade de Lisboa, tem estado também no foco das agendas da reabilitação urbana e da sustentabilidade ambiental que pretendem que os sistemas técnico-políticos locais envolvam os membros das comunidades nos processos de tomada de decisão, por forma a garantir o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis (Menezes, 1994; Mendes, 2006).

No entanto, episódios recentes na história desta comunidade sugerem a discrepância entre esses objectivos e as práticas das autoridades locais. A controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos, conjunto patrimonial do século XVII localizado no centro do Bairro Alto, foi despoletada quando os moradores do bairro souberam, através do anúncio da obra, que o Convento iria ser transformado num condomínio habitacional de luxo. Alguns moradores organizaram-se para contestar esta transformação. Para além de contestarem as transformações previstas para o Convento, através de várias acções, estes manifestantes pretenderam também exigir o seu direito à participação nos processos de tomada de decisão relativos à comunidade onde vivem. Esta transformação foi aceite pelos técnicos responsáveis pela reabilitação urbana do Bairro Alto, afectos ao gabinete camarário local Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, num processo que não envolveu os moradores do bairro (Castro & Batel, 2007).

Tomar esta comunidade como o foco empírico deste trabalho permitirá tentar compreender alguns dos processos psico-sociais que justificam a diagnosticada discrepância entre as leis e as práticas da participação pública nos sistemas técnico-políticos no nosso país, bem como aqueles que poderão constranger ou promover a participação dos cidadãos em prol da preservação do património construído.

Assim, passamos a apresentar a estrutura deste trabalho. Na *Secção I* iremos enquadrar teoricamente o trabalho empírico realizado. No *Capítulo I* mostraremos a importância que a participação pública foi adquirindo nas últimas décadas, nos debates que

foram acontecendo sobretudo nas sociedades democráticas ocidentais acerca das relações entre as esferas técnico-científicas, o Estado e a sociedade civil. Incidiremos depois no debate específico sobre sustentabilidade ambiental, que deu lugar a grande parte da legislação relativa à participação pública. Isto permitirá enquadrar a participação pública como um processo de mudança normativa. Uma parte final deste capítulo será dirigida à descrição dessa mudança na sociedade portuguesa.

No *Capítulo II* começaremos a enunciar as perspectivas teóricas da Psicologia Social que têm estudado os aspectos psico-sociais da participação. Discutiremos as principais propostas que foram desenvolvidas na Psicologia Social do Ambiente, nomeadamente, sobre os processos psico-sociais envolvidos nas ideias ambientais e na relação pessoa-lugar, como podendo influenciar a participação. De seguida, e já no *Capítulo III*, serão revistos os modelos de acção colectiva da Psicologia Social e os principais processos psico-sociais que têm vindo a ser apontados como relacionados com essa.

No *Capítulo IV* apresentaremos a Teoria das Representações Sociais como a base epistemológica do presente trabalho. Proporemos e discutiremos a importância desta Teoria para a análise da participação como um processo de mudança social que, enquanto tal, deverá ser analisado nos seus níveis cultural, contextual e individual. Desenvolveremos também desse modo algumas propostas da Teoria de modo a poderem analisar mais abrangentemente os processos de mudança social nas nossas sociedades e o impacto das relações entre os sistemas técnico-científico e leigo para esses.

O *Capítulo V* será composto por uma sistematização da nossa proposta de trabalho. Identificaremos os objectivos do trabalho, articulando-os com a revisão de literatura que percorremos na Secção I.

A *Secção II* será constituída pela apresentação do contexto sobre qual incidirá a parte empírica deste trabalho, bem como pela apresentação dos estudos empíricos realizados. Assim, no *Capítulo VI* começaremos por tecer uma breve caracterização sócio-histórica do Bairro Alto. Discutiremos ainda como a reabilitação urbana e a nobilitação neste bairro têm sido debatidas nos últimos anos tendo em conta as suas consequências para a preservação do património histórico e cultural desta comunidade. Por último, será efectuada a descrição do contexto da controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos. Para isso, começaremos por proceder à caracterização sócio-histórica do Convento, para de seguida, e recorrendo à análise da imprensa escrita e das sessões públicas de debate acerca da controvérsia, darmos conta dos principais actores e posições envolvidas.

O *Capítulo VII* será constituído pela apresentação dos primeiros estudos empíricos. Estes focalizam-se na compreensão dos processos psico-sociais que poderão estar envolvidos na discrepância entre as ideias e as práticas dos sistemas técnicos em relação à participação, bem como na análise do possível impacto dessa discrepância no exercício da participação enquanto prática de cidadania pelos membros das comunidades. Estes estudos foram baseados na condução de entrevistas com profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, com o porta-voz do movimento de moradores contra a transformação do Convento e com moradores do Bairro Alto.

O *Capítulo VIII* apresentará o segundo conjunto de estudos empíricos. Estes pretendem compreender de que forma a esfera leiga se está a apropriar das mudanças propostas nas novas leis da participação pública e se está a contribuir para acelerar ou abrandar a mudança incluída nessas leis. Para cumprirmos este objectivo, um primeiro estudo adoptará uma perspectiva mais abrangente analisando como o caso da transformação do Convento dos Inglesinhos e o movimento de moradores contra essa transformação foram debatidos na esfera pública. Para isso, recorreremos à análise de um fórum de *Internet* onde a controvérsia em torno dos Inglesinhos foi debatida por vários cidadãos.

Os dois últimos estudos adoptarão uma perspectiva mais focalizada, analisando os factores psico-sociais que poderão determinar as atitudes dos moradores do Bairro Alto em relação à preservação do património construído da comunidade e os seus comportamentos de participação em relação ao mesmo. Estes dois estudos foram realizados com base em dados recolhidos por questionário. Finalmente, a *Secção III* e última deste trabalho, apresentará as principais conclusões, limitações e perspectivas de pesquisa futura que resultaram das presentes análises.

SECÇÃO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I

O contexto da mudança social sobre sustentabilidade ambiental e participação pública

*O leitor já deve ter experimentado em si próprio que a essência das questões se alterou.
Vivemos em tempos em que se dirigem a nós potências que ininterruptamente colocam
questões.*

In *O passo da floresta*, Ernst Jünger, 1995/80, p.10

A importância que tem vindo a ser atribuída à participação pública (Jupp, 2008; Barnes et al., 2007; Lima, 2004a; Ferreira, 1990) baseia-se em dois grandes pressupostos. O primeiro é que (1) “aqueles/as que são afectados/as por uma decisão, têm o direito a serem envolvidos/as no processo de tomada de decisão” (*International Association for Public Participation 2*, 2007). Ou seja, o primeiro pressuposto é que a participação é um *direito* inerente ao ‘ser cidadã/o’ (Barnes et al., 2007; Condor & Gibson, 2007). O segundo é que ela promove (2) “decisões sustentáveis ao reconhecer e comunicar as necessidades e interesses de todos os participantes” (*IAP2*, 2007). Desta perspectiva, ela é concebida também como um *dever*, ao ser vista como uma prática que promove decisões mais democráticas e, assim, sustentáveis (Barnes et al., 2007; Condor & Gibson, 2007).

Nesse sentido, a participação pública tem vindo a ser incorporada em legislação que pretende garantir que os sistemas técnico-políticos cumprem o dever de envolver os públicos nos processos de tomada de decisão que os afectam, conferindo-lhes o direito à participação (Convenção de Aarhus, 2001; Darier et al., 1999; Mitchell, 2006). No entanto, são frequentes as análises que reconhecem em vários países – incluindo Portugal - um fosso acentuado entre as leis e os factos da participação pública. Por outras palavras, entre o que está legislado para ser implementado pelos sistemas técnico-políticos em relação à participação e o que é de facto implementado por esses sistemas (Castro & Batel, 2008; Garcia-Mira et al., 2005; Lima, 2004a; Johnson & Dagg, 2003; Santos, 2003).

A compreensão dos processos psico-sociais envolvidos na manutenção dessa dicotomia será um dos principais objectivos deste trabalho. Com esse objectivo em mente, neste capítulo identificaremos primeiro os principais factores que tornaram possível a institucionalização da participação pública enquanto norma formal. Um dos principais contributos nesse sentido foram os tratados em torno da sustentabilidade ambiental e por isso analisaremos também como ela se encontra aí legislada. Isto permitirá ainda compreendermos como o percurso histórico da participação pública apoiou o seu reconhecimento como um dever de cidadania. Isto é, também como uma prática a ser iniciada pelos cidadãos que para além de terem o direito à participação, têm também o dever de participar, tentando dar conta

das suas perspectivas e necessidades aos sistemas técnico-políticos (Krauss, 1989; Habermas, 1998; Klandermans, 2002a). Isto permitirá introduzir a reflexão acerca da participação como prática pró-ambiental, que desenvolveremos no Capítulo II.

1. Introdução²

A relação entre democracia, participação pública e sustentabilidade ambiental no contexto das democracias europeias ocidentais começa a ser debatida no ‘pós-grandes guerras’ (Gonçalves & Castro, 2009; Barnes et al., 2007; Carreira da Silva, 2002). Dentro desta geografia europeia os vários Estados têm contextos políticos e sociais suficientemente distintos para terem histórias diversas em torno da democracia, da participação pública e da sustentabilidade ambiental (Gonçalves, 2002; Nunes & Serra, 2002; Nogueira, Saavedra & Neves, 2006; Gonçalves & Castro, 2009). No entanto, é também evidente como, sobretudo a partir da década de 80 e com o advento de uma organização formal política e social europeia cada vez mais alargada, as legislações nesse sentido começaram a tornar-se mais convergentes. É então nesta localização geográfica e política específica que a importância da participação veio sendo afirmada numa conjuntura de necessidade de mudança das relações Estado-Cidadãos, sobretudo a partir dos anos 70 do século passado (Giddens, 1995; Habermas, 1998; Carreira da Silva, 2002; Barnes et al., 2007).

Começa assim a ser desenvolvida legislação, ao nível europeu, que pretende garantir que a participação pública é implementada. Para isto contribuem essencialmente dois factores. Primeiro, a contestação à prioridade exclusiva atribuída pelo Estado à ciência enquanto legitimadora de decisões políticas e sociais. Segundo, a afirmação da participação como importante via para a sustentabilidade, especificamente, ambiental. Na secção que se segue iremos rever os contributos desses dois impulsionadores para o estabelecimento da participação pública como uma norma formal nas sociedades actuais.

2. Relação entre a ciência e o público

O aumento da importância da ciência e das mudanças por ela geradas nas esferas públicas acontece na modernidade tardia (Giddens, 1995; Gonçalves & Castro, 2009; Carreira da Silva, 2002; Habermas, 1989). Nessa, os sistemas técnicos e científicos foram ganhando

² Parte do texto deste capítulo é baseado no artigo de Castro & Batel (2007).

cada vez mais importância na relação entre o Estado e a Sociedade, ao servirem cada vez mais de base para decisões políticas e sociais (Gonçalves & Castro, 2009). No entanto, e apesar de os sistemas técnico-científicos e o conhecimento especializado por eles produzido influenciarem cada vez mais a vida quotidiana do público na actualidade, esses sistemas foram-se tornando também cada vez mais impermeáveis à *fiscalização* da esfera pública (Beck, 1986; Carreira da Silva, 2002; Lidskog, 2008; Gonçalves & Castro, 2009). Várias vezes vieram assim denunciar esta questão como produzindo sobre o funcionamento e as decisões dos sistemas técnico-científicos uma opacidade que não se pode considerar democrática (Beck, 1986; 1998; Wynne, 1996). Por seu turno, também o Estado e os seus organismos políticos foram apontados como adoptando um modelo em que a prioridade era exclusivamente dada a fontes de conhecimento científicas e técnicas em detrimento do envolvimento do público na interacção Estado-Sociedade (Mitchell, 2006).

No entanto, nem só vozes do próprio sistema técnico-científico se levantaram para contestar esta opacidade na relação Estado-Ciência-Sociedade: os meios de comunicação social também o fizeram (Gonçalves, 2002). À visibilidade garantida na esfera pública a essa questão pelos *media* associou-se o ritmo acelerado e aumento de mudanças tecnológicas e científicas, com uma dimensão cada vez mais global (Giddens, 1995). A conjugação destes factores fez tornar saliente o conjunto de ameaças ambientais, sociais, e tecnológicas que pautam quotidianamente a vida e que têm que ser geridas pelo público (Beck, 1998). As controvérsias científicas que invadiram os *media* a partir dos anos 90 relacionadas com problemas ambientais e alimentares, tais como os OGM's (Gaskell & Bauer, 2001; Wagner, Kronberg & Seifert, 2002) ou a BSE (Gonçalves, 2000), são bastante ilustrativas a esse respeito.

Nestas sociedades de risco (Beck, 1998) a ciência deixa de ser reconhecida apenas como produtora de certezas e de verdade e também de incertezas e de efeitos indesejáveis (Douglas & Wildavsky, 1982; Habermas, 1998; Darier et al., 1999; Gonçalves & Castro, 2009). Como consequência, a opinião pública revela-se cada vez mais crítica em relação à ciência, contrariando o postulado pelo *deficit model* do público prevalente até então, e demonstrando a constante reconfiguração dos públicos da ciência, a sua heterogeneidade e como as suas posições são enformadas por condições locais (Neidhardt, 1993; Evans & Durant, 1995; Irwin & Wynne, 1996; Bauer & Gaskell, 2008; Gonçalves & Castro, 2009).

Esta conjuntura leva a que para se gerarem relações de confiança e transparência entre os Estados e os seus cidadãos seja necessário democratizarem-se mais essas relações (Giddens, 1995). Assim, as controvérsias e os debates que enunciámos tiveram várias

consequências no sentido de promover maior envolvimento do público nos processos de tomada de decisão e de estabelecer mecanismos – leis e políticas públicas - destinados a garanti-lo. Uma das áreas que esteve no cerne desses debates e controvérsias e que contribuiu para a integração da participação pública em legislação foi a das mudanças ambientais. É acerca desta outra característica da modernidade tardia que reflectiremos de seguida.

3. A sustentabilidade e a participação pública: A participação pública como um objecto de mudança normativa

Os debates e controvérsias em torno das relações entre os sistemas técnico-políticos e leigos nas esferas públicas das sociedades ocidentais e o seu impacto para o desenvolvimento sustentável das sociedades, tiveram como consequência em muitas delas a criação de leis que garantissem a participação do público nos processos de tomada de decisão (Gonçalves, 2002; Castro & Batel, 2007). Nestas sociedades a participação pública é actualmente objecto de um processo de mudança normativa (Castro & Batel, 2008; Castro, Garrido et al., 2009). Ou seja, e tal como proposto pelo modelo desenvolvido para analisar a mudança normativa em relação à sustentabilidade ambiental de uma maneira geral (ver Castro, Garrido et al., 2009), a importância da participação pública foi uma ideia que começou por ser debatida e apoiada na esfera pública e que posteriormente foi integrada em legislação (Castro, Garrido et al., 2009). Estruturaremos assim as páginas seguintes em torno das etapas da mudança normativa aplicadas à participação pública na sua relação com a sustentabilidade ambiental: emergência, institucionalização e generalização (Castro, Garrido et al., 2009; Castro, 2006).

3.1. Fase de emergência da participação pública: Participação pública e sustentabilidade ambiental

A partir dos anos 70 começou a desenvolver-se um intenso debate social direccionado a questões de sustentabilidade ambiental. A preocupação ambiental começa a emergir como uma nova tendência social apoiada e defendida pelo público em geral (Giddens, 1995; Dunlap & Mertig, 1995). Esta vai-se tornando cada vez mais clara pela manifestação externa da defesa do ambiente, expressa em movimentos sociais e acções de contestação cada vez mais frequentes (Inglehart, 1995; Castro, 2002b).

Estas minorias activas fizeram assim com que a preocupação ambiental entrasse na sociedade, começando a atrair apoio para a causa da sustentabilidade ambiental (Uzzell, 1988;

Moscovici, 1993a; Castro, 2002b; Pol, 2002b). É esta fase de emergência da preocupação ambiental que permite a visibilidade e a tematização destes problemas na esfera pública e que, desse modo, “dramatize them in such a way that they are taken up and dealt with by parliamentary complexes” (Habermas, 1998, p. 359). Por outras palavras, esta fase abre espaço para que posteriormente os domínios legal e político elaborem novas leis e normas, institucionalizando medidas, mecanismos e objectivos específicos a implementar e atingir, neste caso, em prol da sustentabilidade ambiental (Castro, Garrido et al., 2009; Pol, 2002b).

A conjugação do debate social em torno da sustentabilidade ambiental e da necessidade de maior transparência na interacção entre a ciência, o Estado e a sociedade civil para a sustentabilidade das sociedades, deu assim origem a um conjunto de produção legislativa que veio afirmar a participação local como uma via indispensável para a sustentabilidade a vários níveis e, especificamente, ambiental, quer em relação ao ambiente natural, quer em relação ao ambiente construído (*Green paper on the urban environment*, 1990; Tratado de Aalborg, 1994; Giddens, 1995; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Pol, 2002a). Vejamos agora alguns dos principais tratados que foram desenvolvidos e que preveem aquilo que deverá ser generalizado na sociedade.

3.2. Fase de institucionalização da participação pública: Os tratados ambientais

Antes de nos concentrarmos nas especificidades de cada tratado começaremos por chamar a atenção para os seus elementos comuns. Os tratados ambientais que apresentaremos operacionalizam um sistema de governança multi-nível assente no princípio da subsidiariedade que define que todas as questões devem ser geridas pela menor ou menos centralizada autoridade competente, mais próxima dos problemas e dos cidadãos e assim mais eficiente (*Maastricht Treaty*, 1992; Darier et al., 1999; Beck, 2009). Este é um dos aspectos importantes a ter em conta, precisamente porque dentro deste sistema de governança multi-nível existem sistemas mediadores técnicos, ao nível das autoridades locais, que serão responsáveis pela tradução das leis tal como descritas nesses tratados para contextos concretos (Castro & Batel, 2008).

Um outro aspecto comum é o facto de todos os tratados se construírem sobre o conceito de desenvolvimento sustentável (para uma discussão ver Rydin, 2002; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Pol, 2002b; Kurz, Donaghue, Rapley & Walker, 2005). Este tem sido geralmente definido como o desenvolvimento que assegura as necessidades do presente sem

comprometer a capacidade das futuras gerações responderem às suas próprias necessidades (*Brundtland report*, 1987).

Agenda 21 – *Earth Summit* (1992)

A Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi talvez o marco mais importante no estabelecimento do desenvolvimento sustentável ambiental como uma meta real a atingir (Lima, 2009). Resultante desta cimeira surgiu um programa, a Agenda 21, que foi adoptada como paradigma na maior parte da legislação e documentação que se seguiu. Entre as várias medidas propostas nesta agenda estão incluídas as que postulam que “one of the fundamental prerequisites for the achievement of sustainable development is broad public participation in decision-making” (Agenda 21, 1992). São definidos ainda princípios essenciais que deverão servir como indicadores para se acompanhar a boa prossecução dos seus objectivos, entre quais a Protecção Ambiental e Herança Cultural/Qualidade do Ambiente Construído (e.g., protecção, preservação e reabilitação de valores históricos, culturais e arquitectónicos, incluindo monumentos e edifícios) (Pol, 2002a).

Tratado de Aalborg (1994)

Em 1994 é realizada em Aalborg, Dinamarca, a primeira conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis. O Tratado de Aalborg, documento produzido nesta conferência, estabelece o papel das cidades europeias como “guardiãs da cultura, património e tradição” (Tratado de Aalborg, 1994, Parte I). Para isso, deverá garantir-se que “todos os cidadãos e grupos interessados tenham acesso a informação e tenham a possibilidade de participar nos processos de tomada de decisão locais” (Tratado de Aalborg, 1996, I.13). Paralelamente, a participação pública é também considerada neste tratado como uma ferramenta para aumentar a consciência de problemas ambientais nas populações (Tratado de Aalborg, 1996, I.14).

Plano de Acção de Lisboa: Da Carta à Acção (1996)

Na senda do Tratado de Aalborg, o Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção, estabelecido em Lisboa em 1996, reforça uma vez mais a importância da participação pública nos processos de tomada de decisão, assumindo que “devemos entrar em consulta e parcerias com os vários sectores da nossa comunidade para criar sinergia através da cooperação” (Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção, 1996).

Convenção de Aarhus (2001)

Dois anos depois do Plano de Acção de Lisboa tem lugar a Convenção de Aarhus em Aarhus, Dinamarca, em 1998, tendo entrado em vigor em 2001. A Convenção de Aarhus prevê que os partidos da convenção deverão reconhecer que “todas as pessoas têm o direito de viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar e o dever, tanto individualmente como em associação com outros, de proteger e melhorar o seu ambiente para o benefício de gerações presentes e futuras”. Deverão ainda considerar que para ser possível “assegurar este direito e observar este dever, os cidadãos devem ter acesso a *informação* e ser-lhes permitida a *participação* em processos de tomada de decisão” (Convenção de Aarhus, 2001).

Estas directivas partem assim do reconhecimento de que “na área do ambiente, acesso melhorado a informação e participação pública nos processos de tomada de decisão melhoram a qualidade e a implementação de decisões, contribuem para a consciência pública de problemas ambientais e oferecem ao público a oportunidade de expressar as suas preocupações e permitem que as autoridades públicas respondam concordantemente”. O tratado prevê que o público interessado deva ser informado, quer através de informação pública ou individualmente, conforme mais apropriado, cedo no processo de tomada de decisão ambiental e de uma forma adequada, atempada e efectiva (Artigo 6). O documento estabelece ainda que por público interessado se entende “o público afectado ou provavelmente afectado por, ou com interesse em, o processo de tomada de decisão ambiental” (Artigo 2). Finalmente, pretende assegurar também que são integrados, de forma justa, os resultados da participação pública na decisão (Artigo 6).

3.2.1. Representações do público e modelos de participação pública nos tratados ambientais

A análise destes tratados e das suas implicações para a implementação de processos de participação pública tem vindo a mostrar como as propostas aí presentes se distinguem pela forma mais concreta ou abstracta com que definem a implementação desses processos, bem como pelo modo como conceptualizam o papel do público para isso (Lima, 2004a; 2009; Lidskog, 2008). Por outras palavras, a forma como a participação pretende ser implementada pode atribuir maior ou menor poder ao público, criando, assim, a distinção entre uma estratégia pedagógica da participação ou uma estratégia dialógica (Lima, Marques-Pinto, Castro & Baptista, 2001; Lima, 2004a; Garcia-Mira, et al., 2005; Lidskog, 2008). A primeira adopta uma perspectiva informativa e unilateral, ancorando-se na *expertise* técnica como

forma de relação com o público e pretendendo essencialmente informar este (Castro & Lima, 2003). Esta perspectiva, mais próxima do *deficit model* do público, foi sendo privilegiada ao longo dos anos na relação entre os sistemas político e científico com o sistema leigo (Gonçalves & Castro, 2009). Já a abordagem dialógica considera que existem várias perspectivas acerca da realidade, acompanhadas de diferentes posições e objectivos, e que estas têm que ser tidas em conta e integradas na decisão após debate aberto e multidireccional (Lima, 2004a; Lidskog, 2008). É encarada desta forma mais dialógica que a participação é apontada por vários autores como garantia de constituição de uma sociedade mais vertebrada e sustentável (Pol, 2002b).

As propostas provenientes da Agenda 21 (1992), do Tratado de Aalborg (1994) e do Plano de Acção de Lisboa (1996) propõem ainda medidas muito genéricas relativamente à implementação de processos de participação pública e estão mais próximas do modelo informativo da participação. As autoridades locais deverão *informar* ou, quanto muito, *envolver* todos os grupos de interesse em relação aos processos de tomada de decisão locais, mas sem que os moldes desse envolvimento sejam especificados de forma clara.

Já a Convenção de Aarhus (2001) se caracteriza não só por esclarecer melhor o que entende pelos sujeitos e objectos incluídos nas directivas, mas também por oferecer uma perspectiva assumidamente dialógica da participação pública. Assim, na análise da fase de generalização da participação pública será importante termos em conta estas distintas concepções da participação.

3.3. Fase de generalização da participação pública: O fosso entre as normas e os factos da participação

O passo que se segue à institucionalização da participação pública é a implementação na sociedade daquilo que está institucionalizado. A etapa de generalização das leis da participação pública pretende que a inovação trazida por estas altere as ideias e práticas dos sub-sistemas sociais afectados (Castro, Garrido et al., 2009). Pretende-se, neste caso, que as leis sejam implementadas pelos sistemas técnico-políticos que deverão envolver o público nos processos de tomada de decisão das suas comunidades. No entanto, e como já referimos, são frequentes as análises que apontam para como a fase de generalização das novas leis da participação pública no sistema técnico-político revela ainda uma dicotomia entre as normas e os factos da participação (Lima, 2004a; Garcia-Mira et al., 2005). No entanto, esta dicotomia tem vindo a ser diagnosticada apenas em alguns países europeus, como Portugal, enquanto

que outros servem de referente para boas práticas de implementação (Barnes et al., 2007; ver também Dalton, 2008). Isto sugere considerarmos que se entenda cada país como um caso individual. Assim, e uma vez que iremos tentar compreender essa dicotomia no caso português, importa reflectirmos brevemente acerca de algumas das características deste contexto e da forma como os tratados ambientais acima descritos foram incorporados neste.

4. O caso português

Portugal é caracterizado por uma tradição democrática recente (Gonçalves, 2002). O regime totalitário existente no país desde 1926 até 1974 constrangeu o desenvolvimento científico no país e esteve associado a formas de poder autocrático que inibiram até há alguns anos atrás uma relação mais próxima entre os sistemas científico e político (Nogueira et al., 2006). Este contexto histórico levou a que, ainda hoje em dia, haja uma pobre articulação entre o sistema político e o científico, e os sistemas político e científico e a opinião pública (Gonçalves, 2002; Nunes & Serra, 2002).

No que se refere à participação pública, esta está bastante presente nos discursos técnicos e nos programas políticos, mas apenas enquanto norma, ou seja, sem que seja concretizada na prática (Ferreira, 1990; Santos, 2003). Pelo lado da sociedade civil, passou-se de um diagnóstico informativo da “propensão dos cidadãos em actuarem, quando muito, em movimentos do tipo NIMBY³” (Seixas, 1990, p.63), para o diagnóstico de uma sociedade civil pouco política e publicamente activa (Lima, 2009), ainda que pautada por alguns episódios recentes de práticas de participação, especificamente, dirigidas a questões ambientais (Gonçalves, 2002).

De facto, também em Portugal, e sobretudo depois de controvérsias como as de Foz-Côa (Gonçalves, 2002), da BSE (Gonçalves, 2000), da incineração de resíduos domésticos (Castro & Lima, 2003) e dos OGM's (Jesuino et al., 2001; Castro & Gomes, 2005), a questão da participação pública em relação às questões ambientais e tecnológicas começou a fazer parte dos debates sociais (Gonçalves, 2000; 2002). Acresce que todos os tratados apresentados atrás foram assinados por Portugal na data em que foram constituídos. Apenas o tratado da Convenção de Aarhus foi assinado por Portugal em 2001, mas só ratificado em 2003.

³ A expressão NIMBY (*Not In My Backyard*) pode ser definida como “social rejection of facilities, infrastructure and services location, which are socially necessary but have a negative connotation” (Pol, Di Masso, Castrechini, Bonet & Vidal, 2006, p. 44).

Desse modo, as medidas e objectivos previstos nessas directivas e tratados europeus foram incluídos na moldura legal e institucional portuguesa. Nesta, estão constitucionalmente garantidos o direito à informação (Decreto-lei nº380/99, Artigo 5º) e o direito à participação (Artigo 6º). No entanto, as propostas presentes nesta legislação aproximam-se sobretudo do modelo informativo e distanciam-se mais do modelo dialógico da participação pública (Lima, 2009; 2004a). Por outras palavras, as propostas mais dialógicas presentes no tratado da Convenção de Aarhus (2001) não se encontram ainda integradas na legislação acerca da participação pública em Portugal. Esta conjuntura é tão clara que as próprias autoridades, pressionadas pela necessidade de seguir directivas europeias neste sentido, reconhecem que “as formas apresentadas na lei são manifestamente insuficientes face ao potencial que a participação pública apresenta nos nossos dias” (Câmara Municipal de Lisboa, 2009).

Também no que se refere à preservação do património histórico e cultural enquanto parâmetro da sustentabilidade ambiental (Agenda 21, 1992; Pol, 2002a) tem sido diagnosticado que os sistemas técnico-políticos respondem ainda frequentemente a pressões de desenvolvimento económico dos centros urbanos – incluindo dos centros históricos - que comprometem muitas vezes tanto a preservação do património em si, como a sua envolvente física e social (Ferreira, 1990; Menezes, 1994; Mendes, 2006). Isto apesar tanto dos tratados ambientais que referimos, como, mais uma vez, da legislação específica que os incluiu na moldura legal e institucional portuguesa (cf. Plano de Urbanização do Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica; ver também Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Urbanismo) e que pretendem preservar o património histórico e cultural, tal como discutiremos mais detalhadamente no Capítulo VI deste trabalho.

5. Considerações finais

Neste capítulo acompanhámos o percurso da institucionalização da participação pública. O reconhecimento da participação pública como norma formal, agora em fase de generalização, implica que para analisarmos esta fase e os processos psico-sociais que operam nos sistemas técnico-político e leigo para a promover ou resistir, é necessário termos em conta também esta faceta institucional. Esta implica considerarmos que estas normas pretendem (1) alterar as ideias e as práticas dos sistemas técnico-político e leigo em relação à participação (2) e, especificamente, as relações entre eles, (3) propondo a participação simultaneamente como um direito e um dever de cidadania.

A distinção identificada entre concepções da participação pública e do público neste capítulo será útil para compreendermos as perspectivas do sistema técnico-político em relação a esses aspectos e de que forma estas contribuem para a manutenção da dicotomia entre as normas e os factos da participação. A conceptualização da participação pública como um objecto de mudança normativa permitirá ainda enquadrar as perspectivas do público em relação à participação e ao seu papel para a sustentabilidade ambiental. A defesa do ambiente é actualmente uma ideia com valor social positivo e com desejabilidade social (Castro, Garrido et al., 2009; Pol, 2002a). Neste capítulo, vimos como também o enquadramento da participação pública como um comportamento pró-ambiental e, nesse sentido, como um dever de cidadania, tem estado cada vez mais presente na legislação a esse respeito.

Neste sentido, irá também ser explorada a forma como a participação pública é concebida pelo público – se como direito a ser garantido pelos sistemas técnico-políticos, se como dever a ser praticado pelos cidadãos, ou ambos. Isto ajudará a cumprir um outro objectivo deste trabalho, o de explorar os processos psico-sociais que poderão constringer ou promover a participação como prática de cidadania pró-ambiental. Esta é uma tarefa importante num contexto em que os sistemas técnico-políticos ainda raramente envolvem os membros das comunidades nos processos de tomada de decisão que os afectam e em que a preservação do património histórico e cultural ainda é muitas vezes comprometida por interesses económicos. Iremos no próximo capítulo identificar algumas das principais propostas que poderão ajudar a compreender a participação como comportamento pró-ambiental e que têm sido desenvolvidas na Psicologia Ambiental e Social do Ambiente.

Capítulo II

Psicologia Social do Ambiente: A participação como comportamento ambiental

Os objectos naturais, os emblemas sagrados só têm valor carregados de associações humanas.

In *Memórias de Adriano*, Marguerite Yourcenar, 2007/1974, p.105

A preocupação com a defesa de direitos e valores relacionados com o ambiente e a participação é bem ilustrada por dois factos. Por um lado, pela preocupação crescente do Estado em legislar a participação pública, tal como revelado no capítulo anterior. Por outro lado, pela pesquisa da Psicologia que tem vindo a mostrar que a participação é uma prática que pode ajudar a melhorar o ambiente e promover os direitos humanos e, assim, a qualidade de vida de uma maneira geral (Manzo & Perkins, 2006; Simon & Klandermans, 2001).

A Psicologia Ambiental⁴ (Bechtel & Churchman, 2002) é uma das áreas que tem vindo a considerar a participação como um comportamento ecologicamente relevante (Stern, 2000; Pol, 2002a). Esta literatura tem vindo nos últimos anos a analisar as ideias do público em relação ao ambiente, bem como os determinantes de vários tipos de comportamentos pró-ambientais. No entanto, de entre esses, a participação é aquele que tem vindo a ser menos estudado na sua relação com a sustentabilidade ambiental (Fielding et al., 2008; Stern, 2000).

Uma vez que um dos objectivos do presente trabalho é o de compreender alguns dos processos psico-sociais que poderão constranger ou promover a participação em prol da preservação do ambiente construído, neste capítulo começaremos por caracterizar brevemente as propostas que mais contribuíram para o estudo da preocupação ambiental como uma nova atitude geral acerca do ambiente. Iremos rever depois, mais detalhadamente, acerca de outras propostas mais recentes que têm vindo a salientar a importância de se articular o estudo das ideias e comportamentos ambientais com os processos psico-sociais que operam a um nível local. Demonstraremos como a articulação desses dois conjuntos de pesquisa poderá ser útil para compreendermos a participação como comportamento pró-ambiental.

Por último, um outro aspecto que pretendemos discutir no final deste capítulo é a necessidade de incluir na pesquisa sobre participação na Psicologia Ambiental a dimensão institucional. A participação, de acordo com as leis que a regulamentam, apresenta-se ao

⁴ Ao longo do texto utilizaremos a designação 'Psicologia Ambiental' para nos referirmos à área de pesquisa mais alargada que, do ponto de vista da Psicologia, se tem dedicado aos estudos da relação pessoa-ambiente ou ambiente-comportamento (ver Bechtel & Churchman, 2002). No entanto, iremos também referenciar trabalhos de pesquisa oriundos de outras disciplinas como a Sociologia do Ambiente ou a Geografia Humana (e.g., Dunlap & Van Liere, 1978; Stern, 2000; Tuan, 1980). Ademais, as principais propostas dos estudos pessoa-ambiente que adoptamos neste trabalho podem ser consideradas como integrando-se dentro de uma perspectiva mais psico-social, articulada com a Psicologia Social, e a que podemos designar de 'Psicologia Social do Ambiente' (ver Bonnes & Secchiaroli, 1995; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Lima & Sautkina, 2007).

público simultaneamente como um direito e como um dever. No entanto, a pesquisa da Psicologia Ambiental tem analisado essas duas vertentes da participação separadamente, ora enquanto dever dos cidadãos (Stern, 2000), ora enquanto direito dos membros das comunidades a ser garantido pelas autoridades locais (Bonaiuto et al., 2002; van Vugt, 2002). Deste modo, neste trabalho pretendemos articulá-los.

1. Evolução da Psicologia Ambiental: Orientações aplicadas e teóricas

A Psicologia Ambiental começa a desenvolver-se sobretudo nos finais da década de 50 do século passado e nessa altura a palavra ‘ambiente’ referia-se essencialmente a ambiente construído (Bonnes & Secchiaroli, 1995; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Lima & Sautkina, 2007). Esta disciplina surge, num primeiro momento, sobretudo como uma tentativa de resolver problemas sociais surgidos no contexto pós-segunda guerra mundial em cenário urbano, analisando as suas consequências para os indivíduos e para as relações entre eles (Altman & Rogoff, 1987; Jackson, 1988, Cabrita, 1988; Carrus, Fornara & Bonnes, 2005; Lima & Sautkina, 2007).

Estes primeiros estudos sofrem ainda claras influências de uma abordagem mais comportamentalista que olha para o ambiente sobretudo como determinando os comportamentos das pessoas (Altman & Rogoff, 1987; Saegert & Winkel, 1990; Stokols, 1990; Soczka, 2005a; Lima & Sautkina, 2007). Alguns autores começaram desde cedo a criticar esta perspectiva determinista, acentuando a necessidade de se passar para um estudo mais interactivo da relação indivíduo-ambiente, ou seja, de adoptar uma abordagem molar a esta relação, e não molecular (Carrus, Fornara et al., 2005; Soczka, 2005a). Este debate da Psicologia Ambiental teve como consequências, por um lado, uma mudança para uma Psicologia Ambiental mais social e, por outro lado, uma mudança para uma Psicologia Ambiental mais ambiental (Pol, 2007). Por outras palavras, os problemas ecológicos começam também a ser objecto de estudo da Psicologia Ambiental, respondendo assim a orientações e legislação políticas tais como as que apresentámos no capítulo anterior (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Carrus, Fornara et al., 2005; Bonnes, Uzzell, Carrus & Kelay, 2007; Lima & Sautkina, 2007).

Assim, a investigação relativa à relação entre pessoas e ambiente natural começa a tornar-se muito mais frequente na literatura da Psicologia Ambiental nas últimas duas décadas, operando quase uma substituição do cimento pela natureza (Castro, 2002b; Carrus, Fornara et al., 2005; Giuliani & Scopelliti, 2009). De facto, a emergência e grande saliência

da preocupação ambiental a partir dos anos 70 do século passado como uma nova tendência e movimento social é acompanhada de perto por reflexões teóricas e análises empíricas em relação às ideias e posições do público sobre as relações entre o ser humano e a natureza (Dunlap & Van Liere, 1978; Douglas & Wildavsky, 1982; Inglehart, 1995; Castro, 2002b). Diversas propostas foram assim desenvolvidas para explicar essa nova preocupação ambiental, entre quais as que serão percorridas de seguida.

2. Ideias relativas à natureza

O ‘novo paradigma ambiental’ (Dunlap & Van Liere, 1978) propõe que dada a saliência objectiva de problemas ambientais globais e locais, se estaria a operar uma mudança nas atitudes e crenças do público em geral em relação à natureza (Castro, 2005; 2002b). A operacionalização desse paradigma, especificamente através da *New Ecological Paradigm Scale* – escala NEP (ver Castro, 2002b; Dunlap, Van Liere, Mertig & Jones, 2000) - permitiu dar conta de que um pouco por todo o mundo as crenças ecológicas, comparativamente às crenças não-ecológicas ou antropocêntricas, recebem maior apoio (Castro, 2006; 2005). Outros trabalhos vieram mostrar quer que as variáveis sócio-demográficas tinham pouco poder explicativo da preocupação ambiental, quer também que esta é pouco preditiva de comportamentos pró-ambientais (Séguin, Pelletier & Hunsley, 1998; Vining & Ebreo, 2002; Bonaiuto et al., 2002; Castro, 2006; Kurz, Linden & Sheely, 2007).

Nesse sentido, outros trabalhos ainda vieram sugerir explicações alternativas. Nomeadamente, que esta nova percepção da natureza é determinada por visões do mundo particulares (Douglas & Wildavsky, 1982; Ellis & Thompson, 1997), ou por uma mudança das condições políticas e sociais das sociedades ocidentais (Inglehart, 1995) e não tanto por uma mudança objectiva das condições ambientais (Castro, 2005). Por exemplo, a articulação do estudo das propostas da Teoria Cultural (Douglas & Wildavsky, 1982; Lima, 2005) com as representações sobre a natureza revelou que a preocupação com o ambiente depende de distintas visões do mundo. A visão do mundo igualitária concretiza-se no ‘receio pela natureza’, esperando um desastre ecológico eminente e, nesse sentido, desconfia de soluções tecnológicas para problemas ambientais, confiando em “egalitarian arrangements for decision-making” (Lima & Castro, 2005, p.24). A visão do mundo individualista reflecte-se antes na preocupação com a falta de liberdade para continuar o estilo de vida habitual, confiando no mercado e nos seus mecanismos de regulação para resolver os problemas. A visão do mundo hierárquica baseia-se na confiança nas regras e regulações e nas instituições e

profissionais para tomarem conta de todo o tipo de problemas. A visão do mundo fatalista concebe a natureza como imprevisível e incontrolável (Dake, 1992; Steg & Sievers, 2000; Lima & Castro, 2005; Castro, 2005). Neste sentido, verificou-se que determinadas visões do mundo, como o igualitarismo, se relacionam mais com o ambientalismo e poderão ser mais determinantes para a adopção de comportamentos ambientais (Steg & Sievers, 2000; Castro, 2002b; Lima & Castro, 2005).

No entanto, estas propostas foram sendo também apontadas como não tendo suficiente capacidade explicativa para a relação entre ideias ambientais e comportamentos ambientais (Castro, 2005; Vining & Ebreo, 2002). Este diagnóstico motivou assim o desenvolvimento e adopção de outras propostas na Psicologia Ambiental.

3. Novas abordagens à relação entre ideias e comportamentos ambientais

A tentativa de melhor esclarecer a relação entre ideias e comportamentos ambientais passou por (1) distinguir entre diferentes comportamentos ambientais e, conseqüentemente, distintos preditores desses comportamentos (Stern, 2000). Depois (2) pela distinção dos níveis de análise dos processos psico-sociais que pareciam estar associados aos comportamentos ambientais (Stern, Dietz & Guagnano, 1995; Kaiser, Wolfing & Fuhrer, 1999; Stern, 2000). Ainda, (3) pela conceptualização das ideias acerca da natureza como podendo ser heterogêneas (Castro, 2002b; 2006; Costarelli & Colloca, 2004). Por último, (4) na análise de ideias e comportamentos ambientais através de uma perspectiva mais centrada no lugar e no contexto (Bonnes & Bonaiuto, 2002). Retomaremos de seguida cada uma destas dimensões.

3.1. Clarificação da relação entre diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais e distintos processos psico-sociais

O conjunto de estudos analisando os preditores de vários comportamentos ambientais, e os resultados diversos obtidos nesses estudos, apontaram para a necessidade de se distinguir vários tipos de comportamentos ambientais (Stern et al., 1995; Stern, 2000). Paul Stern (2000) propõe uma tipologia que distingue entre comportamentos da esfera privada (e.g., reciclar, comprar/usar produtos verdes), comportamentos da esfera pública não-activistas – subdivididos em comportamentos de cidadania ambiental (e.g., apresentar queixa às autoridades locais em relação a uma questão ambiental), e apoio a políticas públicas referentes ao ambiente envolvendo sacrifícios pessoais -, comportamentos activistas (e.g., ser

ativista de uma associação ambientalista) e comportamentos de cidadania organizacional (Stern, 2000; Stern, Dietz, Abel, Guagnano & Kalof, 1999).

A partir desta tipologia vários autores têm analisado os preditores de comportamentos pró-ambientais sendo os da esfera privada aqueles que mais têm sido alvo de pesquisa, como a reciclagem de metal (Castro, Garrido et al., 2009) ou a conservação de água (Corral-Verdugo et al., 2003; van Vugt, 2002). Já os determinantes de comportamentos da esfera pública têm sido menos explorados, ainda que recentemente alguns estudos tenham analisado os preditores de comportamentos da esfera pública activistas, como a intenção de desenvolver acções de activismo ambiental (Fielding et al., 2008), e comportamentos da esfera pública não-activistas, como de apoio a políticas públicas em relação à protecção da biodiversidade (Mouro & Castro, 2009). Estes estudos mostram como a identidade com o grupo ou o lugar (Fielding et al., 2008; Mouro & Castro, 2009) e ainda outros factores contextuais, como a confiança nas autoridades locais (Mouro & Castro, 2009), podem desempenhar um papel importante na intenção de pôr em prática comportamentos ambientais da esfera pública.

Esta proposta de distinção entre vários comportamentos ambientais e respectivos preditores mostrou assim também a relevância de se distinguir os preditores mais distais e proximais desses vários comportamentos, definindo-os. Por exemplo, o conceito de ‘atitude’ foi muitas vezes utilizado intermutavelmente na literatura das ‘atitudes ambientais’ (Milfont & Duckitt, 2004) com conceitos como o de crenças e de valores (Castro, 2006; Kaiser et al., 1999). Assim, a clarificação da relação entre ideias ambientais e comportamentos ambientais passou também por identificar e definir os distintos conceitos incluídos dentro das ‘ideias ambientais’ e operacionalizá-los enquanto variáveis mais distais ou mais proximais de comportamentos ambientais (Stern et al., 1995). Nesse caso, a atitude ou crenças específicas em relação a um comportamento, tal como proposto nas Teorias da Acção Reflectida e da Acção Planeada (Ajzen, 1991; Fishbein & Ajzen, 1975; Lima, 2000), são consideradas como variáveis mais preditivas do comportamento ambiental, em detrimento de valores e crenças mais genéricas (Castro, 2005).

3.2. Heterogeneidade e contradição nas ideias ambientais

A clarificação dos diversos conceitos com que o estudo das ideias ambientais operou ao longo dos anos permitiu ainda analisar a relação entre distintas crenças sobre o ambiente e distintas atitudes em relação ao mesmo (Castro, Garrido et al., 2009). Isto abriu espaço para se considerar a noção de ambivalência e contradição no estudo das ideias ambientais (Jonas,

Broemer & Diehl, 2000; Conner & Sparks, 2002; Castro, 2002b; Costarelli & Colloca, 2004; Castro, Garrido et al., 2009).

Neste seguimento, foi mostrado como as pessoas podem manter simultaneamente ideias antropocêntricas e ideias ecológicas, uma vez que estas se poderão relacionar distintamente com diferentes contextos, objectivos e posições dos indivíduos (Bechtel, Verdugo & Pinheiro, 1999; Castro & Lima, 2001; Castro, 2002b; Kurz et al., 2005; Corral-Verdugo et al., 2003). Aliás, a heterogeneidade e contradição dos campos representacionais acerca do ambiente havia sido enfatizada desde o início pela Teoria Cultural (Douglas & Wildavsky, 1982) e pela pesquisa que adoptou esta abordagem no estudo das ideias ambientais (Ellis & Thompson, 1997; Steg & Sievers, 2000). Neste sentido, a discrepância ideias ambientais-comportamentos ambientais poderá dever-se também ao facto de as pessoas manterem simultaneamente ideias antropocêntricas e ecológicas em torno da relação pessoas-natureza (Castro, 2006; 2005).

Isto mostra assim como é importante considerar o campo das ideias ambientais como multifacetado e heterogéneo, compreendendo ambivalência e contradição e com diversos padrões de relação entre crenças, atitudes e comportamentos (Kurz et al., 2005; Castro, 2006; Castro, Garrido et al., 2009; Mouro & Castro, 2009). Por seu turno, este aspecto torna crucial ter em conta que apesar do apoio e consenso do público em torno de questões ambientais, formas de resistência a essa dimensão normativa poderão ser encontradas mas de uma forma mais subtil (Mouro & Castro, 2009; Castro, Garrido et al., 2009; Kurz et al., 2005).

3.3. A importância do contexto

O estudo da relação ideias-comportamentos ambientais começou também a prestar mais atenção ao papel desempenhado por variáveis mais contextuais, relacionadas com as comunidades em estudo, nos comportamentos ambientais (ver CEC, 2002). O facto de os estudos sobre ideias ambientais se focalizarem sobretudo na análise do impacto de diferenças quer culturais, quer psicológicas no comportamento, foi criticado (Poortinga, Steg & Vlek, 2004; Kurz et al., 2007; Hansla, Gamble, Juliusson & Gärling, 2008; Castro, Garrido et al., 2009). Reforçou-se, pelo contrário, a importância de analisar variáveis mais proximais do comportamento, entre quais o impacto de diferenças contextuais que tenham em conta tanto os promotores como os inibidores que o contexto pode implicar para a prossecução de comportamentos pró-ambientais (Corraliza & Berenguer, 2000; Bonaiuto et al., 2002; Castro, Garrido et al., 2009). Neste sentido, nos últimos anos começou a favorecer-se uma

perspectiva mais centrada no lugar e no contexto, ou seja, no ambiente local, em detrimento de uma perspectiva mais ecológica centrada no ambiente em geral, para se compreender comportamentos ecologicamente relevantes específicos (Bonnes & Bonaiuto, 2002; van Vugt & Snyder, 2002; Gärling, Biel & Gustafsson, 2002; Bonnes et al., 2007).

Estas propostas têm analisado de que forma factores como a relação entre as autoridades locais e os membros das comunidades, bem como processos identitários, podem promover ou constringer a adopção de comportamentos pró-ambientais da esfera privada, como a conservação de água ou de energia (van Vugt & Snyder, 2002). Outros trabalhos têm ainda analisado a forma como as pessoas reagem à construção de infra-estruturas destinadas a metas de sustentabilidade ambiental, tais como a construção de parques naturais ou co-incineradoras, no lugar onde vivem. Também neste caso, processos identitários de relação com o lugar e a relação com as autoridades locais podem promover o apoio ou resistência à mudança no lugar (Bonaiuto et al., 2002; Lima & Castro, 2005; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Mouro & Castro, 2009; Devine-Wright, 2009). Um aspecto que é comum a esta pesquisa é o facto de a participação ser concebida como um direito dos cidadãos que deverá ser garantido pelas autoridades locais para promover a sustentabilidade ambiental das comunidades e maior cooperação entre os seus habitantes para isso. Esta concepção é assim complementar àquela presente no trabalho de Stern e colegas (2000; 1999; 1995) que conceptualizam a participação não-activista como um comportamento de cidadania ambiental e, nesse sentido, como algo que se constitui como um dever do cidadão ambientalmente responsável.

4. Síntese: Ideias e comportamentos ambientais

A revisão de literatura que apresentámos e a forma como a participação pública se encontra legislada na sua relação com a sustentabilidade ambiental sugerem que para compreendermos os promotores e os inibidores da participação enquanto comportamento pró-ambiental em relação ao ambiente construído é relevante analisarmos vários aspectos. Primeiro, quais as representações dos membros das comunidades acerca da participação pública, nomeadamente, qual o papel que atribuem ao público e aos sistemas técnico-políticos para a sua implementação. Por outras palavras, é relevante examinar de que modo as novas leis da participação pública interagem com as dimensões mais culturais da participação, assentes em visões do mundo específicas em relação ao papel dos cidadãos e dos sistemas técnico-políticos acerca dos processos de tomada de decisão sobre as comunidades (Douglas & Wildavsky, 1982). Depois, de que forma a importância atribuída à preservação do

património construído e cultural e à participação dos cidadãos para esse fim, em conjugação com outros processos psico-sociais mais contextuais, influenciarão atitudes e comportamentos em relação à preservação do ambiente construído.

Tendo em conta a discrepância que tem sido diagnosticada entre ideias e comportamentos ambientais (Kurz et al., 2007; Vining & Ebreo, 2002) e, especificamente, entre as ideias e as práticas em relação à participação dos cidadãos (Lima, 2009; Fielding et al., 2008; Klandermans, 2002b), consideramos que para a prossecução dos objectivos identificados é assim necessário, primeiro, considerar que, tal como a literatura tem mostrado, a preocupação ambiental e também as ideias em relação à participação (Castro & Batel, 2008), podem ser multifacetadas e heterógeneas, permitindo ambivalência e contradição e, portanto, abrindo espaço para formas de resistência às leis relativas à importância da preservação do ambiente construído e da participação dos cidadãos para esse fim (Castro, Garrido et al., 2009; Castro, 2006). Segundo, considerar o contexto em que os indivíduos se inserem e a forma como a relação com esse contexto e com outros actores que dele fazem parte poderá influenciar a participação em relação ao ambiente construído das comunidades (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Bonnes et al., 2007).

Na secção seguinte analisaremos assim como a abordagem contextual às ideias e comportamentos pró-ambientais tem vindo a ser estudada. Focalizaremos a pesquisa acerca do apoio e resistência à mudança nas comunidades, uma vez que é aquela que mais se poderá articular com a análise da participação enquanto comportamento pró-ambiental em prol da preservação do ambiente construído, ou seja, contra a transformação do património histórico e cultural das comunidades (Hunter, 1979; Ferreira, 1990; Mendes, 2006). Por seu turno, percorrer esta linha de pesquisa permitirá articular a conceptualização da participação nas decisões ambientais enquanto direito e enquanto dever dos cidadãos.

5. O estudo da relação com o lugar

Uma das linhas de pesquisa que tem estudado as ideias e comportamentos ambientais através de uma perspectiva mais centrada na dimensão local do ambiente analisa a forma como as pessoas apoiam ou resistem a mudanças ambientais específicas no lugar onde vivem (e.g., Vorkinn & Riese, 2001; Bonaiuto et al., 2002). Três dimensões essenciais têm sido estudadas: (1) A relação entre ideias e comportamentos ambientais e o apoio ou resistência à mudança e sua relação com o lugar; (2) a relação entre técnicos e autoridades locais e os

membros das comunidades; (3) e os processos psico-sociais associados à relação com o lugar (Bonnes & Bonaiuto, 2002). Vejamos agora mais detalhadamente cada uma destas dimensões.

5.1. Apoio e resistência à mudança nas comunidades

Atitudes e comportamentos específicos em relação ao ambiente das comunidades evidenciam-se muitas vezes quando aí se operam mudanças (Bonnes & Secchiaroli, 1995). É muitas vezes quando há mudanças no lugar que as pessoas que o ocupam ou que têm alguma relação com ele se apercebem da forma como este contribui para a sua identidade e bem-estar e que, conseqüentemente, assumem atitudes explícitas em relação a esse e comportamentos concordantes (Speller, 2005; Kelly & Steed, 2004; Breakwell, 1986). Esta relação torna-se muitas vezes evidente dado que a maioria das grandes mudanças operadas ou alterações nas comunidades afectam não só a dimensão física dos lugares, mas também as redes sociais aí estabelecidas e ainda os significados simbólicos desenvolvidos em relação ao lugar (Devine-Wright, 2009; Pol et al., 2006; Speller, 2005; Stewart, Liebert, & Larkin, 2004; Stedman, 2002; Brown & Perkins, 2004; Fried, 2000; Breakwell, 1986).

Por exemplo, a construção de novas infra-estruturas muitas vezes despoleta a manifestação explícita, através de protestos ou outras formas de expressão de desacordo contra a construção, mesmo que essa seja para fins ambientais ou sociais. Este fenómeno tem sido frequentemente estudado como o efeito NIMBY (*Not in my backyard*)⁵, definido como “social rejection of facilities, infrastructure and services location, which are socially necessary but have a negative connotation” (Pol et al., 2006, p. 44; Devine-Wright, 2009). A pesquisa acerca deste fenómeno tem demonstrado que na maior parte das vezes o NIMBY acontece pelo medo de efeitos potenciais para a saúde, pela desconfiança nas autoridades, ou ainda devido aos sistemas de crenças dos membros das comunidades afectadas, que são postos em causa com essas alterações (Devine-Wright, 2009; Pol et al., 2006; Lima, 2006; Bonaiuto et al., 2002). Para que este fenómeno de resistência possa ser minimizado tem vindo a ser defendida cada vez mais a necessidade de se tomarem decisões acerca das comunidades recorrendo à participação pública nos processos de tomada de decisão.

⁵ Ou ainda como efeito LULU (*Locally Unwanted Land Uses*). Esta definição tem sido também utilizada para evitar as conotações negativas que geralmente são atribuídas pelos meios de comunicação social e pelos sistemas técnico-políticos, como veremos de seguida, ao fenómeno NIMBY (para uma ilustração ver Mannarini, Roccatto, Fedi & Rovere, 2009).

5.2. O impacto da relação entre os sistemas técnico e leigo para o apoio ou resistência à mudança nas comunidades

O fenómeno NIMBY é muitas vezes concebido pelas autoridades locais como a resistência à mudança no lugar baseada em interesses pessoais e no impacto das transformações para o dia-a-dia dos habitantes. Esta concepção promove que as autoridades negligenciem as perspectivas e propostas dos membros da comunidade (Devine-Wright, 2009; Manzo & Perkins, 2006; Pol et al., 2006; Rydin, 2002). No entanto, estudos têm demonstrado como cada vez mais se verificam outros fenómenos associados ao NIMBY (como o NIABY – *Not in Anyone's Backyard* – Pol et al., 2006) que revelam que contrariamente às percepções das autoridades, os fenómenos identificados como NIMBY incluem preocupações importantes relacionadas com a preservação da comunidade e do ambiente, e que por isso deverão ser integradas nos processos de tomada de decisão (Devine-Wright, 2009; Mannarini, Roccato et al., 2009; Pol e tal., 2006). Ademais, quando são implementados processos de consulta pública ou participatórios para a tomada de decisão é menos frequente verificar-se o fenómeno NIMBY (Devine-Wright, 2009; Manzo & Perkins, 2006; Pol et al., 2006; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Bonaiuto et al., 2002). Por exemplo, alguns estudos mostram como o apoio ou resistência à construção de parques naturais é influenciado pela forma como os processos de tomada de decisão em relação à construção dos parques são efectuados. Processos que envolvam os membros das comunidades nessa decisão podem promover menor resistência (Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Mouro & Castro, 2009). Ainda outros estudos têm mostrado que as percepções e avaliações de técnicos e membros da comunidade tendem a ser divergentes, o que poderá ter consequências para as relações dos membros da comunidade com essa e para as práticas que estão dispostos a adoptar em relação à mesma (Bonnes et al., 2007; Kweon, Ellis, Lee, & Rogers, 2006; Wapner & Demick, 2002).

Assim, uma conclusão essencial que tem sido avançada por esta linha de pesquisa é que é importante que as autoridades locais integrem as perspectivas dos membros das comunidades nos processos de tomada de decisão. Se assim for, as percepções, significados, avaliações e relações que os membros das comunidades estabelecem com estas, e que podem influenciar as suas atitudes e comportamentos pró-ambientais, como veremos de seguida, serão tidas em conta nos processos de tomada de decisão podendo promover comunidades mais sustentáveis (Manzo & Perkins, 2006; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Pol, 2002b).

5.3. A ligação ao lugar

A abordagem mais localizada do estudo da relação entre ideias e comportamentos ambientais tem ainda focalizado de forma específica o impacto que os sentimentos de ligação ao lugar que os membros de uma comunidade estabelecem com essa pode ter nas atitudes e comportamentos pró-ambientais (Bonnes & Bonaiuto, 2002; van Vugt & Snyder, 2002). Para o estudo da ligação ao lugar a Psicologia Ambiental tem nos últimos anos prestado especial atenção a três constructos que pretendem dar conta dessa ligação: a identidade de lugar (e.g., Hernández, Hidalgo, Salazar-Laplace & Hess, 2007; Mannarini, Tartaglia, Fedi & Greganti, 2006), a vinculação ao lugar (e.g., Long & Perkins, 2007; Lewicka, 2005) e o sentido de comunidade (e.g., Peterson, Speers, & McMillan, 2008; Wilkinson, 2007). Por seu turno, estes constructos poderão ser concebidos como acedendo a três dimensões diferentes da relação pessoa-lugar (para uma revisão, ver Manzo & Perkins, 2006): a identidade de lugar ou a componente cognitiva da relação do indivíduo com o lugar; a vinculação ao lugar ou a componente afectiva do indivíduo com o lugar; e por último, o sentido de comunidade ou a componente afectiva-social da relação do indivíduo com a comunidade.

Como iremos ver, a distinção entre estas dimensões da ligação ao lugar baseia-se no pressuposto de que são ontologicamente distintas e poderão ter consequências diferentes para os comportamentos dos indivíduos (Pretty, Chipuer & Bramston, 2003; Pol, 2002b; Stedman, 2002; Jorgensen & Stedman, 2001; Lima, 2004b; Valera & Pol, 1994). No entanto, e como iremos mostrar ao longo das próximas páginas, o diagnóstico da falta de clareza conceptual e empírica relativa à distinção entre estes três conceitos continua a ser alvo de debate (ver Hernández et al., 2007; Patterson & Williams, 2005; Duarte & Lima, 2005; Obst & White, 2004, para ilustrações recentes). Consequentemente, a análise do impacto de distintas dimensões da ligação ao lugar para comportamentos direccionados a esse não tem sido realizada de forma sistemática. Importa assim começar por ver como estes três constructos têm sido definidos.

5.3.1. Identidade de lugar

Uma das linhas de pesquisa que mais consistentemente se desenvolveu foi acerca da identidade de lugar. Esta linha de pesquisa começou a ser mais sistematicamente estudada por Proshansky e colaboradores (1983), com a análise da faceta espacial do conceito de identidade (Pol, 2007; Speller, 2005; Lima, 2004b; Bonnes & Secchiaroli, 1995; Lalli, 1988).

Proshansky e colegas demonstram como acontecimentos ambientais, tais como a deterioração do bairro, as mudanças de residência ou transformações na paisagem circundante, podem ter impacto na identidade pessoal (Bonnes & Secchiaroli, 1995). Definem assim a identidade de lugar como “a sub-structure of the self-identity of the person consisting of, broadly conceived, cognitions about the physical world in which the individual lives. These cognitions represent memories, ideas, feelings, attitudes, values, preferences, meanings, and conceptions of behaviour and experience which relate to the variety and complexity of physical settings that define the day-to-day existence of every human being” (Proshansky, Fabian, & Kaminoff, 1983, p. 59).

Este modelo da identidade de lugar dominou durante muito tempo a literatura, contudo pouca evidência empírica foi sendo reunida em relação ao mesmo (Bonnes, Lee & Bonaiuto, 2003). Uma das principais críticas que foi ao longo do tempo apontada a este modelo foi a sua falta de dimensão social, sendo um modelo cognitivista com ênfase no contributo do lugar físico para a construção pessoal da identidade (Pol, 2007; Devine-Wright & Lyons, 1997; Bonnes & Secchiaroli, 1995; Lalli, 1988). Por outras palavras, a proposta de Proshansky e colaboradores foi criticada por negligenciar outras importantes dimensões da relação com o lugar, que são de índole claramente social (Lima, 2004b; Bonnes & Secchiaroli, 1995; Valera, 1996; Cuba & Hummon, 1993; Lalli, 1988): a nossa ligação ao lugar através dos significados socialmente elaborados e partilhados tanto por aqueles que ocupam o lugar, como por aqueles que o vêem e vivem de fora.

Assim, o estudo da ligação ao lugar começou também a olhar para a sua faceta social. A Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1972) e a Teoria da Auto-categorização Social (Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987) foram usadas para isso. Estes são modelos relativos à identificação com categorias sociais em que a identificação com o ambiente se pode incluir, se se partir da perspectiva de que o ambiente não é um mero cenário físico, mas antes um produto social resultante da interacção entre as pessoas que o partilham (Valera & Pol, 1994). Neste sentido, os princípios e estratégias utilizados no caso da identificação social com um grupo (e.g., estudantes de Psicologia) serão similares na identificação com o lugar (e.g., morador de Alfama), visando contribuir para a obtenção e manutenção de uma auto-estima positiva (Bonaiuto, Breakwell & Cano, 1996; Duarte & Lima, 2005). Começaram assim a ser desenvolvidas propostas que demonstram, teórica e empiricamente, a natureza social e dinâmica das estruturas identitárias e a sua relação íntima com o lugar (Breakwell, 2001; 1986; Devine-Wright & Lyons, 1997; Twigger-Ross & Uzzell, 1996).

Nesse seguimento, outros autores mostraram que a identificação com um lugar pode ser promovida por distintos processos, para pessoas distintas. Por exemplo, a operacionalização do modelo *CIS – City-Identity-Sustainability* (Pol, 2002b), demonstrou como enquanto que dimensões como a satisfação com o lugar são bases transversais da ligação ao lugar, outras dimensões têm uma importância diferenciada para distintas populações e características enquanto bases da ligação ao lugar. A ligação ao lugar pode ser baseada sobretudo na coesão, isto é, nas relações sociais estabelecidas no lugar (sobretudo no caso de comunidades mais desfavorecidas), ou sobretudo na identificação com as características físicas e estéticas do lugar (sobretudo em comunidades melhor estruturadas e compostas por indivíduos com estatuto social mais elevado) (Valera & Guardiola, 2002; Pol, Moreno, Guàrdia & Íñiguez, 2002; Wiesenfeld & Giuliani, 2002; Jiménez-Domínguez & Aguilar, 2002; Aguilar D., 2002; Guàrdia & Pol, 2002; Pol & Castrechini, 2002; Uzzell, Pol & Badenas, 2002; Moser, Ratiu, & Fleury-Bahi, 2002).

Neste sentido, a identidade de lugar tem vindo assim a ser mais recentemente definida como "Place identity (...) has an individualistic aspect, in terms of the development of the self-in-place identity, and a communal aspect, which encompasses the processes of social identity." (Pretty et al., 2003, p.276; Carrus, Bonaiuto et al., 2005).

5.3.2. Vinculação ao lugar

A história do estudo da vinculação ao lugar na Psicologia Ambiental pode ser traçada a partir dos estudos de Tuan (1980) e Fried (1982) que analisaram as relações afectivas estabelecidas entre as pessoas e os lugares onde vivem (Soczka, 2005b; Bonnes & Secchiaroli, 1995). Nas palavras de Low e Altman (1992) a vinculação ao lugar é um "complex phenomenon that incorporates several aspects of people-place bonding (...) affect, emotion and feeling are central to the concept (...) emotional qualities are often accompanied by cognition (thought, knowledge, and belief) and practice (action and behaviour)" (p.4-5). No entanto, vários autores apontaram que a distinção entre este conceito e o de identidade de lugar previamente proposto por Proshansky e colegas não seria evidente (ver Giuliani & Feldman, 1993). Neste sentido, o estudo deste processo ao longo dos anos consensualizou a definição de vinculação ao lugar como uma ligação afectiva positiva⁶ entre um indivíduo e

⁶ Este aspecto tem vindo a ser criticado recentemente, uma vez que no seio da sua relação com a vinculação tal como postulada por Bowlby e Ainsworth se deverá considerar que a vinculação ao lugar pode ser não só positiva, mas também negativa ou ambivalente (Lewicka, 2005; Hidalgo, 2000).

um lugar específico, cuja principal característica é a tendência do indivíduo manter proximidade com esse lugar (Long & Perkins, 2007; Bernardo & Palma, 2005; Speller, 2005; Brown, Perkins, & Brown, 2003; Hidalgo & Hernandez, 2001; Hidalgo, 2000; Feldman, 1996). Assim, a vinculação ao lugar tem sido estudada como um fenómeno multidimensional, baseado na emoção e sentimentos relacionados com um lugar. Por exemplo, Hidalgo & Hernandez (2001) distinguem três dimensões da vinculação ao lugar: dimensão geral, física e social, tendo concluído que a vinculação *social* é maior que a *física* – em relação à comunidade de residência -, ou seja, que as redes sociais estabelecidas nesse espaço têm mais importância para a vinculação ao lugar do que os aspectos físicos característicos do mesmo. Já Kyle, Graefe e Manning (2005) distinguem as componentes afectiva, cognitiva e comportamental da vinculação ao lugar, no seguimento de Jorgensen e Stedman (2001). Estes últimos autores sugerem que o ‘sentido de lugar’, um constructo supraordenado para dar conta da relação com o lugar, pode ser igualado a uma atitude geral em relação ao lugar composta por três dimensões: vinculação ao lugar (componente afectiva), dependência do lugar (componente comportamental, mais próxima da avaliação do lugar e satisfação com o lugar) e identidade de lugar (componente cognitiva) (Lima, 2004b). Kyle e colegas (2005) mostram ainda como é importante adicionar uma outra dimensão à vinculação ao lugar, especificamente uma medida de laços sociais para aceder à dimensão afectiva com o grupo que ocupa o lugar. Reforçam assim a ideia de que a relação afectiva estabelecida entre as pessoas e o lugar em que vivem se baseia não só no lugar físico, mas também no lugar social.

5.3.3. Sentido de Comunidade

Os estudos acerca do Sentido de Comunidade desenvolvem-se a partir de uma definição de comunidade relacionada sobretudo com as relações sociais que aí se estabelecem (Puddifoot, 1996; Cuba & Hummon, 1993). Uma das operacionalizações do Sentido de Comunidade que mais frequentemente tem vindo a ser utilizada nos estudos sobre a relação pessoa-comunidade segue a definição de McMillan e Chavis (1986). Segundo estes autores, o sentido de comunidade é composto por dimensões de pertença ao grupo, influência mútua, integração e preenchimento de necessidades e ligação emocional partilhada (Chavis, Hogge, McMillan & Wandersman, 1986; McMillan & Chavis, 1986). A Pertença está relacionada com o sentido de pertença e identificação à comunidade, a Influência implica que os membros do grupo sintam que têm influência sobre aquilo que o grupo faz, a Integração e Preenchimento de Necessidades envolve interdependência e sentido de homogeneidade, e, por

último, a Relação Emocional Partilhada é baseada numa história partilhada/comum entre os membros da comunidade.

Os estudos sobre o Sentido de Comunidade têm vindo a aferir a replicabilidade dessa estrutura multidimensional em várias comunidades (e.g., Peterson et al., 2008; Obst, Zinkewick & Smith, 2002). Lima e Castro (2005) aplicaram a escala de Sentido de Comunidade em Portugal, operacionalizando-a através de 10 itens, baseados na escala original de McMillan e Chavis (1986). Estes organizaram-se em duas dimensões, ao invés das quatro originalmente postuladas: a Avaliação Positiva do Lugar e a Integração Social na Comunidade (Lima & Castro, 2005).

Outros autores sugerem ainda a adição de outras dimensões no estudo do Sentido de Comunidade (Kyle et al., 2005; Kim & Kaplan, 2004; Obst et al., 2002). Por exemplo, Obst e colegas (2002) testaram a escala de McMillan e Chavis (1986) em vários tipos de comunidades, acrescentando uma outra dimensão, de Identificação, baseada na escala de Identidade Social proposta por Cameron (2004) e composta por três sub-dimensões: *Centrality*, *Ingroup Affect* e *Ingroup Ties*. Os resultados mostram como, por um lado, os factores teorizados por McMillan e Chavis (1986) são empiricamente encontrados, mas com a adição de um outro factor, o de Identificação Consciente, correspondente à componente de Centralidade proposta por Cameron (2004). Em suma, os estudos relativos ao Sentido de Comunidade salientam como é importante ter em conta simultaneamente a relação que as pessoas estabelecem com a comunidade na sua acepção territorial e física, e com a comunidade na sua dimensão social, ou seja, constituída pelas relações sociais existentes num determinado espaço.

5.3.4. Antecedentes e consequentes da ligação ao lugar: Relação com atitudes e comportamentos ambientais

Apesar de a identidade de lugar, vinculação ao lugar e sentido de comunidade terem sido distinguidas na literatura do estudo pessoas-ambiente/comunidade ao longo dos anos, os processos que têm sido analisados como estando a jusante e a montante dessas são mais semelhantes do que contrastantes. Começando pelas comunalidades, essas têm sido apontadas como sendo precedidas - ou estando correlacionadas - por variáveis como o tempo de residência, a idade, o nível sócio-económico, a escolha do lugar de residência⁷ (Lewicka,

⁷ Globalmente, são encontradas correlações positivas entre o tempo de residência, a idade, a escolha do lugar de residência e a ligação ao lugar (Hernández et al., 2007; Lewicka, 2005; Bernardo & Palma, 2005; Knez, 2005).

2008; 2005; Hernández et al., 2007; Bernardo & Palma, 2005; Knez, 2005; Bonaiuto, 2004; Kwad & Klad, 2003; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Valera & Guàrdia, 2002; Vorkinn & Riese, 2001; Hidalgo & Hernández, 2001; Giuliani & Feldman, 1993; Sampson, 1991). Por outras palavras, a pesquisa salienta como tanto as posições mais objectivas na estrutura social como, articuladamente, o tipo de apropriação da comunidade (por decisão pessoal ou por outros factores, o tempo de residência) podem ter impacto para a ligação que os indivíduos estabelecem com essa, reforçando a importância de termos em conta a heterogeneidade das comunidades.

No que diz respeito aos consequentes, tanto a identidade de lugar como a vinculação ao lugar têm sido estudadas na sua relação com o apoio ou resistência a mudanças, especificamente, ambientais, nas comunidades. Alguns estudos têm mostrado como uma elevada identidade de lugar ou vinculação ao lugar podem promover a resistência à mudança na comunidade, podendo dessa forma concretizar-se em atitudes e comportamentos anti-ambientais, como a oposição à construção de parques naturais, nomeadamente, quando não são implementados processos participatórios e quando os indivíduos têm interesses específicos na comunidade (Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Vorkinn & Riese, 2001). Outros estudos mostram antes como a vinculação ao lugar e a identidade de lugar podem fomentar atitudes (Vorkinn & Riese, 2001; Mouro & Castro, 2009) e comportamentos pró-ambientais (Pol et al., 2002), nomeadamente, se considerarmos também o efeito moderador de vários factores, como interesses específicos na comunidade (Mouro & Castro, 2009), a ligação com a comunidade mais inclusiva (e.g., cidade ou município – Vorkinn & Riese, 2001) ou ainda a importância diferenciada das várias componentes da ligação ao lugar para distintos grupos das comunidades (Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002). Por seu turno, o sentido de comunidade tem sido mais frequentemente apontado como preditor de participação cívica ou comunitária (ver, entre outros, Mannarini, Fedi, & Trippetti, 2009; Manzo & Perkins, 2006; Peterson & Reid, 2003; Colombo, Mosso, & Piccoli, 2001).

Por outras palavras, o impacto da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos ambientais, apesar de se ter tornado um objecto de estudo importante na literatura da Psicologia Ambiental nos últimos anos, ainda não é evidente. Primeiro, e como apontámos, têm sido encontrados alguns resultados contraditórios: em alguns casos a ligação ao lugar permite explicar atitudes e comportamentos ambientais, em outros justifica a oposição, por

O nível sócio-económico é em alguns casos apontado como estando correlacionado negativamente com a ligação ao lugar (e.g., Lewicka, 2005), noutros casos como estando dependente das dimensões de ligação ao lugar analisadas: apresentando uma correlação positiva com a identidade de lugar e uma correlação negativa com a coesão social ou relações sociais estabelecidas no lugar (e.g., Pol, 2002b; Uzzell et al., 2002).

exemplo, à construção de infra-estruturas para fins ambientais (Scannell & Gifford, no prelo; Lima & Marques, 2009; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Vorkin & Riese, 2001).

Segundo, e articuladamente, é notória alguma falta de clareza quer conceptual, quer empírica, no que diz respeito a cada constructo de ligação ao lugar que descrevemos e à relação entre eles (Devine-Wright, 2009; Patterson & Williams, 2005; Duarte & Lima, 2005; Knez, 2005; Twigger-Ross, Bonaiuto & Breakwell, 2003; Twigger-Ross & Uzzell, 1996). Esta falta de clareza faz com que também não seja evidente de que forma e em que circunstâncias distintas dimensões da ligação ao lugar podem influenciar atitudes e comportamentos pró-ambientais. Por seu turno, e uma vez que a conceptualização desses constructos – identidade de lugar, vinculação ao lugar, sentido de comunidade - foi sendo construída com base em tradições epistemológicas e metodológicas algo distintas (ver Patterson & Williams, 2005), poucas vezes têm sido analisados em conjunto. Por exemplo, o estudo do impacto da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos ambientais tem privilegiado sobretudo a análise do papel da identidade de lugar e da vinculação ao lugar para esses (Scannell & Gifford, no prelo; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Vorkinn & Riese, 2001), em detrimento das relações sociais estabelecidas no lugar. De facto, e apesar de alguns conjuntos de estudos terem analisado de forma mais sistemática o impacto de distintas dimensões da ligação ao lugar para comportamentos comunitários e, especificamente, para comportamentos pró-ambientais (ver volume 34, número 1, 2002, da revista *Environment & Behavior*) ainda não é claro, por um lado, quais as dimensões da ligação ao lugar que devemos considerar. Por outro lado, de que modo essas se relacionam com distintas dimensões da comunidade, se serão diferentemente importantes para os distintos grupos que compõem as comunidades (Weisenfeld, 1996; Stewart et al., 2004; Castro & Mouro, no prelo), e para prever atitudes e comportamentos pró-ambientais distintos (Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002; Brehm, Eisenhauer & Krannich, 2006).

Uma leitura mais atenta da literatura que acabámos de rever sugere-nos então que para compreender melhor estas questões é importante considerarmos dois aspectos. Primeiro, que analisar a ligação ao lugar implica não só ter em conta a ligação ao lugar físico, mas também a ligação ao lugar social (Manzo & Perkins, 2006; Lima, 2004b). Segundo, que devemos considerar que as comunidades são heterogéneas, quer no que diz respeito às posições mais objectivas dos indivíduos na estrutura social, quer no que se refere às posições e relações específicas que ocupam e estabelecem nas comunidades (Castro & Mouro, no prelo; Lewicka, 2005; Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002; Fried, 2000). Na próxima e última secção deste

capítulo sistematizaremos os principais contributos que as literaturas a que nos viemos referindo trarão para o presente trabalho.

6. Considerações finais

A conjugação das linhas de pesquisa acima identificadas permite de um ponto de vista epistemológico, uma abordagem mais psico-social ao estudo das ideias e comportamentos ambientais. Isto porque procura compreender as interrelações entre os níveis individual e contextual e as implicações destas para a preservação do ambiente. Por outro lado, de um ponto de vista mais aplicado, esse primeiro ponto permite responder às agendas políticas e sociais que têm pretendido resolver globalmente os problemas ambientais, actuando a um nível local (Gifford, 2007; Carrus, Fornara et al., 2005b; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Kurz, 2002; De Young, 2000).

Pretendemos ter em conta estes aspectos ao analisar os determinantes da participação enquanto comportamento pró-ambiental não-activista da esfera pública (Stern, 2000), em prol da preservação do ambiente construído. No entanto, como dissemos, este tipo de comportamento pró-ambiental é aquele que menos tem sido alvo de pesquisa. Já a Psicologia Social tem desenvolvido nos últimos anos um conjunto de pesquisa alargado sobre os preditores de vários tipos de participação sob a forma de acção colectiva (Stürmer & Simon, 2004; Simon & Klandermans, 2001; Klandermans, 1997; Kelly, 1993). Serão esses trabalhos que iremos rever no capítulo seguinte e que nos ajudarão a explorar alguns outros processos psico-sociais que poderão ser importantes para compreender a participação como comportamento pró-ambiental.

Por último, os trabalhos que referimos neste capítulo alertam ainda para um outro aspecto essencial para analisar os aspectos psico-sociais da participação. Nos dois conjuntos de pesquisa apresentados, os estudos diagnosticam a falta de práticas de participação, tanto enquanto dever (Stern, 2000) como enquanto direito (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Manzo & Perkins, 2006). Isto revela a necessidade de, para a análise dos aspectos psico-sociais da participação, termos que ter em conta uma outra dimensão: a institucional, ou seja, a forma como a participação pública se encontra legislada para ser implementada. Para podermos articular a análise da participação enquanto direito e enquanto dever é imprescindível enquadrá-la como um processo de mudança normativa que pretende generalizar novas formas de pensar e de agir não só nos cidadãos, mas também nos sistemas técnico-políticos. É importante assim analisar, separada e articuladamente, a forma como as dimensões individual,

contextual e institucional/cultural da participação se concretizam nesses dois sistemas e entre eles.

Apontámos ainda alguns aspectos que deverão ser tidos em conta de forma complementar para uma melhor compreensão dos determinantes dos comportamentos pró-ambientais, no caso do presente trabalho, para a análise dos determinantes da participação em relação ao ambiente construído. Relembramos assim que é necessário termos em conta:

(a) a distinção conceptual e operacional entre os conceitos incluídos dentro da noção de ‘ideias ambientais’ (Castro, 2006; Kaiser et al., 1999);

(b) que as ‘ideias ambientais’ são heterogéneas e também enformadas localmente (Castro, Garrido et al., 2009; Castro, 2006; Kurz et al., 2005; van Vugt, 2002);

(c) a articulação das dimensões individual, contextual (Bonnes & Bonaiuto, 2002) e societal das ideias e comportamentos ambientais;

(d) a incipiente distinção conceptual e operacional entre as variáveis de ligação ao lugar (Patterson & Williams, 2005) e conseqüente falta de clareza da sua relação com distintas dimensões das comunidades (Brehm et al., 2006; Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002; Fried, 2000) e o seu impacto para ideias e comportamentos pró-ambientais (Pol et al., 2002; Vorkinn & Riese, 2001);

(e) e, ainda, que as comunidades são diversas e heterogéneas (Stewart et al., 2004; Castro & Mouro, no prelo).

Estes aspectos serão retomados nos capítulos empíricos deste trabalho. Alguns, como ter em conta a heterogeneidade das ‘ideias ambientais’ e a sua contextualização, serão transversais aos estudos empíricos. Outros, como a análise do impacto da ligação ao lugar para ideias e comportamentos ambientais, serão focalizados em estudos específicos, como nos Estudos 4 e 5 do presente trabalho.

Capítulo III

A participação na Psicologia Social: Relações inter-grupais, identidade social e acção colectiva

Claire was only truly excited by the apocalyptic on the world stage: WMD, autocratic presidents, mass death. She detested committees and meetings. She liked to go on marches and to sign petitions.

In *On Beauty*, Zadie Smith, 2005, p. 122

O aumento dos movimentos sociais e a maior tentativa de participação do público nas decisões políticas são características do período de modernidade tardia das nossas sociedades (Giddens, 1995; Inglehart, 1995). O estudo da acção colectiva, dos seus promotores e das suas consequências, começa a receber maior atenção nas ciências sociais, apoiando-se na ideia de que a participação ou acção colectiva é a via por excelência para influenciar as decisões políticas nas democracias ocidentais (Klandermans, 2002a; Habermas, 1998; Melucci, 1992).

Nos últimos anos também a Psicologia Social tem analisado os promotores da acção colectiva, demonstrando como as identidades sociais desempenham nela um papel fulcral (van Zomeren, Postmes & Spears, 2008; Stürmer & Simon, 2004). Iremos, de seguida, começar por caracterizar brevemente as principais abordagens que estudaram a acção colectiva nas ciências sociais. Depois, iremos focalizar-nos nas duas grandes linhas de pesquisa que têm sido desenvolvidas na Psicologia Social sobre acção colectiva e que nos poderão ajudar a analisar os determinantes da participação neste trabalho.

1. O percurso do estudo da acção colectiva

A acção colectiva, inicialmente concebida como ‘comportamento de massas’ (Reicher, 1984), começou a ser estudada ainda em finais do século XIX – linha de pesquisa desenvolvida por autores como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon - e até meados do século passado era sobretudo vista como um comportamento desviante e irracional (Danziger, 2000; Drury & Reicher, 2000; Reicher, 1984). Outras abordagens foram contestando essa concepção propondo antes, como na Teoria da Privação Relativa, que a acção colectiva tem por base a forma como as pessoas experienciam ofensas ou injustiças, sobretudo enquanto membros de grupos (Walker & Smith, 2002; Kelly, 1993). Contudo, a privação relativa enquanto hipótese explicativa da acção colectiva sofreu várias críticas (Walker & Smith, 2002). Nomeadamente, por se mostrar que a percepção de injustiça não é razão suficiente para motivar a acção colectiva (van Zomeren et al., 2008; Klandermans, 1997; Melucci, 1992).

Assim, outras abordagens se seguiram. A Teoria da Mobilização de Recursos vem propor que a participação na acção colectiva é uma decisão racional e dirigida a objectivos específicos (Klandermans, 2002a; Klandermans, Staggenborg, & Tarrow, 2002). Esta proposta enfatiza a importância da percepção de eficácia para a acção colectiva, baseada no rácio custos-benefícios da participação (Klandermans, 1997), em detrimento da percepção de injustiça (van Zomeren et al., 2008).

Por sua vez, a abordagem dos Novos Movimentos Sociais vem salientar como significados, estilos e qualidade de vida, identidades, justificariam o aumento de movimentos sociais e outras formas de acção colectiva (Inglehart, 1995; Giddens, 1995). Para esta abordagem são sobretudo os novos valores que permeiam as sociedades e as identidades que lhes estão associadas que baseiam a acção colectiva (Inglehart, 1995; Melucci, 1992; Habermas, 1989).

Com o passar dos anos estas abordagens começaram a comunicar entre si levando a propostas onde é maior o equilíbrio entre componentes macro e micro da acção colectiva (Klandermans, 1997; McAdam, McCarthy, & Zald, 1988). Algumas dessas propostas foram desenvolvidas no seio da Psicologia Social, procurando articular o individual e o social (Kelly, 1993; van Zomeren et al., 2008). Estas propostas podem ser inseridas em duas grandes linhas de pesquisa – abordagem sócio-cognitiva e abordagem sócio-construcionista - que iremos detalhar nas próximas páginas. Antes disso iremos primeiro sistematizar os tipos de acção colectiva que têm vindo a ser estudados nesta literatura, identificando alguns critérios que devemos ter em conta na sua análise.

2. Abordagens à acção colectiva na Psicologia Social

2.1. Tipologias da acção colectiva

Como vimos no capítulo passado é relevante distinguirmos comportamentos ambientais da esfera pública activistas e não-activistas, tendo em conta os distintos factores psico-sociais que os poderão determinar (Stern, 2000). Os estudos da Psicologia Social que têm analisado os promotores da acção colectiva podem ainda ajudar-nos a esclarecer melhor esses factores. Primeiro, enfatizam a importância de se ter em conta que os comportamentos da esfera pública se concretizam com base em relações intra e inter-grupais, através da relação directa ou indirecta de um endo-grupo com um exo-grupo (van Zomeren et al., 2008),

dimensão da acção colectiva que, conseqüentemente, devemos ter em conta para podermos compreender os seus preditores.

Depois, mostram também a relevância de distinguirmos distintos tipos de acção colectiva de acordo com o esforço e a duração que implicam (Klandermans, 1997). Os comportamentos não-activistas têm geralmente uma duração limitada, mas deverão ser distinguidos pelo esforço que implicam. Ocupações, protestos não autorizados e greves implicam um esforço mais elevado, enquanto que doar dinheiro ou assinar uma petição implicam menos esforço. Assim, de acordo com o esforço e a duração poderão ser mais determinantes factores psico-sociais como o grau de identificação com um grupo ou a percepção de eficácia da participação como preditores desta (Klandermans, 1997; Kelly, 1993).

Por último, a literatura da acção colectiva da Psicologia Social salienta ainda a relevância de se distinguir o objectivo da acção colectiva (van Zomeren e tal., 2008). A acção colectiva concretizada na participação em movimentos sociais é muitas vezes destinada a resolver desvantagens estruturais de grupos ditos naturais, por exemplo, baseados no sexo (van Zomeren e tal., 2008). Já os comportamentos de participação comunitária, como apresentar uma queixa às autoridades ou assinar uma petição contra um processo de tomada de decisão relativo à comunidade, são conceptualizadas nesta literatura como pretendendo resolver desvantagens incidentais ou 'ofensas impostas de repente' (van Zomeren et al., 2008; Klandermans, 2002b). Para os primeiros, factores como a percepção de eficácia e de injustiça não são considerados determinantes tão relevantes, contrariamente ao impacto que poderão ter para os comportamentos destinados a resolver desvantagens incidentais (van Zomeren et al., 2008).

As duas linhas de pesquisa da Psicologia Social que têm estudado mais sistematicamente a acção colectiva podem distinguir-se desde logo precisamente por direccionarem mais a sua atenção para a acção colectiva destinada a resolver desvantagens estruturais ou aquela direccionada a desvantagens incidentais. A primeira, que podemos considerar uma abordagem mais sócio-cognitiva à acção colectiva, tem sobretudo tentado compreender a participação em movimentos sociais (Stürmer & Simon, 2004; Klandermans, 1997). A segunda, que designaremos de abordagem sócio-construccionista, tem sobretudo reflectido acerca de episódios de acção colectiva específicos no espaço e no tempo (Drury & Reicher, 2000; Stott & Reicher, 1998).

Apresentaremos de seguida estas duas linhas de pesquisa, em torno das suas dimensões comuns: principais pressupostos, identidade colectiva politizada, níveis de inclusividade da identidade e antecedentes da acção colectiva.

2.2. Acção colectiva: Abordagem sócio-cognitiva

O estudo da acção colectiva nesta abordagem parte da constatação de que apesar do apoio elevado a movimentos sociais e outros tipos de acção colectiva por parte do público em geral, os níveis de participação efectiva nesses movimentos tendem a ser reduzidos (Fielding et al., 2008; Stürmer & Simon, 2004; Klandermans, 2002b). Neste sentido, a pesquisa tem tentado perceber os seus determinantes psico-sociais (Kelly, 1993). Isto concretiza-se, por um lado, na inclusão das propostas mais individualistas e racionalistas da Teoria da Mobilização de Recursos (Klandermans, 1997; 1993). Por outro lado, na simultânea integração do reconhecimento da importância das identidades para a acção colectiva (Stürmer & Simon, 2004; Simon, 2004). Stürmer & Simon (2004) operacionalizam esta ideia, testando dois modelos como preditores da participação em movimentos sociais: um baseado no cálculo custos-benefícios e outro baseado nas teorias da identidade social. Os autores verificam que quando os indivíduos se identificam com o grupo associado ao movimento social em causa (e.g., homossexuais, idosos), o percurso seguido para prever a sua participação no movimento social será o identitário em detrimento do cálculo custos-benefícios.

2.2.1. Principais pressupostos

Esta abordagem à acção colectiva parte assim do pressuposto de que é sobretudo a identidade colectiva que se constitui como o processo psico-social básico que torna os fenómenos colectivos possíveis (van Zomeren et al., 2008; Stürmer & Simon, 2004; Kelly, 1993). De acordo com as Teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização Social (ver Turner et al., 1987; Tajfel, 1972) se pertencermos a um grupo de baixo estatuto procuraremos realizar determinadas acções que permitam tornar mais positiva a identidade com esse grupo, mas que irão depender do nosso grau de identificação com o grupo (Kelly & Breinlinger, 1995). Por exemplo, caso nos identifiquemos bastante com o nosso grupo e se percebemos o estatuto do nosso grupo comparado com outros como ilegítimo e instável, iremos tendencialmente utilizar estratégias colectivas entre quais se encontram a mudança social que pode ser tentada através da acção colectiva (van Zomeren et al., 2008).

Para além dessa componente avaliativa da identidade social – relacionada com a comparação com outros grupos -, esta tem sido considerada como constituída por outras duas componentes: cognitiva e afectiva (Simon, 2004; De Weerd & Klandermans, 1999), sendo a componente afectiva que mais tem vindo a ser apontada como prevendo a acção colectiva (Giguère & Lalonde, 2010; van Zomeren et al., 2008; Simon, 2004; De Weerd & Klandermans, 1999). Propostas mais recentes partindo das teorias originais da Identidade Social e da Auto-Categorização Social operacionalizam antes outras três sub-componentes da identidade social: a centralidade, relacionada com a importância e saliência da pertença grupal; o afecto endo-grupal, referente ao sentido de vinculação, emoções e identificação psicológicas com o grupo; e os laços endo-grupais, as percepções individuais acerca da similariedade entre o indivíduo e os outros membros do grupo, ou “the psychological ties that bind the self to the group” (Cameron, 2004, p.242; Giguère & Lalonde, 2010; van Zomeren et al., 2008). A proposta desta terceira sub-componente da identidade social pode ser particularmente importante para o estudo da acção colectiva, uma vez que se poderá associar de forma evidente a um outro processo psico-social relacionado com a identidade social que tem sido considerado importante para prever a acção colectiva: a despersonalização ou percepção de homogeneidade (Stürmer & Simon, 2004; Simon, 2004; Klandermans, 2002b).

Este processo relaciona-se com a forma como as pessoas tendem a “not to act as a unique individual but as a member of a group. The more people are treated as a member of a group and the better the fit between our perceptions of them and the stereotypical image, the higher the degree of depersonalization” (Klandermans, 2002b, p.891; Bliuc, McGarty, Reynolds, & Muntele, 2007; Kelly, 1993). Na presença de aspectos motivacionais, como a identificação com um grupo e a necessidade de manter uma identidade social positiva, pode-se assim verificar um efeito de homogeneidade endo-grupal (Voci, 2000; Doosje, Ellemers, & Spears, 1995; Simon, Kulla & Zobel, 1995; Simon & Pettigrew, 1990) que poderá promover a utilização de estratégias de acção colectiva (Spears, Doosje, & Ellemers, 1999).

A acção colectiva pode ser então concebida, neste contexto, como uma estratégia colectiva para atingir uma identidade social mais positiva (Stürmer & Simon, 2004; Kelly, 1993). Pode incluir assinar uma petição ou comparecer numa reunião de grupo, mas também greves ou revoltas, ou seja, são enfatizadas sobretudo as consequências colectivas da acção e o facto de esta depender largamente da relação do indivíduo com um grupo (Stürmer & Simon, 2004; Simon, 2004).

2.2.2. Níveis de inclusividade da identidade

A pessoa pode, no entanto, ter muitas identidades colectivas diferentes dependendo do número de grupos a que pertence (Simon, 2004). Neste seguimento, um dos aspectos que nos últimos anos tem gerado pesquisa nesta área é precisamente de que forma distintos tipos de identidades podem explicar uma maior ou menor participação através de acção colectiva.

Uma das reflexões que se desenvolveu a este respeito propôs que a análise do impacto de diferentes identidades para a participação em acção colectiva é relevante para compreender melhor quais as consequências efectivas da acção colectiva para a mudança social por essa almejada. Em 2001, Bernd Simon e Bert Klandermans propõem que “the collective identity of the members of an aggrieved group who engages in adversarial attribution finally politicizes to the extent that these group members try to transform the confrontations into a more comprehensive power struggle forcing society at large to take sides with their in-group or with their opponent. This implies that they acknowledge or even stress their identity as a member of that society because only by virtue of their membership in this more inclusive group or community are they entitled to societal support for their claims” (Simon & Klandermans, 2001, p. 325). Esta proposta vem assim chamar a atenção para a necessidade de se ter em conta não só a identidade colectiva em causa na acção colectiva, mas também a forma como essa identidade está encaixada noutras identidades, com distintos níveis de abrangência. Esta proposta pode permitir abordar uma dimensão da acção colectiva que é talvez a sua dimensão mais importante e que, empiricamente, tem vindo a ser negligenciada: como é que os protagonistas de acção colectiva tentam e podem efectivamente atingir mudança social ou resistir a esta (van Zomeren et al., 2008; Louis, 2009).

2.2.3. Identidade colectiva politizada

No seguimento dessa proposta, nos últimos anos tem sido desenvolvida uma outra linha de pesquisa que se tem centrado na compreensão do impacto de identidades colectivas politizadas para a acção colectiva, para lá do impacto da identificação com as categorias mais gerais dos grupos de pertença (Stürmer & Simon, 2004). De Weerd e Klandermans (1999) propõem a distinção entre grupos voluntários – escolhidos deliberadamente pelos indivíduos - e grupos involuntários – sexo, idade, orientação sexual. Neste sentido, os autores propõem que a identificação com o grupo tem também uma dimensão comportamental concretizada no facto de as pessoas poderem escolher fazer parte de um grupo ou negar e evitar a sua pertença

ao mesmo. Esta dimensão comportamental da identidade social - e.g., ser idoso e escolher pertencer a uma associação de idosos - tem sido apontada como um importante preditor da participação (De Weerd & Klandermans, 1999).

Ainda outros estudos têm mostrado como a identificação com um grupo politizado ou movimento social – e.g., identificação com uma associação LGBT - é mais preditora da intenção de participar do que a identificação com o grupo geral de pertença a que esse movimento apela - e.g., homossexuais (Stürmer & Simon, 2004; de Weerd & Klandermans, 1999). Contudo, van Zomeren e colegas (2008) sublinham, através dos resultados de uma meta-análise a vários estudos sobre acção colectiva, que “ politicized identity produces stronger effect sizes than non-politicized identity”, mas esta última “still predicted a substantial amount of variance in collective action” (van Zomeren e tal., 2008, p. 518).

Também Bliuc e colegas (2007) analisam o facto de, ainda assim, as relações que têm sido encontradas entre a identificação com o grupo politizado e a intenção de participar serem estatisticamente fracas. Neste sentido, salientam a importância de se explorar a pertença ou identificação com grupos de opinião, uma vez que “opinions are easy to articulate and communicate, are usually defined in inter-group terms (implicitly or explicitly) and belonging to the same opinion-based group implies consensus and denotes unambiguously what the norms, values and beliefs are that define the group” (Bliuc et al., 2007, p. 30). Os autores concluem assim que a identificação das pessoas com grupos que percebem como partilhando a mesma opinião, ou a percepção de consenso em relação a um grupo, as leva a expressar maior intenção de participar em acção política (Bliuc et al., 2007).

2.2.4. Antecedentes da acção colectiva

Como vimos, nesta abordagem a identidade social assume um papel preponderante enquanto preditora da acção colectiva (van Zomeren et al., 2008). Por seu turno, analisar o impacto da identidade social para a acção colectiva implica termos em conta três aspectos: primeiro, que aquela é multidimensional e que distintas dimensões da identidade social poderão ter um impacto diferenciado nos comportamentos que estamos dispostos a concretizar enquanto membros de um grupo (Giguère & Lalonde, 2010; van Zomeren et al., 2008; De Weerd & Klandermans, 1999; Kelly, 1993); depois, que envolve a relação entre um ‘nós’, que se refere ao grupo com que nos identificamos, e um ‘eles’ que se refere ao grupo que promove a nossa acção; por último, que se relaciona com outras identidades, de vários

níveis de inclusividade ou de especificidade, que podem ter um impacto diferenciado para a participação.

No entanto, para além da identidade social, e como vimos na revisão do estudo sobre a acção colectiva ao longo dos anos, é também importante considerarmos outros antecedentes, uma vez que poderão ter um impacto diferenciado para distintos tipos de acção colectiva (van Zomeren et al., 2008; Walker & Smith, 2002). Especificamente, e como já referido, sobretudo no caso da acção colectiva destinada a resolver desvantagens incidentais (van Zomeren et al., 2008) podemos sistematizar os seus determinantes em torno de três eixos: identidade, injustiça, e eficácia (Klandermans, 2002b; 1997).

A eficácia e a percepção de injustiça têm sido identificadas como mediadoras na relação entre a identidade colectiva e a participação (Giguère & Lalonde, 2010; Stürmer & Simon, 2004) ou ainda como preditoras paralelas da acção colectiva, mas com a identidade social a desempenhar um papel mais relevante (van Zomeren et al., 2008). Assim, a relação entre estes antecedentes e a acção colectiva tem sido debatida pelo facto de nem sempre se encontrarem as mesmas relações entre eles e por parecerem estar relacionados com distintos tipos de acção colectiva de forma diferente (van Zomeren et al., 2008; Stürmer & Simon, 2004; Kelly, 1993). Kelly e Breinlinger (1995) referem, por exemplo, que a eficácia é um preditor especialmente importante para participação em organizações formais ou protesto individual. Por seu turno, a privação relativa correlaciona-se com comportamentos como o protesto colectivo.

Estas variáveis são então tidas como preditoras e/ou mediadoras do comportamento efectivo de participação e da intenção de participar. A este respeito, os estudos nesta área têm demonstrado como “although self-report measures of participation are not perfect, they are generally satisfactory indicators of subsequent participation” (Stürmer & Simon, 2004, p.80; De Weerd & Klandermans, 1999), bem como que “the most immediate and important predictor of people’s behaviour is their intention to perform it” (Bliuc e tal., 2007, p. 22; Kelly, 1993).

De seguida apresentaremos uma outra abordagem do estudo da acção colectiva na Psicologia Social. No final deste capítulo sistematizaremos de que forma uma e outra abordagem podem contribuir para o presente trabalho.

2.3. Acção colectiva: Abordagem sócio-construcionista

A abordagem que apresentaremos agora focaliza o processo de acção colectiva ou *crowd event* em si, e não tanto os determinantes de potenciais processos de acção colectiva (Reicher, 1984). Esta é uma das principais diferenças entre as duas abordagens, uma vez que, como iremos ver, teoricamente são ambas claramente influenciadas pelas Teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização Social (Reicher, 1984). Contudo, distinguem-se também na forma como utilizam as propostas dessas teorias para analisar e compreender a acção colectiva, como iremos ver se seguida.

2.3.1. Principais pressupostos

A abordagem que agora apresentaremos parte do pressuposto de que “identities should be understood not simply as sets of cognition but as practical projects” (Drury , Cocking, Beale, Hanson & Rapley, 2005, p. 310). Neste sentido, tem como principal objectivo explorar como os protagonistas de acção colectiva elaboram em conjunto significados e identidades que podem promover o *empowerment* dos seus participantes e, assim, a sua participação (Drury & Reicher, 2005).

Esta abordagem pretende então compreender a identidade que é activamente construída e utilizada nos *crowd events* como motor da acção colectiva e como denominador comum para unir os seus participantes (Reicher, 1984). Apesar de reconhecer que os participantes de acção colectiva se baseiam em identidades pré-existentes para se juntarem à acção, pretende antes realçar como ao longo de um evento de acção colectiva os seus participantes, mesmo que com motivações e identidades de partida muito diferentes, acabam por desenvolver uma identidade situacional como activista. Ou seja, como participantes daquele evento específico, juntando-se em torno de uma identidade comum que é construída através das características dos processos subjacentes aos *crowd events*. Neste sentido, este é um dos aspectos essenciais desta pesquisa: como é que estas identidades se constroem ao longo de um episódio de acção colectiva?

2.3.2. Identidade colectiva politizada

Sendo que os *crowd events* são situacionais, fluidos e ambíguos (Kelly, 1993) é necessário compreendermos quer como se forma a identidade social específica que entra em acção nessas situações, quer os comportamentos que podem ser gerados e compreendidos através dessa identidade. Para a formação dessa identidade uma dimensão essencial são as relações inter-grupais. É a acção de um exo-grupo específico – e.g., a polícia – que faz com que distintos indivíduos envolvidos nos protestos ou demonstrações adoptem uma auto-categorização comum que lhes permite agir em conjunto e que define as normas do grupo envolvido no processo, ou seja, os comportamentos normativos e os comportamentos desviantes. Mais concretamente, com o desenvolvimento das interacções endogrupo-exogrupo, o exo-grupo tende a passar a tratar o grupo de manifestantes como um grupo homogéneo. Isto promove que o grupo de manifestantes se percepcione como um único grupo contra o exo-grupo e legitima a acção deste grupo mais inclusivo contra o exo-grupo comum (Stott & Reicher, 1998).

2.3.3. Níveis de inclusividade da identidade

É portanto a relação inter-grupal entre distintos grupos de manifestantes (e.g., ambientalistas e moradores de uma comunidade) e uma força externa/oposição comum que leva a que os primeiros ao longo do processo de acção colectiva desenvolvam uma identidade mais inclusiva comum – nós, os manifestantes. Esta identidade mais inclusiva pode ser concebida como um produto da interacção dinâmica entre identidades, relações inter-grupais e acção colectiva, ou como um processo estrategicamente orientado para os objectivos específicos da acção colectiva.

De facto, Hopkins e Reicher (1997) mostram como o estudo do conteúdo da argumentação nos processos de acção colectiva é essencial para compreendermos de que forma a utilização de distintos níveis de inclusividade da identidade pode ser crucial na tentativa dos protagonistas da acção colectiva recrutarem mais membros para o seu lado. Os autores partem da ideia de que se os indivíduos se podem definir de várias formas, e se estas vão depender dos contextos (Turner et al., 1987), será relevante analisar como categorias específicas são utilizadas para a mobilização ou acção colectiva em vez de outras, concebendo as categorias identitárias como um “site of argument (...) constructed in and through language” (Hopkins & Reicher, 1997, p.263). Os autores, analisando o caso da mobilização

anti-aborto em Inglaterra, verificam que os protagonistas da acção colectiva utilizam fronteiras categoriais que permitam incluir tantos membros da audiência quanto possível e que, nesse sentido, as atitudes e comportamentos dos protagonistas são apresentados como congruentes com os da audiência para angariarem mais apoiantes para a sua causa e, assim, atingirem os objectivos que pretendem.

2.3.4. Antecedentes da acção colectiva

Este conjunto de estudos levou a que os autores elaborassem um modelo para a análise de *crowd events*: o Modelo da Identidade Social Elaborada (*Elaborated Social Identity Model* – Drury et al., 2005; Drury & Reicher, 2000; 2005). Com este modelo, os autores pretendem mostrar como a acção colectiva não é só socialmente determinada, mas também permite mudança. Ele prevê que para haver mudança e *empowerment* num movimento de acção colectiva é necessário que haja assimetria nos estereótipos de cada grupo em relação ao outro (movimento de participantes vs. força externa) e assimetria nas relações de poder entre esses dois grupos (e.g., moradores de uma comunidade vs. autoridades locais).

Por seu turno, estes dois aspectos irão ter duas consequências. Por um lado, o que os autores designam de profecia auto-confirmatória, ou seja, se a força externa trata o movimento de participantes como oposição, então estes vão ver como confirmada a sua acção de oposição e, neste sentido, as acções da força externa vão ser vistas como ilegítimas, legitimando consequentemente as acções dos participantes. Por outro lado, os autores postulam que as relações sociais vão mudar neste processo, sendo que as forças externas tendem a tomar a oposição como todo o grupo de participantes o que leva a que o grupo seja redefinido e alargado – nós, os manifestantes. São estas duas consequências que constituem a base, por um lado, para a mudança identitária ao longo do processo de acção colectiva, e, por outro lado, para o *empowerment* colectivo do movimento de acção colectiva, quer durante o próprio processo de acção colectiva, quer no futuro.

2.4. Implicações para o estudo da participação das abordagens da Psicologia Social sobre acção colectiva

Dado que este trabalho pretende ajudar a compreender melhor quer a discrepância entre as ideias e as práticas dos cidadãos em relação à participação, quer alguns dos determinantes da participação pelo ambiente construído, será importante, por um lado,

explorar o papel que factores como a percepção de injustiça e de eficácia e a identidade social desempenharão para a participação. Por outro lado, explorar o impacto de outros factores. Tendo em conta as propostas de van Zomeren e colegas (2008) podemos considerar que a participação comunitária será motivada por desvantagens incidentais, isto é, por transformações pontuais nas comunidades que são vistas como injustas e indesejáveis. No entanto, não nos podemos esquecer que a participação comunitária envolve em muitos casos a relação entre os membros da comunidade e as autoridades (Castro & Batel, 2008; Bonnes & Bonaiuto, 2002). Ou seja, também a podemos conceptualizar como pretendendo resolver desvantagens estruturais uma vez que essa relação também implica “intergroup differences with a long history” em que “those differences become a part of the established structure of society” (van Zomeren e tal., 2008, p.522). É precisamente a alteração dessas relações intergrupais entre autoridades e os membros das comunidades, histórica e culturalmente situadas, que as novas leis da participação pública pretendem implementar (Batel & Castro, 2009; Castro & Batel, 2008). Nesse sentido, procuraremos explorar se a resistência à acção colectiva pelo exo-grupo será apenas encontrada para o caso de desvantagens estruturais, tal como postulam van Zomeren e colegas (2008) ou se, pelo contrário, essa resistência de um “more powerful (high status) out-group that typically resists efforts for social change” (van Zomeren et al, 2008, p. 509) também poderá ser encontrada no caso da acção colectiva despoletada por desvantagens incidentais.

Propomos que é também relevante explorarmos como é que, no caso da participação comunitária se poderá politizar a acção colectiva e envolver a sociedade mais alargada para tentar atingir ou resistir à mudança. As propostas de Reicher, Drury e colegas (2005; 2000; 1998) poderão ajudar-nos a compreender como é que a acção colectiva baseada em desvantagens incidentais se poderá transformar, tendo em conta a negociação de identidades e relações entre endo-grupo e exo-grupo, em acção colectiva destinada a resolver desvantagens mais estruturais, que envolvam a sociedade mais alargada (Simon & Klandermans, 2001) e sejam mais eficazes para a mudança social relativa à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão relativos ao ambiente.

3. Considerações finais

Nos capítulos anteriores demonstrámos como, apesar das novas leis da participação pública e da importância da inclusão das perspectivas dos membros das comunidades sobre estas nos processos de tomada de decisão, os sistemas técnico-políticos, em particular em

Portugal, ainda raramente envolvem os cidadãos nessas decisões. Neste contexto, é importante compreendermos o que poderá incentivar as pessoas a reagirem às decisões tomadas pelos sistemas técnico-políticos em relação às suas comunidades. No entanto, também neste contexto se tem verificado que mesmo “when confronted with injustice, at best, a minority of the people affected will engage in protest. Most people will continue to do what they are used to doing, that is, nothing” (Klandermans, 2002b, p. 887). Por esta razão, consideramos que para compreender melhor os determinantes da participação dos membros das comunidades, face ao ambiente construído, é importante não só analisar as suas crenças e atitudes em relação à importância da preservação do ambiente e da participação, mas também de que forma a relação inter-grupal específica envolvida na participação – entre os sistemas técnico-políticos e o público - afecta a sua prática pelos cidadãos.

Paralelamente, consideramos que a definição e operacionalização da identidade social na literatura sobre acção colectiva poderá ser útil para transpormos para a Psicologia Ambiental (e.g., Cameron, 2004; ver van Zomeren et al., 2008), ajudando-nos não só a compreender melhor o impacto da identidade social/de lugar para este comportamento específico – a participação – mas possivelmente contribuirá também para clarificarmos certas dimensões da ligação ao lugar e a sua relação com atitudes e comportamentos pró-ambientais (Mouro & Castro, 2009; Lima & Marques, 2009). Como se disse, as propostas mais recentes da Psicologia Social têm operacionalizado a identidade social através de três componentes – centralidade, afecto endo-grupal e laços endo-grupais (Cameron, 2004) -, com quais podemos facilmente estabelecer o paralelo para as dimensões da relação que as pessoas estabelecem com o lugar e que têm vindo a ser apontadas como centrais para a ligação ao lugar na Psicologia Ambiental (Manzo & Perkins, 2006). Isto é, com a identidade de lugar (dimensão cognitiva/centralidade), com a vinculação ao lugar (dimensão afectiva/afecto endo-grupal) e com o sentido de comunidade (dimensão afectiva-social/laços endo-grupais) (Manzo & Perkins, 2006; Cameron, 2004).

Por último, um outro aspecto que é importante reter do que discutimos neste capítulo é o facto de o estudo da acção colectiva ter, nos últimos anos, chamado a atenção para a necessidade de analisar o papel da sociedade mais alargada nos processos de acção colectiva e, conseqüentemente, na mudança social (Simon & Klandermans, 2001; van Zomeren et al., 2008; Louis, 2009). Esta ideia, por seu turno, enfatiza a necessidade de, para compreendermos os promotores e inibidores da participação, considerarmos de que forma processos individuais e contextuais se conjugam com aspectos institucionais e culturais (Farr, 1998). Por outras palavras, importa analisar como os temas e ideias já presentes na cultura, bem como aqueles

que estão a ganhar normatividade nessa, se entrecruzam com processos contextuais e individuais e qual o seu impacto no exercício da participação, isto é, se contribuem para acelerar ou abrandar a mudança proposta nas novas leis da participação pública.

Para cumprirmos estas tarefas, uma última etapa crucial neste trabalho é a de rever os estudos sobre como é que a mudança social acontece nas nossas sociedades e quais os processos psico-sociais que permitem ou dificultam a sua apropriação pelos grupos e indivíduos. Para isso apresentaremos no próximo capítulo a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961/76), o que permitirá ancorarmos epistemologicamente o presente trabalho.

Capítulo IV

Teoria das Representações Sociais: Mudança social, representações e práticas

...produto do génio humano e que, no entanto, só a intervenção do homem podia animar; sentia o desejo de ordenar as suas impressões, de transcrever aquelas formas que via em formas mais familiares, para se aproximar delas, torná-las mais acessíveis e reencontrar a calma.

In *O sacristão romântico de Rånö*, August Strindberg, 2006/1888, p. 41

Para analisarmos como ideias e práticas se podem transformar na fase de generalização da mudança normativa relativa às novas leis da participação pública, é relevante compreendermos como os indivíduos e os grupos se apropriam de novas ideias e práticas, propostas em processos de mudança social. Na Psicologia Social, uma das abordagens que mais sistematicamente tem reflectido acerca dessa apropriação e do seu impacto na mudança social nas nossas sociedades é a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961/76). Nas próximas páginas iremos apresentar as principais propostas desta Teoria e mostrar a sua relevância para este trabalho. Estruturaremos esta reflexão em torno das propostas originais da Teoria das Representações Sociais e ainda das linhas de pesquisa mais recentes que se desenvolveram a partir dessas⁸.

1. A origem de uma nova abordagem à Psicologia Social

A Teoria das Representações Sociais nasce na década de 60 do século passado claramente marcada pelo contexto histórico e social em que é produzida (Moscovici, 1961/76). Desenvolve-se assim, por um lado, na resposta às características próprias das sociedades modernas cuja compreensão não encontrava eco nas teorias e paradigmas dominantes das ciências sociais de então (Moscovici, 1998). Por outro lado, surge pela resposta à dificuldade da disciplina em que a Teoria se posicionava – a Psicologia Social – esclarecer melhor a relação entre o indivíduo e a sociedade (Moscovici, 1961/76; Castro, 2003; Campbell & Jovchelovitch, 2000).

Nesse período os Estados Unidos da América eram um referente para os temas, posições teóricas e metodológica a adoptar pelas disciplinas científicas das ciências sociais (Wallerstein, et al., 1996). Na Psicologia Social, a Psicologia Social Americana, pautada pelo paradigma cognitivo, experimentalista e hipotético-dedutivo, era assim o referente para os

⁸ Parte deste capítulo foi baseada nos artigos Batel & Castro (2009) e Castro & Batel (2008).

trabalhos de pesquisa nesta área. Nesse sentido também o foi para os trabalhos que vieram a ser retomados a seguir às duas grandes guerras no seio da disciplina na Europa (Marková, 2008; Moscovici & Marková, 2006; Jesuíno, 2000; Farr, 1996). Desta forma, a Psicologia Social Europeia foi-se construindo na tensão entre, por um lado, os cânones da Psicologia Social Americana e, por outro, a vontade de criar um corpo de investigação simultaneamente inovador e capaz de desenvolver uma Psicologia mais Social, que ajudasse a compreender as realidades históricas, sociais e políticas (Lima, Castro & Garrido, 2003; Jesuíno, 2000).

Neste contexto, as propostas desenvolvidas na disciplina na Europa foram-se caracterizando por uma certa diversidade. Algumas seguiram o velho paradigma cognitivista, outras tentaram romper com esse, seguindo um novo paradigma, o sócio-construcionista, paradigmático das abordagens discursivas. Ainda outras tentaram propor um compromisso entre ambos, assente num construtivismo psicológico e ecletismo metodológico (Rijsman & Stroebe, 1989; Jesuíno, 2000; Castro, 2003). Como iremos ver, a Teoria das Representações Sociais tentou no início estabelecer sobretudo o compromisso entre o velho e o novo paradigmas. Por outras palavras, “the main aim of the theory of social representations is clear. By focusing on everyday communication and thinking, it hopes to determine the link between human psychology and modern social and cultural trends” (Moscovici, 1988, p. 225).

2. As origens de um conceito e de uma Teoria

É em função do objectivo que acabámos de enunciar que esta Teoria assume um lugar específico no mapa conceptual da Psicologia Social (Castro, 2003; 2002b). As principais abordagens que se vieram constituindo nesta disciplina – Comportamentalismo, Cognição Social, Teoria das Representações Sociais, Psicologia Discursiva – podem distinguir-se sobretudo por recurso a dois eixos: um referente à centralidade do estudo das representações e outro referente à forma como é conceptualizada a construção de sentido acerca da realidade (Castro, 2003; 2002b).

Do cruzamento destes dois eixos são então organizadas essas quatro abordagens, com a Cognição Social e a Teoria das Representações Sociais a enfatizarem a importância do estudo das representações, mas com a primeira a salientar a construção de sentido como um processo individual e a última como um processo social. Já o Comportamentalismo e as abordagens discursivas partilham o corolário de que as representações não devem ser estudadas – em detrimento dos comportamentos e dos discursos, respectivamente -, mas diferenciam-se ao conceberem distintamente a construção de sentido, com a Psicologia

Discursiva a enfatizar a sua dimensão social e o Comportamentalismo a sua dimensão individual (Castro, 2003; 2002b). Começar por colocar a Teoria das Representações Sociais neste mapa conceptual da Psicologia Social constitui-se como uma lente de leitura relevante para melhor compreendermos as suas principais propostas, que se passam a apresentar.

2.1. Origem e definição do conceito de representação social e da Teoria das Representações Sociais

Na obra *La Psychanalyse, son image et son public* (Moscovici, 1961/76) Serge Moscovici analisa a forma como a psicanálise é apropriada pela sociedade francesa nos anos 50/60 do século passado. A partir desta análise propõe os principais eixos definidores da Teoria das Representações Sociais, que apresentaremos de seguida.

2.1.1. Representações colectivas e representações sociais

Um primeiro passo para a definição desta área de estudo é a sua inserção no contexto científico da época e a precisão das propostas da Teoria tendo em conta outras abordagens. Uma destas é o conceito original de representação social (Moscovici, 1961/76). A precisão deste conceito passa pela sua distinção em relação ao de representação colectiva, que havia sido proposto por Émile Durkheim, na Sociologia. Em Durkheim, o conceito de representação colectiva referia-se à noção de que a vida social estruturaria a forma de pensar dos indivíduos, impondo-se-lhes sob a forma de representações colectivas, inquestionáveis e fixas (Castro, 2002a; Farr, 1996).

No entanto, se nas sociedades ditas tradicionais, pré-industriais, o mito era igualável à representação colectiva, nas nossas sociedades este foi sendo progressivamente substituído por outras fontes e bases de conhecimento diversificadas (Farr, 1998). Uma delas, e segundo Moscovici a mais importante, a ciência (Moscovici, 1961/76): “distinction is made between societies without science and those with science. And consequently, collective representations are studied only in the former” (Moscovici, 1998, p.232). Nas sociedades com ciência, este sistema propõe-nos constantemente novas ideias e conhecimentos que vão ser activa e continuamente apropriados pelos indivíduos e pelos grupos, formando e transformando representações sociais.

2.1.2. Universos reificado e consensual

A análise da transformação de conhecimento científico em conhecimento de senso comum – ou representações sociais – é assim apresentada nesta primeira obra (Moscovici, 1961/76) como o cerne da Teoria das Representações Sociais. Por um lado, este objectivo responde às características específicas do contexto cultural e histórico em que a Teoria surge, reflectindo acerca da popularização da ciência nas sociedades modernas (Wagner, Duveen, Farr et al., 1999; Farr, 1998; Burr, 1995). Por outro lado, a Teoria surge também dentro de um contexto específico da Psicologia Social. Começava a desenvolver-se o paradigma cognitivo, propondo a Psicologia Social como epistemologicamente fundada no estudo das representações mentais, individuais e cognitivas do ser humano, e ontologicamente apoiada na metáfora do ser humano como um processador de informação e ser de racionalidade limitada, com os enviesamentos e erros associados (Castro, 2003; Duveen, 2000; Moscovici, 1998; Castro, 1995). É neste contexto que Moscovici começa a tarefa de reabilitar o senso comum (Moscovici & Marková, 2000) colocando no centro da Teoria a reflexão acerca de como o senso comum activa e estrategicamente cria e transforma representações sociais de modo a lidar com as novas ideias provindas do conhecimento científico (Moscovici, 1961/76). Para a compreensão da Teoria é então importante rever a distinção que o autor estabelece e desenvolve entre o universo reificado, o da ciência, e o universo consensual, o do senso comum (Moscovici, 1988; 1981).

Para Moscovici, o universo reificado baseia-se num pensamento disjuntivo do tipo ‘ou-ou’ associado com a lógica científica de cariz empiricista e objectivista. Neste universo a sociedade é “transformed into a system of solid, basic, unvarying entities” (Moscovici, 1984, p. 20), uma vez que a ciência pretende prescrever formas de pensar, mostrando o que é verdade e o que não é (cf. Moscovici, 1981, p. 186). A participação dos seus membros na construção deste universo depende assim das competências e conhecimentos específicos que detêm (cf. Moscovici, 1984, p.22). Assim, no universo reificado, o pensamento implica “specific communication rules which organize information into a unified or even a unique representation” (Moscovici, 1988, p.233), respeitando procedimentos e regras específicas (cf. Moscovici, 1988, p.233). Este universo pretende então “establish a chart of the forces, objects and events which are independent of our desires and outside of our awareness and to which we must react impartially and submissively” (Moscovici, 1984, p.22).

Por outro lado, no universo consensual a sociedade constitui-se como uma “continuous creation permeated with meaning and purpose” (Moscovici, 1984, p.232) que se constrói por

recurso a um tipo de pensamento essencialmente conjuntivo – do tipo ‘tanto/como’ (Bruner, 2003). Assim, no universo consensual os seus membros podem adquirir qualquer competência que seja exigida pelas circunstâncias (cf. Moscovici, 1984, p.21). Aqui “Thinking (...) becomes a noisy, public activity which satisfies the need for communication and thus maintains and consolidates the group” (Moscovici, 1984, p.21) e, nesse sentido, “although common sense changes its content and ways of reasoning it is not replaced by scientific theories and logic” (Moscovici, 1998, p.235). É por estas razões que “representations (...) restore collective awareness and give it shape, explaining objects and events so that they become accessible to everyone and coincide with our immediate interests” (Moscovici, 1984, p.22).

Esta proposta de Moscovici pressupõe então que a ciência é a principal fonte de mudança nas sociedades actuais, gerando e transformando representações sociais, e também que, devido à importância e poder da ciência sobre a vida social das sociedades modernas, “one might perhaps try to classify the forms of belief and knowledge according to the place assigned to them in a hierarchy, the reified forms being readily considered as higher in value and power than the consensual forms” (Moscovici, 1981, p. 234; Moscovici & Hewstone, 1983). No entanto, presente nesta proposta está também a ideia de que o senso comum não recebe o conhecimento científico reificando-o, mas que, pelo contrário, gera e transforma representações sociais sobre esse conhecimento, de forma activa e estratégica. É deste modo que a Teoria das Representações Sociais se constitui como uma “theory of social thinking and communication” (Räty & Snellman, 1992, p. 3), contestando o paradigma cognitivo e a distinção entre representações colectivas e individuais. Esta proposta salienta assim a importância da articulação entre vários níveis de análise (Doise, 1982) no estudo das relações e da comunicação entre a sociedade, os grupos e os indivíduos como base da construção de sentido que é portanto assumida como sendo social e não individual. As representações sociais são então “socially elaborated and collectively shared. The term ‘social representation’ is conceived, in the one hand, as a communication process taking place in social groups and, on the other hand, as the result of this process” (Wagner, 1994, p. 205).

2.1.3. Representações sociais como processo

A epistemologia dialógica em que a Teoria se baseia postula que o sujeito representa em interacção com o Outro (indivíduo, grupo, sociedade) um determinado Objecto de conhecimento (Marková, 2008; 1996). Assim, todos os encontros com o mundo são mediados

através de relações, o que determina que todas as representações sociais incorporem três dimensões: uma objectiva, uma subjectiva e outra inter-subjectiva (Jovchelovitch, 2007; 1996). Por outras palavras, as representações sociais funcionam: “as the content of the subjective mind (individual level); in the process of interpersonal or intergroup communication/interaction (intrapersonal and group level); and in objectified form as cultural products” (Raudsepp, 2005, p.458). Esta tri-dimensionalidade das representações sociais, baseada no triângulo Ego-Alter-Objecto (Moscovici, 1972; Marková, 2000) faz assim com que as representações sociais respondam aos contextos espaço-temporais em que são formadas e transformadas (Bauer & Gaskell, 1999). Mas com que objectivo? A principal função das representações sociais é tornar familiar o não familiar: “the purpose of all representations is to make something unfamiliar, or unfamiliarity itself, familiar. What I mean is that consensual universes are places where everybody wants to feel at home, secure from any risk of friction or strife.” (Moscovici, 1984, p.24; Joffe, 2003). Este objectivo de familiarização opera-se, por seu turno, com base na objectivação e ancoragem, processos que irão assistir a formação de representações sociais.

A objectivação é “o processo que permite tornar real um esquema conceptual, dar a uma imagem uma contrapartida material” (Castro, 2002a, p.953), ou seja, equacionar a uma ideia, uma imagem (Moscovici, 1984). Por seu turno, a ancoragem permite a classificação dos objectos sociais ou estímulos no sistema de categorias já existentes, um aspecto universal dos sistemas de conhecimento sociais (Moscovici, 1988; Billig et al., 1988; Wagner & Hayes, 2005).

Estes processos, cognitivos, que operam com as representações sociais são ainda regulados por um metassistema normativo que fornece os conteúdos para o pensamento e as regula normativamente (Moscovici, 1961/76; Doise, 1993; Castro, 2002a). A pesquisa no seio da Teoria das Representações Sociais não pode pois dispensar nem a análise dos processos cognitivos inerentes à formação e transformação de representações sociais, nem tão pouco o exame dos conteúdos que constituem essas representações (Castro, 2002a).

2.1.4. Representações sociais como produto

As representações sociais organizam-se então em torno de três dimensões internas: a informação, relacionada com os conhecimentos; a atitude, referente à avaliação – positiva ou negativa - em relação ao objecto; e o campo da representação, o conteúdo concreto das representações que nos faz agir em relação ao seu objecto de determinada forma. Assim, as

representações sociais são conceptualizadas “since its inception as comprising actions, beliefs and attitudes, and the latter defined as global evaluations towards an object.” (Moscovici, 1961/1976, p. 66 e p. 69). Essas acções, crenças e atitudes são expressas individualmente mas enformadas pela sociedade, comunidade e grupo a que o indivíduo pertence e com quais partilha e forma representações (Farr, 1998).

Estas ideias estão bem presentes nos resultados do estudo realizado por Moscovici sobre a integração do conceito e propostas principais da psicanálise na sociedade francesa dos anos 50-60 (ver Moscovici, 1961/76). O autor verifica que os indivíduos e os grupos, precisamente porque constituindo a vida social de maneira diferente – por exemplo, enquanto operários ou estudantes universitários -, vão pensar sobre e comunicar em relação a novas ideias e conhecimento nos grupos e entre os grupos, de forma activa e diferenciada (Sá, 1998; Vala, 1993). A agência dos indivíduos e dos grupos ao apropriarem-se de novas ideias de acordo com os seus interesses, identidades e objectivos torna-se ainda mais evidente pelo facto de que distintas representações co-existem não só num mesmo contexto e num mesmo grupo, mas também no mesmo indivíduo (Moscovici, 1961/76; Marková, 2008; Jovchelovitch, 2004). As representações sociais, ao serem constituídas por atitudes, crenças e práticas, permitem assim esta polifasia cognitiva (Moscovici, 1961/76) através de qual diferentes sistemas de conhecimento co-existem (Marková, 2008).

É pela conjugação dos processos que identificámos até aqui e que apoiam a formação de representações sociais que estas são definidas como “un ensemble de propositions, de réactions et d’évaluations touchant des points particuliers, émises ici ou là, au cours d’une enquête ou d’une conversation, par le «chœur» collectif dont chacun, qu’il le veuille ou non, fait partie” (Moscovici, 1961/76, p. 66). Ou, por outras palavras, como “une forme de connaissance, socialment élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble sociale” (Jodelet, 1989a, p.36).

No entanto, alguns autores vieram apontar que a formulação e descrição inicial da Teoria que acabámos de apresentar deixam algumas questões em aberto (Jahoda, 1988; Billig et al., 1988; Litton & Potter, 1985; Harré, 1984). Nas próximas páginas iremos deter-nos em algumas das críticas apontadas à Teoria e em como as respostas dadas por Moscovici às mesmas fomentaram a reflexão de outras autoras e autores acerca dessas críticas, desenvolvendo a Teoria das Representações Sociais. Depois, discutiremos algumas propostas dentro dessa reflexão, aquelas que irão ser mais relevantes para o presente trabalho, e que se estruturam em torno de três aspectos: (1) a relação das representações sociais com a mudança ou, mais correctamente, a forma como a Teoria conceptualiza a relação entre mudança e

estabilidade; (2) o papel da comunicação e a sua relação com a interdependência entre o social e o individual na Teoria; (3) e ainda a forma como a Teoria conceptualiza a mudança social tendo em conta a relação entre representações e práticas.

3. O desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais

3.1. Debates em torno da Teoria das Representações Sociais

A formulação da Teoria e a sua difusão, sobretudo a partir do início dos anos 80 (Jesuino, 2000; Rätty & Snellman, 1992), vai provocar várias críticas (Castro, 2002a). Estas, por seu turno, terão um impacto directo quer na especificação de algumas propostas da teoria, quer no seu posicionamento face ao campo da Psicologia Social mais alargado (Castro, 2003). Estas surgem quer do campo do velho paradigma (Jahoda, 1988), quer do campo do novo paradigma (Potter & Litton, 1985; Billig, 1985; Harré, 1984). Do primeiro surge (1) A necessidade de adopção de métodos empíricos rigorosos; (2) A proposta do retorno das representações sociais à abordagem da Cognição Social (Jahoda, 1988). Dos segundos, surgem sobretudo críticas à dimensão consensual das representações sociais, mediante qual não haveria espaço para a reconhecida diversidade entre e nos grupos (Litton & Potter, 1985; Billig, 1985; Billig et al., 1988; Harré, 1984). Começaremos por apresentar a resposta de Moscovici às críticas apontadas por autores do novo paradigma.

3.1.1. Relação entre representações sociais e identidades sociais: definição de consenso e de grupo na Teoria

Moscovici havia associado representações sociais específicas a grupos sociais específicos, enfatizando como a adopção consensual de representações cria o grupo e a sua identidade (Moscovici, 1984; 1981; 1972). Partindo destes pressupostos da Teoria, Potter e Litton (1985) apontam o risco de circularidade entre identidades sociais e representações sociais, ao identificar representações através de grupos e assumir que os grupos definem as representações (Oliveira, 2009). Esta crítica vai ter duas consequências. Por um lado, o esclarecimento do que é o consenso na Teoria, e, por outro lado, a definição de grupo e a sua relação com as representações sociais na mesma.

Moscovici esclarece o papel do consenso na Teoria alertando para como este havia sido mal interpretado como um consenso numérico e a acontecer por via de concordância no seio da comunicação, e não como um consenso funcional que permite a própria comunicação entre os indivíduos (Moscovici, 1985; 1988; Rose et al., 1995; Wagner, 1994). Esta clarificação vem assim enfatizar o papel do consenso na própria sócio-gênese das representações sociais (Wagner, 1994), ao permitir que os membros de um grupo tenham quadros de referência comuns, ou seja, representações sociais, que lhes permitem comunicar entre si (Raudsepp, 2005). Conclui assim que o consenso “does not reduce to uniformity; nor, on the other hand, does it preclude diversity” (Moscovici, 1985, p.92).

É partindo desta definição de consenso, como a base para a relação entre os membros dos grupos, que Moscovici distingue diferentes formas através de quais as representações se podem tornar sociais: representações hegemónicas, emancipadas e polémicas (Moscovici, 1988). As representações hegemónicas são mais uniformes, estáveis e coercivas e mais próximas das representações colectivas de Durkheim – têm um carácter mais prescriptivo. Por seu turno, as representações emancipadas são baseadas em diferentes versões da realidade, defendidas por subgrupos distintos que “are in more or less close contact. Each subgroup creates its own version and shares it with others” (Moscovici, 1988, p. 221). Por último, as representações polémicas são “generated in the course of social conflict, social controversy and society as a whole does not share them” (Moscovici, 1988, p.221), permitindo identificar os grupos que as defendem, uma vez que são mutuamente exclusivas. Esta distinção entre vários tipos de representações sociais permite também dar conta do potencial de inovação das representações sociais, que se podem transformar no debate e na argumentação em particular quando são polémicas, acentuando o seu papel na mudança social (Castro, 2002a; Moscovici, 1988).

3.1.2. Métodos na Teoria das Representações Sociais

Da primeira crítica enunciada por Jahoda (1988) surge a necessidade de explicitar quais os métodos que a teoria se propõe utilizar. Moscovici recusa utilizar o método experimental ou as escalas apenas porque são a ‘moda’ da Psicologia Social dominante da época (Moscovici, 1988). Através desta proposta, o autor enuncia também a sua posição de que a Psicologia Social deverá antes de tentar explicar fenómenos, descrevê-los (Rozin, 2001; Moscovici, 1988). Esta posição, com claras consequências metodológicas, foi determinante para estabelecer a pesquisa na Teoria das Representações Sociais como maioritariamente

multi-metodológica, utilizando frequentemente a triangulação como metodologia de pesquisa para estudar a sociedade pensante e argumentativa que a Teoria se propõe estudar (ver Wagner & Hayes, 2005; Sá & Castro, 2005; Moloney & Walker, 2002; Jovchelovitch, 2000; Bauer & Gaskell, 2000; Gervais, Morant & Penn, 1999; László, 1997; Flick, 1994; Moscovici, 1961/76).

3.1.3. Teoria das Representações Sociais: Acentuação do paradigma

A resposta de Moscovici a estas críticas é assim determinante para a Teoria das Representações Sociais, com a atenção cada vez mais virada para a comunicação e para como esta permite tornar algo individual em algo social, ou seja, em como a comunicação assiste a formação e transformação de representações sociais (Moscovici, 1988; Castro, 2002a). Moscovici vai assim recusar a proposta de que a Teoria se deverá adaptar e inserir na abordagem da Cognição Social (Moscovici, 1988; Jahoda, 1988).

O debate em torno das críticas à Teoria que acabámos de apontar levou à consolidação da Teoria das Representações Sociais, promovendo o seu desenvolvimento mais consistente (Castro, 2002a; Duveen, 2000; para uma discussão ver Rätty & Snellman, 1992). De seguida vamos então mostrar como algumas dessas questões, as que importam para o presente trabalho – relação entre mudança e estabilidade sociais, relação entre representações, identidades e relações de poder e relação entre ideias e práticas -, foram debatidas e desenvolvidas ao longo da história da Teoria.

3.2. Mudança e representação social: Invenção e reiteração

Um dos focos de reflexão e uma das propostas inovadoras da Teoria das Representações Sociais é a análise da relação entre a estabilidade e a mudança nas sociedades actuais (Moscovici, 1961/76). Apesar de a ciência estar constantemente a introduzir novas ideias no senso comum, gerando novas representações sociais, o universo consensual mantém-se relativamente estável em muitos aspectos (Castro, 2002a). No entanto, vários autores (Billig, 1988; Bangerter, 1995; Foster, 2003) vêm criticar o facto de, nas propostas de Moscovici, a ciência assumir um papel único na introdução de mudança no senso comum. Assim, a validade desta relação unilateral começou a ser questionada no seio da própria Teoria (Bangerter, 1995; Foster, 2003). Por um lado, a manutenção desta conceptualização assumiria que a pluralidade de conhecimentos existente nas nossas sociedades pertenceria

exclusivamente ao senso comum (Bangerter, 1995). Por outro lado, remeteria o potencial para produzir mudança apenas para a ciência, mantendo a hierarquia positivista que retira valor ao senso comum (Foster, 2003) e que Moscovici sempre pretendeu contestar (Marková & Moscovici, 2000).

Esta reflexão levou ao reconhecimento da necessidade de se analisar também a forma como a esfera científica é permeada por diferentes tipos de conhecimento associados a distintos profissionais e cientistas (Moscovici, 1993b; Bangerter, 1995). Reconheceu-se assim que ambos os universos são dinâmicos, contendo uma pluralidade de tipos de conhecimento, que pertencem a distintos grupos dentro deles, um foco também mais tarde assumido por Moscovici (1998; 1993b). Os dois universos deverão ser vistos como influenciando-se mutuamente e não como opondo-se hierarquicamente (Bangerter, 1995; Moscovici, 1998) e exemplos do domínio da saúde foram utilizados para demonstrar como o senso comum é também capaz de “influence professional understanding in some ways” (Foster, 2003, p.241; Lidskog, 2008).

Ainda outros autores vieram apontar como também outros sistemas, entre o universo reificado e o leigo, como profissionais e técnicos, podem desempenhar um papel importante na mudança social (Morant, 2006; Campbell & Jovchelovitch, 2000). Por outras palavras, “translation and interaction between science and common sense occurs in modern societies via political and public policy processes and the work of professional practitioners” (Morant, 2006, p.818). O trabalho destes sistemas mediadores profissionais envolve a tradução e aplicação de conhecimento científico e profissional em comunidades específicas, e portanto, a relação directa com o público (Morant, 2006; Campbell & Jovchelovitch, 2000). Deste modo podem também desempenhar um papel importante na mudança social.

Este alargamento da reflexão sobre os actores e relações responsáveis pela mudança social nas nossas sociedades permitiu avançar uma conclusão essencial: todo o conhecimento, e não apenas o conhecimento de senso comum, é socialmente construído e a transformação de representações ocorre da ciência para o senso comum e vice-versa (Duveen & Lloyd, 1990; Marková, 1992; Flick, 1998; Foster, 2003). Neste sentido, o papel da ciência em fomentar a criação de novas representações sociais no senso comum passou a ser visto apenas como uma área particular de estudo das representações sociais, entre outras (Wagner, 1994). Isto motivou que a distinção e a caracterização dos universos reificado e consensual e das relações entre eles, tal como propostas por Moscovici, acabassem por ser negligenciadas na Teoria ao longo dos anos (Jesuino, 2008).

3.3. Comunicação e a Interdependência entre o Social e o Individual

Apesar da distinção entre os universos reificado e consensual deixar de ter sido utilizada ao longo dos anos, foi crucial para certas reflexões que se seguiram. Estas vieram responder a talvez uma das principais lacunas da Teoria das Representações Sociais desde o seu início: a incipiência da conceptualização e análise das relações de poder (Oliveira, 2009; Howarth, 2006; Gervais et al., 1999; Potter & Edwards, 1999; Rätty & Snellman, 1992; Ibañez, 1992). Neste contexto, a relação entre a ciência e o senso comum foi tomada como um exemplo da relação entre distintos tipos de conhecimento e do seu conseqüente diferencial de poder na definição da realidade (Jovchelovitch & Gervais, 1999; Campbell & Jovchelovitch, 2000; Morant, 2006; Moscovici, 1984).

O reconhecimento de que as representações sociais não são apenas diversas nos seus conteúdos – tais como científicas, culturais, históricas, políticas (Wagner, 1994) – mas também nos seus tipos, começou assim a tornar-se cada vez mais central na Teoria nos últimos anos (Jovchelovitch, 2007; Howarth, 2006; Duveen, 2000; Bauer & Gaskell, 1999). Começa a ser debatido o facto de vivermos em esferas públicas heterogêneas que integram não só uma grande variedade de ‘comunidades interpretativas’ (Habermas, 1998), como também uma grande variedade de posições identitárias que estão abertas a cada indivíduo (Turner, et al., 1987), podendo ser ocupadas em diferentes contextos e alturas, de acordo com diferentes objectivos (Jovchelovitch, 2002; Moscovici, 1981). Neste sentido, ao longo dos anos a relação entre representações sociais e identidades sociais foi sendo cada vez mais alvo de reflexão. Por um lado, pela necessidade de explicitar de forma mais clara a relação entre representações e identidades, encarando as propostas que estavam a ser colocadas na também já dominante abordagem na Psicologia Social Europeia da Teoria da Identidade Social (Lima et al., 2003; Castro, 2002a; Tajfel, 1972). Por outro lado, pela necessidade de conceptualizar criticamente as relações de poder e a forma como estas estão relacionadas com distintas representações e identidades (Volklein & Howarth, 2005; Potter & Edwards, 1999; Gervais et al., 1999; Ibañez, 1992).

3.3.1. Representações Sociais e Identidades Sociais

É sobretudo a partir dos anos 90 que alguns autores começam mais sistematicamente a estudar a relação entre representações sociais e identidades sociais (Castro, 2002b). Por um

lado, para perceber melhor os processos que dão determinada forma às representações e as funções que estas desempenham nas relações entre os grupos. Por outro lado, para ajudar a ultrapassar a análise das identidades sociais para além da diferenciação e conflito intergrupais, adicionando o estudo do seu conteúdo (Castro, 2002a). Esta articulação é ainda importante para podermos compreender melhor os processos de mudança social nas nossas sociedades, proposta que desenvolveremos ao longo deste trabalho (Batel & Castro, 2009).

A análise da relação entre representações e identidades sociais baseou-se largamente na tipologia de representações sociais proposta por Moscovici, ainda que perspectivas diversas tenham sido desenvolvidas acerca dessa tipologia (ver Breakwell, 2001). As representações polémicas são aquelas que mais têm vindo a ser apontadas como relacionando-se com processos identitários (Liu, 2004; Breakwell, 2001; Vala, Garcia-Marques, Gouveia-Pereira, & Lopes, 1998; Wagner, 1994). Por outras palavras, será ao nível destas representações que as identidades sociais dos grupos estarão mais directamente relacionadas com as suas representações sociais (ver Wagner, 1994). Serão, neste sentido, as representações polémicas que mais permitem inovação e mudança, uma vez que são aquelas que tendem a entrar em jogo quando novas ideias ou objectos entram na sociedade, introduzindo conflitos e criando dilemas (Liu, 2004), e que portanto permitem a mudança e a inovação mais facilmente (Breakwell, 2001).

Já as representações hegemónicas estão mais relacionadas com a estabilidade, referindo-se a objectos e fenómenos sociais mais antigos (Breakwell, 2001), isto é, à cultura (Liu, 2004; Wagner, 1994). Por último, a definição de representações emancipadas e a sua relação com as identidades sociais é a que tem gerado mais controvérsia. Por exemplo, Wagner (1994) propõe que estas representações perderam a sua ligação a grupos claramente identificáveis, ou seja, em que os sujeitos não têm consciência dos limites sociais das teorias que regem o seu quotidiano porque estas não evoluíram a partir do grupo em que estão inseridos, nem compõem a sua identidade social. Liu (2004) define antes as representações emancipadas como aquelas que estão ligadas às condições e contextos em que os actores sociais estão envolvidos. Nesse sentido, estas representações reflectem as distintas posições sociais, de diferentes actores sociais que partilhem a mesma cultura, e que podem atribuir diferentes significados aos mesmos objectos sociais. Também Vala e colegas (1998) propõem que as representações emancipadas permitem a negociação entre representações polémicas de grupos distintos, ao permitirem que a incerteza e a ambivalência em relação à versão da verdade surjam, promovendo que as mesmas representações possam ser partilhadas por diferentes grupos (Vala et al., 1998).

Todavia, conceptualizar a relação entre representações sociais e identidades sociais é uma tarefa que não estará completa sem lhe adicionarmos um terceiro elemento: as relações de poder. Um primeiro passo para a conceptualização da relação entre representações sociais, identidades sociais e relações de poder foi situá-la como um fenómeno central das sociedades actuais (Jovchelovitch, 2000): “the public sphere can best be described as a network for communicating information and points of view” (Habermas, 1998, p. 360). A esfera pública é assim o espaço da intersubjectividade, ou seja, da dialéctica entre o Eu e o Outro (Jovchelovitch, 2000). Contudo, nem todas os pontos de vista, ou representações, que são partilhados na esfera pública irão ser legitimados sob o consenso da sociedade. Algumas vozes irão ter mais acesso à esfera pública do que outras, e algumas ideias irão ser mais valorizadas socialmente do que outras (Jovchelovitch, 2000; Amâncio, 2003; Amâncio & Oliveira, 2006; Oliveira, 2009).

Nesse sentido, é essencial analisar a relação entre representações e identidades numa esfera pública cada vez mais heterogénea e, simultaneamente, caracterizada pela estabilidade das suas estruturas sociais e principais visões do mundo (Howarth, 2006; Jovchelovitch, 2004; 2002; Gervais et al., 1999). Assim, explorar a intersubjectividade da esfera pública é também indagar acerca de como a comunicação e o diálogo entre pessoas e grupos diferentes se concretiza (Jovchelovitch, 2004). Por outras palavras, importa compreender como é que “not all social representations are equally powerful in defining reality. Nor do they enjoy the same status in relation to different social groups” (Gervais et al., 1999, p. 429).

Para essa tarefa, a distinção entre encontros dialógicos e encontros não-dialógicos é relevante (Marková, 2008; 2003; Jovchelovitch, 2007). Dialogar implica que diferentes sistemas de conhecimento se reconhecem como diferentes mas também como igualmente legítimos. Pelo contrário, em encontros não-dialógicos “interlocutors meet and cannot recognise the legitimacy of a different mode of knowing because they are unable to decentre from the perspective in which they are located” (Jovchelovitch, 2007, p. 138). Muitas vezes, estes últimos encontros, não-dialógicos ou monológicos, revelam a existência de representações associadas a alguma forma de poder, que lhes permitem excluir as representações do Outro e proteger as posições e representações do Self (Gillespie, 2008). Impedem assim o potencial para reconhecimento e diálogo que está presente em todos os contextos intersubjectivos (Jovchelovitch, 2007; 2000). Deste modo, as capacidades humanas para o diálogo e a tomada de perspectiva que envolvem reconhecer e conceber “social realities in terms of the Alter” (Marková, 2003, p.85) podem ser utilizadas de formas algo diferentes, com consequências muito distintas. Ou seja, podem ser utilizadas para proteger a

posição do Self, prescrevendo representações e assim fechando o espaço para o diálogo, ou, pelo contrário, para abrir espaço para a negociação com o Outro.

Esta ideia está a tornar-se cada vez mais central na Teoria das Representações Sociais e, nesse sentido, tem-se salientado cada vez mais a necessidade de abordar mais aprofundadamente como se podem contestar e negociar relações de poder em concreto (Jovchelovitch, 2007; Howarth, 2006; 2004; Breakwell, 2001; Gervais et al., 1999). Esta tarefa é também crucial para compreendermos como a mudança, quando afecta relações intergrupais com diferenciais de poder, pode ser reiterada, apoiada, contestada ou resistida no seio dessas relações, precisamente em função das representações, identidades e posições dos interlocutores (Batel & Castro, 2009; Voelklein & Howarth, 2005).

3.3.2. Reificação e consensualização: Para uma análise da relação entre representações, identidades e relações de poder

Nos últimos anos tem assim vindo a ser cada vez mais debatida a relação entre representações, identidades e relações de poder e as suas possíveis consequências para a mudança social. Todavia, são ainda poucas as análises empíricas acerca de como essa relação acontece na comunicação e na interacção entre os indivíduos e grupos. Neste sentido, pretendemos propor neste trabalho que a conceptualização das relações entre os universos reificado e consensual que apresentámos anteriormente (Moscovici, 1981, 1984, 1988, 1998) pode ser desenvolvida de forma mais abrangente e que pode ser utilizada para examinar a comunicação⁹, diálogo e debate entre grupos. Desenvolver esta conceptualização será útil para analisarmos como relações intergrupais com diferenciais de poder se concretizam na comunicação entre grupos e de que forma contribuem para reificar ou contestar representações, para apoiar ou abrandar a mudança social (Batel & Castro, 2009; Whitehead & Wittig, 2004). Como apontámos anteriormente, a relação entre os universos reificado e consensual foi tomada na Teoria como um exemplo da relação entre distintos tipos de conhecimento e do seu consequente diferencial de poder na definição da realidade. Deste modo, propomos que analisar a comunicação entre as esferas técnico-científica e leiga e o seu impacto para as relações de poder entre elas e para a mudança social, é um importante

⁹ Utilizamos o termo “comunicação” num sentido lato, seguindo as propostas da Teoria das Representações Sociais, referindo-se à comunicação tanto entre interlocutores fisicamente presentes como entre interlocutores fisicamente ausentes (Skinner, Valsiner, & Holland, 2001).

primeiro passo para podermos compreender melhor a relação entre representações, identidades e relações de poder também noutras relações inter-grupais.

Propomos então que as noções de “reificado” e “consensual” (Moscovici, 1981, 1984, 1988) podem ser tomadas como uma descrição de ‘ideias-tipo’ dos argumentos utilizados nos debates entre as esferas científica e leiga. As descrições destes dois universos são facilmente reconhecíveis como auto- e hetero- definições culturalmente desenvolvidas nos inúmeros debates que no passado tiveram lugar entre as esferas leiga e científica, e nos quais a superioridade do conhecimento da esfera científica foi sendo constantemente reiterada por muitas vozes (ainda que não todas) através de argumentos do tipo que Moscovici (1981) utiliza para descrever o universo reificado (ver por exemplo Latour, 1999, ou Rorty, 1979, para ilustrações abrangentes), tal como ilustrado no Capítulo I deste trabalho.

Estes argumentos estão assim hoje em dia abundantemente disponíveis para continuar esses mesmos debates. Neste sentido, propomos que as noções de *reificação* e *consensualização*, baseadas nas noções desenvolvidas pela Teoria das Representações Sociais, poderão ser ferramentas úteis para analisar a comunicação entre as esferas técnica e leiga e que esta tarefa é importante uma vez que a relação entre essas esferas continua a ser crucial para a mudança e a estabilidade das sociedades actuais (Jovchelovitch, 2008; Gillespie, 2008). Especificamente, as noções de *reificação* e *consensualização* podem ajudar-nos a analisar empiricamente as consequências não-dialógicas ou dialógicas de distintos tipos de encontros ou comunicação (Marková, 2008; 2003; Jovchelovitch, 2007). Isto é, elas permitem identificar quando a acção estratégica associada com consequências monológicas está a ser utilizada - pela reificação - e quando, pelo contrário, encontros dialógicos estão de facto a ter lugar – recorrendo à consensualização.

Em linha com a literatura, assumimos assim que a consensualização como formato comunicativo implica argumentos que revelam algum ou todos os seguintes aspectos:

- (a) Respeito pela heterogeneidade das representações – expresso em argumentos que revelam consciência do facto que os campos representacionais são múltiplos e híbridos (Jovchelovitch, 2007) e em argumentos que revelam a aceitação da diversidade de conhecimento e do facto de que o pensamento satisfaz a necessidade de comunicação e a comunicação é uma forma de manter e consolidar o grupo (Moscovici, 1984);
- (b) Respeito pela heterogeneidade de acção – argumentos que revelam a consciência de que as acções também são múltiplas e adaptadas ao contexto, e contendo a noção que “any competence which may be required by the circumstances” (Moscovici, 1984, p.21) pode ser adquirida e utilizada na acção e no debate com o Outro.

Também de acordo com a literatura, assumimos que por sua vez a reificação implica primeiro que tudo acção estratégica, ou seja, utilizar o nosso conhecimento e consciência da posição do Outro para a pôr em causa e tentar impôr as nossas representações e opções de acção. Isto é expresso em:

- (a) Prescrever formas de pensar ou representações – o que envolve usar argumentos “prescribing in each case what is and what is not true” (Moscovici, 1981, p.186), tentando passar certas representações como realidade, ao invés de tentar atingir um consenso negociado pelo debate de versões alternativas acerca de objectos e acontecimentos (Moscovici, 1984);
- (b) Pressupor a desigualdade entre membros – isto envolve o uso de argumentos unilaterais que desvalorizam o conhecimento dos outros, afirmando uma hierarquia nas relações (Jovchelovitch, 2007) e acentuando poder e conhecimento técnico; pode ser concretizado através de argumentos que postulem que “only acquired competence determines (...) degree of participation according to merit” (Moscovici, 1984, p.22);
- (c) Prescrever formas de acção – envolve argumentos que afirmam que a acção tem que ser enformada de acordo com “prescribed procedures” (Moscovici, 1988, p. 233), que são as únicas consideradas legítimas e precisam de ser seguidas em todos os casos.

Esta proposta pode assim ajudar-nos a, empiricamente, analisar de que forma a mudança social pode ser promovida ou resistida na relação entre os grupos – através da reificação ou da consensualização - e de que forma as dimensões cultural, contextual e individual das representações sociais se concretizam para isso (Castro & Batel, 2008; Raudsepp, 2005). Para esta tarefa é ainda importante considerar que a dimensão cultural das representações sociais (Raudsepp, 2005) se concretiza não só nas representações enquanto produtos culturais, já existentes numa sociedade (Raudsepp, 2005), mas também enquanto processos culturais (Castro & Batel, 2008). Por outras palavras, é também relevante considerar as pressões normativas existentes numa determinada sociedade no sentido de hegemonizar certas representações. Neste sentido, considerar o papel da esfera legal na formação e transformação de representações - ou a dimensão institucional das representações sociais, como temos vindo a propor desde o Capítulo I - é igualmente importante para indicar quais os argumentos que são socialmente legítimos numa determinada época, e os que não são, e de que forma a reificação e a consensualização são utilizadas para responder a isso e para acelerar ou abrandar a mudança por essa proposta (Batel & Castro, 2009; Castro & Batel, 2008; Voelklein & Howarth, 2005). Para isso, é ainda necessário reflectirmos acerca de como a mudança social acontece nas nossas sociedades e de que formas pode ter impacto nas ideias e nas práticas dos indivíduos e grupos.

3.4. Mudança social: Impactos para a relação entre representações e práticas

3.4.1. Adaptação à mudança: Polifasia cognitiva

Compreender a mudança social nas nossas sociedades implica desde logo partirmos de uma ideia presente nas propostas da Teoria das Representações Sociais: que a introdução de novas representações no senso comum de uma sociedade não significa que o sistema representacional já existente mude de forma súbita, desfazendo-se de ideias antigas e aceitando nova ideias (Castro & Lima, 2001). A noção de polifasia cognitiva, tal como proposta por Moscovici (1961/76), permite-nos compreender isso. Esta noção refere-se a um “estado em que diferentes tipos de conhecimento, possuindo diferentes racionalidades, vivem lado a lado no mesmo indivíduo ou colectivo” (Jovchelovitch, 2002, p. 124). Um ou outro tipo de conhecimentos serão utilizados dependendo do contexto em que os indivíduos se encontram, bem como dos seus objectivos específicos face a esse contexto (Bauer & Gaskell, 1999).

Vários trabalhos de pesquisa no seio da Teoria mostram como a polifasia cognitiva é gerada sobretudo quando novas ideias são propostas e têm que ser negociadas com ideias antigas. Jovchelovitch & Gervais (1999) encontraram no seu trabalho, sobre a comunidade chinesa em Inglaterra, um campo representacional que combina práticas e conhecimentos médicos tradicionais chineses, com conhecimentos e práticas da medicina ocidental. Verificaram que estes eram utilizados dependendo do contexto em que os indivíduos se encontravam. Na mesma linha de pesquisa, Wagner, Duveen, Verma e Themel (1999) examinaram como os sistemas de crenças tradicionais na Índia haviam absorvido noções da psiquiatria moderna, e mostraram como as duas variedades de conhecimento co-existiam nos mesmos indivíduos, mas eram utilizadas em contextos distintos, com os discursos na vida pública mais orientados para o novo, e os discursos nos contextos familiares, privados, mais orientados para a tradição.

Outra abordagem à expressão intra-individual da contradição – ou polifasia cognitiva – focaliza-se na distinção entre aspectos normativos e funcionais das representações, que havia sido já introduzida pela abordagem cónico-estrutural da Teoria das Representações Sociais (Abric, 2001; Guimelli, 1998; Sá, 1998). Utilizando esta distinção, Moloney & Walker (2002) examinaram como o campo representacional da doação de órgãos compreendia duas visões dialecticamente conflituosas. Quando, nos grupos focais realizados, a doação de

orgãos era discutida de uma forma distanciada do Self “it was frequently within a positive ‘gift of life’ framework” (Moloney & Walker, 2002; p. 317), um facto que os autores interpretaram como a activação da componente normativa da representação. Quando, pelo contrário, este assunto era discutido por referência ao indivíduo, surgiam preocupações por parte do próprio em relação à remoção de partes do corpo, ou seja, preocupações relacionadas com a dimensão funcional da representação.

De acordo com estes estudos, a co-existência de representações divergentes desempenha um papel instrumental na adaptação do discurso e nas práticas dos grupos a uma realidade cada vez mais heterogénea e onde a introdução de novas ideias é constante. Assim, considerar o papel da contradição nos campos representacionais permite compreender que a mudança social consiste frequentemente na “simultaneous coexistence of (frequently logically incompatible, but socially acceptable) competing representations, embedded in various discourses” (Wagner & Hayes, 2005, p.232).

No entanto, os exemplos com que fomos ilustrando este processo de polifasia cognitiva revelam-no de forma distinta. O estudo acerca das representações da doença mental na Índia e das representações acerca da doença e da saúde na comunidade chinesa em Inglaterra revelam a existência de contradições que surgem ao nível das práticas, com a utilização de produtos médicos ocidentais e tradicionais, simultaneamente (Wagner, Duveen, Verma et al., 1999; Jovchelovitch & Gervais, 1999). Já o estudo acerca do campo representacional da doação de órgãos por Moloney e Walker (2002) demonstram antes como a representação acerca da doação de órgãos é composta por uma dimensão normativa e funcional, dimensões que operam a níveis diferentes: a primeira ao nível das ideias, a segunda ao nível das práticas.

3.4.2. Relação entre representações e práticas

Na Teoria das Representações Sociais a forma da relação entre representações e práticas tem sido vista acentuando dimensões distintas dessa relação. A proposta constitutiva enfatiza que a acção, ao invés de ser influenciada pelas representações, é uma parte destas (Wagner, 1998; 1996) ou constitutiva dessas. Ou seja, “when a social representation exists in a group, it is never only a shared mental event but essentially also the pattern of talk and action” (Wagner, 1998, p. 306-7). Esta perspectiva, mais sócio-construcionista, assume a versão forte da Teoria das Representações Sociais que acentua a proposta de que “os conteúdos das representações são, em si, uma forma de acção” (Castro, 2002a, p. 971). Já a

proposta funcional concebe as representações como capazes de fazer coisas no mundo, como defender, limitar e excluir realidades, reificar sistemas de conhecimento, ou contestar e resistir a estes (Howarth, 2006; 2004). Finalmente, a proposta criativa sublinha como as representações podem fazer nascer acções previamente inexistentes (Moscovici, 1961/76) – como ir ao psicanalista, ou usar um telemóvel – assim transformando, às vezes eliminando, antigas formas de o fazer (Castro & Batel, 2008).

Estes três aspectos da relação entre representações e práticas nem sempre são considerados em conjunto, mas o estudo da mudança não pode negligenciar as suas inter-relações. Sobretudo se tivermos em conta a clarificação de que já falámos atrás, entre mudanças que são operadas a partir das práticas (Wagner, Duveen, Verma et al., 1999; Jovchelovitch & Gervais, 1999) e mudanças normativas, como em relação á doação de órgãos, que se concretizam, no exemplo dado, na discrepância entre a norma e os factos, ou entre as ideias e as práticas. De facto, nesse caso, e também naquele que nos prende aqui - o processo de mudança normativa referente às novas leis da participação pública - devemos ter em conta um aspecto essencial para conceptualizar a mudança social e a sua relação com as representações e as práticas: a dimensão temporal da difusão de novas ideias na sociedade.

Para conceptualizarmos essa dimensão é relevante recuperarmos a distinção proposta por Rom Harré (1998) entre representações transcendentais e imanentes (Castro & Batel, 2008; Jensen & Wagoner, 2009). Esta distinção define, por um lado, representações que existem independentemente das práticas, ou transcendentais, penetrando na sociedade por via de normas ou imperativos e em que, portanto, o papel do tempo na generalização da mudança é acentuado. Por outro lado, representações que só existem por referência à prática para que são relevantes, ou imanentes, surgindo de práticas já enraizadas, referentes geralmente a representações mais antigas (Harré, 1998) como o caso das de saúde e doença.

Um exemplo claro de representações imanentes pode ser encontrado no estudo de Denise Jodelet (1989b) sobre loucura e representações sociais. Neste estudo, a autora ilustra bem como numa comunidade francesa que acolhe doentes mentais nas suas casas, as representações sociais sobre a loucura se revelam através das práticas dos membros da comunidade na sua relação com os doentes mentais. Também Roquette e Guimelli (1992) conceptualizam a transformação de representações sociais ancorando-a em representações imanentes. Os autores propõem que a modificação de uma dada representação é operada a partir das práticas acerca de um determinado objecto social que, por seu turno, vão transformar as ideias em relação a esse.

Contudo, e como temos vindo a dar conta até aqui, a mudança pode não constranger ou implicar directamente as práticas dos indivíduos. Se estivermos a falar nas novas normas da participação pública ou ainda, por exemplo, nas normas presentes na Declaração dos Direitos Humanos, constatamos que estas não têm um carácter de constrangimento directo – ou de sanção e controlo directo (Cialdini & Goldstein, 1993) – às práticas dos indivíduos. Apresentam-se antes como ideias com normatividade e desejabilidade social, isto é, como representações transcendentais.

3.4.3. Representações transcendentais ou a relação entre normas e práticas

A análise de representações transcendentais na Psicologia Social tem vindo a ser concretizada no estudo da relação entre normas¹⁰ e práticas (Moloney & Walker, 2002; Spini & Doise, 1998; Cialdini et al., 1991). Nestes trabalhos, os autores têm olhado sobretudo para a mudança operando através de normas *top-down* elaboradas pelo conhecimento técnico-científico que são impostas sobre a esfera leiga, tentando obrigar a que o comportamento das pessoas mude concordantemente. Isto está bem ilustrado na distinção de Cialdini e colegas (1991) entre normas injutivas e descritivas. Normas injutivas, como as que se aplicam a comportamentos pró-ambientais, contam-nos o que é socialmente aprovado ou desaprovado seguindo a definição comum de norma, ou seja, “what is commonly approved – that is, what is socially sanctioned” (Cialdini et al., 1991, pp. 202). Pelo contrário, as normas descritivas informam-nos acerca do que realmente acontece ao nível do comportamento das pessoas, isto é, são o que é comportamentalmente mais frequente. Cialdini e colegas propõem que a activação de um tipo de normas em detrimento do outro depende do contexto, nomeadamente, da maior ou menor disponibilidade de um dos tipos de normas em situações específicas.

Dentro da mesma linha de pesquisa, Spini e Doise (1998), ao estudarem as representações sociais dos Direitos Humanos, distinguiram duas dimensões dos princípios organizadores que definem o envolvimento dos indivíduos em relação a essa questão. A primeira dimensão opõe o envolvimento pessoal ao envolvimento governamental em relação aos Direitos Humanos; a segunda dimensão distingue entre um posicionamento abstracto e um posicionamento aplicado. Esta última dimensão pretende diferenciar entre o que os indivíduos pensam acerca do que pode ou deverá ser feito (tanto individualmente, como pelo

¹⁰ Entendemos por norma referenciais com desejabilidade social impostas aos indivíduos por via da organização da sociedade, distinguindo, assim, este conceito do de *representação social*. Neste sentido, o sistema normativo – composto por normas sociais – regula as representações sociais e o sistema cognitivo opera com elas (Moscovici, 1961/76).

governo) – nível abstracto; e o que é efectivamente feito (pelo próprio ou pelo governo) – nível aplicado. Os autores declaram que “when people were asked to answer questions on a socially desirable topic, they knew the *correct* answer [nível abstracto]; but when it was a matter of concrete action, many of them expressed their *real* position towards the object of discussion [nível aplicado]” (Spini & Doise, 1998, pp.606). Os autores concluem que a norma acerca dos Direitos Humanos é partilhada por toda a gente, mas apenas a um nível abstracto e geral, de princípios. Quando nos referimos antes às acções concretas dos indivíduos, aí a variabilidade entre os indivíduos aparece.

Estes campos representacionais contraditórios que acabámos de exemplificar, gerados através de mudanças normativas, permitem a co-existência de objectivos normativos com crenças funcionais. É esta co-existência que poderá explicar porque é que apesar de a maioria das pessoas apoiarem comportamentos pró-ambientais, os Direitos Humanos e a doação de órgãos, o número de pessoas que concretizam essas ideias em comportamentos permanece baixo. Ou seja, e retomando a proposta de Harré (1998), a distinção entre representações transcendentais e imanentes implica que algumas representações – as transcendentais – não apresentam imediatamente uma relação directa com as práticas, ou que não sejam constitutivas destas para toda a sociedade ao mesmo tempo, uma vez que demoram tempo a ser generalizadas. Neste sentido, nem todas as representações sociais poderão ser, em si, uma forma de acção (Oliveira, 2009).

Partir da premissa de que a mudança normativa implicada na participação pública envolve representações transcendentais poderá ajudar-nos a compreender e explicar como nos vários sub-sistemas afectados – sistema técnico-político e leigo – diferentes ideias co-existem com práticas distintas. O conceito de representação transcendente permite precisamente compreender esse fenómeno recorrente das nossas sociedades que temos vindo a exemplificar: uma concordância generalizada com novas ideias normativas, acompanhada por um muito menor consenso ao nível das práticas (Castro, 2006; 2002b).

3.4.4. Resistência à mudança normativa

Contudo, a resistência das práticas às ideias presentes nos processos de mudança normativa não se pode reflectir de uma forma que implique violar ou refutar explicitamente as normas, dada a sua natureza prescriptiva (Castro & Batel, 2008). Este processo está bem ilustrado nos exemplos relativos à doação de órgãos ou à defesa dos Direitos Humanos. Mas, também como ilustrado nesses exemplos, isto não significa que a resistência às normas não

ocorra, mas apenas que terá de assumir formas socialmente aprovadas. Por outras palavras, isto apenas significa que a resistência terá de respeitar e responder à tripla natureza das representações sociais, enquanto fenómenos individuais, relacionais e institucionais (Castro & Batel, 2008). Por esta razão, a análise da comunicação quotidiana e do discurso acerca destas normas requer, por um lado, analisar mais do que a mudança mas também a resistência a esta e, por outro lado, ter em conta mais do que apenas as justificações que são dadas para a violação das normas (ver Fritsche, 2002).

A esse respeito, a análise do papel da polifasia cognitiva, bem como a análise da comunicação entre grupos através da reificação e consensualização, poderão ser instrumentos úteis para compreendermos como a mudança pode ser resistida. Outra proposta que poderá ser relevante para analisarmos a resistência à mudança é a distinção entre categorização e particularização (Billig, 1985; Billig et al., 1988). Billig propõe que as nossas sociedades, argumentativas, se constituem pelo duplo processo de categorização e particularização. Por seu turno, este permite lidar com representações contraditórias, uma vez que a particularização permite criar ‘casos especiais’ vistos como excepção a uma categoria, permitindo assim contornar aquilo que é normativo sem oposição directa (Billig, 1985).

4. Considerações finais

Assumir que a construção de sentido acerca da realidade é um processo social implica considerarmos que as representações sociais se constroem e se utilizam na interacção entre três níveis ou dimensões: individual, contextual/relacional e cultural (Castro & Batel, 2008; Raudsepp, 2005). Esta dimensão cultural pode ainda reflectir-se não só através de representações hegemónicas já existentes na cultura (Raudsepp, 2005), mas também através de representações transcendentais que incluem propostas normativas (Castro & Batel, 2008).

O percurso que efectuámos ao longo das páginas deste capítulo mostrou-nos assim a relevância de, para a prossecução dos nossos objectivos:

- (1) ter em conta os processos de inovação legal em curso nas sociedades, ou dimensão institucional das representações sociais;
- (2) considerar as implicações dessas representações transcendentais para a generalização da mudança;
- (3) nomeadamente, tendo em conta que as representações sociais são compostas por atitudes, crenças e práticas, o que permite a hibridização nos campos representacionais;
- (4) analisar, por isso, não só a adaptação à mudança, mas também a resistência a essa;

(5) e ter em conta a relação entre identidades, representações e relações de poder e o papel das suas inter-relações na mudança social.

No conjunto, estas propostas permitirão analisar e ajudar a compreender os processos psico-sociais que poderão justificar a descoordenação entre ideias e práticas nos sistemas técnico-político e leigo em relação às leis da participação pública. No próximo e último capítulo desta Secção vamos sistematizar as principais conclusões que podemos retirar da revisão de literatura que acabámos de efectuar, concretizando-as mais claramente na proposta que pretendemos perseguir com este trabalho.

Capítulo V

**Sistematização da proposta de trabalho: A participação pública enquanto objecto de
mudança normativa**

“Esta reunião foi convocada”, disse ele, “simplesmente como um favor para acalmar um ecologista (...). Interferir nos nossos melhoramentos do Lago de Bealsey é interferir na união frutuosa entre as energias da humanidade e as energias do planeta. Tentar regular com interferência governamental a espontaneidade desta união enfraquecerá essa energia natural”.

In Parece Mesmo o Paraíso, John Cheever, 1987, p. 88

Neste trabalho pretendemos compreender de que forma as novas leis da participação pública enquanto via para a preservação do ambiente construído, estão a ser apropriadas pelas esferas técnica e leiga. Nas páginas que se seguem iremos sistematizar os objectivos específicos deste trabalho, articulando-os com a revisão de literatura que acabámos de percorrer.

1 – Compreender os aspectos psico-sociais da relação entre as ideias e as práticas acerca da participação pública

Através da nova legislação, a participação pública tornou-se num objecto de mudança social, especificamente, de mudança normativa (Castro & Batel, 2008). É assim relevante integrarmos a sua dimensão institucional no estudo da participação pública por duas razões. Primeiro, porque são estas representações transcendentais (Harré, 1998) que muitas vezes criam campos representacionais híbridos que permitem não só a adaptação à mudança (Wagner, Duveen, Verma et al, 1999; Jovchelovitch & Gervais, 1999), mas também a resistência a esta (Castro & Batel, 2008). Neste sentido, examinar as representações sociais da participação pública e as atitudes, crenças e práticas (Moscovici, 1961/76; Castro, 2006) que as constituem permite examinar as ideias e as práticas dos indivíduos e grupos como podendo ser contraditórias e ambivalentes ao responderem a essas pressões normativas.

Em segundo lugar, integrar a dimensão institucional da participação implica levar em conta nos estudos os conteúdos das leis e as obrigações que essas trazem para as ideias e práticas dos grupos e indivíduos, bem como para as relações entre eles. Na Psicologia Ambiental e na Psicologia Social a participação tem sido analisada ora enquanto direito dos cidadãos (Johnson & Dagg, 2003; Bonaiuto et al., 2002), ora enquanto dever destes (Klandermans, 2002a; Stern, 2000). No entanto, as novas leis da participação pública implicam que esta se constitua simultaneamente como um direito e um dever para os cidadãos, ao mesmo tempo que deverá ser um dever dos sistemas técnico-políticos, que têm

que garantir aos cidadãos o direito a participarem nos processos de tomada de decisão. Por seu turno, isto revela que estas leis pretendem alterar as características da relação entre as esferas técnico-política e leiga, redistribuindo responsabilidades nos processos de tomada de decisão. Uma análise psico-social à participação não pode assim dispensar a análise de como factores individuais (Stern, 2000), contextuais (Bonnes & Bonaiuto, 2002) e institucionais/culturais (Castro & Batel, 2008) se entrecruzam e de que modo podem enformar a prática da participação. Um primeiro objectivo do presente trabalho será assim o de integramos a dimensão institucional da participação pública na sua análise, para compreendermos de que forma esta está a ser apropriada nos sub-sistemas sociais afectados.

2 – Compreender de que forma a fase de generalização da mudança normativa está a ocorrer no sistema técnico e quais são os processos psico-sociais a ela associados que justificam a discrepância entre as leis e as práticas em relação à participação pública neste sistema

O segundo objectivo deste trabalho é o de ajudar a compreender a discrepância que muitas vezes é encontrada entre o que está legislado e o que é praticado em relação à participação pública pelos sistemas técnico-políticos em Portugal (Lima, 2004a; Santos, 2003). As novas leis da participação pretendem alterar o papel exclusivo dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão acerca das comunidades. Isto sugere que é importante analisarmos (a) as representações deste sistema acerca do público e da participação pública, utilizando a proposta da distinção entre perspectivas pedagógica e dialógica da participação (Lima, 2004a); (b) esclarecermos os mecanismos de adaptação ou resistência a essa mudança utilizados por esta esfera, nomeadamente, examinando o papel que a polifasia cognitiva (Jovchelovitch & Gervais, 1999) e outros factores psico-sociais poderão desempenhar nesse processo; (c) e, especificamente, analisando, através do recurso à reificação e consensualização como formatos comunicativos, como as representações, identidades e relações de poder que têm caracterizado a relação entre as esferas técnico-política e leiga se concretizam na relação entre elas em comunidades específicas, como se articulam com as leis da participação pública e o impacto que têm para a prática da participação (Batel & Castro, 2009; Castro & Batel, 2008; Moscovici, 1998; 1984).

3- Compreender os processos psico-sociais que poderão promover ou inibir a participação dos cidadãos para a preservação do património construído

Um objectivo do presente trabalho será o de compreender os factores promotores

e inibidores da participação enquanto comportamento de cidadania ambiental relacionado com a preservação do património construído. Este objectivo pretende adicionar a análise da preservação do património construído como uma dimensão das atitudes e comportamentos pró-ambientais (Pol, 2007), bem como contribuir para a análise de comportamentos ambientais da esfera pública, especificamente não-activistas (Stern, 2000; Mouro & Castro, 2009).

É no entrecruzamento entre as dimensões individuais, contextuais e institucionais/culturais das representações sociais que muitas vezes se revelam processos de resistência a normas e comportamentos pró-ambientais (Castro, 2006). Neste sentido, para compreendermos como os cidadãos se estão a apropriar da mudança proposta pelas novas leis da participação pública iremos analisar (a) de que forma a mudança normativa da participação pública na sua relação com a preservação do património construído está a ser apropriada e debatida na esfera leiga e como se concretiza para dar sentido a casos de participação particulares, em contextos específicos. Pretendemos compreender se a apropriação destas leis na esfera pública poderá contribuir para acelerar ou abrandar a mudança que essas propõem, para lá do papel desempenhado pela esfera técnico-política nessa mudança (Simon & Klandermans, 2001; Howarth, 2006; Campbell & Jovchelovitch, 2000); (b) o papel das representações transcendentais da participação, que a propõem como um direito e um dever dos membros das comunidades, em interacção com as representações imanentes da participação, associadas ao papel exclusivo dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão (Gonçalves & Castro, 2009), para a prática da participação; (c) analisar os factores psico-sociais que poderão determinar as atitudes em relação à preservação do património construído bem como a participação dos membros das comunidades em relação a essa, articulando propostas da Psicologia Ambiental e Social. Entre estes incluem-se variáveis sócio-demográficas, a ligação ao lugar, crenças relativas ao património e à participação, crenças específicas relacionadas com a comunidade e a relação com as autoridades (Castro, 2006; Lima & Castro, 2005; Simon, 2004; Klandermans, 2002b; Pol, 2002b; Bonnes & Bonaiuto, 2002).

SECÇÃO II

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Capítulo VI

**Apresentação do contexto: O Bairro Alto e a transformação do Convento dos
Inglesinhos**

Introdução

Este capítulo pretende apresentar o contexto empírico seleccionado para o presente trabalho – o Bairro Alto. Trata-se de um bairro localizado no centro da cidade de Lisboa e caracterizado pelo seu importante património histórico, arquitectónico e urbanístico (Carita, 1999).

Seleccionar este bairro como contexto empírico permitiu, por um lado, analisar as representações dos membros desta comunidade em relação à preservação do património construído e cultural, objecto de estudo que, como vimos, tem recebido pouca atenção na Psicologia Ambiental (Pol, 2007). Por outro lado, este bairro, por ser relevante do ponto de vista histórico, tem estado no centro das agendas de reabilitação urbana da cidade de Lisboa. Estas pretendem promover cidades mais sustentáveis, a nível económico, social, político, cultural e ambiental (Ferreira, 1990) devendo, para isso, incluir como parte activa os cidadãos e comunidades locais nos processos de tomada de decisão, através de processos de participação pública (Ferreira, 1990; Menezes, 1994). Tomar o Bairro Alto como contexto empírico permitirá assim analisar quer as ideias e as práticas em relação à preservação do património construído, quer as ideias e as práticas em relação à participação pública, tanto por parte do sistema técnico-político, como por parte do sistema leigo deste bairro.

Assim, começaremos neste capítulo por tecer uma breve caracterização sócio-histórica do Bairro Alto. Depois, veremos brevemente as questões da reabilitação urbana neste contexto, especificamente relacionadas com a nobilitação, o património histórico e cultural e a participação. De seguida, iremos deter-nos na descrição de uma controvérsia específica em torno da transformação de um monumento do Bairro Alto, aquela que opôs alguns moradores deste bairro à transformação do Convento dos Inglesinhos, monumento do séc. XVII, em condomínio habitacional de luxo. As acções destes moradores constituíram-se como um exemplo de participação pela preservação do património construído e proporcionaram-nos assim um estudo de caso para explorarmos os processos psico-sociais envolvidos na participação dos cidadãos.

Ao mesmo tempo e uma vez que, como iremos ver, não houve processo de participação pública formal iniciado pelo sistema técnico responsável, este caso constitui-se também como um exemplo para explorar os processos psico-sociais envolvidos na falta de implementação das novas leis da participação pública pelas autoridades locais. Assim, por último, apresentaremos ainda uma breve descrição histórica do Convento dos Inglesinhos,

para depois darmos conta do contexto da controvérsia em torno da sua transformação identificando e descrevendo os principais actores e posições envolvidas.

1. Caracterização sócio-histórica do Bairro Alto

1.1. O Bairro Alto desde o seu nascimento até ao século XIX

O nascimento do Bairro Alto é datado por volta de 1500, associado à expansão da então designada Vila Nova de Andrade (Carita, 1999; Calado & Ferreira, 1992). Esta zona estende-se já para fora das muralhas fernandinas, respondendo ao aumento da população e às necessidades da expansão marítima portuguesa (Calado & Ferreira, 1992; Carita, 1999).

O espaço do Bairro Alto tal como o conhecemos hoje desenvolve-se assim como uma extensão da segunda fase de urbanização da Vila Nova de Andrade que apresentava já características de entidade urbana autónoma, desenvolvendo-se ao longo do século XVI “com uma unidade e coerência indiscutíveis, que lhe permitem uma continuidade de valores arquitectónicos e urbanísticos durante largos séculos” (Carita, 1999, p.106). Para este carácter de unidade contribuíram “um conjunto de factores convergentes que interligam normas legislativas, de carácter arquitectónico, urbanístico e construtivo, com uma praxis de regimentos de obras que por sua vez sintetizam e divulgam esta nova arquitectura” (Carita, 1999, p.181), destacando claramente este conjunto urbanístico de outros com estrutura medieval ainda encontrada em bairros de Lisboa, como Alfama e Mouraria (Carita, 1999).

A partir de meados do século XVI, e por via da chegada e instalação dos jesuítas na parte alta desta zona - o Alto de São Roque -, o Bairro Alto ganha uma nova identidade, associada à forma como é designado actualmente: o Bairro Alto de São Roque, patrono contra a peste (Carita, 1990; Calado & Ferreira, 1992; Franco, 1992). É também mais claramente a partir deste período, por via da acção dos jesuítas, que o bairro começa a ganhar características próprias também a nível da sua composição social. Estas traduzem-se na abertura de algumas infra-estruturas quer para actividades nobres, quer para actividades artesãs, congregando assim no mesmo espaço e de forma intencional a nobreza e o povo.

Começam a habitar esta zona mercadores, artífices, clérigo, a burguesia e a aristocracia. Contudo, e apesar desta convivência, “caso raro em toda a cidade, palácios e grandes casas senhoriais confinaram-se ao loteamento inicial sem criar irregularidades, becos ou pátios” (Carita, 1990, p.29). É assim a partir desta altura que se começa a adivinhar a preocupação não só em atribuir e manter uma certa coerência e homogeneidade urbanística e

arquitectónica nesta zona, mas também em promover uma certa diversidade social que virá a fazer parte das características que ao longo dos séculos e até aos dias de hoje definem o Bairro Alto (Costa, 2007).

Nem tão pouco o terramoto de 1755 e consequente reconstrução da cidade provocou significativas alterações no seu traçado urbanístico. Mas as obras de reconstrução pós-terramoto nas zonas adjacentes ao Bairro Alto irão estabelecer novas relações não dentro do bairro, mas sim entre o bairro e a cidade, “redefinindo os seus limites e a sua coesão interna (...) É finalmente por esta razão e neste período que quase excepcionalmente o clima popular mesclado de aristocracia acaba por desaparecer completamente do Bairro” (Carita, 1990, p.31-32). Os limites do Bairro Alto, precisamente nas suas zonas adjacentes – Largo Camões, Rua da Misericórdia e Rua do Século - ganham uma vivência burguesa e com outras características urbanísticas e arquitectónicas, autonomizando-se assim do seu interior (Carita, 1990). Todavia, e embora remetido a uma condição popular, o bairro ganha progressivamente qualidades de centralidade com o aparecimento do teatro-ópera a atrair músicos e cantores, entre outros artistas.

O Bairro ganha assim outras características sócio-demográficas que se traduzem na manutenção de uma certa heterogeneidade social, ainda que revestida de outros parâmetros. Introduce-se no bairro um clima simultaneamente artístico e de marginalidade que perdura pelo século XIX, sobretudo pelas suas características de centralidade, intimidade e privacidade (Carita, 1990). Também neste período o bairro mantém a sua traça original, conseguindo que as suas principais características arquitectónicas resistam às inovações estilísticas trazidas pelos séculos XIX e XX (Carita, 1990). Nesta altura procede-se apenas à mudança de estrutura dos edifícios habitacionais, associada ao aumento de andares que respondem ao aumento da população.

Por seu turno, este conjunto de mudanças na estrutura dos edifícios do Bairro e na sua densidade populacional intensifica o carácter popular do bairro, promovendo “uma maior coesão e espírito comunitário nos seus moradores” (Carita, 1990, p. 40). Este clima de privacidade continuará então a atrair artistas durante os séculos XIX e XX, que se juntam aos anteriores: Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, entre outros. Para além desta faceta do bairro, os jornais que proliferam por todo o séc. XIX vão também localizar-se na sua grande maioria no Bairro Alto (Carita, 1990). Com os jornais, o bairro, noctívago por excelência, precisa de fornecer a quem aí trabalha lugares para comer e conviver, quer de dia, quer depois de longos serões de trabalho (Carita, 1990). Disseminaram-se assim nas antigas cocheiras dos palácios, tascas, casas de pasto, botequins e casas de fado, bem como as casas de prostituição.

Os pequenos artífices permanecem nas suas lojas ligadas por sua vez aos andares superiores de habitação como ainda hoje se verifica (Carita, 1990). É também nesta altura que se estabelecem no Bairro Alto tanto o Hospital de São Luís dos Franceses, como a Santa Casa da Misericórdia.

1.2. O Bairro Alto do século XX até à actualidade

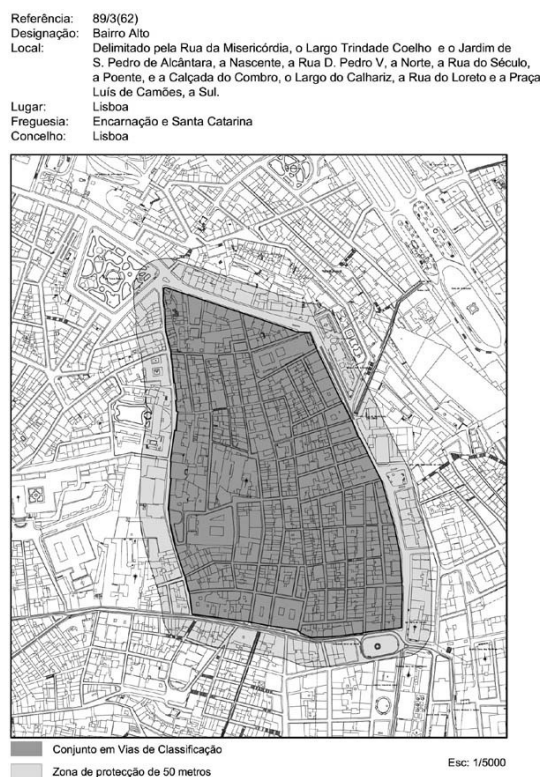
Nas últimas décadas (anos 70-90 do século XX) o bairro viu chegar uma nova população de comerciantes. Abrem-se pequenos restaurantes, lojas, antiquários, bares e discotecas (Calado & Ferreira, 1992; Franco, 1992). Novamente, as qualidades de centralidade, intimidade e privacidade que a malha urbana do bairro proporciona estão na base da chegada desta nova população (Carita, 1990). Este processo vai-se consubstanciando nos últimos anos no estabelecimento e desenvolvimento de culturas alternativas no Bairro Alto. Estas estão associadas ao design, fotografia, estilismo, a tendências de consumo ‘pós-moderno’ que providenciam “a importância que o Bairro Alto tem na dinâmica da cultura urbana lisboeta, intensificada sobretudo nos anos 80” e que o posiciona actualmente “no centro da atenção dos lisboetas e do itinerário de todos os visitantes da cidade” (Calado & Ferreira, 1992, p.36; Costa, 2007).

Em 1989, e precisamente em resultado do reconhecimento do Bairro como importante núcleo histórico, urbanístico, arquitectónico e cultural é criado o Gabinete Técnico do Bairro Alto. Tal como outros gabinetes responsáveis por outros bairros históricos de Lisboa, como Alfama, a Madragoa e a Mouraria, tem o objectivo de dirigir a reabilitação urbana do bairro, recuperando o valor patrimonial e reabilitando as vivências sociais e memórias culturais desta área de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa, 2008). De início Gabinete Técnico do Bairro Alto, é substituído em 2000 pela Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica que acompanha parte das freguesias da Mercês, Encarnação, Santa Catarina e São Paulo. Esta Unidade de Projecto localiza-se no centro do Bairro Alto precisamente com o intuito de, na senda das agendas de reabilitação urbana, promover maior proximidade e envolvimento da comunidade local.

Actualmente, para além de serem ainda visíveis a unidade e coesão urbanísticas que foram fornecendo ao bairro uma identidade particular, permanecem nele outros elementos da sua história. Definem-no o conjunto alargado de edifícios e monumentos de relevância histórica e arquitectónica, como várias igrejas (Igreja de S. Roque, Igreja da Encarnação, Igreja de S. Pedro de Alcântara, Igreja do Loreto), palácios (Palácio do Manteigueiro, Palácio do Calhariz e do Sobral, Palácio do Ludovice) e ainda alguns conventos, como o dos

Caetanos (onde desde 1911 se veio a localizar o Conservatório Real de Música e Teatro, actualmente Conservatório Nacional de Música) e o dos Inglesinhos, de que falaremos mais adiante (Calado & Ferreira, 1992). Precisamente por muitas destas razões, o Bairro Alto, enquanto bairro e exemplo de arquitectura civil, encontra-se actualmente em vias de classificação como património de interesse público pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (anterior Instituto Português do Património Arquitectónico: IPPAR, 2009 – Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização e delimitação do conjunto urbano protegido e respectiva zona de protecção: Bairro Alto. Fonte: DRL/IPPAR.



Este bairro tem vindo assim a ser caracterizado, por um lado, pelas qualidades do seu traçado e edificado urbanístico e, por outro lado, pela diversidade de utilizadores e utilizações que aí se conjugam. Um questionário realizado no âmbito do presente trabalho a 202 moradores do Bairro Alto revelou que as principais características definidoras deste bairro apontadas pelos participantes são os bares (28,5%), os monumentos do bairro (26%) e o edificado histórico do bairro no geral (8,9%). São estas mesmas características que, com os seus aspectos negativos e positivos, distinguem, na opinião dos participantes, este bairro de outros bairros de Lisboa. A vida nocturna (22,1%), o barulho (13%) e ser um bairro típico (10,9%) surgem como as características apontadas como mais distintivas do Bairro Alto em

comparação com outros bairros de Lisboa, nomeadamente, com Alfama, bairro mais privilegiado para servir de referente de comparação (34%), seguido da Mouraria (15,5%). Esta diversidade de funções e de características é também acompanhada pelo reconhecimento da diversidade de ocupantes do bairro pelos participantes. A maior parte dos/as inquiridos/as identifica esta diversidade em relação à idade dos residentes - idosos (20,8%) e jovens (22,6%) – em relação à ocupação profissional – comerciantes (4,8%) e estudantes (4,6%) - e ainda tendo em conta a relação com o bairro – turistas (6,9%) e clientes /frequentadores da noite (6,2%).

2. Bairro Alto, paradigma da reabilitação urbana

O Bairro Alto tem mantido uma coerência e estabilidade urbanísticas e arquitectónicas que constituem um importante património. No entanto, a relação da preservação desse património com a composição sócio-demográfica do Bairro tem vindo a ser alvo de debate nos últimos anos. É sobre este contexto que falaremos de seguida.

2.1. Novos movimentos, novo(s) bairro(s)

A partir sobretudo dos anos 70 do século passado, as características sócio-demográficas do Bairro Alto criaram uma conjuntura específica que podemos considerar como distinta daquelas que, deste ponto de vista, o caracterizaram até então. Falamos, por um lado, da introdução de uma forte componente associada à actividade terciária até então pouco existente no bairro. Esta tem repercussões na sua utilização, com mais pessoas externas ao bairro a frequentarem-no, bem como na sua ocupação, uma vez que, ao extremo, a ocupação maioritária pela actividade terciária implicará/ia uma ocupação minoritária pela sua função de habitação (Calado & Ferreira, 1992). Por outro lado, este processo de terciarização poderá ter implicações também para a estrutura arquitectónica ou até mesmo urbanística do Bairro Alto, com as consequências que alguns tipos de ocupação pela actividade terciária poderão ter na modificação da estrutura e arquitectura dos edifícios do bairro (Mendes, 2006).

Paralelamente, muitos habitantes começaram a sair do bairro para a periferia da cidade de Lisboa, acentuando o número de imóveis antigos degradados por recuperar e por vezes a sua substituição por imóveis de arquitectura moderna (Mendes, 2006; Seixas, 2001). Este processo, paralelo ao de terciarização do bairro, insere-se num “modelo de crescimento urbano favorável à expansão para a periferia, em detrimento da revitalização das áreas

centrais mais antigas e da coesão do tecido urbano já existente” (Mendes, 2006, p.58). Vários autores apontam assim para como a conjugação da ocorrência destes processos em simultâneo levou à degradação dos centros históricos da cidade, e, especificamente, do Bairro Alto (Carita, 1990; Calado & Ferreira, 1992; Mendes, 2006). O paralelo sincrónico desses processos pareceu assim pôr em causa aquilo que vinha a definir o Bairro Alto até então: “o bairro desenvolveu em si uma capacidade de convivência pacífica com outros estratos sociais e com os mais diversos comportamentos, no entanto o grande perigo que o bairro atravessa, motivado pela sua centralidade, será a perda progressiva da sua população heterogénea, base essencial da sua identidade e dinâmica essencial” (Carita, 1990, p.44).

De facto, e essencialmente a partir dos anos 70 do século passado, o Bairro começa a ‘perder’ a sua população heterogénea, com a permanência sobretudo dos seus habitantes com menos possibilidades de mobilidade, seja por via dos seus poucos recursos económicos ou pela sua avançada idade. Neste período a cidade de Lisboa é um foco de atracção demográfica, com fortes movimentos migratórios para a cidade, mas que se concretizam no estabelecimento quanto muito de pessoas com menos recursos no centro da cidade, e de pessoas com mais recursos na sua periferia (Ferreira, 1990). Nestas décadas – anos 60 e 70 do século passado – a cidade de Lisboa, apresenta assim um perfil urbano profundamente contrastante: “uma cidade tendencialmente dualizada: ocupação económica do Centro e densificação social das Periferias” (Ferreira, 1990, p.14), que se reflecte numa quebra da população residente no Bairro Alto (Calado & Ferreira, 1992; Seixas, 2001).

2.1.1. O fenómeno da nobilitação: Caracterização e consequências

O processo que acabámos de relatar é acompanhado diacronicamente pelo mesmo fenómeno noutros países europeus (Mendes, 2006). Começa assim a prestar-se atenção às consequências negativas deste movimento para a preservação e revitalização económica e social dos centros antigos das cidades. Fruto deste diagnóstico, sobretudo a partir da década de 90 do século passado começa a operar-se o processo inverso, ou seja, o de recentralização – a vinda de novos moradores para os centros históricos das cidades (Giddens, 1995; Mendes, 2006; Slater, 2004).

Esta inversão deve-se a políticas urbanas que tentam contrariar as consequências negativas dos processos de terciarização e esvaziamento populacional do centro da cidade (Barata Salgueiro, 2001). Mas fica a dever-se também a movimentos mais globais – cultura de consumo, estetização da vida social– que impelem novos moradores, portadores de estilos de

vida diferenciados, a procurar os centros das cidades (Mendes, 2006; Slater, 2004; Giddens, 1995).

Este movimento, o de nobilitação urbana (Mendes, 2006; Ferreira, 1990), traduz-se assim no processo de recentralização protagonizado sobretudo pelas ‘novas classes médias’ para o centro da cidade e, mais especificamente no caso lisboeta, para o seu centro histórico, em procura da centralidade territorial, do poder simbólico e da distinção social que esta relocalização residencial lhes oferece, bem como procurando redescobrir o seu valor histórico e/ou arquitectónico (Mendes, 2006; Seixas, 2001). Verifica-se assim o “reapropriar dos centros urbanos antigos por distintos grupos sociais (...) um reencontro com a qualidade de vida – aqui entendida como a necessidade de se retomar o espaço intermediário entre o privado e o público, essencial para a vida colectiva” (Menezes, 1994, p. 3). A título ilustrativo, de uma amostra de 131 moradores do Bairro Alto que recolhemos para este trabalho, 42% dos participantes apontou como razão para viver neste bairro o facto de família já viver aí, 21,4% revelaram motivos profissionais para terem ido viver para este bairro e ainda 10,7% apontaram como principal razão para terem ido viver para o Bairro Alto gostarem do bairro, estes últimos expressivos do fenómeno da nobilitação.

O estudo da nobilitação começa assim a focalizar-se nas suas consequências, uma vez que apesar de revitalizar e dinamizar os centros das cidades, vem também, segundo alguns autores, questionar a “permanência de determinados contextos sociais tradicionais com forte peso de uma cultura local própria” (Mendes, 2006, p.59), criando uma nova organização do espaço urbano, mais fragmentada (Slater, 2004; Mendes, 2006; Atkinson, 2006). Por exemplo, associado ao fenómeno da nobilitação tem-se assistido nos últimos anos “à emergência de empreendimentos destinados à habitação de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado em bairros históricos de características essencialmente populares – verdadeiros enclaves de luxo no seio de áreas residenciais de classes baixas – como é o caso presente do Bairro Alto” (Mendes, 2006, p.74; Slater, 2004). Este tipo de construções têm um grande impacto nestes bairros essencialmente porque tendem a não se articularem com a zona envolvente, quer em termos sociais, quer em termos funcionais (Mendes, 2006; Slater, 2004).

O estudo desta questão tem assim gerado nos últimos anos muita polémica entre académicos e profissionais. Por um lado, alguns estudos têm mostrado as consequências negativas dos processos de nobilitação. Por outro lado, políticas governamentais e locais de planeamento urbano tendem a promover a nobilitação, fomentando a ‘mistura social’ sobretudo ao promover a mudança de indivíduos de classe média-alta para bairros pobres e

etariamente envelhecidos (Lees, 2008). Estas políticas têm sido apoiadas sobretudo por argumentos que apontam que pessoas de classe média, bairros heterogéneos e a relação entre diferentes formas de capital social promovem economias locais mais fortes (Lees, 2008).

Contudo, críticas têm sido apontadas a estes argumentos mostrando, por um lado, que níveis mais elevados de coesão social e de capital social podem ser alcançados em áreas socialmente mais homogéneas do que heterogéneas. Por outro lado, que a heterogeneidade social, numa escala de pequena dimensão, pode criar tensões devido às acentuadas diferenças culturais, económicas e sociais, potenciando a evasão sobretudo da anterior população residente (Lees, 2008; Atkinson, 2006, Slater, 2004). Tem vindo ainda a ser demonstrado como os indivíduos de classe média, principais protagonistas dos processos de nobilitação, tendem a não se integrarem socialmente com os grupos locais de baixos rendimentos (Slater, 2004; Butler & Robson, 2001).

Neste sentido, a inclusão da reflexão sobre questões como a da nobilitação nas políticas de reabilitação urbana tem vindo a ser considerada essencial nos últimos anos, precisamente pelas tensões que se podem gerar entre distintos membros das comunidades e pelo impacto destas no desenvolvimento e preservação das comunidades. Por outras palavras, a relação entre a nobilitação e a reabilitação urbana tem vindo a ser debatida também na senda dos tratados e legislação sobre sustentabilidade ambiental (Ferreira, 1990).

2.1.2. Reabilitação urbana e património

Portugal é um dos países da União Europeia que menos reabilita e onde a nova construção tem mais peso, atingindo 90,5% numa média europeia de 52,5% (Proença, Garcia, Homem & Borges, 2007). Neste sentido, nos últimos anos tem vindo a ser enfatizada a necessidade de adopção de um outro modelo de concepção da cidade e do património na reabilitação urbana. O modelo historial da cidade salienta a necessidade de a concebermos como um “projecto socialmente em construção (...) resultante das conflitualidades e das consensualidades dos diversos grupos sociais – ou dos diversos actores sociais” (Ferreira, 1990, p.12). Esta concepção é crucial para, por um lado, termos em conta que a cidade é ocupada e construída por diversos tipos de actores e, por outro lado, que esse aspecto deve ser integrado no planeamento urbano (Guerra, 2002; 2006). Neste modelo a arquitectura, considerada parte da história humana, deverá então ser concebida “como um bem imbuído de valor social, que por sua vez é adquirido através das práticas quotidianas de uso e apropriação do espaço” (Menezes, 1994, p. 24). É assim considerado que a reabilitação urbana deverá

assumir que é através da gestão do património das cidades que as “sociedades perspectivam a sua continuidade no tempo e no espaço” (Menezes, 1994, p. 24).

Tendo em conta esta concepção historial do património, também nas agendas de reabilitação urbana se tem nos últimos anos salientado a importância de integrar os sistemas de conhecimento local dos habitantes das comunidades e as relações que estabelecem com os espaços físicos e sociais a reabilitar, nos processos de tomada de decisão implementados pelos sistemas técnico-políticos (Menezes, 1994). Esta é aliás também uma forma, como apontámos no Capítulo I, de consciencializar as populações para os problemas ambientais e para a degradação do património histórico e arquitectónico (Menezes, 1994).

Esta concepção da reabilitação urbana pretende assim ajudar a solucionar alguns dos principais problemas com que os centros históricos se têm deparado. Falamos, por exemplo, do facto de diversas camadas da população – ou seja, grupos eventualmente distintos, com diferentes necessidades e objectivos – ainda viverem ou pretenderem vir a viver nos centros urbanos antigos, onde se concentra a maior parte do património arquitectónico e histórico urbano (Menezes, 1994). Mas falamos também do facto de outros grupos, apoiantes da transformação e do crescimento económico, quererem sobretudo renovar ou regenerar – e não reabilitar (Menezes, 1994) – os centros históricos urbanos, o que envolve muitas vezes a eliminação parcial ou total da memória urbana (Mendes, 2006; Menezes, 1994; Ferreira, 1990).

Neste sentido, as referências relativas à reabilitação urbana e à nobilitação urbana são importantes para este trabalho não enquanto objectos de estudo, mas enquanto molduras que nos permitem enquadrar e compreender melhor o contexto que vamos analisar, isto é, o Bairro Alto. Por outras palavras, importa-nos neste trabalho perceber de que forma o contexto de vivência(s) criado especificamente no Bairro Alto pela nobilitação, em conjugação com a forma como o património é concebido nas políticas de reabilitação urbana que o afectam, podem influenciar as representações das autoridades locais e dos seus habitantes sobre a preservação do património arquitectónico e cultural do Bairro Alto.

3. Bairro Alto como unidade de análise

O Bairro Alto será então o principal foco e unidade de análise deste trabalho. Assim, falta ainda adicionarmos à descrição do Bairro Alto enquanto unidade social e histórica, a sua descrição enquanto unidade territorial e geográfica (Calado & Ferreira,

1992). Um bairro é visto como “a uniquely linked unit of social/spatial organization between the forces and institutions of the larger society and the localized routines of individuals in their everyday lives.” (Hunter, 1979, p.269). O bairro tem vindo a ser definido e operacionalizado de diversas formas, mas geralmente correspondendo a uma unidade espacial maior que a casa e menor que a cidade (Hidalgo & Hernández, 2001; Hunter, 1979). No entanto, tem sido enfatizada a necessidade de, apesar da premência académica em consensualizar uma definição operacionalizável de bairro, se manter esta definição como descritiva e não como normativa (Hunter, 1979). Por outras palavras, e para não reificar o bairro pelos olhos do observador – ou investigador/a – importa definir o conceito pelos olhos daqueles que o produzem, pelos seus utilizadores. Como Maria Calado e Vítor Matias Ferreira (1992) afirmam para o caso de Lisboa, “a delimitação administrativa das freguesias de Lisboa tem, hoje, pouca ou nenhuma correspondência com as configurações urbanas e as vivências sociais com que, muitas vezes, aparecem identificadas. É, assim, possível referenciar, no interior e, muitas vezes, nos próprios limites das freguesias, unidades ou áreas específicas – que nos habituámos a designar por ‘bairro’ – a que corresponderiam determinadas configurações sócio-urbanas” (Calado & Ferreira, 1992, p. 63). No caso do Bairro Alto, e de acordo com uma amostra de 205 moradores desta zona angariada através de um estudo por questionário realizado para este trabalho, 75,6% dos participantes concordam totalmente que o Bairro Alto é um bairro.

Neste sentido, pode ser útil equacionar o conceito de bairro ao de comunidade (Wellman & Leighton, 1979). Este foco permite-nos seleccionar como unidade de análise o espaço que para além de providenciar a residência num local comum a um conjunto de pessoas, lhes permite estabelecer redes de laços interpessoais fora de casa e actividades e sentimentos de solidariedade (Puddifoot; 1996; Wellman & Leighton, 1979). Por outras palavras, importa ter em conta não só a definição territorial, mas também a definição de integração social no espaço (Cuba & Hummon, 1993). Assim, é sobretudo importante conceber o espaço a analisar enquanto uma categoria social urbana que é socialmente elaborada e realizada pelos seus habitantes e por outras pessoas que a identificam enquanto tal (Valera & Pol, 1994).

3.1. O nosso Bairro Alto

No que se refere especificamente ao bairro que vamos analisar neste trabalho, como vimos, as características urbanísticas e arquitectónicas deste bairro têm de alguma forma e

para vários autores conseguido mantê-lo como uma unidade urbanística com uma coesão, inteligibilidade, e identidade próprias e identificáveis. Podemos considerar o Bairro Alto como uma unidade de análise correspondente “a uma área que tem uma certa autonomia dada por características que convergem numa alegada identidade”, e que permite “uma inteligibilidade com uma dimensão similar ao bairro, mas ultrapassando as limitações da freguesia cuja delimitação seguiu historicamente a influência das paróquias” (Seixas, 2001, p. 172; Mendes, 2006; Carita, 1999; 1990).

Precisamente por esta razão, e porque o território físico a que se designa comumente de Bairro Alto é na verdade constituído por diferentes unidades administrativas e territoriais – nomeadamente, a Freguesia da Encarnação, a Freguesia de Santa Catarina e ainda a Freguesia das Mercês -, quando este bairro é tomado como objecto de estudo, são diversas as propostas em relação aos seus limites territoriais (Seixas, 2001; Calado & Ferreira, 1992; Franco, 1992). Por exemplo, Seixas (2001), ao realizar uma caracterização sócio-urbanística deste bairro, considera-o como incluindo toda a área territorial considerada pelos domínios administrativos das três Freguesias acima referidas. Outros autores sugerem ainda que a constituição geográfica e territorial do Bairro Alto se encontra cingida sobretudo à freguesia administrativa da Encarnação e também em parte, na zona Oeste, à freguesia administrativa de Santa Catarina (Calado & Ferreira, 1992). Neste sentido é considerado que “a área a que se costuma chamar Bairro Alto é composta por um rectângulo irregular, compreendido entre a Rua da Misericórdia e S. Pedro de Alcântara, Rua D. Pedro V, Rua do Século, Calçada do Combro, Largo do Calhariz, Rua do Loreto e Praça Luís de Camões” (Franco, 1992, p.4; Calado & Ferreira, 1992).

No presente trabalho utilizaremos esta última delimitação territorial como unidade de análise, uma vez que abordaremos este estudo de caso sobretudo devido ao seu património arquitectónico e urbanístico, analisando como a preservação deste interage com as pessoas que ocupam e constroem o Bairro Alto. Como apontámos anteriormente, é precisamente o Bairro Alto definido através destas fronteiras territoriais – presentes na Figura 1 - que se encontra em vias de classificação devido à relevância do seu património (IPPAR, 2009). Complementarmente, e a partir da análise das respostas de 204 moradores do Bairro Alto que inquirimos acerca das fronteiras territoriais do bairro, verificámos que 52% dos participantes considera que o Bairro Alto corresponde precisamente ao território compreendido entre essas ruas: D. Pedro V, Rua da Misericórdia/Rua de S. Pedro de Alcântara, Largo Camões e Rua do Século.

4. Um estudo de caso dentro do Bairro Alto: A transformação do Convento dos Inglesinhos

É no entrecruzamento entre as questões que debatemos até aqui neste capítulo – alterações físicas e sociais no Bairro Alto – que nos últimos anos estes novos processos sócio-urbanísticos têm dado origem a contestações por parte dos moradores do bairro (*Diário de Notícias*, 08.10.2004; *Público*, 11.07.2006; *Correio da Manhã*, 09.07.2007). Estas contestações são precisamente ilustrativas da constante construção, negociação e contestação de significados acerca dos lugares onde vivemos (Menezes, 2001). É precisamente um desses casos de contestação que iremos descrever de seguida. Para isso começaremos por caracterizar brevemente o objecto dessa contestação – o Convento dos Inglesinhos – para depois darmos conta do contexto da controvérsia que opôs alguns moradores do Bairro Alto aos profissionais responsáveis pela reabilitação urbana deste bairro em torno da transformação desse Convento.

4.1. Caracterização histórica do Convento dos Inglesinhos

O Colégio Pontifício de S. Pedro e S. Paulo, comumente designado de Convento ou Colégio dos Inglesinhos, é o estabelecimento britânico mais antigo de Portugal (Proença et al., 2007; Franco, 1992; Vale & Ferreira, 1999; Carita, 1990). O Convento dos Inglesinhos foi fundado em 1622 por D. Pedro Coutinho, por ordens do rei D. Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal), que doa algumas casas e terrenos que possuía no Bairro Alto para a construção do convento (Proença et al., 2007; Carita, 1990; Franco, 1992). O edifício ficou concluído por volta de 1644 com o principal objectivo de se constituir como seminário para a formação de ingleses católicos a serem enviados para Inglaterra como Missionários Apostólicos, missão premente na Inglaterra anglicana (Proença et al., 2007; Franco, 1992). O Convento é construído na colina de Santa Catarina, centro do actual Bairro Alto: “o colégio dos Inglesinhos, incluindo a Igreja, casas anexas e os jardins, implanta-se entre o Largo dos Inglesinhos (a Sul), tendo a Oeste a Rua Nova do Loureiro, a Norte a Calçada do Cabra e já parte da Rua de São Boaventura, a qual acompanha também a Este.” (Franco, 1992, p.5). O Convento é remodelado em 1714, tendo sido também quase completamente reconstruído depois do terramoto de 1755 (Proença et al., 2007; Vale & Ferreira, 1999; Carita, 1990).

Por volta de 1800, com as guerras napoleónicas, muitos colégios ingleses espalhados pela Europa haviam sido fechados e por isso o Convento foi aumentado para o seu tamanho

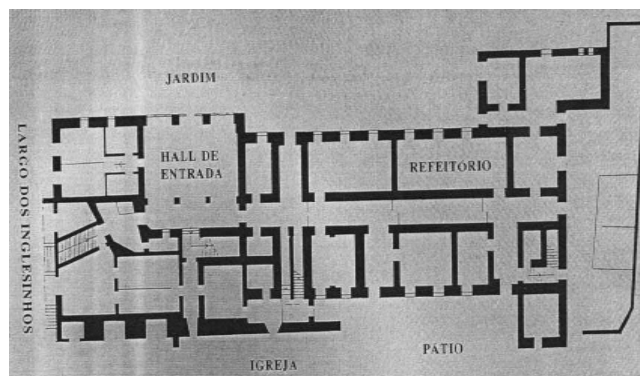
actual – rés-do-chão e três andares – para poder receber mais estudantes (Figura 2). O observatório astronómico do Convento data também desta época (Franco, 1992). Desde essa altura que o Convento se mantém sensivelmente com a mesma traça. Entre os inícios de oitocentos e 1860 a igreja é ainda restaurada e redecorada, é-lhe acrescentado o coro e adicionado o órgão (Franco, 1992).

Figura 2 – Fachada do Convento dos Inglesinhos (Maio de 2006): Vista do acesso principal ao convento, torre sineira e zona de balaustrada e arcos



O convento foi-se assim constituindo ao longo dos anos como “um conjunto de arquitectura religiosa, de linguagem chã e pombalina, dotado de uma certa unidade arquitectónica e estética” (Proença et al., 2007, p. 64). Quanto à unidade arquitectónica, é valorizado sobretudo pelo seu tamanho, solidez e espacialidade (Franco, 1992). Relativamente às suas características estéticas ou artísticas, destacam-se a fachada da igreja, a articulação desta com edifícios contíguos, a zona de balaustrada e arcos, o acesso principal ao colégio, o *hall* da entrada, a igreja e o refeitório (Franco, 1992) (Figura 3).

Figura 3 - Planta do rés-do-chão do Convento dos Inglesinhos (Franco, 1992)



4.2. A origem do processo de transformação do Convento dos Inglesinhos

Em 1973 o Convento foi encerrado enquanto convento e colégio católico (Proença et al., 2007). Em 1984 todo o conjunto patrimonial do convento é vendido à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pelos seus proprietários originais, a congregação católica Inglesa, para ser transformado num complexo residencial de luxo para a terceira idade. Contudo, o Convento acabou por ficar sem qualquer tipo de intervenção ou uso de maior durante muitos anos, tendo continuado apenas a sua missão pedagógica concretizada em cursos de formação profissional (Franco, 1992).

Em 2000 a Santa Casa da Misericórdia anuncia a sua pretensão de vender o Convento, iniciando-se assim o seu processo de compra por um grupo imobiliário privado – Grupo Amorim-Highgrove -, com a pretensão de que este concretize o objectivo a que a Misericórdia se tinha proposto – a construção de uma residência para a terceira idade. A Câmara Municipal de Lisboa não exerce o seu direito de preferência sob a aquisição do Convento e a compra do Convento é concretizada em 2002. Porém, o grupo imobiliário acaba por abandonar a ideia inicial de construção, optando antes por construir um condomínio fechado de luxo para habitação, projecto que é aceite pela Câmara Municipal de Lisboa e, nomeadamente, pela Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, responsável pela reabilitação urbana do Bairro Alto. Esta Unidade de Projecto, composta por arquitectos, historiadores, juristas, sociólogos entre outros profissionais, exige no entanto algumas reformulações ao projecto arquitectónico da empresa imobiliária.

Em 2004-2005 dá-se início ao projecto de adaptação deste imóvel a complexo habitacional de luxo. Em 2006, de acordo com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Convento encontrava-se em estudo para protecção, uma vez que: “Apesar de muito transformado, o complexo arquitectónico do antigo convento e colégio dos Inglesinhos mantém uma relativa monumentalidade, vincado rigor geométrico, pureza das linhas, sólida volumetria e constitui-se como um marco no contexto da malha urbana do Bairro Alto” (Vale & Ferreira, 1999). Este último aspecto caracterizador do Convento é bem ilustrado pelas respostas de 120 moradores do Bairro Alto a um questionário que conduzimos para este trabalho e que revelam que 81,7% dos moradores consideram o Convento dos Inglesinhos como uma parte importante do que é o Bairro Alto (respostas do ponto 5 a 7 da escala).

Em 2007, o grupo imobiliário Amorim vende o Convento à imobiliária Chamartín. As obras de transformação do Convento em complexo habitacional de luxo terminam no final de 2008.

5. Contexto da controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos

5.1. O início da controvérsia: Protestos de moradores contra a transformação

Em Agosto de 2004 chega à primeira página de um jornal diário de Lisboa a notícia do estalar de uma controvérsia relativa à demolição do Convento dos Inglesinhos. É quando começa a ser publicitada a venda dos apartamentos deste condomínio que começa a tomar forma um protesto protagonizado por um grupo de moradores do Bairro Alto. Este grupo insurge-se contra a obra, a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa que permitira a venda do imóvel a um grupo imobiliário privado, e o projecto arquitectónico, o qual inclui a transformação do convento em apartamentos, a transformação de algumas partes da Igreja e a eliminação do jardim (Figura 4). Este grupo de moradores desenvolveu assim várias acções com o intuito de contestar e impedir esta transformação.

Figura 4 – Jardim do Convento dos Inglesinhos: Vista da parte lateral Oeste do Convento, Rua Nova do Loureiro (Maio de 2006)



Algumas destas acções tiveram especial visibilidade na esfera pública através dos meios de comunicação social (jornais, rádio e televisão). Falamos das sessões públicas de debate organizadas pelos moradores, para quais convidaram tanto os responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa, da Junta de Freguesia de Santa Catarina – localização administrativa do Convento - e da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, como os representantes do grupo imobiliário responsável pela transformação do Convento. Também os protestos – vigílias – organizados pelo grupo de moradores (Figura 5), foram acompanhados pelos *media* (*Diário de Notícias*, 08.10.2004; *Público*, 11.07.2006), bem como a providência cautelar que alguns moradores avançaram para tribunal em 2005, que pretendeu impedir a transformação do Convento. A acção principal dessa providência não foi considerada favorável, no entanto, em

2006, e perante o pedido de reavaliação ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, a providência acaba por ser parcialmente considerada como favorável, mas apenas no que se refere à preservação do jardim do Convento. No entanto, quando esta decisão é conhecida o jardim já havia sido removido pela construtora: “Moradores do Bairro Alto ganham providência cautelar a favor da preservação do coberto vegetal dos Inglesinhos. Decisão judicial chega tarde” (*Diário de Notícias*, 18.07.2006). O grupo de moradores compilou ainda informação técnica e descritiva sobre o Convento dos Inglesinhos e angariou o apoio de profissionais das áreas envolvidas na transformação proposta, nomeadamente, arquitectos e historiadores.

Figura 5 – Exemplo do material de contestação utilizado pelo movimento de moradores contra a transformação do Convento dos Inglesinhos (Maio de 2006)



Por via da divulgação deste movimento e das suas acções através dos meios de comunicação social, o grupo recebeu ainda o apoio do Fórum Cidadania Lisboa, um grupo de cidadãos com sede em suporte informático através de um *blogue de Internet* que procura discutir vários problemas relacionados com a cidade de Lisboa. O movimento de moradores teve assim oportunidade de criar neste espaço virtual um local de discussão específico em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos e de publicitar e discutir o seu problema e objectivos na esfera pública. Através do apoio deste espaço virtual o grupo de moradores do Bairro Alto apresentou ainda uma petição contra a transformação do Convento num condomínio residencial de luxo, propondo a recuperação da sua traça original e a sua reutilização como centro cultural do Bairro Alto ou, em alternativa, a sua transformação “em escola-museu de artes e ofícios (...) e fruição pública dos magníficos jardins que ainda restam. A igreja de São Pedro e São Paulo, classificada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, deverá ser espaço cultural” (Participante do movimento de moradores *in* sessão pública de debate, 31.01.2005).

Este caso de participação responde assim aos critérios que têm sido identificados para a análise de protestos que possam ser considerados conflitos ambientais (ver Pol et al., 2006):

(1) Visibilidade: a detecção de um movimento de oposição com um mínimo de organização e coerência que mostre rejeição em relação a uma intervenção ou projecto de intervenção num território, que lhe garante visibilidade social e mediática e, assim, existência pública;

(2) Dimensão temporal: a persistência da situação de protesto durante tempo suficiente para dar lugar a um processo sustentado de confrontação ou reivindicação, que é socialmente legitimador do conflito (Pol et al., 2006).

5.2. A controvérsia na imprensa

Esta controvérsia envolveu assim vários actores, com diversos posicionamentos. Com o intuito de percebermos quais os actores mais significativos em relação a este caso assistimos às sessões públicas de debate organizadas a este respeito e recolhemos as notícias da imprensa escrita em relação ao mesmo. Assim, analisámos as notas por nós recolhidas em duas sessões públicas de debate. A primeira foi promovida pelo movimento de moradores e envolveu maioritariamente moradores do Bairro Alto (31.01.2005). A segunda foi organizada pelo movimento de moradores e pela Junta de Freguesia de Santa Catarina (14.03.2005) onde mais grupos, à excepção do proprietário da construção, estavam representados (nomeadamente, profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica e da Câmara Municipal de Lisboa).

Recolhemos e analisámos também todas as notícias dos principais jornais diários portugueses. Mais especificamente, seleccionámos três jornais diários de acordo com os habituais critérios de selecção para análise do discurso periodístico (Carvalho, 2005; van Dijk, 1988): jornais diários, tendo em conta o carácter local da controvérsia estudada; jornais de grande tiragem e de tipo generalista, pelo seu maior impacto na esfera pública; dois deles jornais de referência - *Público*, *Diário de Notícias* – e um deles tablóide - *Correio da Manhã*. Destes jornais foram recolhidos 13 artigos que discutiam esta questão no período de Agosto a Dezembro de 2004. Foi este o período em que a controvérsia esteve mais acesa e mais acções foram desenvolvidas em torno da mesma. A recolha dos artigos foi realizada através da consulta dos jornais referidos em todo o período mencionado na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No entanto, e ao longo do tempo de duração da obra e das contestações à mesma, continuámos a acompanhar a imprensa escrita, recolhendo mais 56 artigos no total, no período de Janeiro de 2005 a Dezembro de 2008: 12 artigos do *Correio da Manhã*, 8 do *Diário de Notícias* e 36 do *Público* (Tabela 1). A recolha destes artigos foi realizada nos sítios na *Internet* dos referidos jornais, através dos seus motores de pesquisa.

Tabela 1 – Notícias recolhidas nos jornais acerca da controvérsia relativa à transformação do Convento dos Inglesinhos

<i>Datas</i>	<i>Jornal</i>	<i>Número de artigos</i>
Agosto -Dezembro 2004	Público	10
	Diário de Notícias	2
	Correio da Manhã	1
Janeiro 2005 – Dezembro 2008	Público	36
	Diário de Notícias	8
	Correio da Manhã	12
Total		69

De seguida, começaremos por apresentar uma sistematização das posições mais bem representadas na imprensa escrita em relação a esta controvérsia no período em que esteve mais acesa (Agosto-Dezembro de 2004). Depois, apresentaremos uma breve sistematização das principais notícias relacionadas com a controvérsia ao longo do período de Janeiro de 2005 a Dezembro de 2008.

No conjunto das notícias recolhidas no período de Agosto a Dezembro de 2004 a posição mais bem representada na imprensa é a do movimento de moradores do Bairro Alto que defende a conservação integral do Convento dos Inglesinhos, como um testemunho das memórias do Bairro. Para esta posição, este é um “local onde se ‘respira’ história (*Público*, 23.09.2004), e as transformações previstas no Convento são uma “descaracterização do Bairro que urge travar” (*Diário de Notícias*, 8.10.2004). Para além de histórico, o Bairro é ainda apresentado nesta perspectiva como popular e cheio de vida de vizinhança, algo que seria ameaçado pela implantação de um condomínio fechado e de luxo e algo a que os moradores se opõem. Mais ainda, esta decisão não contou com a participação dos moradores do bairro, a quem deve ser dado o direito de participarem activamente na gestão urbanística do mesmo: “não tem havido oportunidade para nós enquanto cidadãos exercermos esse papel [participar]” (*in* sessão pública de debate, 31.01.2005). Há que mencionar que este movimento é encabeçado por alguns intelectuais conhecidos da sociedade portuguesa, moradores no bairro, muito à vontade a falar em público nas reuniões e capazes de mobilizar outras figuras também influentes para participarem nestas.

Paralelamente, ainda que sem tanta força de expressão, surge a posição de outros moradores que argumentam que apesar de o Bairro Alto ser um bairro único e particular, não deixa de ser um bairro e como tal necessita de dinamismo e de modernização. Neste sentido ter um espaço abandonado que não estava a ser aproveitado, não é de qualquer utilidade: “haver agora de repente uma movimentação tão grande contra a construção, quando ele esteve ao abandono tanto tempo – prefiro vê-lo recuperado do que ao abandono” (*in* sessão pública de debate, 14.03.2005). Para este outro grupo, que “dará o seu aval caso a igreja seja preservada e acessível à população” (*Público*, 21.11.2004), embora seja necessário cuidar da preservação do património, a sustentabilidade económica também é importante, e assim também o é a construção que substituirá os Inglesinhos. Esta posição é semelhante à da Junta de Freguesia de Santa Catarina. A representante da Junta revela que, à partida, o Convento deveria ter sido transformado para, por exemplo, a criação de outro tipo de habitação que permitisse que as pessoas do Bairro Alto que “estão a ser ‘expulsas’ do Bairro e deviam ficar, têm aí as suas raízes” (*in* sessão pública de debate, 14.03.2005) pudessem permanecer no bairro e em melhores condições de habitabilidade. No entanto, uma vez tomada a resolução actual considera que “desde que seja garantida a preservação do património, é preferível ter ali o que vamos ter do que aquilo que lá estava” (*Público*, 29.10.2004), até porque “historicamente sempre fomos confrontados com o popular e o aristocrático em Santa Catarina e na Encarnação” (*in* sessão pública de debate, 14.03.2005).

Por sua vez, os profissionais camarários – historiadores, arquitectos - ligados ao Gabinete responsável pelo Bairro consideram que o projecto actual para o condomínio de luxo que vai ser construído é positivo para a reabilitação urbana do bairro, na medida em que dá um novo uso ao espaço, mantendo os seus elementos patrimoniais mais significativos: “preserva as características fundamentais (históricas e arquitectónicas) das construções existentes” (*Diário de Notícias*, 8.10.2004). Os profissionais salientam veementemente que se hoje o projecto de construção é um projecto de qualidade, tal se deve á sua própria actuação - “foi a oposição veemente e empenhada do conjunto dos historiadores da reabilitação urbana da câmara às adulterações previstas (...) que forçou a renegociação do projecto (...) garantindo a preservação do património e a identidade do conjunto” (*in* carta publicada no *Público*, 29.10.2004). Por este motivo, para os peritos, o movimento de moradores já não faz sentido: “alguns moradores da zona insistem (...) na necessidade da salvação dos Inglesinhos como se esta não estivesse plenamente assegurada desde o final de 2002” (*in* carta publicada no *Público*, 2.12.2004). Também nas reuniões públicas foi muito saliente a convicção dos peritos de que haviam sido eles a salvar o que valia a pena salvar do património do Convento

dos Inglesinhos. Os historiadores do Gabinete, em particular, ressaltaram que se haviam organizado para mobilizar outros historiadores de outros gabinetes e forçado a rejeição do primeiro projecto que tinha entrado na Câmara e que previa a demolição do altar-mor e da Torre Sineira da igreja.

Após este período de debate mais acesso que envolveu sobretudo o movimento de moradores do Bairro Alto e os profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, o movimento continuou ainda a sua acção contra a transformação do Convento durante algum tempo. Sistematizamos abaixo os momentos mais significativos dessa acção e da controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos, recorrendo às principais notícias presentes na imprensa escrita analisada acerca deste assunto:

- 03.2005 – Começa a ser julgada a providência cautelar avançada por moradores do Bairro Alto contra a transformação do Convento dos Inglesinhos com base numa alegada violação do Plano Director Municipal e com base num despacho do Instituto Português do Património Arquitectónico sobre características patrimoniais do Convento (*in Público, Correio da Manhã*);
- 04.2005 – É rejeitada a providência cautelar interposta por moradores do Bairro Alto contra a obra no Convento dos Inglesinhos (*in Público, Correio da Manhã*);
- 07.2005 - Deputados recebem dossier contra condomínio nos Inglesinhos, entregue por alguns dos cidadãos que contestam a construção (*in Público*);
- 08.2005 - Sá Fernandes denuncia ‘atentado urbanístico’ no Bairro Alto, questionando a legalidade do licenciamento de construção na Rua Nova do Loureiro; Obras no Convento dos Inglesinhos deixam Rua Luz Soriano sem estacionamento (*in Público*);
- 12.2005 - Muro do Convento dos Inglesinhos desaba (*in Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias*);
- 07.2006 - Cidadãos tentam travar abate de árvores nos Inglesinhos; Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa proibiu corte de árvores nos Inglesinhos, no âmbito da providência cautelar interposta por cidadãos (*in Público*);
- 10.2006 - Escavações no antigo jardim do convento lisboeta revelam estruturas pré-pombalinas do século XVI, que não travam obras no Convento dos Inglesinhos (*in Público*).

6. Considerações finais

A análise da imprensa e das sessões de debate em torno desta controvérsia revelam-nos dois principais temas que polemizaram este caso – a preservação do património e a participação pública. Estes estão presentes de forma mais ou menos significativa nos discursos e posições dos vários interlocutores. Por seu turno, esses temas são apropriados para darem significado a esta controvérsia particular, tendo em conta o contexto específico em que tem lugar. As características históricas e sociais do Bairro Alto são mobilizadas para apoiarem as posições dos intervenientes em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos.

Isto sugere que para compreendermos o que poderá influenciar as ideias em relação à preservação do património construído desta comunidade e as práticas de participação por essa preservação é importante explorarmos:

(1) a relação entre distintas crenças sobre a nobilitação nesta comunidade e o apoio ou contestação à preservação do património construído do bairro, tendo em conta que essas duas dimensões surgem muitas vezes relacionadas (Mendes, 2006) e tanto as suas vantagens como desvantagens para a comunidade podem ser apoiadas pelos habitantes (Slater, 2004);

(2) qual a importância atribuída à participação enquanto prática que pode impedir ou promover alterações específicas na comunidade;

(3) se diferentes grupos que têm vindo a ocupar o Bairro Alto nos últimos anos – profissionais, moradores mais antigos, moradores mais recentes, comerciantes – revelam distintas crenças em relação à composição física e social desta comunidade e qual o impacto que essas poderão ter para a participação e para a preservação do património construído.

A descrição que efectuámos neste capítulo informou-nos, especificamente, que as posições do movimento de moradores e dos profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica se encontram muito polarizadas e, nesse sentido, revelam perspectivas muito divergentes em relação às dimensões que constituíram a controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos. Assim, no capítulo seguinte iremos começar por analisar mais detalhadamente as representações dos profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica e do porta-voz do movimento de moradores em relação a esta controvérsia, complementado ainda essa análise com as de moradores do Bairro Alto em relação à mesma.

Capítulo VII

Estudos 1 e 2

Participação pública como direito: Entre normas e factos

Introdução¹¹

Neste capítulo pretendemos analisar um exemplo da forma de como a fase de generalização da mudança normativa da participação pública está a decorrer no sistema técnico. Para isso, focalizaremos as representações dos profissionais da reabilitação urbana do Bairro Alto.

A Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica não implementou um processo formal de participação pública em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos. Isto apesar de as novas leis da participação pública estarem institucionalizadas em Portugal e de, de uma amostra de 204 moradores do Bairro Alto, 72,9% concordar totalmente que as pessoas têm o direito de serem ouvidas pelas autoridades locais em relação às decisões que são tomadas sobre os seus bairros. Mais ainda, os resultados do questionário aplicado a moradores do Bairro Alto revelaram que 52% desses moradores consideram que nunca receberam informação das autoridades locais (Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal de Lisboa) sobre projectos de transformação de edifícios ou espaços do Bairro Alto.

Os estudos que apresentaremos neste capítulo pretendem contribuir para compreender a discrepância entre as normas da participação pública e os seus factos, através da análise deste contexto específico, o Bairro Alto. Pretendemos compreender alguns dos processos psico-sociais envolvidos no ajustamento dos profissionais responsáveis pela reabilitação urbana deste bairro às mudanças promovidas pelas leis da participação pública, focalizando particularmente os processos de resistência a essas.

No entanto, estas leis não pretendem afectar única e exclusivamente as práticas individuais dos profissionais, mas antes alterar a sua relação com os membros das comunidades. Iremos assim analisar também de que forma esta relação inter-grupal específica e o modo como se concretiza nesta comunidade poderá contribuir para acelerar ou abrandar a mudança relativa às novas normas da participação pública no sistema leigo.

¹¹ O presente capítulo é baseado em Castro & Batel (2007), Castro & Batel (2008) e Batel & Castro (2009).

1. Objectivos

A controvérsia em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos revelou que explorar as posições dos profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica em relação a essa seria importante para cumprirmos um dos objectivos do presente trabalho. Especificamente, compreender, por um lado, alguns dos processos psico-sociais que explicam a manutenção da discrepância que tem sido apontada em Portugal entre o que está legislado e o que é praticado em relação à participação pública pelos sistemas técnico-políticos (Lima, 2004a; Santos, 2003; Ferreira, 1990). Por outro lado, o impacto que isso poderá ter para as ideias e as práticas dos membros das comunidades em relação à participação.

Para cumprir esse objectivo, iremos articular os processos de nível macro relativos à mudança social com os processos de nível micro relacionados com a comunicação e o discurso. Esta articulação é uma questão fulcral na Teoria das Representações Sociais, para compreendermos como a mudança social ocorre nas nossas sociedades e é apropriada pelos grupos e indivíduos (Marková, 2003; Wagner, Duveen, Verma et al., 1999). Para ela levaremos em conta como é que o discurso concreto dos indivíduos em contextos específicos utiliza e adapta os recursos interpretativos partilhados, a que podemos chamar de representações sociais, a fim de respeitar os imperativos normativos que lhes estão a ser impostos.

Assim, pretendemos especificamente analisar como as transformações concretas que as normas da participação pública sofrem na comunicação entre as esferas técnica e leiga podem servir para abrandar ou acelerar a mudança relativa à participação. Para esta análise iremos recorrer a algumas propostas que apresentámos na Secção I como podendo ajudar a compreender os mecanismos utilizados pelos grupos e indivíduos na adaptação e resistência à mudança.

2. Método

Para cumprir os objectivos acima referidos conduzimos um total de dezanove entrevistas. Sete foram entrevistas narrativas (Jovchelovitch & Bauer, 2000), um tipo de entrevista frequentemente adoptada pela perspectiva dialógica da Teoria das Representações Sociais (Jovchelovitch & Gervais, 1999; Marková, 2003). Destas, seis foram realizadas com peritos da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, um de cada categoria profissional: historiador, arquitecto, arquitecto paisagista, jurista, socióloga, inspectora de obra. A sétima

foi realizada com o porta-voz do movimento de moradores contra a transformação do Convento dos Inglesinhos. Conduzimos ainda 12 entrevistas semi-estruturadas com residentes do Bairro Alto (Tabela 2).

As entrevistas com os profissionais tiveram uma duração média de 1h30m. Foram realizadas nas instalações da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, no Bairro Alto, e gravadas em formato áudio. As entrevistas foram apresentadas como tendo o objectivo de compreender as várias etapas e grupos envolvidos na controvérsia dos Inglesinhos (Anexo I). Contudo, e uma vez que sabíamos de antemão que também pretendíamos ouvir estes profissionais falarem sobre a participação pública em geral, e não apenas em relação àquele caso específico, sempre que estes não expressavam espontaneamente as suas perspectivas sobre essa questão, nós perguntávamos explicitamente. As perguntas, no entanto, não foram feitas de uma forma rígida e foi possível manter um contexto informal nas entrevistas.

A entrevista com o porta-voz do movimento de moradores teve a duração de 2h, foi registada em formato áudio e conduzida num café no Bairro Alto. Esta entrevista também se focalizou na narração do processo em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos, como uma estória a decorrer no tempo, procurando aceder às perspectivas do entrevistado acerca da controvérsia em si, da participação pública e do movimento de moradores, e do papel dos profissionais do gabinete do Bairro Alto nesse processo (Anexo II). Por seu turno, as entrevistas com os moradores do Bairro Alto foram gravadas em formato áudio e realizadas nas ruas do bairro (Duração média = 25 min.). Estas entrevistas foram conduzidas 22 meses depois do início da controvérsia mas quando esta ainda estava na imprensa¹². As entrevistas convidaram os membros da comunidade a comentarem a controvérsia em torno do Convento dos Inglesinhos, bem como a expressarem as suas perspectivas acerca da participação pública em questões urbanas e acerca do seu próprio bairro (Anexo III).

Tabela 2 - Entrevistas realizadas com profissionais do Bairro Alto, o porta-voz do movimento e moradores do Bairro Alto: Número e duração, por grupo de entrevistados

	<i>Número de entrevistas</i>	<i>Duração média das entrevistas</i>
Profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica	6	1h30m.
Porta-voz do movimento de moradores	1	2h
Moradores do Bairro Alto	12	30min.

¹² Por exemplo, a 11 de Julho de 2006 o jornal *Público* publicou um artigo entitulado: *Cidadãos tentam impedir o abate de árvores nos Inglesinhos*.

Para as análises das entrevistas procedemos da seguinte forma: em primeiro lugar lemos as entrevistas na íntegra e seleccionámos os excertos que se referiam à participação pública e às opiniões face a esta controvérsia e ao Convento. De seguida, contrastámos as diferentes formas que os entrevistados usavam para discutir estes assuntos. Neste seguimento, procurámos padrões de argumentos repetitivos tanto em cada uma das entrevistas, como entre elas.

De um ponto de vista teórico, para a análise das entrevistas com os profissionais também examinámos:

(1) a formação discursiva de distinções, tais como abstracto/concreto, normativo/funcional, categorização/particularização (Moloney & Walker, 2002; Spini & Doise, 1998; Billig, 1985);

(2) como é que os dois modelos de participação pública – o informativo e o dialógico – emergiam dos discursos e práticas dos entrevistados (Lima, 2004a);

(3) como as distinções e significados contraditórios eram ancorados em conteúdos conversacionais e identidades distintas e se funcionavam como forma de resistência à mudança;

(4) se os entrevistados utilizavam a reificação como estratégia discursiva (Moscovici, 1984; 1981) ou alternativamente recorriam à consensualização, uma vez que as novas leis da participação pública pretendem que os sistemas técnico-políticos também tenham em conta outras perspectivas, nomeadamente dos membros das comunidades, nos processos de tomada de decisão. Baseámo-nos para essa tarefa na análise da presença ou ausência e frequência de utilização dos argumentos incluídos na reificação e consensualização enquanto formatos comunicativos, tal como apresentado no Capítulo IV da Secção I (pps.82-83);

(4) como é que as dimensões institucional, cultural e contextual das representações enformavam os discursos dos entrevistados, onde esperávamos que novas representações da participação pública, propostas transcendentemente pelas novas leis sociais, se misturassem com representações mais antigas e contextualmente relevantes.

Na análise das entrevistas com o porta-voz do movimento de moradores e com os moradores do Bairro Alto examinámos:

(a) a consensualização e reificação, onde esperávamos que os membros da comunidade utilizassem tendencialmente a consensualização como formato comunicativo na relação com o sistema técnico-político (Moscovici, 1984; 1981), mas que a reificação também pudesse ser utilizada tendo em conta que as novas leis da participação pública conferem

legitimidade à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão;

(b) a emergência de diferentes perspectivas da participação pública, especificamente, as concepções pedagógica e dialógica da participação (Lima, 2004a) e a participação como direito e/ou dever de cidadania (Condor & Gibson, 2007).

Seguindo estes critérios de análise, os extractos das entrevistas abaixo apresentados foram seleccionados com base na sua representatividade em relação ao *corpus* total dos dados e na sua clareza para ilustrar as principais estratégias discursivas utilizadas pelos entrevistados. Nos extractos das entrevistas que apresentaremos a utilização de sublinhado pretende chamar a atenção para aspectos particularmente relevantes dos mesmos.

3. Organização da análise dos dados

A análise das entrevistas será estruturada por grupo de entrevistados e por temas. Primeiro, apresentaremos as análises realizadas ao discurso dos profissionais. Nesta análise:

(1) começaremos por identificar como os peritos apresentam o seu papel e o dos moradores do Bairro Alto na reabilitação urbana;

(2) para de seguida identificarmos as suas perspectivas em relação ao movimento de moradores e à transformação do Convento dos Inglesinhos;

(3) por último, analisaremos a forma como os profissionais apresentam a sua posição em relação às novas leis da participação pública. Dentro deste ponto, incidiremos a nossa análise sobre as várias estratégias discursivas que os profissionais utilizam para apresentar a sua posição em relação à participação.

Após a análise das entrevistas com os peritos, analisaremos o discurso dos moradores do Bairro Alto:

(1) começaremos por analisar especificamente o discurso do porta-voz do movimento de moradores, identificando como se posiciona em relação aos profissionais;

(2) finalmente, analisaremos os discursos de habitantes do Bairro Alto que não fizeram parte do movimento de moradores explorando as suas posições face à controvérsia e à participação pública.

4. Análise

4.1. O discurso dos profissionais

4.1.1. O papel dos profissionais e dos membros da comunidade na reabilitação urbana

Um dos principais aspectos que surgiu da análise das entrevistas com os profissionais é a forma como acentuam as suas próprias funções enquanto insubstituíveis nas questões de reabilitação urbana. Ao longo das entrevistas, repetem argumentos prescrevendo o conhecimento profissional como necessário para uma avaliação correcta dos processos de reabilitação urbana na comunidade. Os dois extractos abaixo exemplificam este tipo de argumento, uma forma de prescrever como pensar, isto é, de prescrever representações, sobre a reabilitação urbana:

[Extracto n.1]

As pessoas queixam-se muito, ah e tal aquele mamarracho [referindo-se a edifícios de arquitectura contemporânea], mamarracho ou não mamarracho há quem se responsabilize pelo dito mamarracho que a população diz e quem se responsabiliza é alguém com cultura porque é alguém que estudou para isso, muitas das vezes quem solta a palavra mamarracho é porque muitas das vezes ainda não está a entender exactamente o que é que se está ali a passar. [Arquitecto, p. 11]

[Extracto n.2]

[no Bairro Alto] *Mesmo uma casa por mais corrente que fosse, ou um bocadinho acima vamos lá, tinha sempre um painel de azulejo, que hoje reconhecemos de grande valor. Essas situações muitas das vezes as pessoas que habitam essas casas não terão essa sensibilidade, o que é um grande problema, (. . .) Também não sei se lhes pode ser exigível isso, isto é uma questão pessoal, não sei, é claro que eu enquanto técnico tenho obrigação de fazer isso* [Arquitecto, p. 4]

Ao acentuarem como as suas acções estão exclusivamente ligadas a conhecimento profissional específico acerca da reabilitação urbana, estes extractos são paradigmáticos de uma característica central da reificação: prescrever formas de pensar, ou representações. Os extractos acentuam que existem competências apropriadas para pensar e intervir em domínios

específicos e que cada actor detém “appropriate information for a given context” (Moscovici, 1984, p.21/22). O conhecimento específico é assim apresentado como sendo o que permite que estes profissionais decidam acerca de assuntos de reabilitação urbana e que ‘enquanto técnicos, tenham a obrigação de o fazer’ (Extracto n.2).

O primeiro extracto (Extracto n.1), ao enfatizar que “only acquired competence determines degree of participation according to merit” (Moscovici, 1984, p.21/22), acentua as diferenças entre profissionais e residentes da comunidade e apresenta a participação na reabilitação urbana como um privilégio daqueles que estudaram e sabem, e que assim têm legitimidade para decidir. A primazia do conhecimento profissional torna-se assim ainda mais clara através da comparação entre o conhecimento detido pelos profissionais e (a falta de) o conhecimento detido pelos habitantes da comunidade em relação à reabilitação urbana.

Assim, uma forma de excluir o conhecimento dos outros pode ainda ser encontrada em argumentos pressupondo a desigualdade entre membros, em relação ao objecto sob discussão – neste caso, a reabilitação urbana -, tal como exemplificado nos dois extractos acima apresentados. No segundo extracto (Extracto n.2) é sugerido que uma vez que as pessoas não são ‘sensíveis a essas coisas’ e porque é duvidoso que os profissionais devam esperar isto delas, são os profissionais que precisam de se responsabilizar pela defesa do património. Deste modo, este extracto evidencia como a capacidade de conceber “social realities in terms of the Alter” (Marková, 2003, p. 85) pode às vezes cumprir apenas uma função estratégica, de legitimação da posição do Self. Por outras palavras, perspectivar a reabilitação urbana através da posição dos residentes da comunidade permite o argumento estratégico que os profissionais deveriam ter ainda mais poder nos processos de reabilitação urbana, uma vez que os moradores não têm o conhecimento necessário para decidir sobre essa questão.

4.1.2. A transformação do Convento dos Inglesinhos e o movimento de moradores do Bairro Alto

Contudo, o movimento de moradores que se manifestou contra a transformação do Convento mostrou preocupar-se com o património histórico do Bairro Alto. Apesar disso, os profissionais acentuam também as diferenças entre o conhecimento dos peritos e o dos participantes do movimento quando falam do Convento dos Inglesinhos. Isto é ilustrado abaixo:

[Extracto n.3]

então nós viabilizámos o projecto dando, dizendo que sim senhor, que aquilo do ponto de vista patrimonial não é lesivo à integridade [do Convento], porque o que é necessário é salvar o fundamental, e o fundamental está salvaguardado [Historiador1, p.17]

[Extracto n.4]

E agora de repente quando sabem que há um projecto de um condomínio [os manifestantes] vêm insurgir-se contra o projecto, em princípio sem saberem até em que termos é que o projecto foi elaborado, e se foi ou não aprovado, em que condições, o que é que houve o que é que não houve em trabalhos prévios de estudo, portanto com pouca preparação, eu diria. [Jurista, p. 4]

O primeiro extracto (Extracto n.3) apresenta o conhecimento acerca da transformação do Convento dos Inglesinhos como algo independente de concordância ou discordância e baseado unicamente em conhecimento profissional acerca dos ‘elementos históricos fundamentais’. Neste sentido, é acentuada “the primacy of expertise and rules” (Moscovici, 1988, p.233), uma característica da reificação, prescrevendo formas de pensar correctas também em relação ao caso específico do Convento.

No segundo extracto (Extracto n.4) a primazia concedida ao conhecimento profissional torna-se ainda mais clara, agora através da comparação entre o conhecimento dos profissionais e a falta de conhecimento revelada pelos manifestantes em relação à transformação do Convento. Nos extractos apresentados até aqui (Extractos n.1-n.4) a perspectiva predominante sobre os membros da comunidade é então a de que estes não detêm conhecimento válido, isto é, profissional, para poderem agir de forma correcta em relação ao património do bairro. Pressupõem por isso a desigualdade entre membros, característica da reificação, tanto em relação à reabilitação urbana no geral como em relação ao caso específico do Convento dos Inglesinhos. O conhecimento ‘leigo’, baseado na relação dos moradores com o bairro e na sua experiência do mesmo, não é sequer referido¹³, o que revela que não é reconhecido como conhecimento válido para estas questões. Por seu turno, a acentuação desta desigualdade entre peritos e moradores sugere que na perspectiva destes profissionais os papéis e relações entre esses em relação à reabilitação urbana devem permanecer inalterados.

No entanto, é precisamente a reformulação dessa relação que as novas leis da

¹³ Nunca aparece referido no discurso dos profissionais entrevistados.

participação pública pretendem implementar. Importa pois olharmos agora para como, neste contexto, as novas leis da participação pública são perspectivadas por estes profissionais e como estes as conjugam com o exemplo de participação específico que está a acontecer no Bairro Alto.

4.1.3. As leis da participação pública

Geral vs. particular

Uma dimensão central que emerge da análise das entrevistas com os profissionais do Gabinete acerca da forma como falam acerca da participação pública é uma organização discursiva estruturada na dicotomia entre (1) a defesa - em geral - da participação dos moradores e dos cidadãos nas questões dos seus bairros e cidades e (2) a desqualificação do processo de participação – concreto - que está em curso no Bairro Alto em torno da transformação do Convento. Por seu turno, esta dimensão surge associada ao que podemos designar de ‘alternância identitária’, relacionada com esses dois tipos de argumentos. Quando olham para esta questão através da sua identidade profissional, enquanto peritos, os entrevistados particularizam o caso de participação do movimento de moradores do Bairro Alto e ilegitimam-no dentro do enquadramento da participação pública. Mas, como veremos de seguida, quando noutras alturas da entrevista falam acerca da participação pública no geral, enquanto prática de cidadania, adoptam a identidade de cidadãos e defendem a participação, incentivando-a. Vejamos um exemplo:

[Extracto n.5]

...porque quem melhor defende os seus problemas do que aqueles que os sentem? Que os vivem dia-a-dia? (...) Porque eu também estou do outro lado, também sou cidadão. E sei também que um dia posso lá estar daquele lado, e sei que as pessoas têm sempre o direito a reclamar, e à indignação e recorrer das situações (...) as pessoas têm o direito, eu acho que é uma liberdade que é assim, acho que é importante as pessoas manifestarem-se nestes movimentos (...) independentemente se têm ou não razão [Arquitecto Paisagista, pp.22/24]

[Extracto n.6]

...sou 100% a favor que os grupos de cidadãos, que a sociedade civil tenha uma voz activa neste, nestas questões da cidade, fundamental. Eu próprio colaboro com uma amiga minha

(...) noutras lutas, noutras organizações de cidadãos em defesa daquilo que se considera válido para as zonas onde se habita, portanto acho tremendamente válido (...) É evidente e aí eu concordo perfeitamente que devia de haver uma participação muito mais alargada dos cidadãos, isso é a minha opinião pessoal [Historiador, p.23/35]

Nestes extractos a participação pública é defendida como um direito de cidadania a que os próprios profissionais recorrem, utilizando o pronome pessoal ‘eu’ para se referir a si enquanto cidadão. Há aqui a convergência entre os interesses do Self e os interesses da sociedade, participando tanto um como o outro do imperativo normativo referente à participação pública. A aprovação da legislação actual é posicionada na esfera abstracta da cidadania, onde profissionais e os residentes que protestam são tidos como elementos intermutáveis da mesma categoria de cidadãos (*Também estou do outro lado* – extracto n.5), e onde nenhuma tensão inter-grupal existe.

Nessa esfera abstracta, a defesa de problemas do ‘dia-a-dia’ e ‘daquilo que se considera válido’, independentemente ‘se têm ou não razão’, é considerada e apoiada. Apesar disso, a concepção de participação prevalente é a da participação como dever, isto é, como uma prática dos cidadãos que devem *reclamar e recorrer das situações* (Extracto n.5). A concepção da participação como direito, implicando o envolvimento do público através da acção de profissionais ou autoridades locais, está ausente destes extractos. O facto de estes profissionais perspectivarem a participação como uma actividade a ser desenvolvida pelos cidadãos, mesmo quando se posicionam nessa esfera, é informativo da sua resistência à incorporação dos novos papéis de profissionais e autoridades, propostos pelas novas leis da participação.

Vejamos agora como os profissionais se referem ao caso particular dos Inglesinhos. Neste caso, os peritos entrevistados assumem unicamente a sua identidade de profissionais e passam a utilizar no discurso a oposição ‘Nós’ e ‘Eles’ para falarem sobre esta questão, colocando-a num contexto de conflito inter-grupal. Este reflecte a polemização da representação de participação quando esta é discutida a partir das práticas destes profissionais:

[Extracto n.7]

Mas que efectivamente a nós nos incomoda que a contestação só surja quando começam as movimentações de trabalhos, também nos incomoda (...) Portanto, [eles] só estão preocupados com o património quando [eles] começam a ser incomodados por causa de obras? [Historiador, pp.8-9]

[Extracto n.8]

...mas depois de vez em quando aparecem uns arautos, quer dizer, [eles] acordam de repente, [eles] emergem das tumbas e dizem que realmente são os defensores do património e tal, mas antes eles estavam lá e não apareceram nem aqui nem acolá, só porque [eles] são vizinhos daquilo é património importante. Isto portanto, a lógica da opinião pública é uma coisa muito estranha e nada coerente. [Arquitecto Paisagista, pp.3-4]

A organização discursiva encontrada através da combinação dos quatro extractos acima apresentados (Extractos n.5-8) revela que estes profissionais estão conscientes de várias coisas simultaneamente: conhecem a norma prescritiva e institucional (a participação pública deverá acontecer) e a norma descritiva local (a participação pública não acontece). Ainda, e porque as entrevistas têm lugar no meio de um debate público, estão conscientes que algumas vezes culpam os profissionais pela falta de participação. O seu discurso é organizado para atender a todas estas dimensões e colocar a culpa de não haver uma participação *muito mais alargada dos cidadãos* (Extracto n.6) no público: se as pessoas não participam, isto é de lamentar, porque elas poderiam e deveriam participar - *antes eles estavam lá e não apareceram* (Extracto n.8). Neste sentido, os discursos lidam com as várias dimensões das representações – societal, local – que dão significado à controvérsia.

A dupla argumentação encontrada na combinação dos dois conjuntos de extractos acima apresentados (Extractos n.5-n.8) remete-nos assim para o mecanismo de particularização, tal como apontado por Billig (1985). Enquanto que no primeiro grupo de extractos (Extractos n.5-n.6) a participação pública é categorizada como positiva quando considerada de um modo abstracto e geral, no segundo conjunto de extractos (Extractos n.7-n.8) o caso particular de participação que está a ocorrer no Bairro Alto é extraído da categoria geral de participação pública.

Complementarmente, esta outra forma de olhar para o movimento de moradores ultrapassando o critério único da falta de conhecimentos como justificação para não ter em conta as suas perspectivas na tomada de decisão, revela também que os profissionais têm consciência das novas leis da participação pública. Não podem, portanto, basear-se inteiramente em argumentos assentes na acentuação do poder e do conhecimento profissional. Também precisam de apresentar outras razões para fecharem a participação aos moradores. O próximo extracto, argumentando que os residentes necessitam de seguir prescrições para

acção específicas de modo a poderem participar, mostra um exemplo destas outras razões, um outro argumento de reificação:

[Extracto n.9]

O Convento das Bernardas é habitação, nunca ninguém contestou que aquilo fosse habitação, que eu saiba. (...) Em termos de intervenção, aquilo que está previsto para os Inglesinhos é muito menor do que o que está previsto nas Bernardas, que por acaso até é classificado de imóvel de interesse público e este não é. Portanto estão a ver como as coisas são...não se percebe porque é que as pessoas não contestam outras intervenções, ou porque...como lhes digo, é tudo uma questão de oportunidade de quem mora em frente, efectivamente. [Historiador1, p. 13]

Os últimos extractos apresentados (Extractos n.7-n.9) acentuam como os manifestantes não mostram consistência e agem apenas por uma ‘questão de oportunidade’, ou seja, apenas porque vivem perto do Convento. Se fossem consistentes, iriam ‘contestar outras intervenções’ no Bairro Alto também, mas não o fazem. Enquadrar os manifestantes como inconsistentes e guiados por interesses pessoais, um argumento de reificação, desqualifica as suas acções de uma forma que já responde às novas leis. Estes argumentos têm a consequência estratégica de demonstrar que os profissionais aceitam que o conhecimento profissional não é o único critério para entrar na tomada de decisão.

A apresentação desta inconsistência na participação dos moradores, conjuntamente com a sua falta de conhecimento válido acerca da reabilitação urbana, permite que os profissionais argumentem que a responsabilidade de preservar o património não pode ser colocada nas mãos dos membros da comunidade. A consistência, ou uma “clear, precise, totally unambiguous” (Moscovici, 1984, p.22) forma de agir, é apresentado como outra característica daqueles que estão realmente preocupados em defender o património. Neste sentido, os peritos particularizam “their way out of contradiction” (Billig, 1985, p.98), desqualificando o protesto concreto, ao mesmo tempo que concordam com a ‘participação pública no geral’. De facto, a mudança de argumentos que utilizam categorias de significados institucionais – direitos de cidadania – para argumentos que estão ligados ao contexto, opondo Nós a Eles e assinalando conflito inter-grupal e representações negativas, abre um campo representacional híbrido onde há espaço para uma discordância justificada em relação aos protestos.

A apresentação do público como Eles também permite posicionar a população como

Outro. Quando esses extractos (Extractos n.5-n.9) são considerados em conjunto sugerem então que as novas leis, que pertencem à nobre esfera dos direitos de cidadania, estão ligadas ao Self, mas não ligadas a Eles. Isto porque Eles não são movidos por uma preocupação nobre em relação ao património construído, mas estão simplesmente preocupados com evitar os distúrbios que a construção irá trazer. Esta formulação enquadra a contestação destes moradores do Bairro Alto no *nimbysm*, equacionando os protestos apenas como resistência à mudança na comunidade e às implicações que essa mudança trará para a vida quotidiana dos seus habitantes (Devine-Wright, 2009; Pol et al., 2006). Enquadrar esta contestação desta forma permite, por seu turno, justificar que os profissionais não tenham incluído as perspectivas dos moradores no processo de tomada de decisão, uma vez que apenas os peritos estão verdadeiramente preocupados com o património. Isto permite assim disqualificar as acções do movimento de uma forma justificada, ao defender a importância da participação dos membros das comunidades de uma maneira geral e da preservação do ambiente construído e cultural.

Assim, a sugestão que a origem dos protestos não é nobre permite a emergência da ideia de que ‘a culpa é do Outro’. Isto é uma estratégia discursiva muito poderosa para resistir à mudança, também usada para o racismo (Pettigrew et al., 1998) ou para a pobreza (Billig, 1985). Esta ideia implica que o Outro se está a excluir da esfera da cidadania o que, por seu turno, é uma forma de validar a descoordenação de normas e práticas ao culpar o Outro pela causa disso.

O facto de esta ser uma estratégia discursiva presente em outros contextos intergrupais atesta a necessidade de considerar como estas estratégias revelam as posições relativas dos grupos e os diferenciais de poder nessas posições. Também mostra como de forma a avançarmos no nosso conhecimento dos debates sob condições de conflito precisamos de ir além do que acontece apenas no encontro específico, e considerar tanto as representações relativamente estáveis face a quais as concretizações discursivas têm que ser compreendidas (Wagner, 1998) como a força institucional de algumas destas representações.

Vemos então que é na encruzilhada entre os dois tipos de posições que acabámos de apresentar (Extractos n.5-n.9) que toma sentido falar de uma contradição que é permitida pelo facto de ambas as posições serem sustentadas por argumentos que as justificam e que fazem sentido quando vistos de forma isolada. Por isso esta contradição entre o que se diz enquanto perito e o que se afirma enquanto cidadão nos remete para o conceito de polifasia cognitiva (Moscovici, 1961/76; Jovchelovitch & Gervais, 1999; Wagner, Duveen, Verma et al., 1999),

na medida em que estes profissionais se apoiam em representações distintas sobre a participação, ancoradas em duas identidades diferentes. Assim, aqui apercebemo-nos também das dimensões normativa e funcional da representação da participação pública (Moloney & Walker, 2002). A dimensão normativa é adoptada quando os peritos do Gabinete falam da participação pública de uma forma geral, uma forma distante da sua prática enquanto profissionais. Nesta esfera abstracta, também eles são cidadãos e podem vir a necessitar de mobilizar um dia o imperativo normativo da participação pública. Contudo, quando estão a falar sobre os Inglesinhos, ou seja, num contexto próximo e que os implica directamente enquanto profissionais, é na dimensão funcional que constroem o seu discurso, desqualificando os moradores nos seus objectivos.

Nós mudámos, eles não

A conjugação das estratégias discursivas até agora apresentadas permite que os entrevistados culpem o Outro – os moradores – pela falta de participação pública. Contudo, para a resistência ser realmente efectiva, é também necessário estabelecer que ‘nós não somos culpados’. Os próximos dois extractos demonstram esforços positivos do Self para promover a participação pública, contrastando-os com as falhas do público. Assim, os extractos também mostram um outro relevante mecanismo para resistir à mudança – a noção de que ‘nós já mudámos’. Aqui, e para que esta formulação seja legitimadora da posição dos profissionais por oposição à posição dos membros das comunidades, a concepção da participação pública presente nos exemplos dados pelos peritos é já a da participação como direito dos cidadãos. Através desses exemplos, pretendem demonstrar a falta de interesse dos cidadãos em relação à participação, o que, por seu turno, reflecte que estes últimos não mudaram na direcção das novas propostas normativas. Ao longo das entrevistas, os entrevistados enumeram alguns casos que têm o Self como protagonista na tentativa de envolver os públicos em decisões das suas comunidades, argumentando depois que estes não se interessaram, não participaram, não perguntaram:

[Extracto n.10]

nós quisemos pedonizar uma rua (...) andámos pela rua a distribuir [folhetos] e a conversar com as pessoas para termos uma ideia de como é que as pessoas aceitariam a ideia de... em vez de impor uma rua pedonal queríamos saber como é que as pessoas reagem à pedonização da rua, portanto eu sou completamente adepto deste tipo de coisas (...) mas a população, a sério, foi deprimente...as pessoas a maior parte estava-se nas

tintas, que é uma coisa que me mete confusão, é a tal falta de cultura, nós não temos de facto uma cultura de cidadania em que as pessoas se sintam elas próprias como parte integrante de um sistema em que elas também têm uma palavra a dizer. [Historiador, pp.35-36]

[Extracto n.11]

eu fazia isso quando estava na minha câmara da Moita, quando tínhamos que fazer alguma coisa encetávamos reuniões com a população nas juntas de freguesias, explicávamos e as pessoas reagem violentamente muitas das vezes a determinadas questões e nós explicávamos e chegava-se ao fim e muitas das vezes as pessoas achavam graça aquilo que estávamos a explicar porque as coisas têm o seu sentido e explicando as pessoas não são destituídas de inteligência e quando se explica alguma coisa as pessoas acabam por entender, quer dizer, desde que seja bem fundamentado... [Arquitecto, p.12]

Ambos os extractos retratam o Self como ‘já mudado’ na direcção normativa (*eu sou completamente adepto deste tipo de coisa* – extracto n.10) e pondo a participação pública em prática (*eu fazia isso* – extracto n.11). Isto implica que os peritos da reabilitação urbana (e o pronome ‘nós’ é repetido) estão já de acordo, também enquanto peritos, nas suas crenças e práticas, com as novas propostas. Insinuar que a mudança já ocorreu ou que a novidade já atingiu consenso são formas de fechar o espaço social para argumentar por mais transformações (Castro, 2003; Vala et al., 1998). Quando proferido por sistemas mediadores, tornam-se mecanismos de resistência poderosos que ecoam ao nível societal (Moscovici, 1984; Latour, 1999). Esta formulação torna-se ainda mais evidente e mais efectiva no sentido de justificar não ser necessário que mais mudanças sejam operadas, se tivermos em conta a combinação dos extractos que acabámos de apresentar com aqueles que apresentámos anteriormente (Extractos n.5-n.6 e n.10.-n.11). Revelar concordância com a participação pública tanto enquanto dever dos cidadãos – que também é efectivado pelos peritos enquanto cidadãos – como enquanto direito dos cidadãos – que já foi garantido por estes profissionais – acentua que pela parte dos peritos a mudança em relação à prática da participação pública no sentido normativo já foi totalmente atingida.

No entanto, e em contraste com o Self mudado, os últimos extractos apresentados (Extractos n.10-n.11) apontam as populações como não transformadas, ou seja, mostrando a ‘tal falta de cultura’ e a incapacidade de aceder à esfera da cidadania característica do ‘nosso país’. O contraste evidencia como um sistema profissional pode resistir à mudança

apropriando-se do discurso normativo como seu, enquanto caracterizando a esfera leiga como não lhe tendo acesso. Esta ‘falta de cultura de cidadania’ é uma formulação constante acerca do ‘nosso país’ muito debatida nos últimos 30 anos (Lima, 2009; Nogueira et al., 2006; Gonçalves, 2002) e o seu uso aqui exemplifica também como os indivíduos podem invocar uma representação sedimentada para apoiarem interpretações ligadas a situações locais, evidenciando a interdependência entre o societal e o contextual. Mais uma vez, a evidência desta ‘falta de cultura de cidadania’ torna-se ainda mais efectiva enquanto mecanismo de resistência quando temos em conta que é apontada ao sistema leigo tanto na prática da participação enquanto dever, como na prática da participação enquanto direito.

Versões maximalista e minimalista da participação pública

Um outro aspecto que surge na análise das entrevistas é a concepção de participação pública que aí aparece. Para analisar esta questão será útil, antes de recorremos à distinção entre concepções pedagógica e dialógica da participação (Lima, 2004a), adoptarmos a proposta de Potter (1996) sobre versões maximalistas e minimalistas de eventos ou objectos sociais. Esta proposta pretende dar conta de como diferentes descrições de um mesmo fenómeno podem desempenhar um papel retórico para justificar, acusar ou argumentar determinadas perspectivas de acordo com os interesses e objectivos do locutor (Potter, 1996).

Em alguns dos extractos que já apresentámos surge uma versão da participação pública como uma actividade auto-motivada, implicando que uma comunidade envolvida precisa de detectar problemas e propor soluções de reabilitação antes de qualquer plano para transformação existir ou ser divulgado: uma tradução maximalista do papel do público (Potter, 1996). Esta concebe o papel da sociedade civil como um “warning system”, nas palavras de Habermas (1998), que deverá “not only detect and identify problems but also convincingly and influentially thematize them, furnish them with possible solutions” (Habermas, 1998, p. 359). Esta concepção da participação é apresentada no extracto seguinte:

[Extracto n.12]

o Convento dos Inglesinhos esteve anos e anos ao abandono, também nunca se preocuparam com isso, na sua recuperação. E agora de repente quando sabem que há um projecto de um condomínio vêm insurgir-se contra o projecto [Jurista, p.4].

Esta versão maximalista alterna com uma versão minimalista, que concebe um público preocupado como um que procura informação dos profissionais, como ilustrado no exemplo

abaixo:

[Extracto n.13]

pelo menos há uma organização de pessoas que tentaram saber de facto o que é se vai passar ali, que quando perceberam que era uma coisa que não correspondia às expectativas se movimentaram para tentar obter esclarecimentos e depois para tentar protestar contra aquilo que lhes parece que não é correcto, e isso eu acho muito, muito positivo. [Socióloga, p.3/4]

Vejam os aspectos do envolvimento do público que este extracto (Extracto n.13) apresenta como positivo: tentar descobrir o que se vai passar, obter mais informações, e protestar (sublinhado no extracto). Por outras palavras, a participação é aqui concebida como um dever de cidadania em que deverão ser os cidadãos a, activamente, tentarem participar nos processos de tomada de decisão. Novas práticas de participação, potencialmente presentes nas leis tais como ser um grupo de interesse envolvido pelo gabinete no processo de tomada de decisão, não são mencionadas no extracto acima. Assim, a concretização do que a participação é oferece uma tradução limitada ou minimalista, seguindo a proposta de Potter (1996), das novas leis, que mantém os respectivos papéis dos profissionais e público inalterados.

É esta versão minimalista que mais se aproxima da perspectiva pedagógica da participação (Lima, 2004a). Este modelo, ao contrário do dialógico, não implica uma reconfiguração lata das relações peritos-leigos. Como mostrado no extracto abaixo, este é também o modelo utilizado para fazer sentido do facto de o Gabinete de que temos vindo a falar ter sido sediado há alguns anos atrás no centro do bairro. Isto aconteceu precisamente no contexto da nova preocupação com o envolvimento do público, para promover maior proximidade com a comunidade:

[Extracto n.14]

...que eu saiba moradores que se preocupam com o património deviam tentar colaborar connosco e saber, e virem cá perguntar coisas, o que é que se passa, o que é que não se passa (...) em teoria o tal factor proximidade com as populações poderia ter funcionado como tal, mas nunca houve efectivamente essa participação das populações, infelizmente, infelizmente... [Historiador, pp.24, 34]

Como vemos, o público é de novo retratado como desinteressado e não se envolvendo. Mais ainda, este exemplo é claro quanto às questões que emergem do facto de haver necessidade de traduzir as regras e normas gerais para o seu contexto concreto de implementação: apesar de o Gabinete se ter deslocado para o Bairro com o intuito de estar mais perto dos seus moradores, há ainda que traduzir no concreto esta expressão. Assim, ‘mais perto dos moradores’ pode querer dizer que devem ser estes a ir ter com o gabinete e fazer perguntas, demonstrando o seu interesse. Ou, pelo contrário, pode querer dizer que são os peritos que devem activamente promover o debate e abrir canais de comunicação para incorporar as propostas e perspectivas dos moradores.

Neste caso, os profissionais apoiam sobretudo a primeira interpretação ou uma perspectiva pedagógica da participação pública, articulando-a com uma versão minimalista da mesma. Estas não só definem a responsabilidade do envolvimento do público como sendo deste último, como implicam ainda que o público é visto como necessitando sobretudo de informação (Castro & Lima, 2003; Nunes & Serra, 2002). Aliás, esta ideia está bem presente num dos extractos que apresentámos atrás: *as pessoas não são destituídas de inteligência e quando se explica alguma coisa as pessoas acabam por entender* (Extracto n.11). Assim, os profissionais diagnosticam o público como ‘enviesado’ (Lima, 2004a), pois este baseia a sua posição, neste caso contra a transformação dos Inglesinhos, em argumentos que não são válidos, levando-o a cometer erros de percepção quanto aos problemas que corre com este projecto e que são sustentados pela sua falta de informação. Um destes argumentos/erros, relaciona-se com o jardim que faz parte do Convento dos Inglesinhos, e que para o movimento de moradores é um jardim que importa preservar:

[Extracto n.15]

é nesse belíssimo jardim que eles se preparam para perpetrar aquilo que eu considero como um verdadeiro crime, a vários títulos, patrimonial, ecológico [Porta-voz do movimento de moradores, pp.1-2]

No extracto acima apresentado (Extracto n.15), o porta-voz do movimento de moradores maximiza a importância do jardim do Convento o que lhe permite sustentar e justificar a sua posição contra a transformação (*é nesse belíssimo jardim que eles se preparam para perpetrar ... um verdadeiro crime*). Já os peritos do Gabinete minimizam completamente a importância deste jardim, nem sequer o considerando verdadeiramente como tal:

[Extracto n.16]

Isso é outro equívoco, não há jardim ali, há árvores plantadas, nuns canteirinhos feitos nos inícios do séc. XX (...) são uns canteirinhos miseráveis (...) é...quintalzinho ajardinado

[Historiador, pp.14-15]

A articulação entre a pressão normativa das leis da participação pública e a norma associada de preservação do património construído e natural, gera também divergências que são organizadas estrategicamente para apoiarem as posições dos interlocutores. No caso dos profissionais, a forma como colocam a questão do jardim permite justificar as acções concretas tomadas neste contexto sem violar o que é normativo, ao utilizarem uma versão minimalista acerca da importância do jardim (*são uns canteirinhos miseráveis...quintalzinho ajardinado*). Mais uma vez, este extracto (Extracto n.16) é ilustrativo da reificação, ao prescrever uma representação específica acerca do jardim do Convento e da sua importância sustentando-a em conhecimento profissional que, portanto, não está aberto à consideração de representações alternativas baseadas nas perspectivas dos moradores.

Em suma, o que este conjunto de extractos nos mostra é que a capacidade de manter lado a lado ideias e práticas tanto novas como velhas é assegurada pelo facto de podermos alternar de identidade e escolher de uma variedade de possibilidades, tanto no que diz respeito ao conteúdo das representações, como no que se refere aos mecanismos retóricos que formatam a sua comunicação. O conjunto de argumentos utilizados pelos profissionais que apresentámos até agora reificam as suas posições e é compreensível que grupos que detenham posições valorizadas na sociedade resistam a alterá-las. Leis tais como as que estamos a analisar, ao reconfigurarem relações também reconfiguram responsabilidades, e versões conflituosas destas são prováveis de emergir e serem debatidas durante algum tempo.

Assim, as estratégias discursivas utilizadas pelos profissionais re-posicionam as esferas técnica e leiga numa relação hierárquica, resistindo as premissas dialógicas das novas leis (Castro & Batel, 2008; Lidskog, 2008; Lima, 2004a). Implicam que apenas uma esfera tem alguma coisa a ensinar à outra, de uma forma monológica. Finalmente, diferenciam de forma aguda os profissionais dos habitantes do Bairro Alto, mais uma vez contra as premissas dialógicas das leis, enquanto evitando uma violação óbvia destas, um tipo de gestão discursiva dos diferenciais de poder que também está bem documentada em pesquisa com outras relações inter-grupais (ver Whitehead & Wittig, 2004).

No conjunto, estas estratégias argumentativas utilizadas pelos profissionais parecem estar orientadas para abrandar as transformações estipuladas pelas novas leis. Contudo, a

legalidade das leis da participação pública também age como uma pressão para os profissionais mudarem, constringendo-os a re-examinar as suas práticas, conforme exemplificado no próximo extracto. Neste extracto encontramos alguns argumentos de consensualização mitigados, que assimilam uma versão fraca da heterogeneidade de representações acerca da reabilitação urbana:

[Extracto n.17]

eu acho que é do interesse da própria câmara e do interesse dos próprios técnicos que as pessoas se preocupem e que tentem ter uma intervenção. (. . .) E a câmara se calhar também ainda não ajudou as pessoas a compreenderem isso, não é, portanto se calhar poderia haver um papel maior e se calhar, aí está por exemplo um dos trabalhos que os sociólogos poderiam fazer nos gabinetes, dos sociólogos e eventualmente de outras áreas. [Socióloga, p. 8/9]

O extracto enfatiza a importância da contribuição do público para o trabalho dos profissionais, andando um passo em direcção à perspectiva do Outro: talvez os membros da comunidade não estejam mais preocupados com o património porque a Câmara não lhes providenciou os recursos necessários para poderem participar mais activamente. Enquanto tomando a perspectiva do Outro, este extracto parece abrir algum espaço para os interesses de profissionais e moradores se encontrarem, uma vez que salienta como a Câmara e os seus gabinetes locais poderiam ter um papel mais activo em ajudar as pessoas a ultrapassarem os presentes constringimentos. No entanto, este passo em direcção ao Outro nunca supõe que o público tenha alguma coisa a oferecer.

4.1.4. Sistematização dos resultados

As análises apresentadas mostraram como vários argumentos para resistir à mudança utilizados pelos profissionais se basearam em distinções e foram utilizados como estratégias discursivas para justificar uma visão empobrecida das novas leis da participação pública, favorecendo o seu não alinhamento com as práticas. Estas estratégias foram:

1. A utilização quase exclusiva da reificação na comunicação com os membros da comunidade - permite acentuar como as relações entre profissionais e público deverão manter-se inalteradas;
2. A distinção abstracto/concreto – instrumental para ilegitimar o protesto ao

particularizá-lo como a defesa de interesses particulares;

3. A distinção perito/cidadão, relacionada com a acentuação Nós-Eles - a distinção permitiu que os entrevistados concebessem o envolvimento do público como um direito de cidadania importante ao mesmo tempo que fecham o acesso da esfera leiga a esse direito, ao acentuarem como, enquanto profissionais, eles são os que sabem o que deve ser feito;
4. A estratégia de ‘culpar o Outro’ articulada como a estratégia ‘nós já mudámos’ - conjuntamente permitem desqualificar o público e apresentar a posição dos peritos como alinhada com as normas;
5. A estratégia de colocar a participação pública entre duas versões conflituosas, uma maximalista, a outra minimalista.

As Tabelas 3 e 4 apresentam uma sistematização da presença ou ausência dos argumentos e distinções em cada entrevista – na maior parte dos casos, as estratégias discursivas surgem da combinação de argumentos e distinções nas entrevistas. Por exemplo, o argumento ‘a participação pública é positiva’ é usado em todos os casos conjuntamente com o argumento ‘este caso é a defesa de interesses particulares’ (Tabela 3). É assim a combinação dos dois que permite constituírem-se como uma forma de resistência que não viola as normas, tornando a sua generalização mais difícil.

Tabela 3 - Distinções utilizadas pelos profissionais do Bairro Alto: Estratégias discursivas por entrevista

	<i>Arquitecto</i>	<i>Arquitecto Paisagista</i>	<i>Socióloga</i>	<i>Historiador</i>	<i>Inspectora de obra</i>	<i>Jurista</i>
Participação pública – no geral, positiva	Presente	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	Presente
Este caso – defesa de interesses particulares	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
<i>Cidadão</i> – vocabulário de cidadania	Presente	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
<i>Perito</i> – acentuação nós/eles	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	Presente
<i>Culpar o Outro</i>	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
<i>Nós já mudámos</i>	Presente	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	Presente
Versão maximalista	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Versão minimalista	Presente	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	Presente

Também todos os argumentos de reificação (Tabela 4) aparecem de forma consistente nas entrevistas, permitindo assim, em conjunto, acentuar que as relações entre profissionais e o público deverão manter-se inalteradas. Mais ainda, as estratégias discursivas baseadas na reificação são frequentes tanto quando os profissionais estão a discutir a reabilitação urbana no geral, como quando estão a debater a transformação para o Convento. Este padrão sugere que não vêm qualquer necessidade de participação comunitária na reabilitação urbana no geral, e não só no caso específico discutido aqui.

Tabela 4 - Sumário da análise das estratégias discursivas de reificação e consensualização utilizadas pelos profissionais do Bairro Alto

	<i>Arquitecto</i>	<i>Arquitecto Paisagista</i>	<i>Socióloga</i>	<i>Historiador</i>	<i>Inspectora obra</i>	<i>Jurista</i>
Argumentos de reificação						
Prescrever representações	Presente (RU)	Presente (RC/RU)	Presente (RC)	Presente (RC/RU)	Presente (RU)	Presente (RC)
Pressupor desigualdade entre membros	Presente (RC/RU)	Presente (RC/RU)	Presente (RC/RU)	Presente (RC/RU)	Presente (RC/RU)	Presente (RU)
Prescrever formas de acção	<i>Ausente</i>	Presente (RU)	Presente (RC)	Presente (RRU)	<i>Ausente</i>	Presente (RC/RU)
Argumentos de Consensualização						
Heterogeneidade de representações	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	Presente (RC/RU)	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>

Legenda: RC: Em relação ao Convento/ RU: Em relação à reabilitação urbana

A maioria das distinções e dos argumentos reaparece então nas entrevistas, e os termos das estratégias discursivas estão geralmente co-presentes. A excepção é a entrevista com a inspectora de obra, que foi mais curta do que as outras devido a esta ser uma função mais técnica, com menos contacto com os membros da comunidade.

4.2. O discurso dos moradores do Bairro Alto

4.2.1. O discurso dos participantes no movimento de moradores

A interpretação dos peritos sobre várias dimensões desta controvérsia é contestada pelo porta-voz do movimento de moradores, aliás como vimos no extracto relativo ao jardim

do Convento que apresentámos atrás (Extracto n.15). Ao contestar o poder exclusivo dos peritos para decidirem sobre reabilitação urbana, esse extracto torna evidente a utilização de uma estratégia discursiva do tipo reificação. Nesse exemplo, o porta-voz do movimento de moradores utiliza argumentos de reificação semelhantes aos utilizados pelos profissionais, que pressupõem desigualdade entre membros e prescrevem uma forma correcta de pensar sobre este assunto. Especificamente, o porta-voz acentua a importância da preservação do jardim baseando-se para isso em conhecimento associado à sua relação com o jardim e em conhecimento específico sobre as suas características históricas e impacto ambiental, que lhe permitem argumentar que é a sua posição que está correcta.

O uso da reificação é possível por várias razões: é o porta-voz de um movimento organizado que recebe apoio público de arquitectos bem conhecidos e de um número de pessoas relacionadas com os meios de comunicação social. Estes recursos, mais a existência e o conhecimento da lei da participação pública, permitem que o grupo tenha os instrumentos necessários para publicitar as suas exigências e contestar a ênfase que os peritos colocaram no seu conhecimento profissional único.

De facto, e mais uma vez mostrando como as representações são fenómenos tri-dimensionais, o porta-voz do movimento baseia esta contestação não só nas suas representações, que considera correctas, acerca da transformação do Convento dos Inglesinhos (Extracto n.15), mas ainda nas novas leis. Estas permitem-lhe argumentar que o gabinete deveria ter promovido debates públicos em vez de esperar que as pessoas fossem ao gabinete recolher informações:

[Extracto n.18]

PVM-...Não houve nenhuma discussão pública por parte das instituições que deviam tê-la promovido com os habitantes daquela área. (...) Gabinete do Bairro Alto, nunca promoveram qualquer espécie de discussão pública, ou seja, com os habitantes da zona acerca de qualquer coisa que ali estivesse para ser construída.

Entrevistadora – (...) e souberam desse projecto, onde, quando?

PVM – Lendo publicidade, propaganda (...) Portanto, digamos que acordámos tarde, e aliás os senhores do Gabinete do Bairro Alto, da tal Unidade de Projecto, têm o descaramento, que há dias num debate público um deles se vira, se levanta para nos acusar de termos despertado tarde, quer dizer, nunca é tarde para despertarmos para estas coisas. Com certeza que despertámos tarde, mais acusavam-nos a nós de nunca termos ido falar com eles e eu respondi-lhe, (...) vocês é que tinham a obrigação de vir falar connosco, coisa que nunca

fizeram. [Porta-voz do movimento de moradores, p.5]

O extracto que acabámos de apresentar também ilustra a ambivalência na resposta de um membro do público às já mencionadas propostas contraditórias da participação pública com que o gabinete parece operar, uma maximalista, a outra minimalista. O entrevistado aqui claramente aceita e rejeita ao mesmo tempo a versão maximalista de uma forma ambivalente – reflectido no seu “...*nunca é tarde para despertarmos para estas coisas. Com certeza que despertámos tarde...*”. Tal como os profissionais do gabinete, é apanhado no dilema do ajustamento aos novos papéis que as leis oferecem às comunidades. Estas duas versões da participação circulam na sociedade e os manifestantes também parecem reflectir sobre se não deveriam ter tentado arranjar formas de se interessarem no processo antes, e se são de facto de culpar, ilustrando ainda a ambivalência quanto ao seu papel de cidadãos no cumprimento da participação enquanto dever.

Isto ilustra como, no debate e na argumentação, as diferentes versões se respondem mutuamente, evidenciando a interdependência do social e do individual. Mas também aponta para como, durante a generalização de novas leis, os processos de apropriação e implementação destas envolvem todos os sistemas da sociedade num debate onde se geram representações e onde diferentes versões de quem é responsável por desenvolver o potencial criativo de novas ideias e de as tornar em práticas se confrontam.

O entrevistado não revela contudo, qualquer ambivalência em relação à versão minimalista do envolvimento do público: esta é rejeitada e o contra-argumento que o gabinete deverá tomar a iniciativa de chamar a população é salientado, acentuando a concordância total com a participação enquanto direito dos membros da comunidade. Isto realça a natureza tri-dimensional dos processos representacionais: uma prática específica está ligada a normas sociais para permitir o entrevistado expressar a sua posição em relação tanto à prática situada como à norma.

Parece então claro que as leis que dizem respeito ao envolvimento do público têm que ser interpretadas e implementadas – e que isto são tudo oportunidades para que as divergências surjam. O debate que se segue à divergência, por sua vez, faz surgir diferentes justificações, e estas e as práticas que lhes subjazem, são uma oportunidade de observar as representações imanentes do envolvimento do público, que existem independentemente das normas da participação (Harré, 1998).

4.2.2. O discurso de outros habitantes do Bairro Alto

A transformação do Convento dos Inglesinhos: os profissionais e o movimento de moradores

Vejamos agora as entrevistas com outros moradores do Bairro Alto que não participaram nas acções contra a transformação do Convento. Uma dimensão central que emergiu da análise é o seu reconhecimento da importância do conhecimento profissional para a tomada de decisão em relação à reabilitação urbana. Contudo, o conhecimento profissional não é considerado a única entrada legítima para o debate acerca da transformação dos Inglesinhos. Outras representações relativas ao projecto para o Convento também são concebidas como importantes e legítimas. Isto é expresso em argumentos que reconhecem a heterogeneidade de representação e acção em relação a este caso, tal como mostrado abaixo, algo característico da consensualização:

[Extracto n.19]

Entrevistadora— *acha importante este tipo de movimentos, de pessoas que protestam contra as decisões com que não concordam?*

R3— *acho. Acho. Eles [os manifestantes] não concordam lá têm a sua ideia, mas eu concordo. Cada um tem a sua ideia, não é?.* [Residente3, p.3]

Como foi dito, o extracto apresentado revela o reconhecimento da existência de representações divergentes em relação ao caso em debate. Mais ainda, neste caso, a concordância com a decisão dos profissionais não impede o reconhecimento da legitimidade de representações e práticas alternativas (*Sim. Claro* [estes protestos são importantes]). Isto salienta como os argumentos de consensualização podem permitir negociar diferentes representações.

O próximo extracto também ilustra o reconhecimento de heterogeneidade de representações. Neste caso, contudo, este reconhecimento envolve um formato comunicativo particular, que alterna entre concordância e discordância:

[Extracto n.20]

ela [uma vizinha] diz que mora ali ao pé e que realmente não acha bem, não acha bem. Embora segundo ela diz, que estavam os tijolos a cair, que estava tudo a cair e que foi uma sorte nunca ter caído em cima de ninguém, ela também concordou com isso...mas também aí

está, mas também não concorda com deitarem abaixo árvores centenárias, não é, também acho que isso... [Residente2, p.2]

O extracto apresenta o mesmo objecto – a transformação do Convento – concebido através de discordância e concordância. Parte-o em várias componentes, e encontra razões para concordar com algumas e motivos para discordar com outras: afirma que o Convento deveria ser reabilitado devido à sua avançada deterioração e argumenta que esta reabilitação deveria preservar certos aspectos, tais como as antigas árvores. Neste sentido, o extracto abre-se para a heterogeneidade de representações e traz várias vozes para apoiar a sua simultânea concordância e discordância com a decisão dos profissionais, revelando como a consensualização permite formas de raciocínio do tipo tanto/como (Moscovici, 1984).

Contudo, não pode ser esquecido que neste debate específico a esfera leiga tem uma ferramenta poderosa – as leis da participação pública – para exigir directamente o direito a participar. Pode assim também utilizar argumentos do tipo reificação em relação a este caso, à semelhança do porta-voz do movimento de moradores. Isto é ilustrado no exemplo seguinte:

[Extracto n.21]

é o que eu digo, nós protestamos, mas não sabemos aquilo que se passa está a perceber? Não nos dizem nada. É um pró-forma, andaram aí a fazer perguntas mas é só mais para esconder aquilo que eles querem fazer do que outra coisa. Depois dizem, ah nós falámos com as pessoas do Bairro Alto. Mas não falam nada porque falam mas não dizem aquilo que nós dizemos, está a perceber? [Residente6, p. 1]

Ao contrário dos extractos prévios (Extractos n.19-20), não há uma tentativa de consensualização aqui. Os protestos são qualificados como inúteis porque as pessoas não são informadas do que se passa (*não sabemos aquilo que se passa*) e porque as novas leis são tomadas pelas instituições como uma mera formalidade que não se traduz em diálogo real (*falam, mas não dizem aquilo que nós dizemos*). Reificação é a forma de comunicação utilizada aqui, legitimando as posições do Self com os direitos que a lei traz, isto é, prescrevendo a representação associada com as novas leis da participação pública. As posições do Outro são vistas como erradas e ilegítimas e como sendo aquelas que precisam de mudar. O extracto revela que os residentes da comunidade reconhecem que os profissionais têm poder para usar as leis da participação pública como apenas *um pró-forma*. Mais ainda, o extracto mostra como as representações do Outro podem ser trazidas para o discurso do Ego

de forma a proteger as próprias representações deste, uma característica da comunicação por reificação, neste caso utilizada para tentar reformular relações de poder.

Este último extracto (Extracto n.21) revela ainda que a interpretação das leis da participação pública aí presente a concebem como um direito dos membros da comunidade que deverá ser garantido pelas autoridades locais. Por seu turno, esta concepção, conjuntamente com o facto dessas autoridades não envolverem o público nos processos de tomada de decisão nesta comunidade, parece constranger a participação dos moradores:

[Extracto n.22]

só que eu acho que se a junta de freguesia não está muito preocupada com isso [com a transformação do Convento], nós os moradores não podemos fazer muito mais por isso.
[Residente5, p.1]

Estes extractos (Extractos n.21-22) revelam, mais uma vez, a tri-dimensionalidade das representações sociais. Estes residentes estão conscientes da norma da participação pública (que os profissionais e autoridades locais deveriam envolver os cidadãos nas decisões e que os cidadãos deveriam participar nas decisões) e da norma descritiva local (a participação pública não acontece). Isso permite-lhes justificar a sua falta de participação, salientando o papel principal das autoridades nas decisões da comunidade, bem ilustrado no “*se a junta não está muito preocupada, nós não podemos fazer muito mais por isso*”. Aqui a participação é claramente enquadrada numa moldura de direitos e estatuto (Condor & Gibson, 2007; Barnes et al., 2007; Barnes et al., 2004) e é salientado como a percepção do papel e das práticas das autoridades em relação ao bairro são relevantes para determinar o próprio papel e acção dos moradores em relação ao mesmo.

Representações sobre a participação pública

A consciência das normas da participação pública conjuntamente com a visibilidade pública do movimento de moradores contra a transformação do Convento, promovem também a reflexão dos moradores acerca do seu papel na comunidade, aliás como vimos acima (Extractos n.18, n.22). Assim, nas entrevistas, os habitantes do Bairro Alto consideram também o outro lado da participação, isto é, a participação como dever (Condor & Gibson, 2007). Estes moradores falam também acerca da participação como prática de cidadania e em como esta não acontece frequentemente no seu bairro também por ‘culpa’ da esfera leiga. Um extracto ilustrativo é apresentado abaixo:

[Extracto n.23]

mas não juntam, não juntam, porque aqui no bairro é assim, eu e mais uma dúzia deles vai protestando e vai falando, o resto é assim (...) e qualquer povoação por mais pequenina que seja a nível nacional tem uma comissão de moradores. Aqui no Bairro Alto não há uma comissão de moradores. Estou farto de me bater, dou a cara, quando há uma coisa há aí meia dúzia que me acompanha para não dizer que sou só eu, mas pronto [Residente6, p.3]

No extracto está presente a ideia de que a falta de práticas de participação na comunidade se deve também ao facto de as pessoas do Bairro Alto não se juntarem, ‘protestando e falando’. Neste sentido, as próprias relações que os moradores estabelecem com o bairro e entre si nesse contexto parece justificar a falta de participação nesta comunidade e a evidência da inexistência de uma associação de moradores no bairro é apresentada como ilustrativa disso.

A formação de uma associação de moradores possivelmente significaria que os habitantes pudessem, de um modo formalizado, mais concertado e consistente, tentar entrar nos processos de tomada de decisão. Neste extracto é assim utilizado um argumento semelhante ao dos peritos do gabinete para justificar a ausência de participação activa por parte dos membros da comunidade, nomeadamente, a prescrição de formas de acção específicas e correctas em relação à participação. Se os moradores agissem de forma mais estruturada e consistente, mostrando interesse pela comunidade, as autoridades locais provavelmente atribuiriam maior legitimidade à participação e perspectivas dos moradores. Por seu turno, isto revela o reconhecimento das ideias e das práticas das autoridades locais em relação à participação nesta comunidade, logo, a reificação por elas utilizada.

No entanto, nem só a falta de coesão e articulação entre os moradores do Bairro Alto é identificada como justificação para a falta de práticas de participação. As próprias características dos habitantes da comunidade e as limitações a essas associadas para o exercício da participação são também apontadas como outro constrangimento:

[Extracto n.24]

Entrevistadora – *mas acha que é difícil por exemplo num bairro como este as pessoas juntarem-se...*

R7 – *é possível. São pessoas idosas na maioria e são pessoas que têm pouca cultura (...) ...têm receio de se meter. Por isso é que não há mais movimentos aqui. [Residente7, p.3]*

Neste extracto é diagnosticado que não se pode esperar que haja mais movimentos de moradores no Bairro porque a maior parte das pessoas são idosas e não têm cultura. Esta falta de cultura remete-nos para outro argumento utilizado pelos profissionais para desqualificarem a possível participação dos membros da comunidade. O facto de os peritos acentuarem o conhecimento profissional como uma das únicas entradas válidas para a participação na reabilitação urbana, característico da reificação, em detrimento de conhecimento 'leigo' ou quotidiano, reflecte-se também no discurso dos habitantes do bairro. Neste sentido, pessoas com pouca cultura ou um nível de educação formal 'insuficiente', *têm receio de se meter*.

Deter competências específicas é assim apresentado como um recurso essencial para se poder participar ou para que se possa almejar a que a participação dos moradores seja consequente, como ilustrado no extracto abaixo:

[Extracto n.25]

Mas também é difícil os moradores protestarem se não tiverem ninguém à frente que saiba da coisa não é? Porque os moradores protestarem, pode-se falar mas se não tiverem ninguém à frente que saiba da coisa, que saiba falar e andar com a coisa para a frente e não sei quê...

[Residente1, p.2]

Nos três extractos acima apresentados (Extractos n.23-25) os moradores fazem depender a participação dos habitantes do Bairro Alto de vários recursos. Exemplos desses são conhecimento específico (alguém *que saiba falar e andar com a coisa para a frente*) e estruturas de participação mais formalizadas, como uma associação de moradores. Demonstrem, deste modo, a integração das propostas do sistema técnico para a participação.

Estes extractos evidenciam assim o poder e consequências da reificação enquanto formato comunicativo utilizado pelos profissionais para comunicarem com os membros da comunidade. A prescrição de representações, de formas de agir e pressupor a desigualdade entre peritos e moradores - argumentos de reificação utilizados pelos profissionais - surgem incorporados nos discursos dos membros da comunidade e são apresentados como justificando o facto de não participarem mais activamente e de não poderem esperar resultados positivos mesmo que participem (*pode-se falar mas se não tiverem ninguém à frente que saiba da coisa...*). Por seu turno, isto sugere o papel instrumental da reificação na manutenção das relações de poder entre os sistemas técnico e leigo.

No entanto, um aspecto digno de nota é que ao mesmo tempo que os moradores incorporam as propostas dos profissionais, não as consideram como totalmente impeditivas da

participação dos moradores. Por outras palavras, estas apresentam-se como constrangimentos que podem ser ultrapassados pelos habitantes do Bairro Alto de modo a poderem participar na tomada de decisão. Neste sentido, os moradores acentuam que “any competence which may be required by the circumstances” (Moscovici, 1984, p.21) pode ser adquirida e utilizada na acção e no debate com o Outro, um formato comunicativo que traduz a consensualização. Apesar disso, o discurso não é orientado de forma a ilegitimar a posição dos profissionais, mas antes a justificar a ausência de participação dos membros da comunidade. Isto revela, mais uma vez, que as normas da participação pública já estão a ser debatidas na comunidade fazendo emergir distintas posições em relação a como poderão ser concretizadas neste contexto específico, aspecto bem ilustrado na utilização pelos membros da comunidade quer da reificação, quer da consensualização, como formatos comunicativos para falarem acerca da participação na sua relação com as autoridades locais.

A Tabela 5 apresenta um sumário dos argumentos encontrados nas entrevistas com os moradores do Bairro Alto, e a sua organização e frequência. Como esta tabela sumariza, os moradores usam argumentos tanto de consensualização como de reificação, sendo estes últimos apoiados pela legalidade trazida pelas novas leis da participação pública.

Tabela 5 - Sumário da análise das estratégias discursivas de consensualização e reificação utilizadas pelos moradores do Bairro Alto

<i>Residentes</i>	<i>Argumentos de consensualização</i>		<i>Argumentos de reificação</i>		
	<i>Heterogeneidade de representações</i>	<i>Heterogeneidade de acção</i>	<i>Prescrever representações</i>	<i>Pressupor desigualdade entre membros</i>	<i>Prescrever formas de acção</i>
Residente1	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente2	Presente	<i>Ausente</i>	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente3	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente4	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	Presente
Residente5	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente6	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	Presente
Residente7	Presente	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente8	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente9	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente10	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente11	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Residente12	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>
Porta-voz movimento	<i>Ausente</i>	<i>Ausente</i>	Presente	Presente	Presente

Também deverá ser notado que o porta-voz do movimento de moradores utiliza apenas argumentos de reificação. Isto revela como alguns grupos dentro da mesma esfera podem recorrer a argumentos de reificação e de consensualização simultaneamente. Como a reificação exige alguma fonte de poder, a escolha entre estratégias discursivas únicas ou combinadas depende dos recursos disponíveis, mas também parece depender das características da interação entre grupos e do nível de identidades mobilizadas ou relevantes para os debates (Simon & Oakes, 2006). Neste caso, o contexto de oposição polarizada entre manifestantes e profissionais tornou o uso da reificação por ambas as partes mais provável.

5. Discussão

Com este estudo verificámos como a utilização de variadas estratégias discursivas pelos profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto permite que a concordância com a norma da participação pública co-exista com práticas inalteradas. A consequência é que novas propostas legais são mantidas como transcendentais e as antigas permanecem como imanentes.

Neste sentido, as análises sugerem que a distinção entre representações transcendentais e imanentes, ao convidar à análise de se a mudança está ancorada em novas práticas e de como as definições de novas práticas são negociadas em situação, também pode ajudar à nossa compreensão e sistematização das formas de resistência a novas normas. Neste estudo, a distinção entre representações transcendentais e imanentes revela, por um lado, como a hibridização dos campos representacionais pode ser funcional não só para a adaptação à mudança (Wagner, Duveen, Verma et al., 1999), mas também para resistir a esta e, particularmente, ao potencial criativo de novas representações. Por outro lado, essa distinção e a sua concretização na descoordenação entre ideias e práticas sugere que, a não ser que a acção seja totalmente equacionada com o discurso, a acção não é em todos os casos “analytically an integral part” da representação (Wagner, 1998, p.314). Se assim fosse, o espaço societal para a novidade e transformação seria muito estreito. Pelo contrário, considerar que algumas representações podem permanecer transcendentais por um longo período de tempo salienta a importância de ter em conta que em distintos momentos do tempo existem diferentes níveis de realização de algumas representações no mundo social, e que isto deixa espaço para o novo, para o debate e para a negociação. E o que as nossas análises também sugerem é que a negociação inclui conflitos em relação ao que podem ser consideradas práticas relevantes.

Essa ideia está bem presente nos resultados da utilização da reificação e

consensualização como formatos comunicativos pelos profissionais e pelos moradores do Bairro Alto. Estes mostram que os grupos mais envolvidos no debate em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos – manifestantes e peritos da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica – recorreram sobretudo a argumentos de reificação. Estes tornam a negociação entre as esferas difícil, uma vez que polarizam as perspectivas, posições e identidades envolvidas. Neste caso, o resultado foi que as posições antagónicas expressas em argumentos de reificação funcionaram como outra barreira à mudança. O uso da reificação pelas duas esferas acontece simultaneamente no contexto de um debate bastante polarizado e funciona para manter essa polarização. As suas consequências podem assim ser vistas como monológicas (Jovchelovitch, 2007). Em contraste, a consensualização esteve menos presente. Os argumentos de consensualização permitiriam tornar o debate menos polarizado mas são, pela mesma razão, menos prováveis quando o debate já é polarizado, como neste caso.

Um outro ponto digno de nota nesta análise é ainda como algumas estratégias discursivas para resistência apontadas parecem ser características de sistemas mediadores. A estratégia que combina os dois argumentos ‘nós já mudámos’ com ‘culpar o outro’ é um exemplo. Quando utilizados em conjunto, estes argumentos conseguem de forma efectiva manter as posições relativas prévias entre os sistemas mediadores e o público inalteradas. Outro exemplo refere-se às duas versões da participação pública – maximalista e minimalista – que restringem o espaço para manobra do público, preservando as anteriores práticas dos sistemas profissionais e resistindo ao potencial criativo das leis. De facto, e como mencionado, os sistemas profissionais precisam de traduzir leis genéricas para contextos concretos, onde representações mútuas já organizam relações existentes. Isto pode fazer a dimensão inter-subjectiva das representações (Jovchelovitch, 2007) muito saliente e a tomada de perspectiva do Outro mais difícil. A acentuação Nós-Eles e a utilização quase exclusiva da reificação como formato comunicativo ilustra isto, e salienta como este aspecto pode ser uma importante dificuldade na generalização de novas normas, sobretudo quando esta envolve sistemas mediadores.

As análises deste estudo demonstram assim a relevância de se ter em conta o papel do sistema legal na introdução de novidade nas sociedades e a importância de considerar como também a resistência à mudança expressa agência e desempenha um papel fundamental durante a fase de generalização de novas leis. Esta resistência poderá assim ajudar a explicar a ainda evidente discrepância entre as novas leis da participação pública e a sua prática na esfera técnica em Portugal (Manzo & Perkins, 2006; Garcia-Mira et al., 2005; Lima, 2004a; Santos, 2003; Johnson & Dagg, 2003; Ferreira, 1990). As análises apresentadas em relação

aos profissionais são, contudo, limitadas, uma vez que se referem a um caso específico e são baseadas num número restrito de entrevistas. Apenas ao examinar se estas mesmas estratégias discursivas afloram em casos similares, mas não em casos contrastantes – por exemplo, quando a mudança não vai na direcção normativa – será possível sistematizar uma tipologia de estratégias discursivas utilizadas para a resistência a propostas normativas para a mudança (Castro & Batel, 2008). Ainda assim, este estudo permitiu verificar que profissionais e movimento de moradores encaram de forma divergente a controvérsia sobre os Inglesinhos e que agir de acordo com cada posição – e agir é também utilizar o discurso como recurso material e simbólico – tem consequências para a definição do grupo e da sua identidade social, enquanto forma de legitimar a acção e a posição do grupo.

Paralelamente, a conceptualização da reificação e consensualização como formatos comunicativos permitiu adoptarmos ferramentas analíticas capazes de diagnosticar, de forma sistemática e heurística, como as comunicações se desenrolam na prática e se as suas consequências são monológicas ou dialógicas. A análise dos formatos comunicativos utilizados pelas esferas técnica e leiga na comunicação entre elas evidencia como as características da relação inter-grupal específica que as leis da participação pública pretendem regular influencia, de forma evidente, a prática da participação.

Os resultados das entrevistas com o porta-voz do movimento de moradores e com os moradores do Bairro Alto sugerem precisamente que um dos principais constrangimentos para que a participação não aconteça mais frequentemente nesta comunidade é a sua relação com os profissionais e as autoridades locais. Estes são apontados como não envolvendo os moradores, independentemente de estes tentarem participar ou não. Apesar disso, estes resultados sugerem que o conhecimento das leis da participação pública é um importante recurso de poder para exigir que os profissionais envolvam os cidadãos e para legitimar a participação destes, como se verificou no caso do movimento de moradores. Pelo contrário, não ter conhecimento destas leis, a relação entre os membros da comunidade e entre estes e os sistemas técnico-políticos parecem funcionar como inibidores à participação dos moradores. As análises das entrevistas com os moradores do Bairro Alto sugerem assim que também na esfera leiga as mudanças trazidas pelas novas normas da participação pública parecem criar campos representacionais híbridos que permitem a adaptação a essa mudança (Wagner, Duveen, Verma et al., 1999; Jovchelovitch & Gervais, 1999). A interacção entre as propostas transcendentais da participação e as suas normas descritivas - associadas à falta de práticas de participação na comunidade tanto pelo sistema técnico-político como pelo sistema leigo - abre espaço para o debate acerca de quem deverá ser responsável pelos processos de participação

na comunidade e quais os recursos necessários para a efectivar.

Assim, as características desta comunidade servem para que os seus moradores, face às leis da participação pública, possam também justificar a descoordenação entre as suas ideias e práticas em relação à participação. No entanto, e contrariamente aos profissionais, a concordância com a participação pública nos moradores não dá voz a um ‘nós que já mudámos’, mas sim a um ‘eu que já mudou’. São identificados constrangimentos tanto em relação aos profissionais, como em relação aos outros membros da comunidade que permitem justificar que, apesar do Self concordar com a participação, não haja *mais movimentos aqui*.

Estas análises sugerem então a importância de termos em conta, também para o estudo da participação enquanto prática de cidadania e comportamento pró-ambiental (Stern, 2000), o papel da resistência (Castro, 2006) e como esta se pode relacionar quer com sistemas mais globais de significados, quer com crenças específicas acerca da comunidade e com as relações entre os grupos que a constituem. Torna-se evidente que para além de considerar a dicotomia entre as leis da participação e a sua prática no sistema técnico, é também crucial olhar para as normas informais da participação, o modo como estas estão presentes na comunidade, como se ligam com as suas normas formais, e como são incorporadas ou resistidas pelos indivíduos. Por outras palavras, estas análises informam-nos da importância quer das relações intergrupais (entre autoridades e cidadãos) quer das relações intra-grupais (entre os membros da comunidade) para a prática da participação.

Estas análises sugerem assim que apesar de a mudança normativa referente à participação pública pretender fornecer mais poder ao público nos processos de tomada de decisão que os afectam e de o público concordar com essa alteração do seu papel ao nível das ideias, desempenhar esse papel traz consigo responsabilidades acrescidas no ser membro de uma comunidade e no ser cidadão. Assim, o facto de a mudança normativa da participação pública implicar o ajustamento de velhas práticas a novas práticas, poderá funcionar como um factor de resistência à prática da participação também para a esfera leiga.

No conjunto, os estudos apresentados salientam que a dimensão contextual das representações da participação pública tem um papel determinante para a descoordenação entre as ideias e as práticas. Apesar da concordância generalizada com as normas da participação, isto é, com a sua dimensão institucional, tanto por moradores como pelos profissionais, quando a participação é discutida neste contexto específico, o Bairro Alto, identidades e representações específicas relacionadas com esse contexto podem influenciar a prática da participação. Ilustram assim como analisar as ideias e as práticas dos actores de uma comunidade implica termos em conta que estas são compostas e construídas por distintos

grupos de actores, com posições e representações específicas. Neste estudo ficou evidente como as ideias e as práticas de profissionais e moradores podem colidir, tendo consequências para a construção da comunidade. No próximo capítulo iremos analisar como a heterogeneidade dos moradores da comunidade se poderá relacionar com diferentes atitudes e comportamentos em relação à mesma.

6. Considerações finais

As análises apresentadas neste capítulo demonstram alguns dos processos psico-sociais que estão na base da resistência do sistema técnico à implementação de processos de participação pública, tal como propostos nas novas leis. Neste sentido, indicam que é relevante analisar de que forma as concepções da participação com que esse sistema opera (e.g., maximalista, minimalista) e as representações acerca da participação que pretende defender – mantendo as relações entre as esferas técnica e leiga inalteradas e o seu papel principal nos processos de tomada de decisão – têm impacto nas representações do público acerca da participação. Nomeadamente, de que forma são utilizadas pelo público, tendo em conta as novas leis da participação pública: para justificar a necessidade da sua participação ou, pelo contrário, a ausência dessa, tarefa que desenvolveremos no capítulo seguinte.

Paralelamente, as análises que aqui apresentámos sugerem que apesar de as representações polémicas estarem relacionadas com a mudança social, informando-nos da existência de propostas para mudança e dos dilemas e conflitos sociais por essa gerados (Castro, 2002a; Liu, 2004), pelo menos em alguns casos – como os que envolvem relações inter-grupais com diferenciais de poder –, este tipo de representações dificilmente comporta o potencial para conseguir promover ou resistir à mudança na relação entre grupos (Breakwell, 2001; Simon & Klandermans, 2001). Por outras palavras, as representações polémicas dificultam a negociação. Podemos dizer que estes resultados sugerem que as representações polémicas que pautaram o debate entre profissionais e movimento de moradores impediram que este último conseguisse negociar e atingir os objectivos da sua contestação na interacção com os peritos de reabilitação urbana, concretizando assim as propostas de mudança presentes nas novas leis da participação. Neste sentido, no primeiro estudo que apresentaremos no próximo capítulo iremos explorar o papel que outras representações e identidades podem desempenhar no apoio ou resistência à mudança social, aspecto que tem sido negligenciado na pesquisa sobre acção colectiva da Psicologia Social (van Zomeren e tal., 2008; Louis, 2009). Analisar esta questão envolve, por seu turno, determos a nossa atenção em dois aspectos.

Primeiro, na forma como conflitos inter-grupais específicos, pautados por representações polémicas e, portanto, reveladores das novas e velhas ideias que circulam numa sociedade (Liu, 2004), são debatidos na esfera pública mais alargada e como é que esse debate pode contribuir para abrandar ou acelerar a mudança proposta pelas novas ideias, nomeadamente, em relação à participação e à preservação do património construído. Segundo, na forma como este envolvimento da sociedade (Simon & Klandermans, 2001) poderá ser instrumental para os actores de acção colectiva atingirem os seus objectivos. Responder a estes dois objectivos implica assim analisarmos a formação e desenvolvimento do movimento de moradores do Bairro Alto ao longo do tempo (Drury & Reicher, 2005; Diani & Eyerman, 1992) e analisarmos a forma como foi recebido e debatido na esfera pública mais alargada (Simon & Klandermans, 2001). Para isso, no capítulo seguinte, o primeiro estudo apresentado será baseado na análise de entrevistas com participantes do movimento de moradores e os *posts* do Fórum Cidadania Lisboa. Antes disso, no entanto, faremos uma breve introdução ao conjunto de estudos empíricos que apresentaremos no Capítulo VIII com o intuito de contribuir para compreender melhor tanto a discrepância entre as ideias e as práticas do público em relação à participação, como alguns dos factores que a poderão promover.

Capítulo VIII

Estudos 3 a 5

**Participação pública como dever: A participação enquanto comportamento ambiental
pelo ambiente construído**

Introdução

De 204 moradores do Bairro Alto inquiridos num estudo por questionário, 73,8% concordam totalmente que as pessoas têm o dever de se organizarem e desenvolverem acções para defender o ambiente e o património do lugar onde vivem. Contudo, apenas 10,8% desses moradores relatam já terem participado pelo menos uma vez num protesto em relação a uma transformação do ambiente construído do Bairro Alto, e apenas 18,1% relatam já terem apresentado uma queixa às autoridades locais para o mesmo fim.

Para compreendermos esta discrepância entre as ideias e as práticas do público em relação à participação, iremos neste capítulo apresentar três estudos. Estes pretendem compreender a quer através de uma análise mais global, quer através de uma análise mais local, ambas imprescindíveis na compreensão dos aspectos psico-sociais da participação.

No primeiro estudo (Estudo 3), analisaremos de que forma a transformação do Convento dos Inglesinhos e o movimento de moradores que a contestou foram recebidos e debatidos na esfera pública. Pretendemos compreender, através da análise das posições de outros cidadãos em relação a este caso, de que forma estão a ser discutidas na esfera pública as ideias acerca da participação e da preservação do património construído, e o seu papel para acelerar ou abrandar a mudança proposta pelas novas leis da participação. Pretendemos ainda com este primeiro estudo analisar o que motivou a participação de alguns moradores no caso do Convento e de que forma estes tentaram atingir os seus objectivos.

Nos últimos dois estudos pretendemos já concretizar a análise da discrepância entre as ideias e as práticas em relação à participação em prol da preservação do património construído através de uma abordagem mais localizada, analisando ao mesmo tempo o que poderá promover a participação dos habitantes do Bairro Alto para esse fim. No segundo estudo (Estudo 4), baseado nos dados de um questionário aplicado a moradores do Bairro Alto, iremos analisar a importância de alguns processos psico-sociais que têm sido apontados pela literatura da Psicologia Ambiental como influenciando atitudes de apoio ou resistência à mudança nas comunidades, neste caso, em relação ao património construído do Bairro Alto.

No terceiro e último estudo (Estudo 5), também realizado por questionário a moradores e trabalhadores do Bairro Alto, analisaremos a influência de alguns dos processos psico-sociais identificados pela Psicologia Ambiental e Social na participação comunitária. Exploraremos quer os processos que a poderão promover, quer processos de resistência que a poderão inibir.

Estudo 3 - Participação: Representações, identidades e mudança social

1. Objectivos

A controvérsia que opôs o movimento de moradores aos profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto fez revelar a polemização de representações e a utilização da reificação como formato comunicativo privilegiado na relação entre esses grupos (Capítulo VII). O resultado foi a ilegitimação da acção de ambos os grupos por parte de ambos (ver também Drury & Reicher, 2005). Neste sentido, esta relação não permitiu a negociação acerca da transformação do Convento entre profissionais e o movimento de moradores e, concomitantemente, a concretização das novas leis da participação acerca desta decisão.

Isto mostra assim que analisar os determinantes e consequentes da acção colectiva focalizando apenas as relações inter-grupais específicas que a despoletam, geralmente pautadas por diferenciais de poder (Drury & Reicher, 2005) e representações polémicas, dificilmente permite compreender melhor de que modo processos de participação ou acção colectiva podem ser eficazes a atingir os seus objectivos, nomeadamente, influenciando os processos de tomada de decisão a que se dirigem. Esta questão tem sido debatida nos últimos anos na Psicologia Social (Capítulo III da Secção I) e algumas abordagens defendem a importância de analisar o papel que o envolvimento da sociedade mais alargada poderá desempenhar para os objectivos dos actores de acção colectiva (Simon & Klandermans, 2001). No entanto, poucos estudos têm analisado essa questão empiricamente (van Zomeren et al., 2008; Louis, 2009).

Assim, o principal objectivo deste estudo será o de examinar o papel que a sociedade mais alargada e as identidades mais inclusivas que aí estão disponíveis poderão desempenhar para a acção colectiva (Simon & Klandermans, 2001; Simon & Oakes, 2006). Propomos que, para essa tarefa, é necessário analisar de que forma os conteúdos associados a essas identidades são afirmados, contestados e negociados através da comunicação (Howarth, 2006; Campbell & Jovchelovitch, 2000; Hopkins & Reicher, 1997) e de que forma respondem às dimensões institucional/cultural, contextual e individual das representações sociais (Castro & Batel, 2008).

Com esse objectivo em mente, iremos analisar o debate que se desenvolveu no Fórum Cidadania Lisboa em torno do movimento e da transformação do Convento. Este *blogue* de *Internet* foi utilizado pelos participantes do movimento contra a transformação do Convento para publicarem e discutirem este assunto, e foi utilizado por outros cidadãos para debaterem

o movimento e a transformação. A *Internet* tem sido utilizada nos últimos anos como um meio privilegiado de organização, divulgação e acção de protagonistas de movimentos sociais e outros tipos de acção colectiva (Pereira, 2008). Estes meios de comunicação de massa alternativos são, por isso, uma fonte de dados importante para a análise e compreensão da acção colectiva, que no entanto pouco tem sido utilizada em pesquisa nesta área (Pereira, 2008). Paralelamente, a utilização de sítios de discussão na *Internet* como fonte de dados pode ser útil para a pesquisa com base na abordagem dialógica da Teoria das Representações Sociais, uma vez que poderá permitir aceder de uma forma abrangente a representações sociais variadas e ao diálogo entre essas, bem como a sua relação com outros processos psico-sociais presentes no discurso (Yates, 2001).

Para cumprir o objectivo principal acima mencionado iremos neste estudo examinar de forma complementar dois aspectos específicos:

(1) Os factores apresentados para justificar a participação no movimento de moradores do Bairro Alto e como poderão ser importantes para determinar outros casos de participação comunitária. Pretendemos ainda compreender como é que a acção do movimento foi recebida na esfera pública e de que forma isso contribuiu para o desenvolvimento da sua acção ao longo do tempo e para tentar atingir os seus objectivos;

(2) Compreender o debate na esfera pública de questões como as da participação pública e da preservação do património construído e cultural e como este se concretiza para dar significado a casos específicos, como o do movimento de moradores. Isto permitirá ainda analisar duas questões. Por um lado, a importância atribuída à preservação do ambiente construído, enquanto comportamento sustentável (Pol, 2007). Por outro lado, de que forma as leis relativas à participação pública estão a ser apropriadas pelo público. A análise destes aspectos permitirá compreender a forma como essas ideias estão a ser recebidas e se isto contribui para acelerar ou abrandar a mudança proposta nas mesmas.

2. Método

Os materiais para este estudo consistiram em entrevistas com participantes do movimento e nos comentários do Fórum Cidadania Lisboa, tanto os realizados por participantes do movimento como os de outros cidadãos. Foram conduzidas 3 entrevistas narrativas com participantes do movimento de moradores, a que se juntou a entrevista com o porta-voz do movimento já referida no Capítulo VII (N=4; Duração média = 2h30). Estas entrevistas foram realizadas em vários locais – cafés, local de trabalho dos entrevistados – de

acordo com a sua disponibilidade. Todas as entrevistas foram realizadas entre Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005. O guião destas entrevistas procurou aceder às perspectivas dos entrevistados acerca (a) do processo de transformação do Convento e das razões apontadas para a sua acção de contestação a essa transformação, (b) do papel dos profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica nesse processo, (c) da participação dos entrevistados no movimento e (d) da participação pública de uma maneira geral (Anexo II).

Analísámos também os *posts* do Fórum Cidadania Lisboa acerca da transformação do Convento dos Inglesinhos. Foram recolhidos no período de 2004 a 2008 todos os *posts* do Fórum Cidadania Lisboa referentes a esta controvérsia, bem como intervenções em outros *blogues* referidas no Fórum. Isto resultou num corpo de análise composto por 72 *posts* e respectivos comentários ($N=127$).

Todo o material foi analisado com o software Atlas.ti (Versão 5.2) (Lewins & Silver, 2007; Bauer, 2000). Realizámos duas análises complementares. Primeiro, uma Análise Temática Estruturada, cujo objectivo é organizar os dados de acordo com os Temas que surgem no discurso para de seguida identificar os argumentos que os constituem (cf. van Bavel & Gaskell, 2004). Esta análise demonstrou, primeiro, que os discursos dos participantes do movimento se organizam em torno de dois temas principais: ‘Convento dos Inglesinhos’ e ‘Participação’. Assim, para os dois temas analisámos a frequência e tipo de argumentos utilizados pelos manifestantes no início da sua contestação (Agosto a Setembro de 2004 - *Período Inicial*) e ao longo do tempo (Outubro a Dezembro de 2004 - *Período Intermédio* e de 2005 a 2008 - *Período Final*).

Depois, examinámos as posições de outros cidadãos que debateram este movimento e controvérsia no Fórum. Esta análise mostrou, por um lado, que as suas posições se distinguem em torno da sua concordância ou discordância com a transformação do Convento em condomínio fechado e, por outro lado, que para ambas as posições os discursos dos intervenientes se organizam em torno dos temas ‘Argumentos utilizados pelo movimento’, ‘Acção do movimento’ e ‘Participação’.

Neste sentido, examinámos separadamente os argumentos utilizados pelas pessoas a favor da transformação em condomínio fechado e das pessoas contra essa transformação (excluindo deste conjunto de análises as intervenções dos participantes do movimento). Procurámos compreender de que forma estavam presentes nos discursos destes intervenientes – a favor e contra a transformação - as seguintes dimensões:

(1) argumentos e estratégias discursivas (mecanismos retóricos – Billig, 1997; 1988) utilizados para apresentar a posição – favorável ou desfavorável - em relação à transformação

do Convento em condomínio fechado;

(2) o papel atribuído a conhecimento específico e à consistência de acção para a participação (Batel & Castro, 2009). Tendo em conta as análises anteriores (ver Capítulo VII) examinámos se argumentos como a necessidade de deter conhecimento específico ou de seguir linhas específicas de acção para participar seriam utilizados por outros cidadãos e o papel que desempenhariam para a sua posição quer em relação à participação pública de uma maneira geral, quer em relação ao movimento de moradores;

(3) o papel atribuído aos moradores e às autoridades locais nesta controvérsia, articulando-os com as versões maximalista e minimalista da participação pública e com as concepções pedagógica e dialógica da participação (Castro & Batel, 2008; Lima, 2004a; Potter, 1996).

Posteriormente, e já tendo em conta os resultados da Análise Temática Estruturada, realizámos uma análise guiada pela teoria (Hayes, 1997). Esta análise pretendeu compreender se e de que modo se modificaram os argumentos utilizados pelo movimento ao longo do tempo. Para isso, recorreremos às propostas teóricas dos modelos de acção colectiva apresentadas no Capítulo III (Secção I), bem como às propostas apresentadas no Capítulo IV para analisar a comunicação e os processos psico-sociais que daí emergiam. Para esta tarefa, examinámos, por um lado, de que forma se concretizavam os discursos dos participantes do movimento para justificarem o início da sua contestação e o seu desenvolvimento, e por outro lado os processos psico-sociais que emergiram dos argumentos utilizados por outros cidadãos para se posicionarem em relação ao movimento. O objectivo foi o de compreendermos de que modo o envolvimento da sociedade mais alargada teve impacto no desenvolvimento dos argumentos utilizados pelo movimento. Nos extractos que apresentaremos, a utilização de sublinhado pretende chamar a atenção para aspectos particularmente relevantes dos mesmos que são considerados na nossa análise.

3. Organização da análise dos dados

A análise dos dados seguiu as seguintes etapas:

(1) analisámos os argumentos utilizados pelos participantes do movimento para justificarem a sua acção de contestação (Agosto-Setembro 2004: *Período Inicial*);

(2) de seguida, analisámos de que forma esses argumentos e a própria acção do movimento de moradores foi recebida na esfera pública no período de maior debate em torno da controvérsia (Outubro-Dezembro de 2004: *Período Intermédio*);

(3) por último, examinámos os argumentos utilizados pelo movimento após esse período, ao longo do restante tempo de contestação à transformação do Convento (2005-2008: *Período Final*).

Seguindo esta abordagem temporal, importante no estudo de processos de acção colectiva (ver Diani & Eyerman, 1992; Drury & Reicher, 2005), começaremos por apresentar uma sistematização dos resultados da Análise Temática Estruturada organizada pelos períodos de contestação. De seguida, e para compreendermos os seus principais resultados, recorreremos à análise guiada pela teoria através da apresentação e análise de alguns extractos, tanto das entrevistas com participantes do movimento, como do Fórum.

4. Análise

4.1. Resultados da Análise Temática Estruturada

4.1.1. Os argumentos dos participantes do movimento: Períodos Inicial, Intermédio e Final

Como referido, os discursos dos participantes do movimento organizam-se em torno de dois temas principais: ‘Convento dos Inglesinhos’ e ‘Participação’. Para ambos os temas, os argumentos utilizados pelos participantes estruturam-se em dois conjuntos (Tabela 6). Um conjunto que designámos de ‘argumentos locais’ e que discute o impacto da transformação do Convento para o Bairro Alto e a participação enquanto direito e dever dos seus moradores. O outro conjunto, que identificámos como ‘argumentos globais’, associa-se antes a dimensões mais gerais desta controvérsia, contestando a transformação do Convento pela importância da preservação do ambiente construído e natural em geral, e a participação enquanto direito e dever dos cidadãos.

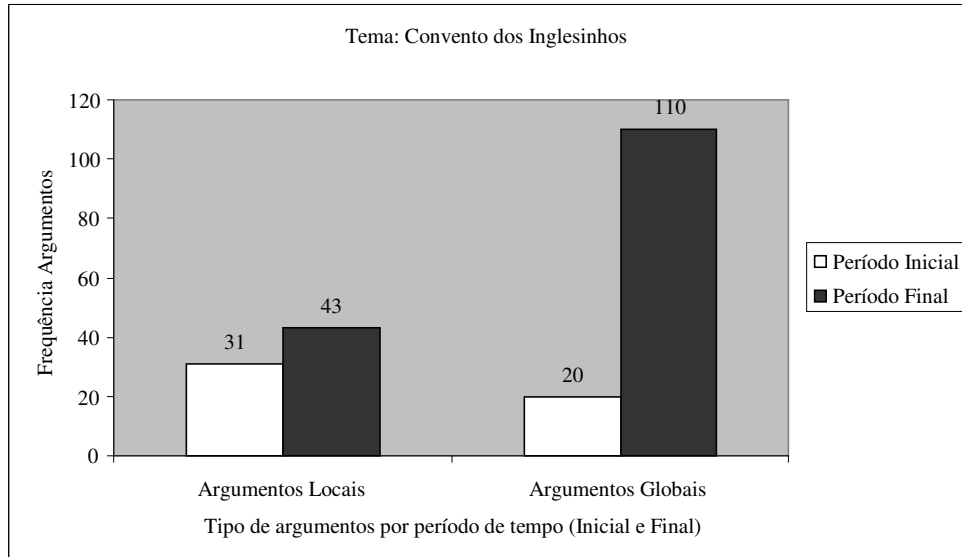
Como a Tabela 6 mostra, inicialmente são sobretudo os argumentos locais que são utilizados pelo movimento para justificar a sua acção de contestação à transformação. Estes argumentos acentuam as consequências que essa irá trazer para a homogeneidade social e física do bairro e o direito dos membros da comunidade a serem envolvidos nos processos de tomada de decisão pelos sistemas técnico-políticos locais.

Tabela 6 – Temas centrais e argumentos utilizados pelo movimento nos Períodos Inicial, Intermédio e Final da contestação à transformação do Convento

<i>Temas centrais</i>	<i>Argumentos</i>	<i>Frequência por período</i>			
		<i>Período Inicial: Agosto-Setembro 2004</i>	<i>Período Intermédio: Outubro-Dezembro 2004</i>	<i>Período Final: 2005-2008</i>	
Convento dos Inglesinhos	Argumentos locais	Põe em causa a homogeneidade (social e física) do Bairro Alto	21	5	27
		As obras e o que vai ser construído vão pôr em causa a qualidade de vida dos moradores do Bairro Alto	10	3	16
	Argumentos globais	Vai destruir o património	11	15	72
		Vai destruir o jardim	3	2	29
		Vai ser um espaço fechado ao público	6	3	9
	Participação	Participação o local	Participação é um dever dos membros das comunidades	1	4
Participação é um direito dos membros das comunidades			6	3	3
Participação em geral		Participação é um dever dos cidadãos	1	10	11
		Participação é um direito dos cidadãos	0	5	4

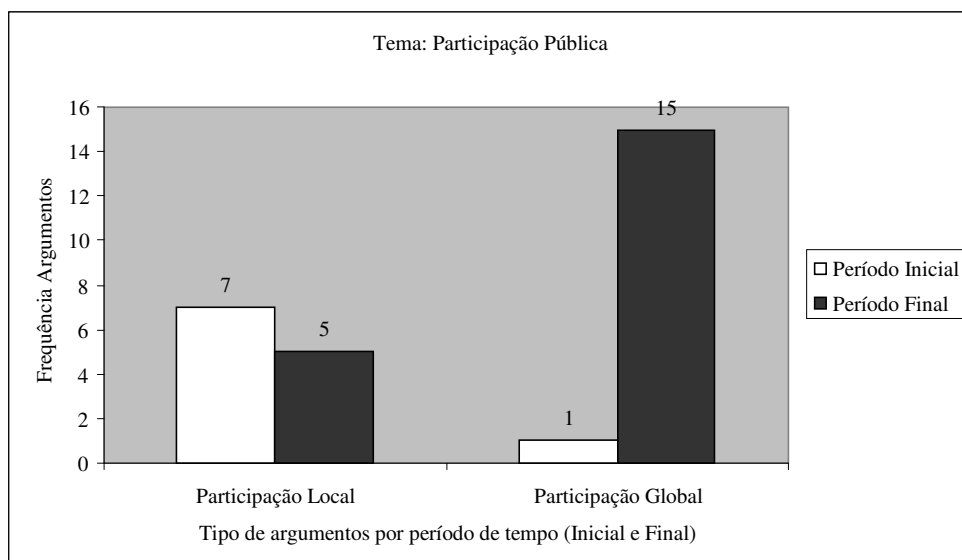
No entanto, a análise do desenvolvimento temporal da utilização desses argumentos revela que, proporcionalmente, os argumentos locais se tornam menos frequentes no Período Final, tanto os que se referem à transformação do Convento (Figura 6), como os que se referem à participação (Figura 7).

Figura 6 – Frequência dos argumentos locais e globais referentes à transformação do Convento utilizados pelo movimento de moradores ao longo do tempo



No Período Final assumem maior peso argumentos mais globais, relacionados quer com a importância da preservação do Convento enquanto patrimônio histórico e cultural e do seu jardim ($\chi^2(1,204)=17.672; p=.000$), quer com a participação enquanto dever e direito dos cidadãos em geral ($\chi^2(1,28)=6.741, Yates; p=.009$).

Figura 7 – Frequência dos argumentos locais e globais referentes à participação pública utilizados pelo movimento de moradores ao longo do tempo



A análise mostrou assim como os argumentos utilizados pelo movimento de moradores ao longo do tempo não são uniformes. Confirmou portanto que era relevante analisarmos de que modo o movimento foi recebido na esfera pública mais alargada, a fim de compreendermos o impacto que esse envolvimento da sociedade teve para a sua argumentação.

4.1.2. Os argumentos dos outros intervenientes no Fórum Cidadania Lisboa: Período Intermédio

A Tabela 7 apresenta uma sistematização dos resultados da Análise Temática Estruturada relativa aos temas debatidos e argumentos utilizados pelos intervenientes do Fórum para se posicionarem contra e a favor da transformação do Convento em condomínio fechado no período de maior debate em torno desta controvérsia (Período Intermédio: Outubro-Dezembro de 2004).

Tabela 7 – Temas centrais e argumentos utilizados pelos intervenientes do Fórum contra e a favor da transformação do Convento em condomínio fechado: Período Intermédio (Outubro-Dezembro de 2004)

<i>Temas centrais</i>	<i>Argumentos</i>	<i>Frequência</i>	
		<i>Contra a transformação</i>	<i>A favor da transformação</i>
Discussão dos argumentos utilizados pelo movimento de moradores	Desqualificação de argumentos locais utilizados pelo movimento	1	21
	Apoio aos argumentos locais do movimento	20	1
	Apoio aos argumentos globais do movimento	27	12
Discussão da acção do movimento de moradores	Legitimação do movimento	16	1
	Ilegitimação do movimento	0	10
	Participação nos Inglesinhos - Responsabilidade dos moradores	0	5
	Participação nos Inglesinhos - Responsabilidade das autoridades locais	7	3
Participação pública	Conhecimento específico necessário para participar	1	3
	Consistência de acção necessária para participar	3	9
	Versão minimalista da participação	2	2
	Versão maximalista da participação	5	9

Estes resultados mostram que quem é contra a transformação do Convento em condomínio fechado apoia tanto os argumentos locais como os argumentos globais utilizados pelo movimento para contestarem essa transformação. Para estes intervenientes o apoio à acção deste movimento surge também associado ao facto de as autoridades locais não terem envolvido os moradores do Bairro Alto no processo de tomada de decisão relativo à transformação. No entanto, e apesar disso, são também utilizados argumentos que apontam a falta de consistência e a extemporaneidade da acção dos moradores, isto é, argumentos assentes numa versão maximalista da participação (Potter, 1996; Castro & Batel, 2008).

A exigência de critérios específicos para a participação dos cidadãos é ainda mais frequente para quem se posiciona a favor da transformação do Convento em condomínio fechado. A Tabela 7 mostra que para estes intervenientes no Fórum é mais frequente o apoio aos argumentos mais globais utilizados pelo movimento para contestarem a transformação. No entanto, é também frequente, por um lado, a desqualificação dos argumentos locais utilizados pelo movimento e, por outro lado, a desqualificação da sua acção enquanto movimento e exemplo de participação. De facto, é sobretudo o papel que os moradores deveriam ter desempenhado no processo relativo ao Convento, associado a uma versão maximalista da participação, que é focalizado, ou seja, é considerado que os moradores deveriam ter manifestado as suas intenções quando o Convento ainda não era alvo de qualquer projecto para transformação.

4.1.3. Discussão dos resultados da Análise Temática Estruturada

A análise conjunta dos resultados da análise apresentada mostra que a mudança do tipo de argumentos utilizados pelo movimento para contestarem a transformação ao longo do tempo, de argumentos locais para argumentos globais, surge conjugada com a posição de outros cidadãos acerca dos argumentos e acção inicial do movimento. O movimento baseia a sua acção de contestação inicial em argumentos locais, relacionados com o impacto local da transformação e com o direito de serem envolvidos nos processos de tomada de decisão acerca da sua comunidade, no seguimento das novas leis da participação pública. No entanto, tanto esses argumentos, como a acção do movimento em relação ao caso específico dos Inglesinhos e enquanto exemplo de participação, são ilegitimados por alguns dos intervenientes do Fórum. E esta desqualificação surge também acompanhada pela legitimação dos argumentos globais utilizados pelo movimento, aqueles que, ao longo do tempo, são mais utilizados pelo movimento para contestarem a transformação.

Esta análise sugere assim que o envolvimento da sociedade mais alargada no debate acerca desta controvérsia desempenha um papel instrumental na argumentação do movimento ao longo do tempo (Simon & Klandermans, 2001; Hopkins & Reicher, 1997). Contrariamente à forma que o debate tomou na interacção com os profissionais do Bairro Alto (Capítulo VII), o modo como o movimento é recebido e debatido na esfera pública mais alargada mostra que, apesar de algumas dimensões da sua acção serem contestadas, outras abrem espaço para a negociação e a consensualização. E são estas dimensões que são reforçadas pelo movimento no Período Final para continuarem a contestar a transformação do Convento.

Os resultados desta primeira análise sugerem assim que identidades mais inclusivas e as representações mobilizadas influenciaram os argumentos utilizados pelo movimento ao longo do tempo. Importa agora compreender de que modo a argumentação foi concretamente utilizada para esse processo. Para isso iremos de seguida, através da análise guiada pela teoria, examinar alguns extractos dos discursos dos participantes.

Primeiro, analisaremos as entrevistas com os participantes do movimento, a fim de ilustrar as razões iniciais (Período Inicial) que motivaram a sua contestação à transformação do Convento e de que modo o seu discurso é organizado para legitimar essas razões. Depois analisaremos como aqueles argumentos e a acção do movimento foram debatidos no Fórum Cidadania Lisboa (Período Intermédio) e de que forma os argumentos de outros cidadãos se organizam a partir de identidades específicas, como a de lisboeta e a de cidadão. Veremos ainda como essas se articulam com representações particulares em relação à participação pública e à preservação do património construído e cultural.

Por fim, retomaremos a análise às entrevistas e aos *posts* dos participantes do movimento no Fórum Cidadania Lisboa no Período Final de contestação. Analisaremos de que modo a forma como a sua acção e posição foram recebidas influenciou o desenvolvimento da sua argumentação.

4.2. Análise guiada pela teoria

4.2.1. Período Inicial (Agosto-Setembro 2004): Participantes do movimento de moradores

Como vimos, os argumentos apresentados pelos participantes do movimento para a sua contestação inicial são sobretudo locais. Associam-se à forma como estes moradores se relacionam com o Bairro Alto, às suas perspectivas sobre a comunidade e à sua identificação

com ela. Alguns exemplos:

[Extractos n.1]

- (1) um condomínio fechado é absurdo dentro do Bairro Alto (...) Não lembra ao diabo... será para meia dúzia de pessoas que vivem ali com os seus carros não é, num sítio daqueles... [Participante do Movimento de Moradores1, p.4]
- (2) para mim o Bairro Alto tem uma história (...) que são as casas, as casas pequenas, as ruas pequenas, as frutarias e as mercearias (...) a natureza comunitária das relações (...) se eu fosse dona daquele projecto, eu respeitava toda a sua zona e todo o seu entorno (Participante do Movimento de Moradores2, p.2)
- (3) os ricos vão entrar por uma garagem, depois metem lá os carros, e depois vão para um espaço que é só deles onde mais ninguém entra. Quem vier (...) não vai trazer nada de novo ao bairro [Participante do movimento de moradores3, p.11]

Neste conjunto de extractos a transformação específica que o Convento irá sofrer é apresentada como pondo em causa a identidade do Bairro Alto, a nível físico e social. Na perspectiva dos entrevistados um condomínio fechado não se articula com a envolvente, o Bairro Alto, nem a nível urbanístico e patrimonial (*um condomínio fechado é absurdo dentro do Bairro Alto* – extracto n.1.1), nem a nível social (*os ricos não trarão nada de novo ao bairro* – extracto n.1.3).

Apesar de outros aspectos da transformação do Convento também serem contestados por estes moradores, como a destruição do jardim (ver extracto n.15, Capítulo VII) e a destruição do património, é sobretudo a relação que estas pessoas estabelecem com o Bairro Alto, baseada na forma como o definem e percebem, isto é, como se identificam com ele e com as pessoas que aí vivem, que é apresentada como sendo ameaçada com esta transformação. Esta ofensa imposta de repente (Klandermans, 2002b) vem assim pôr em causa as características que baseiam essa identificação/relação, sendo por isso percebida como injusta e ilegítima (Klandermans, 2002b; Simon & Klandermans, 2001) e promovendo a sua acção de contestação. A relação e identificação destes moradores com o Bairro Alto são assim utilizadas para salientar o impacto que a transformação do Convento em condomínio fechado terá para a definição do Bairro Alto, para a sua ‘história’, e nesse sentido, para justificar que se deva impedir essa transformação.

São sobretudo estes argumentos que surgiram na imprensa acompanhando a visibilidade pública deste movimento e desta controvérsia (ver Capítulo VI). Foram esses

mesmos argumentos que serviram de base para o debate no Fórum Cidadania Lisboa no Período Intermédio, que analisaremos de seguida.

4.2.2. Período Intermédio (Outubro-Dezembro 2004): Debate acerca do movimento no Fórum Cidadania Lisboa

Vejamos então de que forma se concretizaram nos discursos dos intervenientes do Fórum as suas posições em relação aos argumentos utilizados pelo movimento contra a transformação do Convento. Apresentamos de seguida alguns argumentos daqueles que se posicionam a favor da transformação do Convento em condomínio fechado, a fim de compreender os processos psico-sociais que mobilizam na sua posição em relação ao movimento e à transformação:

[Extractos n.2]

- (1) Quanto ao demonizado "condomínio fechado" não vejo onde está o mal - qual é o quarteirão do Bairro Alto que é aberto? Quantos moradores estariam dispostos a abrir os seus logradouros à fruição pública? [8:13, 3:3 – Outubro de 2004]
- (2) tenho muitas dúvidas quanto a contestar que se reconverta o convento para habitação. Porque não? O Bairro Alto precisa desesperadamente de moradores novos, aliás como Lisboa inteira. [10:502, 326:326 – Outubro de 2004]
- (3) Nos Inglesinhos, parece que a questão patrimonial era pouco mais que um pretexto para a contestação à 'inovação' -- a construção de habitação de luxo no Bairro Alto, que no entanto tem tradições seculares. [8:88, 7:7 – Outubro de 2004]

Um aspecto transversal a estes extractos é que para expressarem a sua posição em relação à transformação do Convento em condomínio fechado invocam explicitamente no discurso os argumentos locais utilizados pelo movimento para os desqualificarem. A utilização deste mecanismo retórico, que invoca no discurso a posição do Outro para a contra-argumentar (Billig, 1997; 1988), é instrumental para dirigir a comunicação directamente ao movimento, e não apenas para expressar uma posição acerca da transformação do Convento. Permite assim acentuar que são especificamente os argumentos locais utilizados pelo movimento para a sua contestação que são desqualificados, e não o movimento em si.

De facto, e como vimos nos resultados da Análise Temática Estruturada, as pessoas que se revelam a favor da transformação do Convento em condomínio fechado, embora

contestem os argumentos locais, apoiam também frequentemente os argumentos globais utilizados pelo movimento. Estes argumentos são ilustrados nos extractos abaixo, apresentados pelos mesmos intervenientes dos extractos n.2:

[Extractos n.3]

- (1) *Não, definitivamente não estou contra esta promoção do grupo Amorim. Estou contra a destruição do convento, porque acho que é sempre possível reinventar os edifícios* [8:13, 3:3 – Outubro de 2004]
- (2) *Verdadeiramente grave é sim o facto de o jardim do convento ficar fechado ao público. Se a contestação se centrasse nesse aspecto, parece-me que provavelmente se chegaria a um consenso...* [10:502, 326:326 – Outubro de 2004]
- (3) *Ou seja, os movimentos de opinião lisboetas preocupam-se muito com a inovação, e pouco com a preservação da memória da cidade.* [8:88, 7:7 – Outubro de 2004]

Quando temos em conta os dois conjuntos de extractos acima apresentados (Extractos n.2 e n.3) verificamos que enquanto que os argumentos locais utilizados pelo movimento para a sua contestação são criticados, os extractos sugerem que o movimento seria apoiado por estes intervenientes caso estivesse preocupado com dimensões mais inclusivas da transformação, como a preservação do património do Convento enquanto parte da ‘memória da cidade’ e a preservação do jardim para usufruto do ‘público’.

A simultânea desqualificação dos argumentos locais e apoio aos argumentos globais é assim instrumental para os intervenientes, por um lado, se posicionarem em relação a esta transformação de acordo com os seus interesses e identidades enquanto moradores de Lisboa. À semelhança dos argumentos locais utilizados pelo movimento para a sua contestação ao Convento, estes extractos apoiam a preservação de algumas dimensões do Convento associadas também a representações e identidades específicas, neste caso, relacionadas com a cidade de Lisboa, como a importância da preservação da história da cidade, dos seus espaços verdes, da sua revitalização social.

Neste sentido, e por outro lado, a utilização complementar dos dois conjuntos de argumentos permite que os intervenientes defendam as suas identidades e interesses de uma forma justificada, sem pôr em causa as propostas normativas em relação à participação pública e à importância da preservação do património construído. Isto torna-se ainda mais evidente quando examinamos as posições dos intervenientes do Fórum em relação à forma como o movimento conduziu a sua acção de contestação:

[Extractos n.4]

- (1) Alguma coisa não corre bem quando, sistematicamente, as pessoas tomam posições sobre intervenções urbanas quando já não há nada a fazer. Não percebo.(...) Foi preciso as máquinas entrarem em acção para, de repente, uma série de pessoas (...) se lembrarem de protestar [8:118, 27:27, Outubro de 2004]
- (2) O 'caso Inglesinhos' foi mais uma demonstração de que, de um modo geral, os grandes movimentos de cidadãos de Lisboa em questões urbanas são, essencialmente, reaccionários. (...) ao mesmo tempo que a destruição sistemática das Avenidas Novas e da Avenida da Liberdade e sua envolvente não mereceu contestação alguma. [8:51, 27:27 – Outubro de 2004]
- (3) os manifestantes manifestam-se contra a vinda de ricos para o Bairro Alto. É a lógica do 'eu já cá estava antes' e não quero bimbos novos-ricos cá no bairro, deixem o meu povinho em paz' (...) Pelo contrário, alguém se queixa da heterogeneidade da zona da Lapa, onde os contrastes (que também existiam no Bairro Alto até ao século XIX) persistiram, ou de Alvalade, onde se misturou, propositadamente, habitação social com habitação de classe média? [8:50, 25:25 – Dezembro de 2004]

Nestes extractos o movimento de moradores é criticado para além dos argumentos que utilizou para contestar a transformação do Convento. É, especificamente, a sua acção enquanto movimento que é desqualificada, tanto por referência ao caso específico dos Inglesinhos como enquanto exemplo de participação geral. Por um lado, por ser extemporânea, isto é, por se manifestar 'quando já não há nada a fazer' (Extractos n.4.1-n.4.2). Esta ilegitimização do movimento de moradores assenta numa concepção da participação que já nos é familiar. Tal como no discurso dos profissionais da reabilitação urbana do Bairro Alto, está aqui presente uma versão maximalista da participação mediante a qual os cidadãos deverão detectar problemas e propor soluções para os mesmos antes de qualquer proposta de intervenção ter sido apresentada (Castro & Batel, 2008; Potter, 1996).

Acresce que a acção do movimento é também desqualificada pela inconsistência da sua acção. Nos extractos n. 4.2 e n. 4.3, casos específicos relacionados com a composição física e social de outras zonas de Lisboa são enumerados para demonstrar que esses não mereceram 'contestação alguma', apesar de se relacionarem com os mesmos argumentos locais utilizados pelo movimento para contestar a transformação do Convento. Esta inconsistência da acção dos moradores também foi apontada pelos profissionais da reabilitação urbana do Bairro Alto (ver Capítulo VII) que utilizaram igualmente este

argumento para desqualificar as acções do movimento, especificamente, por não contestarem outras intervenções urbanas no Bairro Alto.

Assim, os últimos três extractos apresentados, ao mesmo tempo que não contestam a importância da participação e da preservação do património, legitimam a sua discordância com este caso concreto de participação particularizando-o (Billig, 1985) como não sendo participação propriamente dita, uma vez que esta tem que responder a critérios específicos. Esta particularização do movimento de moradores face à categoria geral de participação (Billig, 1985; ver Capítulo VII) é instrumental para permitir discordar da acção do movimento e para justificar e defender a posição e interesses dos intervenientes, sem violar as propostas relativas à importância da participação e da preservação do património.

A utilização destes argumentos permite, mais uma vez, cumprir duas funções. Por um lado, a acentuação de que a origem dos protestos está apenas relacionada com interesses particulares permite excluí-los da esfera da cidadania e validar a descoordenação das ideias e práticas destes intervenientes em relação à participação e ao património ao culpar ‘estes movimentos’ pela causa disso. Conceber todos os ‘movimentos de cidadãos de Lisboa’ como ‘sistematicamente’ (Extractos n.4.2 e n.4.1) extemporâneos e inconsistentes, permite justificar que os intervenientes não apoiem nem este movimento de moradores nem outros movimentos afins, uma vez que este tipo de movimentos não operacionalizam a participação de uma forma legítima e correcta. Neste seguimento, e por outro lado, torna-se também aqui muito claro que a ilegitimação da acção do movimento é acentuada para defender e negociar identidades e representações específicas. Apontar a inconsistência da acção do movimento, que não se dedica à defesa de outras intervenções urbanas em Lisboa, sugere que este movimento só seria apoiado caso se dedicasse a causas mais abrangentes, associadas com identidades mais inclusivas e partilhadas por estes intervenientes, como a defesa do património da cidade de Lisboa.

Assim, apesar do movimento pretender a conservação integral do Convento e estar a lutar por essa, oferecer legitimidade e apoiar a acção destes moradores parece estar dependente dos argumentos por esse utilizados serem mais ou menos inclusivos (Simon & Oakes, 2006). Enquanto que a defesa dos interesses locais gera divergência, a defesa dos interesses de todos os moradores de Lisboa e o reconhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos abre espaço para que algumas dimensões desta transformação e da acção do movimento sejam aceites. É por isso que ao falarem do movimento, os intervenientes invocam um conjunto de ideias que pretendem defender mas para quais modificações estão ainda a ser propostas e negociadas (Castro, 2009). Os campos representacionais acerca do

movimento e desta transformação são híbridos e multifacetados, respeitando por um lado as propostas normativas relativas à importância da participação e da preservação do património e, por outro lado, defendendo interesses e identidades específicas tendo em conta o impacto da transformação para o contexto em que terá lugar – não só o Bairro Alto, mas também Lisboa. Isto torna-se muito claro no extracto seguinte:

[Extracto n.5]

Não estou por aí além interessada na conservação do típico e no popular do Bairro Alto (...) É claro que o Bairro só sobrevive mudando, integrando gente diferente e maneiras diferentes de viver. Mas não é assim. Por isso é que não hesitei em assinar a petição contra esta transformação do Convento dos Inglesinhos num condomínio fechado feita assim à sorrelfa.
[8:78, 56:56 – Outubro de 2004]

Contrariamente aos extractos anteriores, este extracto afirma que foi o facto de a transformação ter sido feita ‘à sorrelfa’ pelas autoridades locais que motivou o interveniente a apoiar o movimento na prática, assinando a petição contra a transformação do Convento. Analisemos mais detalhadamente o extracto. A atitude face à transformação do Convento em condomínio fechado é favorável, as crenças em relação a essa transformação associam-se aos benefícios da heterogeneidade social para o Bairro Alto. No entanto, as práticas em relação à transformação consubstanciaram-se em assinar a petição contra a transformação do Convento dos Inglesinhos em condomínio fechado, tendo em conta que os moradores não foram informados da transformação.

Tal como nos extractos apresentados anteriormente, esta argumentação reflecte que este assunto é concebido através de múltiplas dimensões que permitem que o mesmo indivíduo seja a favor de umas e discorde de outras, e que estas estão associadas a distintas identidades. Neste caso, a importância do direito dos cidadãos serem informados acerca dos processos de tomada de decisão relativos às suas comunidades, sobrepõe-se à defesa dos interesses específicos relacionados com os benefícios que esta transformação particular poderá trazer para o Bairro Alto e para Lisboa.

As representações emancipadas (Moscovici, 1988) que estão na base das posições destes intervenientes acerca deste movimento reflectem assim as posições de actores que partilham a mesma cultura, e as mesmas pressões normativas referentes à importância da participação e preservação do património. Ao mesmo tempo, pertencem a sub-grupos específicos, relacionados com identidades particulares. Nesse sentido, podem adoptar

diferentes significados acerca dos mesmos objectos sociais, partilhando-os e negociando-os com os outros (Moscovici, 1988; Liu, 2004).

Assim, no conjunto, as análises que apresentámos até aqui sugerem que a importância da preservação do património construído e cultural é apoiada por algumas vozes, bem como a participação dos cidadãos para esse fim. No entanto, foram várias as vozes que desqualificaram a acção do movimento de moradores. As divergências que surgiram acerca desta controvérsia e do movimento tomam forma, essencialmente, na interacção entre a defesa de interesses e identidades específicas. De facto, a defesa de interesses locais e particulares pelo movimento de moradores é frequentemente ilegítima e o apoio ao movimento enquanto exemplo de participação apenas parece ser garantido se esse defender dimensões mais globais, que afectam todos e não apenas alguns. Veremos de seguida quais as consequências, para o desenvolvimento da argumentação do movimento de moradores, da forma que o debate acerca deste movimento tomou na esfera pública mais alargada.

4.2.3 Período Final (2005-2008): Participantes do movimento

Neste período, a desqualificação da acção e dos argumentos utilizados pelo movimento para contestarem a transformação do Convento tornou-se muito forte e clara. O movimento de moradores acaba por reconhecer o que é dito dos argumentos locais e da sua linha de acção, como veremos de seguida:

[Extracto n.6]

Ele anda a falar só porque mora ali à frente. É isto que se diz de nós. Somos incómodos. Então se somos incómodos, vamos sê-lo até ao fim. Vamos bater pelos nossos direitos.

[Participante do Movimento de Moradores3, p.10]

[Extracto n.7]

porque o Convento dos Inglesinhos não é caso único, há outros casos. Então, como nós não temos, como não nos querem dar a voz, e nós já ganhámos bastante, já conseguimos alguns ganhos, quer dizer eles já nos temem, eles temem-nos mesmo. Temos que nos entregar a outros casos como o do Convento dos Inglesinhos e temos que passar a uma fase seguinte que é a fase da acção política, é indiscutível. [Participante do Movimento de Moradores3, p.7]

Os dois extractos demonstram a consciência de que a utilização de argumentos locais

na contestação da transformação do Convento (*ele anda a falar só porque mora ali à frente – Extracto n.6*) e o facto de o movimento não contestar outras intervenções urbanas (*então...como não nos querem dar a voz...temos que nos entregar a outros casos – Extracto n.7*) foram criticados. No entanto, o reconhecimento dessa desqualificação dos objectivos e acção do movimento de moradores, tanto por parte de outros cidadãos como dos peritos do Bairro Alto (ver Capítulo VII), tem o resultado estratégico de legitimar a sua acção (Drury & Reicher, 2000) – *então se somos incómodos, vamos sê-lo até ao fim* (Extracto n.6). Esse reconhecimento permite que o insucesso do movimento na luta contra a transformação do Convento dos Inglesinhos seja reinterpretado como uma ‘vitória moral’– *Então, como nós não temos, como não nos querem dar a voz, e nós já ganhámos bastante, eles temem-nos mesmo* (Extracto n.7). Esta re-interpretação também foi encontrada noutros estudos (Drury & Reicher, 2005), mostrando que é estratégica para promover a continuação da acção colectiva e a possível obtenção de ‘vitórias materiais’ no futuro (Drury et al., 2005). No caso deste movimento, impedindo a transformação ou destruição de outros exemplares do património construído e cultural de Lisboa.

Estas análises mostram então como não é só a percepção de ilegitimidade da acção dos actores de acção colectiva pelo exo-grupo directo – neste caso, os profissionais do Bairro Alto – que tem o resultado estratégico de promover a continuação da acção colectiva (Drury & Reicher, 2005; Simon & Klandermans, 2001). Também a ilegitimação da acção por outros cidadãos pode ser estratégica para incentivar participação futura. Mais do que isso, o processo de negociação em torno da acção colectiva na esfera pública mais alargada, em que os actores podem ser concebidos e agir como membros intermutáveis da mesma categoria que outros cidadãos, parece ser instrumental para que os objectivos da acção colectiva possam ser atingidos.

De facto, e como ilustrado, os argumentos que criticam o movimento de moradores são utilizados para que se opere um realinhamento do foco da argumentação do movimento que tem em conta a audiência e o contexto social em causa (Barreto, Spears, Ellemers & Shahinper, 2003; Ellemers, Barreto & Spears, 1999). Esta dimensão estratégica da identidade social e da acção colectiva que aqui a operacionaliza possibilita que os argumentos apresentados na esfera pública para criticar o movimento de moradores e para quais existe algum espaço de negociação sejam debatidos pelo próprio movimento (ver Hopkins & Reicher, 1997). Isto, por seu turno, reflecte que também o movimento de moradores concebe a transformação do Convento através de várias dimensões, como vimos nos resultados da Análise Temática Estruturada. Na esfera pública mais alargada, constituída por identidades

mais inclusivas, essas várias dimensões não necessitam de ser reificadas, como foram na interação com os profissionais do Bairro Alto, mas podem antes ser geridas de forma flexível e estratégica de acordo com os interesses do movimento, que para além de moradores do Bairro Alto são também moradores de Lisboa e cidadãos. Os argumentos centrados na preservação do património e na acção política para esse fim são assim reconhecidos como mais consensuais, estando relacionados com identidades mais inclusivas que salientam as semelhanças entre distintos grupos e interesses (Simon & Oakes, 2006; Simon & Klandermans, 2001).

Por outras palavras, este realinhar dos argumentos que são apresentados como principais na contestação da transformação do Convento permite uma maior legitimação do movimento, uma vez que os argumentos anteriormente utilizados, locais e equacionados com o *nymbism*, foram ilegítimos (Devine-Wright, 2009; Pol et al., 2006; Bonnes & Bonaiuto, 2002). Tem ainda o resultado estratégico de legitimar a sua acção enquanto exemplo de participação mais consistente e atempado (*temos que nos entregar a outros casos como o do Convento dos Inglesinhos – extracto n.7*) (Batel & Castro, 2009). Neste sentido, a acção deste movimento de moradores, iniciada para resolver uma ‘desvantagem incidental’, isto é, uma situação específica num contexto particular (van Zomeren et al., 2008), politiza-se e transforma-se, passando a ser apresentada no sentido de resolver desvantagens mais estruturais, entre quais a sua desvantagem incidental se pode incluir. Apresentamos abaixo um exemplo:

[Extracto n.8]

embora se viva naquilo a que se chama uma democracia, isto é mais uma democracia aparente do que uma democracia verdadeira, porque há muitos procedimentos que continuam a ser procedimentos do tempo do fascismo, não é? Nós continuamos a ser tratados pelas pessoas que elegemos para exercerem funções públicas, de uma maneira arrogante, prepotente e que justifica que os cidadãos comecem a organizar-se de outra maneira

[Participante do Movimento de Moradores⁴, p.4]

Este extracto revela como o caso específico de contestação à transformação do Convento, iniciado para resolver uma ‘desvantagem incidental’ (van Zomeren et al., 2008), fez revelar aspectos e desvantagens mais estruturais que advêm da relação entre os cidadãos e as autoridades. O extracto acentua como a acção deste movimento fez tornar clara a persistência de desvantagens estruturais no sistema democrático português. Nomeadamente,

como as relações entre o público e as autoridades se pautam ainda por diferenciais de poder, e a alusão ao sistema autocrático em que Portugal viveu de 1926 até 1974 é utilizada para reforçar essa ideia. Esta ideia pretende legitimar a acção deste movimento, agora não como moradores do Bairro Alto, mas como cidadãos contra as *peças que elegemos para exercerem funções públicas* (Extracto n.8). Recorrer à representação hegemónica de democracia, relacionada com a cidadania e o ser cidadão (Barnes et al., 2007; Condor & Gibson, 2007; Carreira da Silva, 2002) permite ainda salientar a possível eficácia do movimento em atingir os seus objectivos. Este enfoque mais abrangente do movimento enquanto prática de cidadania e dos seus objectivos poderá angariar um maior apoio de outros cidadãos (Simon & Klandermans, 2001; Drury & Reicher, 2000), uma vez que a acção do movimento passa a ser colocada como dever dos cidadãos em ‘combaterem’ as autoridades no que diz respeito à destruição do património em geral e ao direito de os cidadãos serem ouvidos por essas. Isto é bem ilustrado nos extractos que apresentamos de seguida, de intervenções dos participantes do movimento no Fórum Cidadania:

[Extractos n.9]

- (1) *Os moradores e os cidadãos acordaram tarde? Talvez, mas só há pouco tempo existe a Net (...) Estamos a falar dos Inglesinhos, mas há muito mais por essa Lisboa, por esse país, muitos mais casos de património adulterado, destruído, apesar de classificado e "protegido". E nestas coisas do património quem fica a perder somos todos nós.* [10:801, 220:220 – Outubro de 2005]
- (2) *Mas aqueles que defendem uma cidade mais ecológica (sem mais impermeabilização de solos) e mais histórica (sem projectos destruidores da herança patrimonial da cidade) é que são sempre acusados de egoísmo, de loucura até. (...) É a vitória do indivíduo endinheirado sobre a cidadania. É o "T4 com duas garagens" acima da identidade patrimonial do Bairro Alto. É o "condominium de luxo" instantâneo a negar o processo contínuo e orgânico das relações de vizinhança.* [10:295, 165:165 - Janeiro de 2007]

O primeiro extracto (Extracto n.9.1) torna evidente como o debate que se gerou entre profissionais, o movimento de moradores e outros cidadãos de Lisboa é reconhecido pelos participantes do movimento e estrategicamente utilizado para permitir legitimar a sua acção e objectivos. O participante responde à crítica ao movimento por terem ‘acordado tarde’, assente na versão maximalista da participação, de uma forma ambivalente, reflectida no seu

‘talvez’ perante a afirmação, ao mesmo tempo que apresenta justificações para ela. No entanto, o discurso que se segue não é articulado no sentido de contestar essa afirmação, mas é antes direccionado para legitimar os objectivos do movimento no futuro. Estes focalizam-se na defesa do património em geral, de *uma cidade mais ecológica e mais histórica* de que o Convento dos Inglesinhos e o Bairro Alto são apenas uma parte (Extracto n.9.2). Esta defesa, por seu turno, não implica apenas este movimento, mas ‘todos nós’, impedindo *mais casos de património adulterado, destruído*, em Lisboa e em Portugal (Extracto n.9.1). Por outras palavras, a acção deste movimento passa a acentuar a participação como um direito e um dever não só dos moradores do Bairro Alto em relação ao caso Inglesinhos, mas de todos os cidadãos em relação ao ambiente construído.

A utilização mais frequente de argumentos globais permite assim que o movimento acentue a identidade mais abrangente em que não só eles mas também outros cidadãos se podem incluir (Drury & Reicher, 2000; Hopkins & Reicher, 1997) e, nesse sentido, pode ser instrumental não só para recrutar mais participantes para a sua causa, como também, nesse seguimento, para atingir os objectivos que pretendem. Por seu turno, e neste sentido, os próprios objectivos do movimento são negociados ao longo do tempo de contestação, nomeadamente, alargando o seu foco de contestação ou, por outras palavras, politizando-o (Simon & Klandermans, 2001). É também este reajustamento que pode ser instrumental em garantir uma maior eficácia do processo de acção colectiva na mudança social, neste caso, em relação à preservação do património histórico e cultural e à exigência de que os sistemas técnico-políticos envolvam os cidadãos nos processos de tomada de decisão a essa relativos.

Estas análises demonstram assim como na esfera pública mais alargada identidades mais inclusivas e representações emancipadas (Moscovici, 1998) estão disponíveis para serem utilizadas no debate com o movimento. Estas representações abrem espaço para o consenso e a negociação, aqui concretizado na discussão em torno dos argumentos, acção e objectivos apresentados pelo movimento de moradores que, se negociados, poderão angariar o apoio de outras pessoas. Não são as identidades do movimento enquanto moradores do Bairro Alto que são criticadas, mas sim as representações que lhes estão associadas, relacionadas com a forma como definem o Bairro Alto e o que pretendem para ele e, nesse sentido, para a cidade de Lisboa.

Em suma, o debate intenso originado em torno desta controvérsia e do movimento de moradores, tanto nos meios de comunicação social como na *Internet*, revela como as propostas normativas relativas tanto à participação como à preservação do património são já debatidas na esfera pública, que as utiliza e negocia para dar sentido a casos específicos que

concretizam essas ideias. É precisamente a análise desta articulação entre as dimensões contextual e institucional das representações sociais que nos permite compreender quer o apoio efectivo a essas propostas transcendentais, quer a forma como se articulam com representações imanentes (Harré, 1998; Castro & Batel, 2008). Apesar da legitimidade da participação enquanto prática de cidadania surgir no debate deste Fórum, a frequência com que esse reconhecimento surge articulado com a ilegitimação da acção do movimento de moradores é notória. Isto reflecte, como viemos discutindo, não só a defesa de interesses e identidades específicas, mas também que os cidadãos estão ainda a fazer sentido das propostas transcendentais relativas à participação, e que, nesse processo, salientam sobretudo as dificuldades (Castro, 2006) de implementarem a participação na prática. Legitimar a participação apenas se esta seguir determinados critérios, tanto no que diz respeito às razões que a promovem, como à linha de acção que deve seguir, pode também ser instrumental para justificar que apesar de os intervenientes concordarem com a importância da participação, não a ponham em prática, uma vez que os ‘movimentos de cidadãos’, em quais se poderiam incluir, não implementam esses critérios.

Este aspecto torna-se ainda mais evidente se tivermos em conta que o papel das autoridades em envolverem os cidadãos nos processos de tomada de decisão, tanto em relação aos Inglesinhos como de uma maneira geral, raramente é referido. Isto sugere que apesar de os indivíduos reconhecerem a participação dos cidadãos, especificamente, pela preservação do ambiente construído, como uma ideia que deve ser apoiada e implementada, esse reconhecimento não é acompanhado por uma reformulação efectiva da forma de pensarem as suas práticas em relação aos processos de tomada de decisão das suas comunidades. O foco é colocado na acção dos cidadãos, revelando como a participação como direito destes, implicando a partilha de responsabilidades nos processos de tomada de decisão entre os sistemas técnico-políticos e o público, ainda não é reconhecida de forma efectiva.

5. Discussão

Este estudo pretendeu compreender de que modo o movimento contra a transformação do Convento foi recebido na esfera pública e quais as consequências disso para o desenvolvimento da sua argumentação e prossecução dos seus objectivos. Para esse efeito, analisámos também de que forma as leis referentes à participação pública e à preservação do património construído estão a ser recebidas na esfera pública e como são utilizadas para dar sentido a casos específicos como este movimento.

Para cumprirmos esses objectivos, demonstrámos que a compreensão da relação entre a acção colectiva e a mudança social pode ser melhorada ao integrar uma análise das identidades sociais que vá para além da diferenciação e conflito intergrupais (Simon & Klandermans, 2001) e adicionar o estudo do conteúdo das identidades. A focalização exclusiva no papel das identidades sociais e relações inter-grupais para a análise da acção colectiva deixa-nos pouca capacidade para compreender como é que os actores envolvidos podem de facto promover ou resistir à mudança. Para isso, é necessário analisarmos as identidades como um “site of argument” (Hopkins & Reicher, 1997, p.263), em que atitudes, crenças e acções, isto é, as componentes das representações sociais (Castro, 2006), são negociadas e contestadas ao responderem às dimensões individuais, contextuais e culturais/institucionais das representações (Castro & Batel, 2008).

De facto, por um lado, a análise das inovações legais e das representações face a elas – a que podemos designar de propostas transcendentais (Castro & Batel, 2008) - a partir de quais, ou contra quais, os processos de acção colectiva tomam forma, informa-nos acerca daquilo que é aceite na cultura (Buijs, 2009) e vai no sentido normativo. Assim, revela-nos que argumentos podem ser estrategicamente utilizados pelos actores de acção colectiva para angariar maior apoio pela sociedade mais alargada. Por outro lado, é quando analisamos a forma como as dimensões institucionais/culturais das representações são apropriadas para dar sentido a eventos específicos que verificamos que a sua contextualização cria um espaço de debate e divergência. Isto porque é na interacção entre as dimensões institucional/cultural, contextual e individual das representações sociais (Castro & Batel, 2008; Raudsepp, 2005) que os indivíduos reconhecem problemas, avaliam possibilidades e argumentam, procurando ou não consensos (Pereira, 2008, p.118), tendo em conta as suas posições e identidades (Batel & Castro, 2009; Castro & Batel, 2008). Vimos no Capítulo VII como as representações polémicas, estando ligadas a identidades geralmente menos inclusivas, potenciam mais o conflito e menos a negociação (Castro & Batel, 2008; Batel & Castro, 2009; Simon & Oakes, 2006). Por seu turno, como vimos neste estudo, as representações emancipadas, associadas a identidades mais inclusivas, criam um espaço potencial para a consensualização e a negociação (Castro, 2009; Batel & Castro, 2009; Simon & Oakes, 2006; Vala et al., 1998). Podem ser consideradas representações ao mesmo tempo relacionadas com representações mais hegemónicas, ancoradas na cultura (Liu, 2004) e com identidades mais inclusivas, mas para quais novas propostas estão a ser realizadas e negociadas (Castro, 2009), afectando identidades ligadas a contextos específicos e a sub-grupos específicos (Moscovici, 1988).

A articulação das propostas dos modelos de acção colectiva com a abordagem da Teoria das Representações Sociais oferece-nos assim uma outra perspectiva dos actores de acção colectiva. Estes surgem como activos, capazes de contestar, resistir, e negociar representações sociais e até de eventualmente transformar os contextos em que se encontram (Simon & Oakes, 2006; Howarth, 2006; Joffe, 2003; Jovchelovitch, 1996) uma vez que podem utilizar atitudes, crenças e práticas “according to a flexible-social, not prepackaged logic” (Bonnes & Bonaiuto, 2002, p.45). De facto, algo que fica claro nas análises agora apresentadas, reforçando as análises do Capítulo VII, é a orientação pragmática da comunicação, ao evidenciar como os argumentos de cada grupo têm implicações directas para a posição e a acção do Outro (Howarth, 2006; Castro & Batel, 2008) e, assim, como pode ser estrategicamente utilizada para defender e negociar os interesses dos grupos e indivíduos. Por outras palavras, estas análises mostraram como a dimensão relacional das representações sociais permite contestar, defender e/ou negociar significados (Howarth, 2006) de acordo com as identidades – mais ou menos inclusivas - e representações em causa, salientando a interdependência entre o individual e o social e como esta tem impacto para a comunicação e posição dos indivíduos (Castro & Batel, 2008). Os argumentos do movimento puderam ser utilizados de forma estratégica para negociar representações associadas a distintas identidades, mais inclusivas, disponíveis na esfera pública mais alargada (Jovchelovitch, 2007). É esta dimensão estratégica das identidades sociais, que tem em conta a audiência e o contexto social em causa (Barreto et al., 2003; Hopkins & Reicher, 1997), que poderá permitir responder às dimensões institucional, cultural e contextual das representações sociais de uma forma flexível.

Por último, este estudo é ainda informativo da forma como as novas leis da participação pública estão a ser debatidas e apropriadas pelo público em geral. Parecem ser sobretudo as concepções da participação com que as autoridades operam (Castro & Batel, 2008; Batel & Castro, 2009) aquelas que mais circulam na sociedade e são mais utilizadas para sustentar posições específicas acerca de casos de participação concretos. Apesar de algumas dimensões das propostas transcendentais presentes nas novas leis da participação pública serem reconhecidas e apoiadas pelos participantes no Fórum, como a importância da participação dos cidadãos pela preservação do ambiente construído, as alterações que essas pretendem implementar na relação entre os sistemas técnico-políticos e leigos raramente foram debatidas. Isto sugere que essas propostas transcendentais ainda se articulam com representações imanentes da participação, que legitimam que sejam os sistemas técnico-políticos a ter o papel principal nos processos de tomada de decisão. Legitimam assim de

igual forma a ausência de uma participação mais activa dos cidadãos (Gonçalves & Castro, 2009; Devine-Wright, 2009; Seixas, 1990).

6. Considerações Finais

Este estudo mostra que a discrepância entre as ideias e as práticas relativas à participação dos cidadãos, especificamente enquanto comportamento pró-ambiental (Lima, 2009), poderá ser melhor compreendida, no caso do património construído, se tivermos em conta dois aspectos decorrentes das presentes análises. Primeiro, que a transformação ou preservação do ambiente construído tem implicações específicas para os contextos em que ocorre e, nesse sentido, representações e identidades particulares com esses relacionadas serão determinantes para implementar, na prática, comportamentos pró-ambientais, como os de participação. Depois, estes resultados tornam também evidente que mais do que compreendermos a participação enquanto comportamento pró-ambiental, temos também que a compreender enquanto uma acção dos cidadãos que tentam influenciar as decisões dos sistemas técnico-políticos. A reformulação das ideias e das práticas dos cidadãos em relação à participação pública, tal como proposto nas novas leis, implica que estes participem nos processos de tomada de decisão acerca das suas comunidades, algo que, como vimos nas análises apresentadas, pode ser alvo de resistência (Castro, 2006; Castro & Batel, 2008). Mas implicam complementarmente que os cidadãos têm o direito de serem envolvidos pelos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão. Isto implica também considerar que os sistemas técnico-políticos têm de re-formular as suas ideias e práticas em relação ao envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, abdicando do seu tradicional papel principal nesses (Batel & Castro, 2009; Gonçalves & Castro, 2009). No entanto, esta reformulação do papel dos sistemas técnico-políticos e, conseqüentemente, dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, raramente foi debatida.

Deste modo, este estudo ajuda-nos a compreender alguns dos processos que podem operar a um nível mais local em relação à participação e à preservação do património construído. Por outras palavras, apesar do reconhecimento da importância da implementação dessas ideias, quando essas são articuladas com identidades e representações contextualmente relevantes, podem gerar divergência e contradição. De seguida, iremos apresentar um estudo realizado por questionário aplicado a moradores do Bairro Alto, o qual pretendeu compreender esta questão. Analisaremos, por um lado, o impacto que dimensões mais contextuais relacionadas com identidades e representações específicas acerca da comunidade

podem ter para as atitudes em relação à preservação do seu património, para lá do papel desempenhado por crenças mais gerais relativas à importância da preservação do ambiente construído. Por outro lado, estudaremos as perspectivas dos moradores desta comunidade acerca da participação pública.

Estudo 4 - Preditores das atitudes em relação à preservação do ambiente construído do Bairro Alto

1. Objectivos

O quarto estudo pretendeu analisar os preditores da atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos, ajudando assim a identificar os factores psico-sociais mais determinantes para atitudes de apoio ou resistência a mudanças na comunidade, relacionadas com o património construído. Os resultados que apresentámos até este momento sugerem que o apoio à preservação do património histórico e cultural parece revestir-se já de desejabilidade social. No entanto, no caso concreto da transformação do Convento, como vimos na análise das entrevistas aos participantes do movimento e também nas entrevistas com outros moradores do Bairro Alto (ver Anexo IV), as posições em relação a essa parecem também depender de outras dimensões contextualmente relevantes: as consequências percebidas da transformação do Convento para a composição física do Bairro Alto e para a sua composição social.

Neste sentido, para compreender as atitudes de apoio ou resistência à mudança do património construído desta comunidade, consideramos importante analisar de forma complementar as dimensões institucionais/sociais, as contextuais e as individuais das representações acerca do património construído. Por outras palavras, é necessário aceder às representações dos indivíduos acerca da importância da preservação do património, questionando-os em relação a mudanças e objectos específicos relacionados com os contextos em que estão inseridos, bem como examinar a influência de factores relevantes a esse nível para essas posições.

Concretizar este objectivo permitirá assim, primeiro, ajudar a esclarecer os factores psico-sociais determinantes das atitudes em relação a mudanças específicas do ambiente construído do Bairro Alto. Como vimos no Capítulo VII e na Secção I (Capítulo II) a resistência a mudanças nas comunidades tende a ser equacionada pelas autoridades locais como *nymbism*, ou seja, como protagonizada sobretudo por quem será directamente afectado pela mudança e pelos impactos na vida quotidiana que essa acarretará (ver Capítulo VII; Devine-Wright, 2009; Pol et al., 2006; Seixas, 1990). No entanto, os resultados que apresentámos até aqui e a literatura da Psicologia Ambiental também sugerem que a resistência à mudança no lugar:

(a) inclui muitas vezes preocupações relevantes quer com a preservação do ambiente em geral (ver Estudo 3; Pol et al., 2006), quer sobretudo com a preservação da comunidade e, conseqüentemente, da relação que os seus habitantes têm com ela (ver Estudo 3; Devine-Wright, 2009; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Vorkinn & Riese, 2001);

(b) e poderá ser mais forte quando os membros da comunidade não são envolvidos nos processos de tomada de decisão relativos a essas mudanças (ver Capítulo VII e Estudo 3; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Lima, 2006; Mouro & Castro, 2009).

Este estudo pretende assim esclarecer a importância destes factores para as atitudes em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos, analisando-os de forma concomitante, ou seja, analisando de que modo factores e crenças globais e locais interagem e podem justificar o apoio ou resistência à mudança do ambiente construído da comunidade.

Em segundo lugar, e nesse seguimento, este estudo pretende contribuir para melhor compreender a influência da ligação ao lugar sobre as atitudes de apoio ou resistência a mudanças com impacto ambiental. A importância da ligação ao lugar para determinar atitudes e comportamentos pró-ambientais é uma ideia que se tem tornado cada vez mais central na literatura (Devine-Wright, 2009; Mouro & Castro, 2009; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Pol, 2002b). No entanto, e como apontámos na Secção I, ainda não é clara a distinção entre diferentes componentes da ligação ao lugar e se essas têm um impacto diferenciado para a previsão de atitudes e comportamentos pró-ambientais (Mouro & Castro, 2009), bem como se serão igualmente importantes para todos os membros das comunidades (Lewicka, 2005; Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002; Fried, 2000). Assim, acresce que explorar os factores que influenciam a atitude específica em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos permitirá ainda começar a analisar em que medida a heterogeneidade social que tem vindo a caracterizar o Bairro Alto nos últimos anos (Mendes, 2006; Seixas, 2001) poderá associar-se a distintas representações em relação a essa transformação e ao bairro em geral.

Paralelamente, pretendemos ainda explorar de forma mais abrangente as perspectivas acerca da participação pública nesta comunidade. O carácter normativo da participação pública parece ser também já reconhecido, no entanto, e tendo em conta os resultados dos estudos anteriores, as posições acerca do papel dos cidadãos e das autoridades nessa ainda se concretizam por debate e divergência. De facto, e como vimos no Capítulo VII, também os membros desta comunidade específica parecem estar ainda a debater quem deverá ser responsável pela participação e o que é preciso para que esta aconteça. Importa pois esclarecer melhor quais os papéis atribuídos aos cidadãos e às autoridades na participação pelos

membros desta comunidade. Para esta tarefa utilizaremos as propostas da Teoria Cultural concretizando-as para a participação (Lima & Castro, 2005; Steg & Sievers, 2000). A pesquisa utilizando a Teoria Cultural tem mostrado consistentemente a correlação negativa entre o individualismo e o igualitarismo e a correlação positiva entre a hierarquia e o igualitarismo (Lima & Castro, 2005; Castro, 2005; Castro, 2002b). Com este estudo pretendemos explorar se este padrão se repete para a participação pública, quais as perspectivas acerca da participação que são mais apoiadas e qual o papel que atribuem aos cidadãos e aos sistemas técnico-políticos.

Sumarizamos de seguida os objectivos específicos deste estudo e alguns dos resultados esperados tendo em conta a literatura e os estudos anteriores:

Objectivo 1. Conhecer as crenças dos moradores do Bairro Alto em relação à participação e à preservação do património construído em geral e no Bairro Alto:

(a) Prevemos que existirá uma elevada concordância com a importância da preservação do património em geral, com a preservação do património do Bairro Alto e com a importância da participação dos cidadãos;

(b) Serão sobretudo apoiadas as perspectivas hierárquica e igualitária em relação à participação pública, tendo em conta as leis da participação e o seu carácter normativo. Ou seja, tendo em conta que essas são propostas pelo sistema técnico-político, e pretendem reformular não só as ideias e práticas desse sistema em relação à participação, mas também as do público;

Objectivo 2. Examinar os preditores da atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos:

(a) Prevemos que não se verificarão diferenças significativas entre os moradores que vivem mais perto ou mais longe do Convento em relação às suas atitudes face à transformação e à importância atribuída ao Convento para o Bairro Alto;

(b) A atitude em relação à transformação do Convento será predita directamente por crenças específicas relacionadas com a composição física e social do Bairro Alto (crenças locais/dimensão contextual), bem como por crenças em relação à importância da defesa da preservação do património e à importância da participação dos membros das comunidades nos processos de tomada de decisão que as afectam (crenças gerais/dimensão institucional). No seguimento dos resultados do Estudo 3, analisaremos ainda se as crenças em relação à importância da preservação do património serão predictoras da atitude independentemente das crenças específicas em relação à composição física e social do Bairro Alto ou se, pelo contrário, essa relação só se verificará em conjugação com essas crenças;

(c) Exploraremos o papel preditor das dimensões da ligação ao lugar na atitude em relação à transformação do Convento e nas crenças relativas ao Bairro Alto e ao património, bem como se as dimensões da ligação ao lugar serão distintamente importantes para explicar a atitude em relação à transformação para diferentes grupos da comunidade. Para esta tarefa, analisaremos ainda o impacto das variáveis sócio-demográficas (habilitações literárias, idade, tempo de residência no bairro) na atitude em relação à transformação do Convento e nas crenças acerca do bairro e do património.

2. Método

2.1. Participantes e procedimento

Neste estudo, os dados foram recolhidos através de questionário (ver Anexo V) aplicado a 135 habitantes do Bairro Alto. Todos os participantes foram abordados pela investigadora ou pelos assistentes de investigação em espaços públicos e alguns cafés e restaurantes do bairro. Deste modo, ainda que a técnica de amostragem tenha sido de conveniência ou não probabilística (Pais Ribeiro, 2007; Fink, 1995), fez-se o possível para ter acesso a um leque variado de habitantes, sobretudo no que diz respeito à idade (Seixas, 2001). Explicava-se a natureza e objectivos do estudo, a confidencialidade das respostas, e o cariz voluntário da participação, e convidou-se a participar aqueles/as que respondiam aos critérios de selecção. Estes consistiam em ter 16 ou mais anos de idade e em viverem actualmente no Bairro Alto - tal como definido na Figura 1 (Capítulo VI).

Os participantes têm idades compreendidas entre os 16 e os 85 anos ($M=49.87$; $DP=19.95$). 64 participantes (47,4%) são do sexo feminino e 70 (51,9%) do sexo masculino. O tempo de residência no Bairro Alto varia entre 8 meses e 80 anos ($M=33.76$; $DP=20.38$). 70,2% ($N=92$) dos participantes possuem um grau de escolaridade igual ou inferior ao 9º ano (5º ano antigo) e 29,8% ($N=39$) têm um grau de escolaridade equivalente ou superior ao 12º ano (7º ano antigo). 12,6% ($N=17$) dos participantes vivem nas ruas circundantes ao Convento dos Inglesinhos (Grupo 1: Travessa/Largo dos Inglesinhos, Calçada do Cabra, parte da Rua Luz Soriano, Rua Nova do Loureiro), 11,9% ($N=16$) em ruas próximas do Convento (Grupo 2: Rua de São Boaventura, Rua da Vinha, Rua dos Caetanos, Calçada do Tijolo, parte da Rua da Rosa) e 75,5% ($N=102$) em outras ruas do Bairro Alto (Grupo 3).

2.2. Instrumento

Crenças em relação à participação pública e à preservação do património. Para aceder às crenças gerais sobre a participação pública usámos quatro itens baseados nas propostas da Teoria Cultural (Douglas & Wildavsky, 1982): Individualismo (“Não é necessário que haja grande planeamento para que as pessoas possam participar nas decisões sobre os bairros onde moram, isso acontecerá naturalmente”), Fatalismo (“As pessoas nunca conseguirão ser ouvidas nas decisões sobre os bairros onde moram”), Igualitarismo (“É preciso obrigar a sociedade e os indivíduos a mudarem de comportamentos, para que os cidadãos possam participar nas decisões sobre os bairros onde moram”) e Hierarquia (“Para que as pessoas possam participar nas decisões sobre os bairros onde moram, deverão existir regras e leis claras que expliquem o que fazer”). Utilizámos ainda um item para aceder especificamente às perspectivas dos/as inquiridos/as acerca da importância da participação dos moradores nos processos de tomada de decisão (“A participação dos moradores é essencial na gestão das cidades”).

Para aceder às crenças sobre a preservação do património utilizámos dois itens que pretendiam avaliar as dimensões global e local desta questão (Lima & Castro, 2005; Uzzell, 2000): “As pessoas devem preocupar-se em defender o património do lugar em que vivem” e “As pessoas devem preocupar-se em defender o património de uma maneira geral”. Todos os itens foram respondidos numa escala de 7 pontos de 1 (Discordo Completamente) a 7 (Concordo Completamente).

Ligação ao lugar. Para operacionalizar a relação com o lugar fizeram parte do instrumento a escala de identidade de/associada ao lugar usada por Duarte e Lima (2005), a escala de vinculação ao lugar/bairro utilizada por Bonaiuto, Fornara e Bonnes (2003) e a escala de sentido de comunidade, desenvolvida por McMillan e Chavis (1986), mas na adaptação utilizada por Lima e Castro (2005) em Portugal (Tabela 8). Todos os itens incluídos nestas escalas foram respondidos numa escala de 7 pontos, de 1 (Discordo Completamente) a 7 (Concordo Completamente).

Tabela 8 - Composição das escalas replicadas para aceder à ligação ao lugar

<i>Escala de Identidade de Lugar</i>	<i>Escala de Vinculação ao Lugar/Bairro</i>	<i>Escala de Sentido de Comunidade</i>
Gosto de viver no Bairro Alto Sinto que pertença a este bairro	Este é o bairro ideal para mim Preferia viver noutra bairro	Sinto-me bem neste bairro Acho que este bairro é um bom sítio para viver
Sinto-me orgulhoso por viver no Bairro Alto	Não tenho nada em comum com este bairro Seria muito difícil para mim deixar este bairro Não me sinto integrado neste bairro Identifico-me com as pessoas deste bairro Este bairro é uma parte de mim Não sigo o estilo de vida deste bairro	Este bairro é importante para mim Espero poder viver neste bairro muito tempo Eu e os meus vizinhos temos a mesma maneira de ver as coisas As pessoas deste bairro dão-se bem umas com as outras Eu tenho influência no que acontece neste bairro Se houver um problema neste bairro, as pessoas daqui conseguem resolvê-lo Conheço de vista a maior parte das pessoas que vivem neste bairro Há poucos vizinhos que me conhecem Importo-me com que os meus vizinhos pensam do que eu faço

Crenças específicas sobre o Bairro Alto. Com base nos resultados obtidos nos estudos anteriores, particularmente na análise das entrevistas com moradores do Bairro Alto (ver Anexo IV) e com participantes do movimento de moradores do bairro, incluímos ainda medidas para avaliar crenças específicas sobre a composição social e física do Bairro Alto:

- “O Bairro Alto deve acolher novos moradores de todas as classes sociais”;
- “O Bairro Alto deve modernizar os seus edifícios”;
- “O Bairro Alto deve ser mantido como um bairro histórico, preservando o seu património arquitectónico como está”;
- “Gostaria que o Bairro Alto do futuro misturasse edifícios modernos com edifícios antigos”;
- “Era bom que o Bairro Alto do futuro não tivesse condomínios habitacionais fechados”;

Todos os itens foram respondidos numa escala de 7 pontos de 1 (Discordo Completamente) a 7 (Concordo Completamente).

Incluímos ainda uma medida para aceder à importância atribuída ao Convento dos Inglesinhos para a definição do bairro (“O Convento dos Inglesinhos é uma parte importante do que é o Bairro Alto”), respondida numa escala de 7 pontos de 1 (Nada importante) a 7 (Muito importante).

Atitudes. As atitudes em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos enquanto exemplo do ambiente/património construído do Bairro Alto foram avaliadas através de dois itens: “Em relação ao actual projecto para a transformação do Convento dos Inglesinhos sou...” (1=Totalmente contra a 7= Totalmente a favor) e “Na minha opinião, o actual projecto para a transformação do Convento dos Inglesinhos é...” (1=Totalmente negativo a 7=Totalmente positivo). Uma vez que a correlação entre os itens era muito elevada ($r=0.94$; $p<.000$) criámos um item composto para constituir o índice da atitude em relação à transformação do Convento ($M=2.13$; $DP=1.73$).

Variáveis sócio-demográficas. Fizeram parte do questionário algumas questões para identificar as características sócio-demográficas da amostra em estudo, nomeadamente, o tempo de residência no bairro, a idade, as habilitações literárias e os motivos para a escolha do Bairro Alto como lugar de habitação. Incluímos também uma questão para identificar a rua onde os participantes moravam, no sentido de analisar a sua proximidade ao Convento dos Inglesinhos.

3. Resultados

3.1. Crenças sobre a preservação do património e a participação pública

Começámos por analisar as respostas dos participantes aos itens relacionados com a participação e a preservação do património. Os resultados revelam que existe uma concordância ampla com a importância da participação e da preservação tanto do património do lugar onde se vive, como do património em geral. 66,4% dos inquiridos concordam totalmente que a participação dos moradores é essencial na gestão das cidades ($M=6.41$; $DP=1.09$), 71,4% dos inquiridos concorda totalmente que as pessoas devem preocupar-se em defender o património em geral ($M=6.56$; $DP=.85$), 83,8% dos inquiridos concordam totalmente que as pessoas devem preocupar-se em defender o património do lugar em que vivem ($M=6.76$; $DP=.58$) e ainda 80,9% dos participantes concordam totalmente que o Bairro Alto deve ser mantido como um bairro histórico, preservando o seu património arquitectónico como está ($M=6.76$; $DP=.54$)¹⁴ ¹⁵. Estes resultados confirmam assim que existe um consenso

¹⁴ As percentagens apresentadas correspondem às respostas posicionadas no ponto 7 das escalas dos itens acima referidos, equivalente a “Concordo completamente”. Os níveis de concordância com todos os itens são significativamente superiores ao ponto médio das escalas de resposta.

¹⁵ Os itens “As pessoas devem preocupar-se em defender o património do lugar onde vivem” e “O Bairro Alto deve ser mantido como um bairro histórico, preservando o seu património arquitectónico como está” não foram

elevado relativo à importância da preservação do património construído, bem como da participação. Podemos então considerar que estas ideias se constituem já como ideias com desajustabilidade social, revelando as pressões normativas a que estão associadas.

No entanto, os resultados dos estudos anteriores que também já haviam sugerido esta normatividade da participação e da preservação do património histórico e cultural, revelaram dois factos: o primeiro é a diversidade de perspectivas e posições acerca de quem é responsável por implementar a participação e como esta deverá acontecer. O segundo é o facto de a importância atribuída à preservação do património histórico e cultural se conjugar com perspectivas específicas sobre o que se deseja para a composição social e física das comunidades (Estudo 3). Neste sentido, começámos por explorar de que forma a diversidade de perspectivas acerca da participação surgiria nas respostas dos moradores, para depois analisarmos o impacto de crenças globais e locais acerca do património construído para a atitude em relação à transformação do Convento.

3.1.1. Crenças sobre a participação pública

Como referido, para analisarmos as perspectivas dos participantes em relação à participação pública adaptámos as propostas da Teoria Cultural. Os nossos resultados, como podemos verificar na Tabela 9, revelam a esperada correlação positiva elevada entre a hierarquia e o igualitarismo ($r=.43$; $p<.001$), e uma correlação negativa não significativa entre o individualismo e o igualitarismo ($r=-.12$; $ns.$).

O apoio ao igualitarismo revela o reconhecimento da participação como dever não só dos sistemas técnico-políticos, mas também dos indivíduos. Por sua vez, o apoio à hierarquia salienta que para que a participação aconteça é necessário existirem regras e leis claras que expliquem o que fazer. Estes resultados atestam assim para como as representações transcendentais relativas à participação pública estão a gerar debate e negociação, especificamente em relação a quem deverá ser responsável pela sua aplicação e como esta deverá acontecer. Tal como postulámos, o carácter normativo da participação pública é reconhecido, aspecto evidenciado pelo fraco apoio ao individualismo e pelo elevado apoio ao igualitarismo. Nesse reconhecimento, os participantes não se demitem do papel que deverão desempenhar na participação. Contudo, o apoio elevado à hierarquia reflecte que para que isso

incluídos em análises posteriores, uma vez que apresentaram um pronunciado enviesamento à esquerda impeditivo quer de uma transformação efectiva para a normalidade, quer da dicotomização das variáveis (Tabachnick & Fidell, 2001).

aconteça as autoridades e profissionais deverão responsabilizar-se por desenvolver regras claras que os cidadãos possam seguir e, assim, participar.

Tabela 9 – Correlações entre os itens da Teoria Cultural sobre a participação pública

	Igualitarismo	Hierarquia	Individualismo
Hierarquia	.43**		
Individualismo	-.12	-.19*	
Fatalismo	.17*	.20*	.05

* $p < .05$

** $p < .01$

Tendo em conta estes resultados, de seguida analisámos as posições dos moradores do bairro em relação a estas quatro perspectivas. Para isso seguimos o procedimento de Lima e Castro (2005) para identificar quem poderíamos considerar como ‘Fatalista’, ‘Individualista’, ‘Hierárquico’ e ‘Igualitário’, especificamente rotulando cada participante de acordo com o seu grau de concordância com uma das crenças ser superior às restantes. Tendo em conta a correlação elevada entre o Igualitarismo e a Hierarquia, analisámos ainda o número de participantes que defendia simultaneamente estas duas perspectivas. Dos moradores inquiridos, 2,2 % são individualistas ($N=2$), 9,8% são fatalistas ($N=9$), 18,5% são igualitários ($N=17$), 26,1% hierárquicos ($N=24$) e 43,5% apoiam em igual medida o igualitarismo e a hierarquia ($N=40$).

Como vemos, é sobretudo o apoio simultâneo às perspectivas hierárquica e igualitária em relação à participação que é encontrado, verificando-se ainda que esse é precedido pelo apoio principal à hierarquia. Isto salienta assim a hibridização dos campos representacionais acerca da participação e, mais concretamente, como apesar do reconhecimento do papel dos indivíduos para que a sua participação nos processos de tomada de decisão se torne uma realidade, os membros da comunidade acentuam também e sobretudo o papel que os sistemas técnico-políticos deverão desempenhar para a implementação da participação. Neste sentido, estes resultados sugerem que o apoio simultâneo a estas perspectivas poderá ter implicações para o papel que os membros desta comunidade acham que devem desempenhar nos processos de tomada de decisão relativos a essa, incluindo aqueles que dizem respeito à transformação ou preservação do seu património construído, tarefa que analisaremos no estudo seguinte (Estudo 5).

3.2. Preditores da atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos

3.2.1. O papel de crenças globais e locais

Apesar do consenso face à importância da preservação do património, as posições destes moradores em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos mostram alguma diversidade de posições ($M = 2.13$; $DP = 1.73$). Constatamos assim que apesar da preservação do ambiente construído ser consensualmente apoiada a um nível geral, quando é concretizada em exemplos específicos, que envolvem directamente os indivíduos, poderá articular-se com ideias e práticas heterogéneas e contraditórias. Vejamos agora qual o papel desempenhado tanto pelas crenças gerais, como por crenças locais para prever as atitudes em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos.

Para isso, uma primeira etapa foi a de identificar se se verificariam diferenças significativas entre os participantes que vivem mais longe ou mais perto do Convento em relação às suas atitudes face à transformação, bem como em relação à importância atribuída ao Convento para o Bairro Alto. Os resultados revelam que para a atitude se verificam diferenças significativas ($F(2,104) = 5.301$; $p = .006$; $\eta^2 = .093$) entre quem vive nas ruas circundantes ao Convento (Grupo 1) e quem vive noutras ruas do Bairro Alto sem ligação ao Convento (Grupo 3; $t(104) = -2.254$; $p = .026$, bilateral), bem como entre quem vive em ruas próximas ao Convento (Grupo 2) e quem vive noutras ruas do bairro sem ligação ao Convento (Grupo 3; $t(104) = 2.673$; $p = .009$, bilateral). Mais concretamente, e apesar de se verificarem diferenças significativas entre os grupos - contrariamente à nossa hipótese -, verificamos que tanto quem vive nas ruas circundantes ao Convento (Grupo 1: $M = 2.62$; $DP = 1.63$) como quem vive em ruas ligadas a essas (Grupo 2: $M = 3.15$; $DP = 2.5$) revela uma atitude mais favorável à transformação do Convento do que quem vive em outras ruas do bairro (Grupo 3: $M = 1.86$; $DP = 1.6$). Para a importância atribuída ao Convento para o Bairro Alto, tal como hipotetizado, não se verificaram diferenças significativas entre grupos ($F(2,117) = 1.093$; $ns.$)¹⁶. Estas análises sugerem assim que a resistência à transformação do Convento, bem como a importância atribuída ao Convento para a definição do Bairro Alto, não dependem de uma maior proximidade ao Convento e do impacto que a transformação terá para a zona mais circunscrita que o envolve.

¹⁶ O Teste de Levene para a igualdade de variâncias apoiou o pressuposto da homogeneidade de variâncias para ambas as variáveis analisadas.

De seguida testámos o impacto das crenças gerais e locais na atitude em relação à transformação do Convento (Tabela 10). Para isso, realizámos duas regressões: uma incluindo apenas as crenças gerais acerca da importância da preservação do património e da participação dos moradores na gestão das cidades, e outra incluindo essas crenças e as crenças mais específicas relativas à composição física e social do Bairro Alto que a transformação do Convento poderia alterar (incluindo a importância atribuída ao Convento dos Inglesinhos para a definição do bairro).

Tabela 10 – Médias e desvios-padrão das medidas a integrar nas regressões para a atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos

<i>Medidas</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Importância da defesa da preservação do património em geral	6.56	.85
Importância da participação dos moradores na gestão das cidades	6.41	1.09
Importância do Convento dos Inglesinhos para o Bairro Alto	5.64	1.58
“O Bairro Alto deve acolher novos moradores de todas as classes sociais” – Apoio à heterogeneidade social do Bairro Alto	5.74	1.66
“O Bairro Alto deve modernizar os seus edifícios” – Apoio à modernização arquitectónica do Bairro Alto	5.16	2.18
“Gostaria que o Bairro Alto do futuro misturasse edifícios modernos com edifícios antigos” – Apoio à heterogeneidade física/arquitectónica do Bairro Alto	4.96	2.24
“Era bom que o Bairro Alto do futuro não tivesse condomínios habitacionais fechados” – Apoio à construção de condomínios fechados no Bairro Alto	4.96	2.25

Os resultados (Tabela 11) mostram, primeiro, que as crenças globais contribuem para explicar a atitude (R^2 Ajustado=.174), mas que se aumenta bastante a capacidade de previsão desta quando consideramos também as crenças locais (R^2 Ajustado=.296). Depois, olhando mais detalhadamente para a relação entre cada um dos factores e a atitude, é de salientar também que a importância atribuída à participação dos cidadãos na gestão das cidades contribui de forma significativa para explicar a atitude em relação à transformação, sugerindo assim que o facto de os membros da comunidade não estarem envolvidos no processo de tomada de decisão relativo aos Inglesinhos tem impacto para a resistência destes moradores a essa transformação. Ainda, que a importância atribuída ao Convento dos Inglesinhos para o Bairro Alto não contribui para prever a atitude, sugerindo que as atitudes em relação à transformação do Convento têm que ver não só com as posições dos moradores em relação a este monumento específico, mas com as suas perspectivas acerca da comunidade em geral e do seu património construído. De facto, e por último, estes resultados salientam como crenças específicas relacionadas com a composição física e social do bairro (“Era bom que o Bairro alto do futuro não tivesse condomínios habitacionais fechados”, “O Bairro Alto deve acolher

novos moradores de todas as classes sociais”) contribuem para explicar a atitude em relação à transformação do Convento.

Tabela 11 – Resultados da regressão para a atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos: Crenças globais e locais

<i>Modelo</i>	<i>Preditor</i>	<i>Beta</i>
1(a)	Importância da defesa da preservação do património em geral	-.256*
	Importância da participação dos moradores na gestão das cidades	-.253*
		<i>R</i> ² Ajustado=.174
2 (b)	Importância da defesa da preservação do património em geral	-.300**
	Importância da participação dos moradores na gestão das cidades	-.203*
	Apoio à heterogeneidade social do Bairro Alto	.348**
	Apoio à construção de condomínios fechados no Bairro Alto	-.151 ⁺
	Apoio à heterogeneidade física/arquitectónica do Bairro Alto	.068
	Apoio à modernização arquitectónica do Bairro Alto	-.033
	Importância do Convento dos Inglesinhos para o Bairro Alto	-.043
		<i>R</i> ² Ajustado=.296

** $p < .01$; * $p < .05$; + $p < .10$

(a) $F(1,99) = 11.604, p < .000$

(b) $F(7, 94) = 7.079, p < .000$

Testámos de seguida se o papel da importância atribuída à defesa da preservação do património na atitude em relação à transformação do Convento se manteria independentemente das crenças específicas relacionadas com a composição física e social do Bairro Alto, ou se, pelo contrário, apenas se verificaria em conjugação com o grau de apoio a essas. Para todas as análises de moderação centrámos as variáveis de modo a obviar possíveis problemas de multicolineariedade. A relação entre a variável preditora (“As pessoas devem preocupar-se em defender o património de uma maneira geral”) e a variável critério (atitude em relação à transformação do Convento) foi depois analisada para três níveis de cada variável moderadora, nomeadamente, nível baixo (-1DP), nível moderado e nível alto (+1DP). No primeiro bloco das regressões foram introduzidas as variáveis centradas, de modo a controlar os efeitos principais, e num segundo bloco a interacção a testar (Aiken & West, 1991; Fox, 1997).

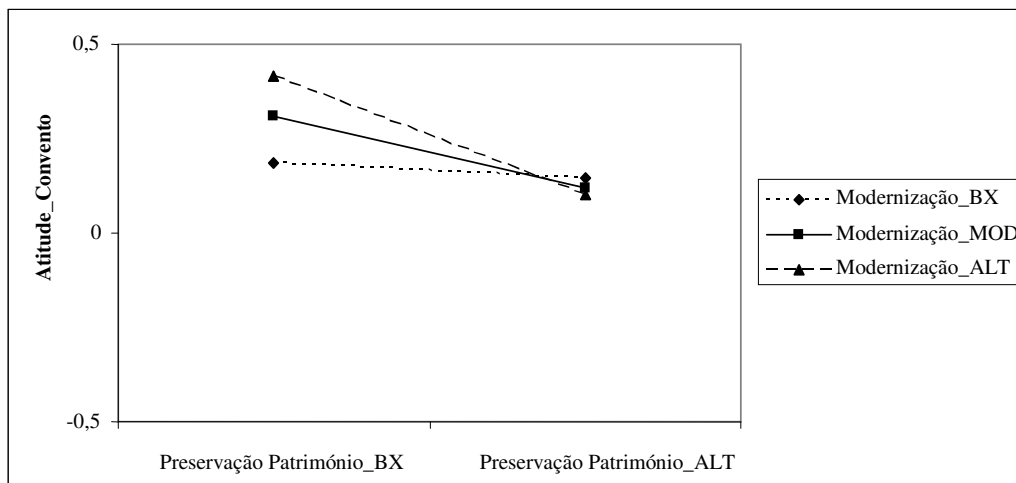
Os resultados revelaram algumas moderações significativas. Especificamente, do grau de apoio à modernização arquitectónica do Bairro Alto (“O Bairro Alto deve modernizar os seus edifícios”: $Beta = .192; p < .10; ES^{17} = 3,2\%; F(3,97) = 7.075; p < .000; R^2$ Ajustado=.154), do grau de apoio à heterogeneidade física/arquitectónica do Bairro Alto (“Gostaria que o Bairro Alto do futuro misturasse edifícios modernos com edifícios antigos”: $Beta = -.185; p < .10; ES =$

¹⁷ *Effect Size (ES)* = Tamanho do efeito

3,1%; $F(3,98)=7.253$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.157) e do grau de apoio à construção de condomínios fechados no Bairro Alto (“Era bom que o Bairro Alto do futuro não tivesse condomínios habitacionais fechados”: $Beta=.206$; $p<.05$; $ES=4,2\%$; $F(3,97)=8.662$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.187).

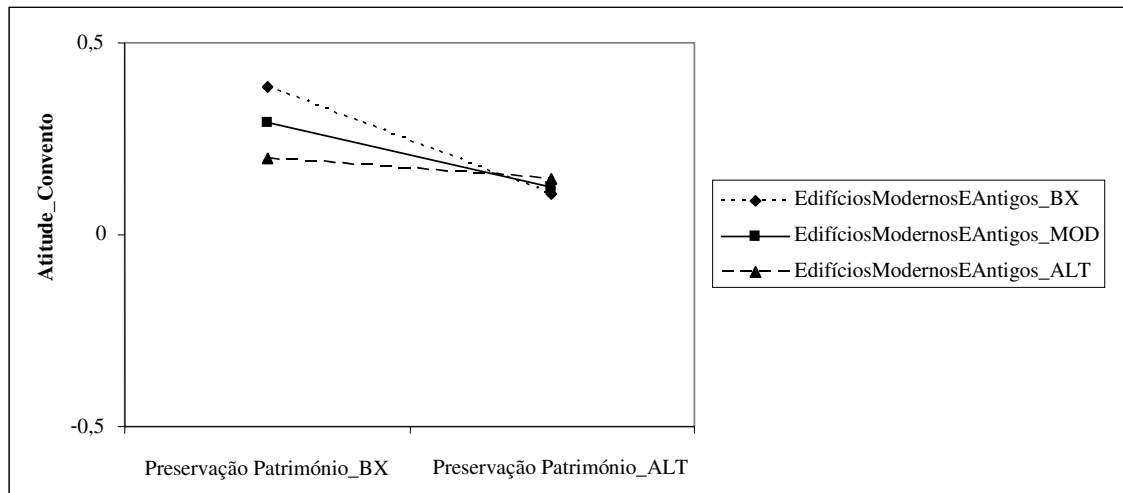
Estes efeitos significam que o apoio à importância da defesa do património em geral prevê negativamente a atitude em relação à transformação do Convento para quem considera moderadamente ($Beta=-.329$; $p<.000$) e muito ($Beta=-0.544$; $p<.000$) que o Bairro Alto deverá ser modernizado, mas não para quem apoia pouco esta ideia ($Beta=-.067$; $ns.$) (Figura 8).

Figura 8 – Moderação do grau de apoio à modernização arquitectónica do Bairro Alto na relação entre o apoio à importância da defesa do património em geral e a atitude em relação à transformação do Convento



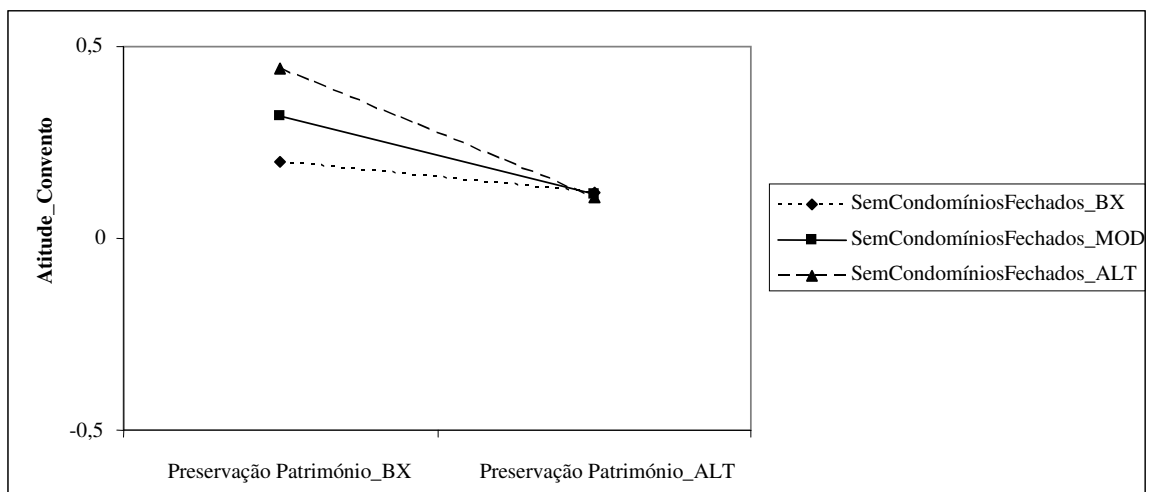
Por seu turno, o apoio à importância da preocupação com o património em geral prevê negativamente a atitude em relação à transformação do Convento para quem considera pouco ($Beta=-.482$; $p<.000$) e moderadamente ($Beta=-.290$; $p<.004$) que o Bairro Alto deverá misturar edifícios modernos com edifícios antigos, mas não para quem apoia muito esta ideia ($Beta=-.094$; $ns.$) (Figura 9).

Figura 9 – Moderação do grau de apoio à heterogeneidade física/arquitectónica do Bairro Alto na relação entre o apoio à importância da defesa do património em geral e a atitude em relação à transformação do Convento



Por último, o apoio à importância da preocupação com o património em geral prevê negativamente a atitude em relação à transformação do Convento para quem considera moderadamente ($Beta=-.352$; $p<.000$) e muito ($Beta= -.582$; $p<.000$) que o Bairro Alto não deverá ter condomínios habitacionais fechados, mas não para quem concorda pouco com isso ($Beta= -.141$; $ns.$) (Figura 10).

Figura 10 – Moderação do grau de apoio à construção de condomínios fechados no Bairro Alto na relação entre o apoio à importância da defesa do património em geral e a atitude em relação à transformação do Convento



Estes resultados revelam assim que a importância da preservação do património é uma ideia consensualmente apoiada, que se associa às posições destes moradores em relação ao caso específico de transformação do património que está a ocorrer na sua comunidade, ajudando a prevêê-las. No entanto, essa relação é apenas significativa quando conjugada com crenças particulares dos membros da comunidade em relação a como esta deverá ser, fisicamente, revelando que estas desempenham um papel importante na atitude contra a transformação do Convento. Para quem considera que o Bairro Alto deverá ser modernizado, para quem discorda que o bairro deva misturar edifícios modernos com edifícios antigos e para quem apoia que o Bairro Alto não deverá ter condomínios fechados, a importância da defesa da preservação do património construído é importante para prever a atitude em relação à transformação do Convento.

Por outras palavras, estes resultados salientam como o impacto de crenças mais gerais pró-ambientais influencia a atitude em relação à transformação sobretudo quando é acompanhada de outras crenças, contextualmente relevantes, que se articulam com a preservação da composição física do Bairro Alto e, nesse seguimento, do seu património. Um aspecto digno de nota é a forma da moderação entre o apoio à preservação do património e o apoio à modernização do Bairro Alto. Tendo em conta os outros resultados, esta parece revelar que a importância da defesa da preservação do património é importante em prever a atitude em relação à transformação do Convento quando os participantes consideram que os edifícios do bairro devem ser mantidos, mas modernizados ou recuperados, como presente nas entrevistas com alguns moradores do Bairro Alto (*Quando é para melhorar acho bem. Embora mantendo o património antigo* [Residente3, p.2]). No seguimento dos resultados do estudo anterior, parece assim que a normatividade da importância da preservação do património construído pode ser utilizada para sustentar outras razões que enformam a posição contra a transformação do Convento – como se verificou no caso dos participantes do movimento de moradores.

Outro aspecto importante de discutir é o impacto que a crença “O Bairro Alto deve acolher novos moradores de todas as classes sociais” tem para a atitude em relação à transformação do Convento. A interacção entre esta crença e o apoio à importância da preservação do património em geral na sua relação com a atitude face à transformação do Convento não se revelou significativa. Isto sugere assim que a alteração social do Bairro Alto implicada na transformação do Convento em condomínio fechado parece ser uma outra dimensão desta questão, independente da questão da preservação do património construído em si e das suas implicações para a composição física da comunidade, e bastante importante

para a posição específica em relação a esta transformação.

3.2.2. O papel da ligação ao lugar e da heterogeneidade social do Bairro Alto na atitude em relação à transformação do Convento

Um último objectivo deste estudo foi o de explorar qual o impacto das dimensões de ligação ao lugar e da heterogeneidade social do Bairro Alto na atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos. Para isso, começámos por realizar o estudo dos constructos de relação com o lugar avaliados no questionário.

Dimensões de ligação ao lugar

Todos os itens do Sentido de Comunidade, Vinculação ao Lugar/Bairro e Identidade de Lugar foram introduzidos numa Análise de Componentes Principais. Análises preliminares das correlações entre factores e das comunalidades revelaram que uma solução de 3 factores, resultante de uma rotação Varimax ortogonal, seria a mais adequada ($KMO=.91$; teste de esfericidade de *Bartlett* significativo).

A inspecção das comunalidades indicou que a maioria dos dados eram adequados para esta análise, à excepção dos itens “Importo-me com o que os meus vizinhos pensam do que eu faço”, “Se houver um problema neste bairro, as pessoas daqui conseguem resolvê-lo” (ver Lima & Castro, 2005) e “Não sigo o estilo de vida deste bairro”. A solução tri-factorial final (Tabela 12) deu conta de 64,09% da variância dos dados. No primeiro factor, 14 itens tiveram um peso superior a .40, dando conta da maior parte da variância total (42,08%). Estes itens estão relacionados com o sentimento de pertença dos participantes em relação ao bairro. Esta primeira componente inclui os itens da escala original de Vinculação ao Lugar/Bairro e de Identidade de Lugar, bem como os itens da subescala de ‘Pertença’ da escala de Sentido de Comunidade. Este factor foi designado de *Pertença* ($\alpha = .949$; r inter-item = .56; $M=5.13$; $DP=1.48$)

O segundo factor é composto por 3 itens acima de .40, que explicam 11,47% da variância total. Os itens que compõem este factor referem-se à percepção de que as pessoas que habitam o bairro constituem um grupo homogéneo e interdependente. Estes três itens fazem parte da escala original de Sentido de Comunidade (McMillan & Chavis, 1986), especificamente das dimensões de ‘Influência’ e ‘Integração e Preenchimento de Necessidades’. Este factor foi designado de *Influência e Preenchimento de Necessidades* ($\alpha = .605$; r inter-item = .33; $M=3.94$; $DP=1.20$). O terceiro e último factor é composto por dois

itens, explicando 10,54% da variância total. Os itens dizem respeito a conhecer e dar-se com os vizinhos. Estes itens fazem também parte da escala original de Sentido de Comunidade, nomeadamente, da subescala de ‘Ligação Emocional’, e designámos o factor que compõem por *Integração Social* ($r=.55$; $p<.01$; $M=4.60$; $DP=1.30$).

Tabela 12 - Resultados da Análise de Componentes Principais Final: Dimensões da ligação ao lugar

	<i>Componentes</i>		
	<i>1-Pertença</i>	<i>2-Influência</i>	<i>3-Integração Social</i>
Gosto de viver no BA	.900		
Sinto-me bem neste bairro	.866		
Este é o bairro ideal para mim	.854		
Sinto que pertenço a este bairro	.801		
Preferia viver noutra bairro ¹⁸	.800		
Sinto-me orgulhoso por viver no BA	.794		
Acho que este bairro é um bom sítio para viver	.772		
Não tenho nada em comum com este bairro	.739		
Seria muito difícil para mim deixar este bairro	.733		
Este bairro é importante para mim	.722		
Espero poder viver neste bairro muito tempo	.629		
Não me sinto integrado neste bairro	.625		
Este bairro é uma parte de mim	.597		
Identifico-me com as pessoas deste bairro	.587		
Eu e os meus vizinhos temos a mesma maneira de ver as coisas		.879	
As pessoas deste bairro dão-se bem umas com as outras		.720	
Eu tenho influência no que acontece neste bairro		.472	
Conheço de vista a maior parte das pessoas que vivem neste bairro			.861
Há poucos vizinhos que me conhecem			.792

Os factores encontrados na análise dos itens das escalas de ligação ao lugar não revelaram uma estrutura tri-factorial afim ao que a literatura da Psicologia Ambiental vem propondo, nomeadamente, dando conta das dimensões cognitiva, afectiva e social-relacional da relação com o lugar (Manzo & Perkins, 2006). A formação de um único factor – Pertença – através de itens teoricamente correspondentes às dimensões cognitiva e afectiva (“Gosto de viver no Bairro Alto” e “Sinto-me bem neste bairro” – Hernández et al., 2007¹⁹) da relação com o lugar poderá dever-se ao facto de a maior parte dos inquiridos já viver no bairro há

¹⁸ As escalas de resposta dos itens formulados pela negativa foram revertidas antes das análises.

¹⁹ Algumas vezes itens como “Gosto de viver neste bairro” são considerados como operacionalizando a identidade associada ao lugar (e.g., Duarte & Lima, 2005), em outros casos como acedendo à vinculação ao lugar ou dimensão afectiva da ligação ao lugar (ver Hernández et al., 2007).

mais de 20 anos o que poderá impedir a discriminação entre essas duas dimensões e a sua conjugação, como um sentimento mais global de pertença ao bairro (ver Hernández et al., 2007).

O papel da ligação ao lugar e da heterogeneidade social do Bairro Alto na atitude em relação à transformação do Convento

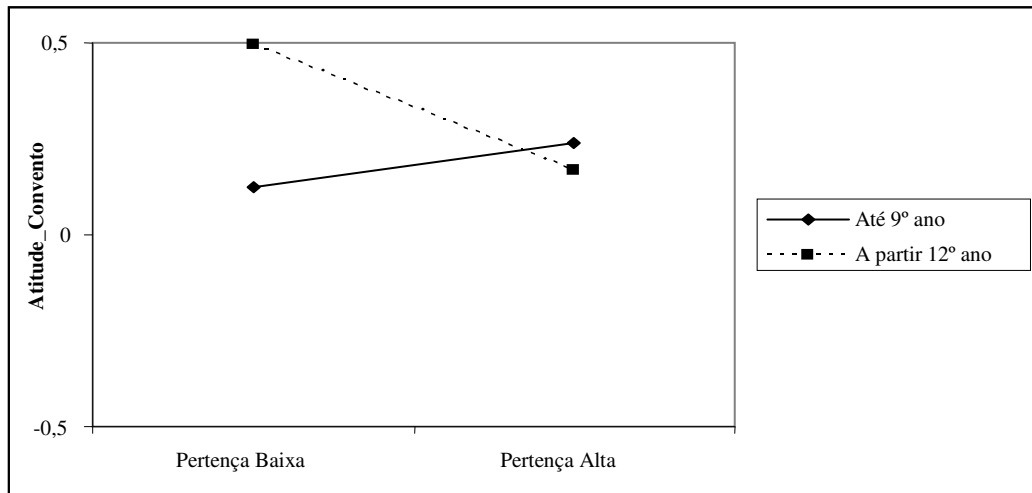
Para analisar o papel da ligação ao lugar e das variáveis sócio-demográficas na atitude em relação à transformação do Convento, e tendo em conta o tamanho da amostra (Tabachnik & Fidell, 2001), começámos por realizar uma regressão introduzindo apenas num primeiro bloco as variáveis sócio-demográficas (idade, tempo de residência, habilitações literárias²⁰) e num segundo bloco as dimensões da ligação ao lugar (pertença, influência e preenchimento de necessidades, integração social). Os resultados mostram que, das variáveis sócio-demográficas ($F(3,99)=2.525$; $p<.10$; R^2 Ajustado=.043), apenas as habilitações literárias têm impacto na atitude em relação à transformação do Convento ($Beta=.258$; $p<.05$; $ES=4,84\%$). Das dimensões de ligação ao lugar, quando o seu impacto na atitude é analisado em conjunto com as variáveis sócio-demográficas, nenhum dos factores influencia a atitude ($F(6,96)=.545$; *ns.*).

Tendo em conta estes resultados, de seguida analisámos se as dimensões da ligação ao lugar influenciariam a atitude em relação à transformação do Convento dependendo do nível de habilitações literárias dos moradores. Analisámos assim o efeito de moderação das habilitações literárias (transformada em variável *dummy*, em que 0=Até 9º ano e 1=12º ano ou mais) na relação entre as dimensões da ligação ao lugar e a atitude ($F(5,87)=3.112$; $p<.05$; R^2 Ajustado=.103)²¹. Os resultados mostram que as habilitações literárias moderam a relação entre a Pertença e a atitude em relação à transformação do Convento ($Beta=-.230$; $p<.10$; $ES=3,24\%$) e entre a Integração Social e a atitude ($Beta=.317$; $p<.05$; $ES=4\%$). Concretamente, a Pertença prevê moderadamente a atitude em relação à transformação do Convento para os moradores com mais habilitações literárias ($Beta=-.277$; $p<.10$), enquanto que para os moradores com menos habilitações literárias essa relação não é significativa ($Beta=.100$; *ns.*) (Figura 11).

²⁰ As correlações entre as variáveis sócio-demográficas revelam que quem vive há mais tempo no Bairro Alto são moradores mais idosos ($r=.66$; $p<.001$) e com menos habilitações literárias ($r=-.37$; $p<.001$). Por seu turno, quem tem mais habilitações literárias são os moradores mais novos ($r=-.52$; $p<.001$). Estas relações reflectem a caracterização sócio-demográfica actual do Bairro Alto, pautada por fenómenos como o de nobilitação urbana nos últimos anos, de que demos conta no Capítulo VI (Mendes, 2006; Seixas, 2001).

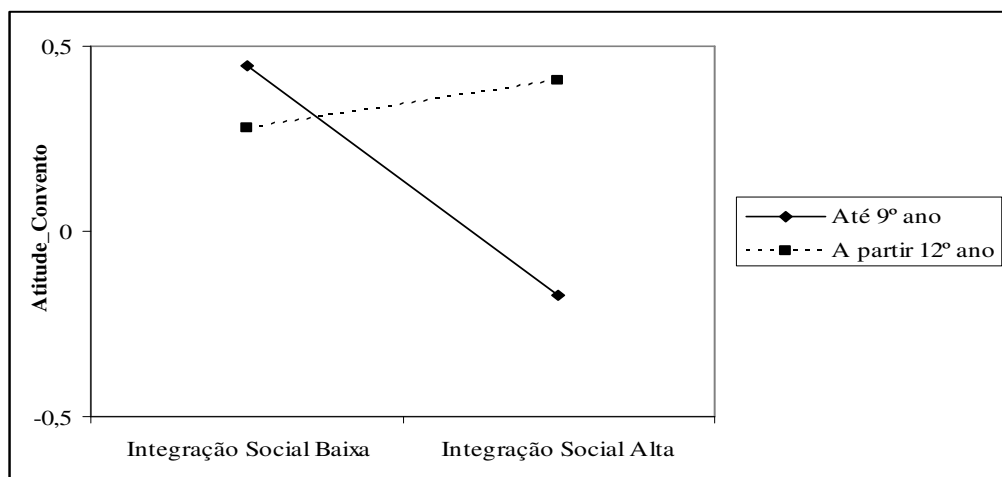
²¹ A mesma regressão foi realizada incluindo o efeito de interacção entre as habilitações literárias e a Influência e Preenchimento de Necessidades, verificando-se os mesmos resultados. Reportamos os resultados obtidos nas regressões com as interacções significativas, tendo em conta o tamanho da amostra.

Figura 11 - Moderação das habilitações literárias na relação entre a Pertença e a atitude em relação à transformação do Convento



Já no que diz respeito à Integração Social, verifica-se que esta prevê a atitude em relação à transformação do Convento para os moradores com menos habilitações literárias ($Beta=-.354$; $p<.05$), enquanto que para os moradores com mais habilitações literárias essa relação não é significativa ($Beta=.073$; $ns.$) (Figura 12).

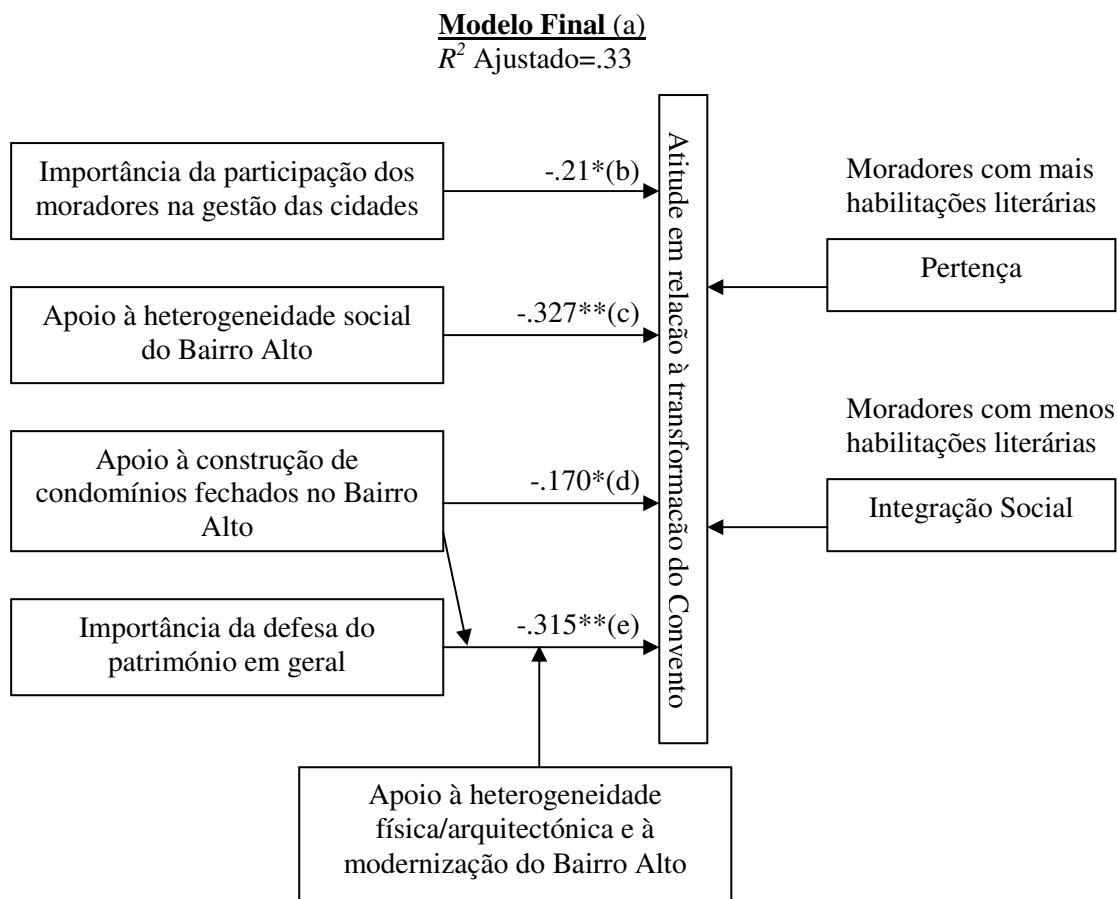
Figura 12 - Moderação das habilitações literárias na relação entre a Integração Social e a atitude em relação à transformação do Convento



Seguindo o mesmo procedimento, analisámos de seguida se as variáveis sócio-demográficas, bem como as dimensões da ligação ao lugar teriam impacto nas crenças acerca do património e do bairro que surgiram como predictoras da atitude em relação à

transformação do Convento. Os resultados revelam que para o apoio à heterogeneidade social do Bairro Alto ($F(6,99)=3.221$; $p<.01$; R^2 Ajustado=.113) são preditores significativos as Habilitações Literárias ($Beta=.211$; $p<.10$; $ES=2,78\%$), a Pertença ($Beta=.202$; $p<.10$; $ES=2,85\%$) e a Integração Social ($Beta=-.225$; $p<.05$; $ES=4,04\%$). Para o apoio à construção de condomínios fechados no bairro não se obtiveram resultados significativos ($F(6,98)=.398$; $ns.$) e para o apoio à importância da preservação do património em geral o modelo incluindo as variáveis sócio-demográficas e as dimensões da ligação ao lugar não se revelou significativo ($F(6,99)=1.289$; $ns.$), ainda que a Pertença se correlacione com esta crença ($r=.23$; $p<.05$)²². Finalmente, e tendo em conta os resultados obtidos até aqui, efectuámos um último modelo de regressão (Figura 13).

Figura 13 – Preditores da atitude em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos: Modelo Final



** $p<.01$; * $p<.05$; + $p<.10$

(a) $F(5, 96) = 10.937$, $p<.000$; (b) $ES=3,42\%$; (c) $ES=9,98\%$; (d) $ES=2,85\%$; (e) $ES=7,5\%$

²² Realizámos a mesma análise para a crença relativa à importância dos moradores na gestão das cidades e os resultados mostraram que nem as variáveis sócio-demográficas, nem as dimensões da ligação ao lugar, têm impacto para essa variável.

Este modelo incluiu as crenças que se revelaram preditoras da atitude em relação à transformação do Convento, controlando o efeito das habilitações literárias. Explica cerca de 33% da variação total.

4. Discussão

Os resultados deste estudo permitiram-nos mostrar que tanto a participação pública como a preservação do património construído se constituem já, nesta comunidade, como ideias consensualmente apoiadas, o que permite sugerir a sua normatividade. No que se refere à participação pública, verificámos que, tal como encontrado em outros estudos (Lima & Castro, 2005; Steg & Sivers, 2000), o igualitarismo e a hierarquia são as perspectivas acerca da participação mais apoiadas, e apresentam uma correlação positiva elevada entre si. Estes resultados sugerem como o papel que os cidadãos deverão desempenhar na participação é já reconhecido, mas é ao mesmo tempo acentuado o papel que os sistemas técnico-políticos têm que desempenhar para que esse seja possível de pôr em prática.

Esta hibridização dos campos representacionais acerca da participação e do papel que os cidadãos e os sistemas técnico-políticos deverão desempenhar poderá ter impacto na intenção de participar dos cidadãos. De facto, verificámos, por um lado, que a importância atribuída à participação dos moradores na gestão das cidades influencia a atitude em relação à transformação do Convento, sugerindo que a percepção de falta de justiça processual (Lima, 2006) na tomada de decisão das autoridades locais em relação à transformação é um factor de resistência a essa. No entanto, e por outro lado, poucos moradores se mobilizaram nas acções de contestação contra a transformação do Convento dos Inglesinhos e, conforme referido na introdução deste capítulo, poucos participaram contra outras decisões relativas à comunidade. Parece assim que as perspectivas acerca do papel que os cidadãos e os sistemas técnico-políticos deverão desempenhar nos processos de tomada de decisão sobre a comunidade e para a participação dos cidadãos, podem permitir justificar a ausência de uma maior mobilização dos moradores do Bairro Alto para contestarem decisões acerca da sua comunidade com que não concordam. Explorar esta questão será um dos objectivos do próximo e último estudo deste trabalho.

Por seu turno, também a importância da defesa da preservação do património histórico e cultural foi largamente apoiada, revelando a sua normatividade (Castro, 2006). É assim natural que esta ideia tenha impacto na posição específica em relação à transformação do Convento dos Inglesinhos. No entanto, se a atitude em relação a essa transformação se

devesse apenas à concordância ou discordância com o apoio à importância da preservação do património, outras crenças, contextualmente relevantes, não deveriam interferir nessa relação. Os nossos resultados mostram no entanto que essa relação só se mantém significativa quando articulada com crenças específicas destes moradores acerca de como o Bairro Alto deverá ser. Nomeadamente, crenças que se conjugam com a preservação do património construído, como a manutenção da composição física do Bairro Alto.

Isto mostra como o campo representacional acerca da transformação do Convento dos Inglesinhos é heterogéneo e multifacetado, composto quer por ideias que vão no sentido normativo e apoiam a sua preservação, quer por ideias e relações contextualmente relevantes, relacionadas com o impacto que a transformação do património poderá ter para esta comunidade específica. Neste sentido, e tal como outros estudos têm mostrado para outros domínios das crenças e atitudes em relação a questões ambientais (Mouro & Castro, 2009; Kurz et al., 2005), as crenças relacionadas com as implicações específicas da preservação ou transformação do património histórico e cultural para esta comunidade têm um impacto evidente para as atitudes em relação a essa. É assim na articulação entre estas várias ideias, de vários níveis, ou seja, quando se analisa de que forma o global se articula com o local, que podemos compreender melhor de que forma as dimensões normativa e funcional das representações sociais se entrecruzam (Moloney & Walker, 2002) e, nesse sentido, o que pode explicar o apoio ou a resistência à preservação do património nesta comunidade.

De facto, estes resultados tornaram claro, primeiro, que a resistência a esta mudança na comunidade não depende nem da proximidade habitacional ao Convento, nem apenas da importância atribuída a este monumento específico para a definição do Bairro Alto, tal como havia sido sugerido pelos profissionais de reabilitação urbana do bairro (ver Capítulo VII). Pelo contrário, depende, por um lado, de os moradores considerarem importante a sua participação na gestão da cidade e, por outro lado, de crenças e relações contextualmente relevantes. Estas estão relacionadas com a forma como estes habitantes definem e se relacionam com a comunidade e o que desejam para ela, não só para a sua composição física, mas também para a sua composição social. São precisamente essas crenças e relações, contextualmente relevantes, que devem ser tidas em conta nos processos de tomada de decisão relativos à comunidade pelas autoridades locais (Devine-Wright, 2009; Bonnes & Bonaiuto, 2002). E o que estes resultados também mostram é que ter em conta essas crenças e relações pode ser relevante para a mobilização dos moradores do bairro para a preservação do património construído da comunidade.

A importância do envolvimento dos membros da comunidade nos processos de

tomada de decisão a essa relativos torna-se ainda mais evidente se tivermos em conta que as crenças e relações com o bairro não são iguais para todos os membros da comunidade. Uma primeira leitura dos resultados diz-nos que a heterogeneidade social do Bairro Alto, nomeadamente concretizada na diversidade sócioeconómica que tem vindo a caracterizar este bairro nos últimos anos (Seixas, 2001; Mendes, 2006), tem impacto para a atitude em relação à transformação do Convento e que esse passa, sobretudo, pelas crenças diferenciadas dos moradores mais recentes e mais antigos do bairro, com mais e menos habilitações literárias, em relação à composição social desejada para a comunidade. Concretamente, quem tem mais habilitações literárias revela uma atitude mais positiva em relação à transformação do Convento, apoiando mais a diversidade sócioeconómica da comunidade, enquanto que quem tem menos habilitações revela uma atitude mais desfavorável à transformação, discordando mais da diversificação sócioeconómica do bairro. Contudo, uma leitura mais detalhada das análises apresentadas revela que estas relações não são assim tão simples e directas, mas baseiam-se antes largamente nas distintas ligações que os moradores com mais e menos habilitações literárias estabelecem com o bairro onde vivem. De facto, os moradores com mais habilitações literárias com um maior sentimento de Pertença ao bairro têm também uma atitude mais negativa em relação à transformação do Convento. Já para os moradores com menos habilitações literárias é a Integração Social que prevê a sua atitude em relação à transformação. Por outras palavras, distintos membros da comunidade estabelecem relações diferenciadas com essa (Fried, 2000; Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002) e, nesse sentido, as suas atitudes em relação à preservação do ambiente construído são determinadas por distintas dimensões da ligação ao lugar.

A este respeito, é ainda de salientar que uma maior Integração Social está relacionada com um menor desejo de diversidade sócioeconómica da comunidade, enquanto que um maior sentimento de Pertença ao bairro está associado a um maior desejo de heterogeneidade sócioeconómica da comunidade. Isto sugere que de facto estas são duas dimensões distintas da ligação ao lugar com diferentes implicações para o que se deseja para a comunidade.

De forma geral, estes resultados acentuam assim de novo a importância de ter em conta a heterogeneidade das comunidades, não só no que diz respeito às distintas dimensões que as compõem, como também aos diversos grupos que as ocupam. No último e quinto estudo deste trabalho pretendemos precisamente explorar a diversidade ou unicidade de crenças e relações sobre e com o bairro e as suas implicações para a intenção de participar em relação a decisões sobre o ambiente construído do Bairro Alto, de vários grupos da comunidade. Para essa tarefa, este estudo deixou muito claro que é importante ter em conta

não só a dimensão cognitiva e afectiva da ligação com o lugar físico – os constructos de relação com o lugar que na Psicologia Ambiental mais têm vindo a ser estudados e analisados nas suas relações (ver Capítulo II) – mas também a dimensão social-relacional da ligação ao lugar (Manzo & Perkins, 2006). As escalas de Identidade de Lugar e de Vinculação ao Lugar propostas na literatura da Psicologia Ambiental não incluem muitas vezes a operacionalização explícita dessa dimensão social, apesar da questão em torno da importância de diferentes dimensões do lugar para distintos grupos e indivíduos estar a ser cada vez mais debatida na disciplina nos últimos anos (ver Fried, 2000; Pol et al., 2002; Uzzell et al, 2002; Lewicka, 2005). Vários estudos têm demonstrado que a relação com o lugar baseada na sua dimensão social pode ser mais importante do que a baseada na sua dimensão física (Hidalgo & Hernández, 2001; Pol, 2002b; Jiménez-Domínguez & Aguilar, 2002; Lima, 2004b; Lewicka, 2005; Bernardo & Palma, 2005), que se relaciona com dimensões específicas da comunidade como a preocupação com a cultura e a identidade da comunidade (Brehm et al., 2006), e que pode ser mais importante para comportamentos específicos, como a participação (Mannarini, Fedi et al., 2009; Lewicka, 2005). De facto, e enquanto que algumas propostas da Psicologia Ambiental fazem equivaler a dimensão afectiva da relação com o lugar à sua componente física (Hernández et al., 2007), propostas da Psicologia Social acerca da identidade social remetem essa dimensão afectiva também para a componente social, de relação com o grupo, da identidade social (ver Capítulo III; Cameron, 2004; Giguère & Lalonde, 2010).

Consideramos assim que um aspecto que precisa de ser melhor esclarecido no estudo da relação com o lugar é a importância da componente social-relacional e de que forma essa interfere nas outras dimensões, especificamente, a cognitiva e a afectiva. No próximo estudo pretendemos explorar melhor esta questão conjugando a operacionalização das propostas de Cameron (2004) para aceder à identidade social - Centralidade, Afecto Endo-grupal e Laços Endo-grupais – com itens das escalas operacionalizadas neste estudo, propostas pela Psicologia Ambiental. Pretendemos, especificamente, analisar se e como isso nos poderá ajudar a esclarecer distintas dimensões da ligação ao lugar e o seu impacto para a intenção de participar pelo ambiente construído da comunidade.

5. Considerações Finais

Este estudo mostra como uma melhor compreensão de atitudes de apoio ou resistência a mudanças com impacto ambiental implica um olhar mais próximo do contexto para seleccionar factores psico-sociais que podem influenciar as ideias e as práticas a esse nível

(Mouro & Castro, 2009; Bonnes & Bonaiuto, 2002; Stern, 2000; De Young, 2000). Os resultados acentuam, em primeiro lugar, a importância de analisar explicitamente de que forma significados específicos em relação às comunidades, nas suas várias dimensões, podem ser postos em causa com mudanças com consequências ambientais e de que modo isso se relaciona com posições de apoio ou resistência à mudança, para lá da importância atribuída à preservação do ambiente (Devine-Wright, 2009). Em segundo lugar, mostram também como a relação que as pessoas estabelecem com o lugar em que vivem é multifacetada e que as dimensões dessa ligação podem ter um impacto diferenciado nas atitudes de apoio ou resistência à mudança nas comunidades. Como vimos neste caso, apenas considerando a heterogeneidade da comunidade nos foi possível avaliar o impacto da ligação ao lugar para as atitudes em relação à transformação do Convento. Mais ainda, verificámos como a Pertença, mais próxima da identificação local e da vinculação ao lugar (Hernández et al., 2007; Carrus, Bonaiuto et al., 2005), apenas tem impacto na atitude para os moradores com mais habilitações literárias. Já a Integração Social se mostrou um importante preditor da atitude em relação ao Convento para os moradores com menos habilitações literárias.

Estes resultados acentuaram então como atitudes de apoio ou resistência a mudanças ambientais nas comunidades podem ter distintos preditores e que as comunidades são heterogéneas e, assim, as dimensões da ligação ao lugar poderão desempenhar um papel diferenciado para prever as crenças, atitudes e comportamentos de diferentes grupos da comunidade (Castro & Mouro, no prelo). Contudo, o trabalho aqui discutido apresenta, a nível metodológico, várias limitações. No que diz respeito ao estudo das variáveis de relação com o lugar, e porque os objectivos do presente trabalho foram articulados com outros objectivos, não foi possível afinar a validade convergente das medidas estudadas. Paralelamente, tanto para esse objectivo como para os seguintes o tamanho da nossa amostra coloca limitações aos resultados obtidos. Apesar desse se ir situando no limiar dos critérios definidos para a realização de regressões lineares múltiplas (VanVoorhis & Morgan, 2007; Tabachnik & Fidell, 2001), o seu reduzido tamanho impede não só que retiremos conclusões mais definitivas a partir dos resultados obtidos, como consequentemente que se generalizem à população em estudo. Apesar disso, estes resultados foram ao encontro de outros apresentados nos estudos anteriores e, nesse sentido, tendo em conta a validação através da triangulação metodológica (Flick, 1994), revelaram algumas pistas que será importante perseguir para compreender os preditores da intenção de participar em relação ao ambiente construído do Bairro Alto. Retomaremos essas pistas no próximo e último estudo deste trabalho.

Estudo 5 – Determinantes da intenção de participar em relação à preservação do ambiente construído do Bairro Alto

1. Objectivos

Neste último estudo pretendemos analisar mais alguns dos determinantes da participação enquanto comportamento ambiental não-activista da esfera pública (Stern, 2000). Tentaremos compreender quais são os preditores da intenção de participar em relação a transformações no ambiente construído do Bairro Alto.

Retomando o que temos vindo a discutir ao longo deste trabalho, pretendemos mais uma vez analisar o impacto conjunto, para a participação, das representações acerca do papel dos membros das comunidades e dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão e de factores psico-sociais mais contextuais, como a relação com a comunidade. Teremos assim dois objectivos principais.

O primeiro objectivo é o de explorar possíveis factores de resistência da esfera leiga à re-formulação de ideias e práticas que as novas leis da participação pública implicam, tendo em conta a diagnosticada discrepância entre as ideias e as práticas dos cidadãos em relação à participação em geral e nesta comunidade (ver Introdução deste capítulo). Os estudos anteriores mostraram como a reformulação das ideias e das práticas dos cidadãos ainda está a ser negociada, revelando a tensão entre o apoio às leis da participação e as representações imanes desta, as quais continuam a legitimar que os sistemas técnico-políticos assumam o papel principal nos processos de tomada de decisão (Gonçalves & Castro, 2009; Batel & Castro, 2009). Apesar disso, vimos como a importância atribuída à participação dos moradores na gestão das cidades foi um factor explicativo da atitude contra a transformação do Convento dos Inglesinhos (ver Estudo 4). Assim, e mais uma vez analisando como o global se articula com o local, o primeiro objectivo implica analisar as representações dos moradores do Bairro Alto acerca da participação como direito e dever dos membros das comunidades e como essas, em interacção com as representações acerca do papel que os sistemas técnico-políticos deverão desempenhar nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades, têm impacto para a participação dos moradores do Bairro Alto em relação ao seu ambiente construído.

O segundo objectivo será o de, concomitantemente com o anterior, compreender o que poderá motivar a participação dos membros desta comunidade, num contexto em que os

sistemas técnico-políticos ainda resistem a envolver os moradores nos processos de tomada de decisão que os afectam, especificamente, no que se refere à reabilitação urbana do Bairro Alto (ver Capítulos VI e VII). Para cumprirmos este objectivo, os resultados dos estudos anteriores sugerem que é relevante analisar o papel que representações e relações específicas com esta comunidade poderão desempenhar na intenção de participar. As representações em relação à transformação ou à preservação do ambiente construído parecem estar dependentes das implicações que essa poderá trazer para a comunidade, para a sua composição física e social, para lá do papel atribuído à importância da preservação do património em si. Por seu turno, essas duas dimensões das comunidades – física e social - têm sido apontadas na literatura como sendo duas componentes essenciais mas diferentes da ligação ao lugar (Devine-Wright, 2009; Uzzell et al., 2002; Lima, 2004b; Fried, 2000) e, nesse seguimento, como podendo influenciar comportamentos pró-ambientais (Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Bonnes & Bonaiuto, 2002; van Vugt, 2002; Uzzell et al., 2002).

No entanto, e relembando o que apontámos na Secção I e no estudo anterior: (a) essas dimensões tendem a ser analisadas em estudos diferentes (Manzo & Perkins, 2006; Patterson & Williams, 2005); (b) portanto ainda não é claro se poderão ter um impacto diferenciado para distintos comportamentos pró-ambientais/comunitários (Brehm et al., 2006); (c) também não é claro se serão igualmente importantes para todos os membros das comunidades e para determinar os seus comportamentos em relação às mesmas (Lewicka, 2005; Pol, 2002b; Uzzell et al., 2002; Fried, 2000). A literatura da Psicologia Social que tem estudado os preditores da acção colectiva tem precisamente demonstrado a importância de considerarmos algumas dessas questões para compreendermos os preditores deste comportamento (ver Capítulo III). Por exemplo, mostrando a importância da identidade social como preditor da acção colectiva (van Zomeren et al., 2008; De Weerd & Klandermans, 1999) e, especificamente das dimensões afectiva e comportamental – decidir pertencer a um grupo ou identidade colectiva politizada (De Weerd & Klandermans, 1999; Stürmer & Simon, 2004) – da identidade social (van Zomeren et al., 2008; Klandermans, 2002b). Esta literatura tem ainda mostrado como a percepção de eficácia da participação²³. poderá ser um preditor especialmente importante da acção colectiva destinada a resolver ‘desvantagens

²³ Uma vez que neste estudo acedemos à intenção de participar acerca de mudanças potenciais no ambiente construído da comunidade e não acerca de uma mudança concreta que ocorreu na comunidade (ver Klandermans, 2002b; 1997), não utilizámos medidas para aceder à percepção de injustiça tal como propostas na Psicologia Social (ver van Zomeren et al., 2008). Utilizámos antes outras medidas (apoio à participação como direito dos membros da comunidade, recepção de informações das autoridades locais, confiança nas autoridades locais, perspectivas acerca do papel dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão sobre os bairros) para avaliar o impacto das relações entre os membros da comunidade e as autoridades locais e perspectivas sobre os sistemas técnico-políticos para a intenção de participar dos moradores do Bairro Alto.

incidentais' (van Zomeren et al., 2008), dentro de quais podemos incluir a participação tal como a examinaremos aqui, isto é, destinada a contestar mudanças no ambiente construído da comunidade.

Para cumprir o segundo objectivo iremos assim, em primeiro lugar, articular propostas da Psicologia Ambiental e Social operacionalizando alguns factores que podemos considerar importantes para prever a intenção de participar. Nomeadamente, analisaremos o impacto que as dimensões da ligação ao lugar poderão ter para a intenção de participar, especificamente, as dimensões cognitiva (centralidade), afectiva (afecto endo-grupal) e social-relacional (laços endo-grupais) da ligação ao lugar/identidade social (van Zomeren et al., 2008; Manzo & Perkins, 2006; Cameron, 2004; Pol, 2002b), a satisfação com o bairro (Pol, 2002b; Uzzell et al., 2002; Stedman, 2002), a escolha do lugar de residência (como um *proxy* da dimensão comportamental da identidade social – De Weerd & Klandermans, 1999; Bernardo & Palma, 2005) e também a percepção de eficácia da participação (van Zomeren et al., 2008; Klandermans, 1997).

Em segundo lugar, exploraremos o impacto de outros factores que os resultados dos estudos anteriores sugeriram que poderiam ser importantes em prever a intenção de participar. Nomeadamente: o conhecimento relatado das leis da participação pública; a recepção de informação das autoridades locais no passado sobre processos de tomada de decisão relativos à comunidade; a confiança nas autoridades locais para tomarem decisões correctas sobre o bairro; as crenças acerca da participação como direito e como dever dos membros das comunidades; e as crenças acerca do papel dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão sobre os bairros (ver entrevistas com moradores do Bairro Alto, Capítulo VII; ver Estudo 3)

Finalmente, analisaremos ainda a relação entre distintas dimensões da ligação ao lugar e diferentes crenças em relação à composição física e social da comunidade e o seu impacto para a intenção de participar para vários grupos da comunidade. Os estudos anteriores (ver Estudo 3 e 4) sugeriram-nos que as representações em relação à transformação do ambiente construído são afectadas pela ligação ao lugar e pela forma como se define o lugar e o que se pretende para esse, para a sua composição física e social, duas dimensões das comunidades que a transformação ou preservação do ambiente construído pode pôr em causa. No entanto, vimos como as dimensões da ligação ao lugar, bem como as crenças em relação ao que se pretende para a comunidade, parecem não ser igualmente importantes para todos os moradores do Bairro Alto.

Para cumprir os objectivos enunciados, a intenção de participar será medida de duas formas: protesto e queixa. Estes dois tipos de participação, apesar de serem considerados como tendo distintos preditores enquanto comportamentos pró-ambientais (Stern, 2000), não têm sido estudados de forma sistemática na Psicologia Ambiental. Por seu turno, a literatura que tem analisado os determinantes da acção colectiva, apesar de salientar a relevância de distinguirmos tipos de participação de acordo com o grau de envolvimento que implicam (Klandermans, 2002a), tem sobretudo analisado os preditores de acção colectiva destinada a resolver ‘desvantagens estruturais’, ou seja, com base na pertença a grupos ditos naturais (van Zomeren et al., 2008), e por isso é relevante analisar se também para a acção colectiva destinada a resolver desvantagens incidentais será importante distinguirmos tipos de participação.

Adicionalmente, e uma vez que as novas leis da participação pública pretendem que a participação local seja efectuada quer individualmente, quer em associação com outros membros da comunidade (Convenção de Aarhus, 2001), consideramos ainda que é relevante colocar a questão acerca da intenção de participar não só ao nível individual, mas também ao nível do grupo. Isto implica analisar a intenção de participar dos indivíduos caso outros membros da comunidade também o façam. Por último, pretendemos ainda analisar não só o que poderá promover a intenção de participar dos moradores do Bairro Alto, mas também de outros grupos de interesse importantes da comunidade²⁴, tal como previsto nas leis da participação pública (e.g., Tratado de Aalborg, 1994; Convenção de Aarhus, 2001). Incluímos também na amostra deste estudo trabalhadores do Bairro Alto (Carita, 1999; Mendes, 2006; Costa, 2007).

Sumarizamos de seguida os objectivos específicos do estudo e alguns dos resultados esperados tendo em conta a literatura e os resultados dos estudos anteriores:

Objectivo 1. Analisar as crenças acerca da participação pública, de que forma se associam com as leis da participação e qual o seu impacto para a participação pelo ambiente construído do Bairro Alto.

Iremos analisar de que forma as leis da participação, que a propõem como um direito e um dever dos membros das comunidades, interagem com representações imanentes da participação, associadas à função exclusiva dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades (ver Capítulo VII; Batel & Castro, 2009; Gonçalves

²⁴ Em 2001, a freguesia da Encarnação apresentava uma taxa de edifícios exclusivamente residenciais apenas de 53% e a freguesia de Santa Catarina uma taxa de 61,7% (dados da Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Urbanismo).

& Castro, 2009), e qual o papel que essas poderão desempenhar na participação dos moradores do Bairro Alto em geral.

Objectivo 2. Analisar o papel preditor de factores propostos na literatura da Psicologia Ambiental e Social para a intenção de participar.

(a) Exploraremos o papel desempenhado pelas várias dimensões da ligação ao lugar/identidade social para a intenção de participar (van Zomeren et al., 2008) e para a percepção de eficácia da participação (Giguère & Lalonde, 2010; Klandermans, 1997). Prevemos que a escolha do lugar de residência (Castro, Batel et al., 2009; Bernardo & Palma, 2005; De Weerd & Klandermans, 1999), a insatisfação com o bairro (Stedman, 2002; Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002) e perceberem que a participação será eficaz (van Zomeren et al., 2008) serão preditores importantes e directos da intenção de participar. Consideramos ainda que a dimensão social-relacional da ligação ao lugar será especialmente importante para a intenção de participar em conjunto com outros membros da comunidade (Smith & Louis, 2008; Bliuc et al., 2007);

(b) Antecipamos que os factores que de seguida se enumeram estejam associados a uma maior intenção de participar: ter conhecimento das leis da participação pública, a falta de recepção de informação das autoridades locais sobre processos de tomada de decisão relativos à comunidade no passado, a falta de confiança nas autoridades locais para tomarem decisões correctas sobre a comunidade, considerar que os membros da comunidade têm o direito a serem ouvidos pelas autoridades locais acerca dos processos de tomada de decisão que os afectam e o dever de desenvolverem acções para defender o ambiente e património do lugar onde vivem, e considerar que os processos de tomada de decisão sobre os bairros não devem ser deixados apenas para as autoridades e profissionais;

(c) Analisaremos ainda se existirão diferenças significativas para esses factores entre quem já participou num protesto ou apresentou uma queixa às autoridades na comunidade e quem nunca o fez.

Objectivo 3. Analisar o impacto das dimensões de ligação ao lugar e de diferentes representações acerca da composição física e social do Bairro Alto para a intenção de participar de vários grupos que compõem a comunidade.

(a) Prevemos que para os moradores com mais habilitações literárias a dimensão cognitiva e afectiva da ligação ao lugar (físico) e a crença de que o bairro deverá ser fisicamente homogéneo serão mais importantes em determinar a sua intenção de participar do que para os moradores com menos habilitações literárias (ver Estudo 4; Pol et al., 2002; Uzzell et al., 2002). Para os moradores com menos habilitações literárias a intenção de

participar será determinada sobretudo pela dimensão social-relacional de ligação ao lugar e pela crença de que o bairro deverá ser socialmente homogéneo, contrariamente aos moradores com mais habilitações literárias (ver Estudo 4; Lewicka, 2005; Bernardo & Palma, 2005; Pol et al., 2002; Fried, 2000);

(c) Exploraremos o que poderá prever a intenção de participar dos trabalhadores do Bairro Alto.

2. Método

2.1. Participantes e procedimento

Os dados foram recolhidos por questionário (ver Anexo VI) aplicado a 281 moradores e trabalhadores do Bairro Alto, pela investigadora e assistentes de investigação, em lojas, bares e restaurantes para entrevistar participantes trabalhadores, e na rua para entrevistar participantes moradores. A recolha da amostra foi organizada com base na definição territorial do Bairro Alto enquanto unidade urbanística de interesse público (ver Figura 1, Capítulo VI). Para isso, organizámos a recolha de toda a amostra por períodos do dia (Manhã: $N=70$; Tarde: $N=70$; Final da Tarde/Início da noite: $N=141$ – durante a semana e ao fim-de-semana) e por zonas²⁵ (Zona 1: $N=155$; Zona 2: $N=126$). A Zona 1 corresponde ao espaço entre a Rua de S. Pedro de Alcântara/Rua da Misericórdia (a Este), Praça Luís de Camões/Rua do Loreto (a Sul), Rua da Atalaia (a Oeste) e Rua Luísa Todi (a Norte). A Zona 2 compreende o espaço entre a Rua D. Pedro V (a Norte), a Rua da Rosa (a Este), a Calçada do Combro/Largo do Calhariz (a Sul) e a Rua do Século (a Oeste).

Fomos inquirindo os participantes tendo em conta também a idade – no caso dos moradores - tentando equilibrar a amostra de acordo com esse critério (Seixas, 2001). Para a aplicação de cada questionário, explicava-se a natureza e objectivos do estudo, a confidencialidade das respostas, e o cariz voluntário da participação, e convidava-se a participar aqueles/as que respondiam aos critérios de selecção. Para além dos critérios acima mencionados (ser morador ou trabalhador numa das zonas acima identificadas do Bairro Alto) utilizámos também como critério de resposta ter mais de 16 anos de idade.

²⁵ Este critério para a recolha da amostra foi seleccionado para garantir que eram inquiridos tanto moradores e trabalhadores da zona onde se concentram a maior parte dos bares, lojas e serviços de restauração (Zona 1) como da zona onde se concentram a maior parte dos monumentos do bairro, tais como o Convento dos Inglesinhos e o Conservatório Nacional de Música (Zona 2) (Carita, 1999; Costa, 2007).

Assim, a amostra é composta por 166 moradores do Bairro Alto, 40 participantes que moram e trabalham no Bairro Alto e 75 trabalhadores. Começámos por analisar se poderíamos integrar o grupo de moradores-trabalhadores no grupo de moradores do Bairro Alto²⁶. Tendo em conta os resultados, decidimos considerá-los em conjunto nas análises a apresentar relativas aos moradores do bairro ($N=206$). Neste sentido, dos moradores, 108 habitam na zona 1 e 96 na zona 2 do Bairro Alto e dos trabalhadores 46 trabalham na zona 1 e 28 na zona 2. O tempo de residência dos moradores no Bairro Alto apresenta uma média de 31,6 anos ($DP=23.9$; $Min=.082/Max=80$) e a idade destes moradores apresenta uma média de 54,7 anos ($DP=20.9$; $Min=17;Max=90$). Para os trabalhadores do Bairro Alto, o tempo de trabalho apresenta uma média de 9,8 anos ($DP=14.7$; $Min=.083/Max=65$) e a idade uma média de 38,05 anos ($DP=13.47$; $Min=19/Max=79$) (Tabela 13)

Tabela 13 – Estatísticas descritivas das variáveis sócio-demográficas: moradores e trabalhadores do Bairro Alto

<i>Variáveis Sócio-Demográficas</i>	<i>Moradores</i>	<i>Trabalhadores</i>
Sexo - Feminino (%)	60,3%	58,7%
Habilitações Literárias (%)		
Até Primária Completa	47,5%	13,3%
6º ano	5,3%	6,7%
9º ano	7,8%	13,3%
12º ano	18%	28%
Universitária	20,9%	38,7%

2.2. Instrumento

Participação. A participação dos inquiridos/as foi avaliada através de dois conjuntos de questões. Um relativo à participação num protesto contra a transformação prevista de edifícios/monumentos do Bairro Alto que os participantes achassem incorrecta. Outro relativo à participação através da apresentação de uma queixa às autoridades locais contra o mesmo tipo de transformação. Para ambos os casos, utilizámos uma medida de participação passada

²⁶ Testámos se haveriam diferenças significativas em relação à questão relativa ao nível de inclusividade da identidade (Vejo-me sobretudo como morador do Bairro Alto ou como morador de Lisboa) para esses dois grupos ($t(195)=.814$; *ns.*), em relação à identificação das fronteiras do bairro ($\chi^2(2,155)=.916$; *ns.*) e em relação a considerarem que o Bairro Alto é um bairro ($t(203)=1.410$; *ns.*). Também comparámos o grupo de moradores e moradores-trabalhadores em relação a questões relacionadas com as suas perspectivas acerca de quem pertence à comunidade e verificámos não existirem diferenças significativas também para essas questões (Pessoas que habitam no BA há pouco tempo – $t(201)=-.551$; *ns.*/Pessoas que frequentam os bares e restaurantes do BA – $t(200)=.167$; *ns.*/Pessoas que trabalham no BA – $t(201)=-.509$; *ns.*/Pessoas que moram no BA há muito tempo – $t(201)=-1.481$; *ns.*).

(“Já o fez?...” 1=Nunca; 2=1 vez; 3=2 a 3 vezes; 4=Mais de 3 vezes), uma medida de intenção de participar (“Estaria disposto/a a fazê-lo?...” 1=Não; 2=Pouco; 3=Bastante; 4=Muito), uma medida de eficácia percebida da participação (“Acha que isso mudaria a situação?...” 1=Não; 2=Pouco; 3=Bastante; 4=Muito) (Giguère & Lalonde, 2010; Klandermans, 2002b; 1997; Simon, 2004) e ainda uma medida de intenção de participar caso outros moradores do Bairro Alto também o fizessem (“Estaria disposto/a a fazê-lo se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem?...” 1=Não; 2=Pouco; 3=Bastante; 4=Muito).

Crenças sobre a participação pública. Foram usadas medidas para avaliar as crenças acerca da participação pública, derivadas das propostas da Teoria Cultural (Douglas & Wildavsky, 1982) no seguimento do estudo anterior (ver Estudo 4). Tendo em conta os resultados anteriores utilizámos dois itens para avaliar as perspectivas hierárquicas. Um relativo ao papel que as autoridades deverão desempenhar nos processos de tomada de decisão em relação às comunidades (“As decisões sobre os bairros devem ser deixadas aos que receberam o voto para nos governarem”) e outro relativo ao papel que os profissionais deverão desempenhar para isso (“As decisões sobre os bairros devem ser deixadas aos profissionais que estudaram para isso”). Utilizámos ainda dois itens para avaliar a concepção da participação como dever e como direito dos membros das comunidades: “As pessoas têm o dever de se organizarem e desenvolverem acções para defender o ambiente e o património do lugar onde vivem”; “As pessoas têm o direito de serem ouvidas pelas autoridades em relação às decisões que são tomadas sobre os bairros onde vivem”. Todas as escalas de resposta a estes itens foram escalas de 7 pontos, de 1 (Discordo completamente) a 7 (Concordo completamente).

Variáveis de relação com o lugar. Utilizámos neste questionário itens referentes às dimensões afectiva (afecto endo-grupal), cognitiva (centralidade) e relacional (laços endo-grupais) da identidade social, tal como proposta por Cameron (2004), operacionalizando-os em relação ao lugar, complementados com alguns itens de uma escala de vinculação ao lugar (Hernández et al., 2007) e de sentido de comunidade (Obst & White, 2004), no seguimento dos resultados do estudo anterior. Os itens que compõem as escalas originais não foram utilizados na totalidade neste estudo, tendo em conta os vários objectivos do mesmo e a necessidade de termos um instrumento de tamanho e compreensibilidade adequados para resposta. Seleccionámos e operacionalizámos no questionário apenas os itens que os resultados de um estudo complementar mais abrangente (Castro, Batel, Mouro, & Sarrica, 2009)²⁷ revelaram estar mais relacionados com essas dimensões (Tabela 14). Utilizámos ainda uma medida de

²⁷ Este estudo foi realizado com uma amostra de 292 participantes de vários bairros do distrito de Lisboa.

satisfação residencial (Hidalgo & Hernández, 2001; Stedman, 2002; Pol, 2002b) para aceder à satisfação com o bairro (De 1=Nada Satisfeito a 7=Muito satisfeito), uma medida para avaliar a escolha do lugar de residência/trabalho (escala de resposta de 1=Deveu-se a outros factores, a 7=Foi uma escolha pessoal), e uma outra para aceder ao nível de inclusividade da identidade (Klandermans, Sabucedo & Rodriguez, 2004): “Vejo-me sobretudo como”... de 1 (Morador do Bairro Alto) a 7 (Morador de Lisboa).

Tabela 14 – Itens das escalas de ligação ao lugar utilizadas no questionário

Cameron (2004): Identidade Social

- Centralidade

Em geral, viver/trabalhar no Bairro Alto contribui de forma importante para a imagem que tenho de mim.

Penso muitas vezes sobre o facto de fazer parte do Bairro Alto.

- Laços endo-grupais

Sinto-me ligado às pessoas que vivem no Bairro Alto.

- Afecto endo-grupal

Muitas vezes lamento viver/trabalhar no Bairro Alto.

Sinto-me bem quando penso em mim como alguém que vive/trabalha no Bairro Alto.

Hernández et al. (2007): Vinculação ao lugar

Quando me ausento do Bairro Alto durante algum tempo, sinto mesmo vontade de voltar.

Sinto-me ligado ao Bairro Alto.

No Bairro Alto sinto-me em casa.

Obst & White (2004): Sentido de Comunidade

- Ligação Emocional

As pessoas do bairro resolvem em conjunto os problemas que aparecem no bairro.

As pessoas do bairro dão-se bem umas com as outras.

- Integração e Preenchimento de Necessidades

Muitas pessoas do Bairro Alto me conhecem.

As pessoas que vivem no Bairro Alto têm uma maneira parecida de ver as coisas.

- Influência

Eu e as pessoas que aqui vivem queremos o mesmo para o Bairro Alto.

- Pertença

No Bairro Alto sinto-me em casa.

Homogeneidade/heterogeneidade social e física do Bairro Alto. Para avaliar o desejo de homogeneidade/heterogeneidade social e física do Bairro Alto utilizámos as seguintes questões adaptadas da literatura (ver Valera & Pol, 1994; Pol, 2002b; Doosje, Ellemers & Spears, 1995): “No futuro, gostaria que os moradores do Bairro Alto fossem...” de 1 (Muito parecidos entre si) a 7 (Muito diferentes entre si); “No futuro, gostaria que os edifícios do Bairro Alto fossem...” de 1 (Muito parecidos entre si) a 7 (Muito diferentes entre si).

Relação com as autoridades locais. Utilizámos uma medida referente à confiança nas autoridades locais (Lima & Castro, 2005) (“Até que ponto confia nas autoridades locais para tomarem decisões correctas sobre assuntos relacionados com o Bairro Alto?” De 1=Nenhuma

confiança a 7=Total confiança) e uma outra referente à informação disponibilizada no passado acerca de processos de tomada de decisão relativos ao bairro pelas autoridades locais (De 1= Nunca a 7 =Muitas Vezes).

Definição do Bairro Alto. Para avaliarmos as perspectivas dos participantes acerca das características sociais e físicas que definem o Bairro Alto utilizámos várias medidas para aceder às dimensões psico-social, temporal e de conduta de ‘categorias sociais urbanas’ (Lalli, 1992; Valera & Pol, 1994; Pol, 2002b):

1) Dimensão psico-social: “Esta área de Lisboa é um bairro...” (de 1=Totalmente falso a 7= Totalmente verdadeiro); Identificação das fronteiras do bairro (pergunta aberta); Distintividade entre o Bairro Alto e outros bairros de Lisboa (principais diferenças – pergunta aberta; avaliação dessas diferenças – escala de resposta de 1=Totalmente negativa a 7=Totalmente positiva);

2) Dimensão temporal: Identificação dos símbolos históricos e arquitectónicos presentes no bairro e que o descrevem (pergunta aberta);

3) Dimensão de conduta: “Quem faz parte do Bairro Alto?...” (as pessoas que habitam no bairro, mesmo que há pouco tempo; as pessoas que frequentam os bares e restaurantes com regularidade; as pessoas que trabalham no bairro; as pessoas que habitam no bairro há muito tempo – de 1=Fazem parte do Bairro Alto a 7=Não fazem parte do Bairro Alto); Identificação de grupos de pessoas que actualmente ocupam e convivem no Bairro Alto (pergunta aberta).

Outras variáveis. Incluímos ainda no questionário uma medida para analisar o conhecimento relatado das leis da participação pública (resposta dicotómica, Sim/Não).

Variáveis sócio-demográficas. Fizeram também parte do questionário algumas questões para aceder às características sócio-demográficas da amostra em estudo, nomeadamente, o tempo de residência/de trabalho no Bairro Alto, a idade e o nível de escolaridade.

3. Resultados

3.1. Dimensões sociais e individuais da participação

Começámos por analisar as crenças dos moradores do Bairro Alto em relação à participação como direito e como dever dos membros da comunidade. Esta revelou que a participação é amplamente apoiada, tanto enquanto direito dos membros da comunidade ($M=6.58$; $DP=.79$) como enquanto dever dos membros da comunidade ($M=6.54$; $DP=.9$). De facto, 146 moradores apoiam em igual medida a participação como direito e dever (valores de

resposta iguais para os dois itens), sugerindo que reconhecem a importância e a desejabilidade dessas ideias e da sua implementação.

Examinámos depois qual o impacto do apoio à participação como dever e como direito para a intenção de participar em relação ao ambiente construído do bairro. No entanto, e uma vez que as respostas a essas questões foram muito consensuais, foi impossível operarmos uma transformação destas variáveis para a normalidade. Optámos assim por dicotomizar as variáveis (Tabachnik & Fidell, 2001) criando dois grupos para cada uma delas: o dos participantes que concordam mais com essas ideias e o dos que concordam menos com as mesmas. Assim, 148 moradores do Bairro Alto apoiam totalmente a participação como direito, enquanto que 53 apoiam menos esta ideia. Por seu turno, 149 moradores concordam totalmente com a participação como dever dos membros das comunidades, enquanto que 50 concordam menos com isso.

Analisámos depois o impacto destas variáveis ('Participação_Direito' e 'Participação_Deber') na intenção de participar através de uma análise de variância univariada do tipo 2 (grau de concordância com a participação como direito) X 2 (grau de concordância da participação como dever), tendo como variável dependente cada tipo de participação. Para a intenção de protesto verificou-se apenas o efeito de interacção entre a participação como dever e como direito ($F(1,190)=3.279$; $p=.072$; $\eta^2=.017$), mostrando que quem concebe mais a participação como direito dos membros das comunidades e menos como um dever desses revela uma intenção de participar num protesto tendencialmente maior ($N=14$; $M=2.5$; $DP=.85$) do que quem apoia totalmente a participação como dever e direito ($N=130$; $M=2.09$; $DP=.92$) ($U=668.5$; $z=-1.672$; $p<.10$). Para as outras variáveis dependentes não se verificaram efeitos principais nem de interacção significativos.

Analisámos de seguida se existiriam diferenças significativas para o grau de apoio à participação como direito e dever dos membros da comunidade entre os moradores do bairro que revelaram já ter participado num protesto ($N=22$) ou apresentado uma queixa às autoridades ($N=37$) no passado em relação a uma transformação do ambiente construído do Bairro Alto, e os moradores que relataram nunca o ter feito ($N=182$ e $N=167$, respectivamente). Diferenças marginalmente significativas foram encontradas para a distribuição dos grupos em relação à apresentação de uma queixa às autoridades e o grau de apoio à participação como dever dos membros da comunidade ($\chi^2(1, 199)=3.260$; $p<.10$). Concretamente, a análise revela que há mais moradores do que os devidos ao acaso que concordam totalmente que a participação é um dever dos membros da comunidade que nunca apresentaram uma queixa às autoridades. Revela ainda que há mais moradores do que os

devidos ao acaso que apoiam menos a participação como dever dos membros da comunidade e que já apresentaram uma queixa às autoridades locais contra uma transformação do ambiente construído do Bairro Alto.

A leitura destas análises sugere-nos assim que, primeiro, o grau de apoio à participação como direito e como dever dos membros das comunidades não tem impacto sobre a intenção de participar dos/as inquiridos/as. Verifica-se, por um lado, que é sobretudo a consideração da participação como direito que está relacionada com uma maior intenção de protesto e que um maior apoio à participação como dever dos membros da comunidade não está associado a uma maior participação na comunidade através de queixa. Vemos assim que reconhecer e concordar consensualmente com as leis da participação não tem implicações directas para a participação. Ademais, e à semelhança dos resultados apresentados nos estudos anteriores, estes resultados sugerem que a intenção de participar depende sobretudo do apoio à participação como um direito dos membros da comunidade. Ou seja, implica considerar que os sistemas técnico-políticos deverão mudar as suas ideias e práticas em relação à participação dos membros das comunidades e aos processos de tomada de decisão relativos às mesmas.

No entanto, e contrariamente às crenças relativas à participação como direito e dever, as crenças relativas ao papel das autoridades ($M=4.09$; $DP=2$) e profissionais ($M=4.89$; $DP=1.67$) nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades revelam uma maior variabilidade de posições, mostrando que alguns participantes discordam que as decisões sobre os bairros devem ser deixadas apenas aos profissionais e autoridades, enquanto que outros concordam com essa ideia. De seguida analisámos o impacto conjunto das crenças acerca do papel dos cidadãos e dos sistemas técnico-políticos na intenção de participar.

Para esta análise criámos quatro grupos. Dois a que designámos de ‘Unívocos’, isto é, que ao mesmo tempo que concordam amplamente com a participação como direito e dever dos membros das comunidades, rejeitam a ideia de que as decisões sobre os bairros devem ser deixadas apenas quer para as autoridades (‘Unívocos-Autoridades’ - $N=41$), quer para os profissionais (‘Unívocos-Profissionais’ - $N=28$). Outros dois grupos a que designámos de ‘Não-unívocos’, ou seja, que ao mesmo tempo que concordam com a participação como direito e dever, concordam com a ideia de que as decisões sobre os bairros devem ser deixadas quer para as autoridades (‘Não Unívocos-Autoridades’ - $N=88$), quer para os profissionais (‘Não Unívocos-Profissionais’ - $N=101$).

Um primeiro resultado pode ser encontrado na distribuição dos participantes pelos grupos. Verifica-se que há bastantes mais participantes que se encontram nos grupos ‘Não-unívocos’ do que nos grupos ‘Unívocos’, evidenciando como a hibridização dos campos

representacionais em relação às dimensões mais institucionais e culturais da participação é ainda evidente. Posteriormente analisámos se existiram diferenças entre estes grupos para a intenção de participar e para a participação passada.

Os resultados revelam que, comparando os grupos ‘Unívoco’ e ‘Não-Unívoco’ em relação ao papel dos profissionais nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades, o grupo unívoco revela significativamente maior intenção de participar num protesto e de participar num protesto se outros moradores do Bairro Alto também o fizerem do que o grupo não unívoco (Tabela 15). O mesmo padrão – médias mais elevadas no grupo unívoco – é encontrado para a intenção de apresentar queixa e de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem, mas nesse caso as diferenças entre grupos não são significativas (Tabela 15).

O mesmo tipo de resultados são encontrados quando temos em conta o grau de apoio ao papel das autoridades nos processos de tomada de decisão. O grupo unívoco revela significativamente maior intenção de participar num protesto e de participar num protesto se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem do que o grupo não-unívoco (Tabela 15). O mesmo padrão de médias foi encontrado para a intenção de apresentar queixa e de apresentar queixa com outros moradores, mas as diferenças entre grupos não se revelaram significativas (Tabela 15).

Tabela 15 – Médias, desvios-padrão e diferenças entre os grupos Unívocos e Não Unívocos para a intenção de participar em relação à transformação do ambiente construído do Bairro Alto

	<i>Unívocos – Profissionais</i>	<i>Não Unívocos - Profissionais</i>	<i>Unívocos - Autoridades</i>	<i>Não Unívocos - Autoridades</i>
<i>N</i>	28	101	41	88
Intenção de participar num protesto	<i>M=2.4; DP=.88</i>	<i>M=2.01; DP=.92</i>	<i>M=2.32; DP=.91</i>	<i>M=2; DP=.90</i>
	<i>t(126)=1.965; p=.052, bilateral</i>		<i>t(126)=1.869; p=.064, bilateral</i>	
Intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem	<i>M=2.64; DP=1.06</i>	<i>M=2.27; DP=.91</i>	<i>M=2.58; DP=.99</i>	<i>M=2.25; DP=.92</i>
	<i>t(127)=1.802; p=.074, bilateral</i>		<i>t(127)=1.868; p=.064, bilateral</i>	
Intenção de apresentar queixa	<i>M=2.18; DP=.92</i>	<i>M=2.09; DP=.92</i>	<i>M=2.17; DP=.84</i>	<i>M=2.09; DP=.95</i>
	<i>t(126)=.431; ns.</i>		<i>t(126)=.478; ns.</i>	
Intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem	<i>M=2.4; DP=1.04</i>	<i>M=2.12; DP=.94</i>	<i>M=2.35; DP=.94</i>	<i>M=2.11; DP=.97</i>
	<i>t(126)=1.330; ns.</i>		<i>t(126)=1.281; ns.</i>	

Apesar das diferenças encontradas serem apenas marginais, o padrão de respostas encontrado para os dois grupos – unívocos e não-unívocos – é ilustrativo de como é através da simultânea concordância com a participação como direito e dever dos membros das comunidades e a discordância com o papel exclusivo dos profissionais e autoridades nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades que se verifica uma maior intenção dos moradores participarem pelo ambiente construído do Bairro Alto. Ou seja, esta verifica-se mais quando o apoio às representações transcendentais da participação se conjuga com a contestação das suas representações imanentes. Mais ainda, o facto de estas diferenças se verificarem sobretudo para a intenção de protesto sugere que é quando o comportamento de participação é mais público e exige uma maior mobilização dos indivíduos (Klandermans, 2002a) que a coerência e consistência dos campos representacionais acerca da participação são mais necessários, coordenando crenças acerca do papel dos cidadãos e dos profissionais e autoridades nos processos de tomada de decisão, com práticas que implementem essas ideias.

Partindo destes resultados, analisámos ainda a distribuição dos moradores que relataram já ter participado num protesto ou apresentado uma queixa às autoridades no passado e aqueles que relataram nunca o ter feito, pelos grupos unívocos e não-unívocos. Os resultados mostram, mais uma vez, que apenas se encontram diferenças significativas em relação à participação num protesto. Especificamente, e no que se refere ao papel atribuído às autoridades nos processos de tomada de decisão, verifica-se que há mais moradores do Bairro Alto que nunca participaram num protesto do que os devidos ao acaso no grupo não-unívoco, e que há mais moradores que já participaram num protesto do que os devidos ao acaso no grupo unívoco ($\chi^2(1,129)=2.695$, Yates; $p=.10$). No que se refere ao papel atribuído aos profissionais nos processos de tomada de decisão, constata-se que há mais moradores que nunca participaram num protesto do que os devidos ao acaso no grupo não-unívoco, e que há mais moradores do Bairro Alto que já participaram num protesto do que os devidos ao acaso no grupo unívoco ($\chi^2(1,129)=5.107$; $p<.05$).

Novamente, estas análises salientam, primeiro, que a participação num protesto está mais associada a uma reformulação mais abrangente e efectiva das ideias acerca da participação dos membros da comunidade e dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão, no sentido das novas leis. Depois, que isto parece ser especialmente verdade em relação ao papel dos profissionais nos processos de tomada de decisão, ou seja, parece estar mais associado à contestação da *expertise* e do conhecimento especializado como únicas entradas válidas para os processos de tomada de decisão sobre os bairros. Por último,

estas análises sugerem ainda que o protesto e a queixa são formas de participação com preditores distintos.

3.2. Preditores da intenção de participar em relação ao ambiente construído do Bairro Alto

3.2.1. Análises das dimensões da ligação ao lugar

Para cumprirmos o segundo objectivo deste estudo começámos por analisar as respostas de todos os participantes aos itens que pretendiam medir a sua ligação com o lugar, isto é, com o Bairro Alto. Os itens foram introduzidos numa Análise de Componentes Principais. Após análises preliminares da correlação entre factores e das comunalidades, os resultados revelaram que uma solução de 3 factores seria a mais adequada ($KMO = .861$; teste de esfericidade de *Bartlett* significativo). A solução tri-factorial final, resultante de uma análise Varimax ortogonal (Tabela 16), deu conta de 63% da variância dos dados.

Tabela 16 – Resultados da Análise de Componentes Principais aos itens da ligação ao lugar

	<i>Componente</i>		
	<i>1 – Ligação ao lugar social</i>	<i>2 – Relações na comunidade</i>	<i>3 – Ligação ao lugar físico</i>
Muitas pessoas do Bairro Alto me conhecem	.808		
Sinto-me ligado às pessoas que vivem no Bairro Alto	.765		
No Bairro Alto sinto-me em casa	.725		
Sinto-me ligado ao Bairro Alto	.715		
Em geral viver/trabalhar no Bairro Alto contribui de forma importante para a imagem que tenho de mim	.681		
As pessoas do Bairro Alto resolvem em conjunto os problemas que aparecem no bairro		.714	
As pessoas que vivem no Bairro Alto têm uma maneira parecida de ver as coisas		.691	
As pessoas do Bairro Alto dão-se bem umas com as outras		.650	
Eu e as pessoas que aqui vivem queremos o mesmo para o Bairro Alto		.647	
Muitas vezes lamento viver/trabalhar no Bairro Alto			.877
Quando me ausento do Bairro Alto por algum tempo sinto mesmo vontade de voltar			.567
Sinto-me bem quando penso em mim como alguém que vive/trabalha no Bairro Alto			.555

Cinco itens tiveram um peso superior a 0.40 no primeiro factor, dando conta da maior parte da variância total (28,65%). Este factor foi designado de ‘Ligação ao lugar social’, uma vez que é composto por itens relacionados com a ligação às pessoas que ocupam o lugar, a que se associaram itens referentes à dimensão afectiva e de centralidade da ligação ao lugar (Manzo & Perkins, 2006; Cameron, 2004) ($\alpha=.85$; r inter-item=.53; $M=4.97$; $DP=1.44$). O segundo factor é composto por 4 itens acima de .40, que explicam 17,76% da variância total. Este factor foi designado de ‘Relações na comunidade’ (Manzo & Perkins, 2006; Obst & White, 2004), sendo composto por itens que dão conta das percepções acerca das relações entre as pessoas que ocupam o lugar ($\alpha=.68$; r inter-item=.35; $M=4.03$; $DP=1.25$). O terceiro e último factor é composto por 3 itens, explicando 16,56% da variância total. Este factor é composto por itens relacionados com a dimensão afectiva da ligação ao lugar (Hernández et al., 2007; Cameron, 2004), e exclui itens associados à ligação com o grupo que ocupa o lugar. Neste sentido, designámos o factor que compõem por ‘Ligação ao lugar físico’ ($\alpha=.69$; r inter-item=.42; $M=5.07$; $DP=1.45$).

3.2.2. Preditores da intenção de participar em relação ao ambiente construído do Bairro Alto

Para analisar os preditores da intenção de participar dos moradores do Bairro Alto realizámos quatro análises de regressão, uma para cada variável dependente relativa à intenção de participar. As regressões foram realizadas através de vários modelos - colocando as variáveis em blocos - de acordo com as propostas da literatura, de modo a podermos detectar possíveis processos de mediação (ver Klandermans, 1997; Kelly, 1993). Assim, no primeiro modelo introduzimos as variáveis sócio-demográficas (habilitações literárias e tempo de residência no bairro²⁸). No segundo modelo, o conhecimento relatado das leis da participação pública e as crenças relativas ao papel das autoridades e profissionais nos processos de tomada de decisão²⁹. No terceiro modelo as dimensões mais contextuais, isto é, tanto as referentes à relação entre os membros da comunidade e as autoridades locais

²⁸ A análise das correlações entre as variáveis que pretendíamos integrar nos modelos a testar revelou que a idade se correlacionava fortemente com o tempo de residência no bairro ($r=.80$; $p<.01$) e com as habilitações literárias ($r=-.68$; $p<.01$) (Seixas, 2001). Tendo em conta a sobreposição entre estas variáveis e para obviar possíveis problemas de multicolineariedade nos modelos a testar, decidimos excluir das análises que apresentaremos a variável ‘idade’ (Tabachnik & Fidell, 2001; Pestana & Gageiro, 2000).

²⁹ Tendo em conta os resultados apresentados anteriormente, não incluímos as crenças acerca da participação como direito e como dever dos membros da comunidade nos modelos de regressão realizados para identificar os preditores da intenção de participar.

(recepção de informação das autoridades locais acerca de processos de tomada de decisão relativos à comunidade; confiança nas autoridades locais para tomarem decisões correctas sobre o bairro) como as dimensões da ligação ao lugar (incluindo a satisfação com o bairro e a escolha do lugar de residência). No último modelo adicionámos a percepção de eficácia da participação (Tabela 17).

Tabela 17 – Médias e desviões-padrão das medidas a integrar nas regressões para a intenção de participar (moradores do Bairro Alto)

<i>Medidas</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Escolha do lugar de residência	3.8	2.5
Ligação ao lugar social	5.1	1.3
Relações na comunidade	4.14	1.24
Ligação ao lugar físico	5.1	1.4
Satisfação com o bairro	4.7	1.7
Conhecimento das leis da participação (<i>dummy</i>)	0=Não (N=135) 1= Sim (N=68)	-----
Recepção de informações das autoridades locais (<i>dummy</i>)	0=Nunca (N=106) 1=Já (N=98)	-----
Confiança nas autoridades locais	3.39	1.9
Percepção de eficácia do protesto	1.9	.85
Percepção de eficácia da queixa	1.8	.83

Começando pela análise dos resultados para a intenção de participar num protesto estes revelam que, quando todas as variáveis são consideradas em conjunto, surgem como preditores a percepção de eficácia da participação ($ES=19,2\%$) e, ainda que com um efeito apenas moderadamente significativo, as habilitações literárias ($ES=1,23\%$) e a escolha do lugar de residência ($ES=1,29\%$) (Tabela 18).

Já a análise dos resultados para a intenção de participar num protesto se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem revela que quando todas as variáveis são consideradas em conjunto, a percepção de eficácia da participação ($ES=23,8\%$), a satisfação com o bairro ($ES=1,69\%$) e, ainda que de forma apenas moderada, a ‘Ligação ao lugar social’ ($ES=1,06\%$) prevêm significativamente a intenção de participar (Tabela 18).

Tabela 18 – Resultados das regressões para a intenção de participar num protesto e para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem

<i>Variável Critério</i>		<i>Participar num protesto</i>		<i>Participar num protesto se outros moradores também o fizessem</i>	
<i>Modelo</i>	<i>Preditor</i>	<i>Modelo 3(c)</i>	<i>Modelo 4(d)</i>	<i>Modelo 3(e)</i>	<i>Modelo 4(f)</i>
		<i>Beta</i>	<i>Beta</i>	<i>Beta</i>	<i>Beta</i>
1(a)	Habilitações Literárias	.193*	.150 ⁺	.117	.073
	Tempo de residência	-.133	.014	-.175	-.002
2(b)	Conhecimento leis da participação	.161*	.070	.157*	.062
	Hierarquia_Autoridades	.058	.001	.028	-.033
	Hierarquia_Profissionais	.021	.020	.037	.037
3	Ligação ao lugar físico	-.046	-.020	-.054	-.016
	Ligação ao lugar social	.276*	.162	.284*	.165 ⁺
	Relações na comunidade	.159 ⁺	.083	.198*	.105
	Satisfação com o bairro	-.184 ⁺	-.136	-.215*	-.177*
	Escolha do lugar de residência	.145 ⁺	.141 ⁺	.108	.103
	Confiança nas autoridades locais	-.020	-.039	.033	.031
	Recepção de informação das autoridades locais	.016	-.047	.090	.022
4	Percepção de eficácia do protesto		.487**		.543**
		<i>R</i> ² Ajustado =.11	<i>R</i> ² Ajustado =.31	<i>R</i> ² Ajustado =.11	<i>R</i> ² Ajustado =.36

** $p < .01$; * $p < .05$; ⁺ $p < .10$

(a) Participar num protesto: $F(2,178)=3.851$; $p < .05$; R^2 Ajustado=.031

Participar num protesto se outros moradores também o fizessem: $F(2,180)=1.669$; *ns.*

(b) Participar num protesto: $F(5,175)=3.099$; $p < .01$; R^2 Ajustado=.055

Participar num protesto se outros moradores também o fizessem: $F(5,177)=2.093$; $p < .10$; R^2 Ajustado=.029

(c) $F(12,168)=2.876$; $p < .001$

(d) $F(13,167)=7.306$; $p < .000$

(e) $F(12,170)=2.851$; $p < .000$

(f) $F(13,169)=8.867$; $p < .000$

Relativamente à intenção de apresentar queixa, quando todas as variáveis são consideradas em conjunto, surgem apenas como preditores da intenção de participar a percepção de eficácia da participação ($ES=14,7\%$), a ‘Ligação ao lugar social’ ($ES=2,82\%$) e a satisfação com o bairro ($ES=1,71\%$) (Tabela 19).

Por último, no que diz respeito à intenção de apresentar queixa se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem surgem como preditores da intenção de participar, quando todas as variáveis são consideradas em conjunto, a percepção de eficácia da participação ($ES=18,7\%$), a ‘Ligação ao lugar social’ ($ES=2,85\%$), a escolha do lugar de residência

($ES=1,51\%$) e, com um efeito moderado, as ‘Relações na comunidade’ ($ES=1,06\%$) e a satisfação com o bairro ($ES=1,16\%$) (Tabela 19).

Tabela 19 – Resultados das regressões para a intenção de apresentar queixa e para a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem

Variável Critério		Apresentar uma queixa		Apresentar uma queixa se outros moradores também o fizessem	
Modelo	Preditor	Modelo 3(c)	Modelo 4(d)	Modelo 3(e)	Modelo 4(f)
		Beta	Beta	Beta	Beta
1(a)	Habilitações Literárias	.108	.118	.087	.098
	Tempo de residência	-.166	-.052	-.147	-.019
2(b)	Conhecimento leis participação	.123 ⁺	.032	.135 ⁺	.032
	Hierarquia_Autoridades	.184*	.114	.195*	.116
	Hierarquia_Profissionais	.058	.107	-.002	.053
3	Ligação ao lugar físico	-.047	-.044	-.066	-.024
	Ligação ao lugar social	.263*	.266**	.265*	.269**
	Relações na comunidade	.113	.058	.186*	.124 ⁺
	Satisfação com o bairro	-.216*	-.181*	-.187*	-.148 ⁺
	Escolha do lugar de residência	.106	.118	.139	.153*
	Confiança nas autoridades locais	-.076	-.093	-.063	-.082
	Recepção de informação das autoridades locais	-.079	.023	.152*	.114
4	Percepção de eficácia da queixa		.424**		.477**
		R^2 Ajustado =.1	R^2 Ajustado =.26	R^2 Ajustado =.14	R^2 Ajustado =.34

** $p < .01$; * $p < .05$; ⁺ $p < .10$

(a) Apresentar queixa: $F(2,179)=1.607$; *ns.*

Apresentar queixa se outros moradores também o fizessem: $F(2,179)=1.148$; *ns.*

(b) Apresentar queixa: $F(5,176)=3.269$; $p < .01$; R^2 Ajustado=.059

Apresentar queixa se outros moradores também o fizessem: $F(5,176)=3.254$; $p < .01$; R^2 Ajustado=.059

(c) $F(12,169)=2.843$; $p < .01$

(d) $F(13,168)=5.953$; $p < .000$

(e) $F(12,169)=3.521$; $p < .000$

(f) $F(13,168)=8.166$; $p < .000$

A leitura global destes resultados salienta cinco aspectos:

1) As variáveis sócio-demográficas têm pouco impacto na intenção de participar, sobretudo em comparação com os outros factores incluídos nos modelos. Apesar disso, é de salientar que as habilitações literárias influenciam a intenção de participar num protesto quando esta questão é colocada ao nível individual;

2) Das três dimensões de ligação ao lugar ('Ligação ao lugar social', 'Ligação ao lugar físico' e 'Relações na comunidade') é a 'Ligação ao lugar social' que tem um impacto mais forte e consistente na intenção de participar. Contudo, um aspecto digno de nota é que esta variável influencia sobretudo, de forma directa, a intenção de apresentar queixa, em comparação com a intenção de participar num protesto. De facto, para este último tipo de participação, a 'Ligação ao lugar social' parece ser importante mas sobretudo através da percepção de eficácia do protesto, tendo em conta que o seu impacto na intenção de participar num protesto deixa de ser significativo ou é atenuado (Tabela 18) quando a percepção de eficácia do protesto é introduzida nos modelos. Retomaremos este resultado mais adiante. É ainda evidente o impacto da satisfação com o bairro, bem como da escolha do lugar de residência - que podemos considerar um *proxy* da dimensão comportamental da ligação ao lugar - na intenção de participar. Por último, também as 'Relações na comunidade' influenciam a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem. No entanto, e à semelhança do que discutimos acerca do impacto da 'Ligação ao lugar social' para a intenção de participar num protesto, os resultados sugerem que as 'Relações na comunidade' são sobretudo importantes para determinar a percepção de eficácia, tanto do protesto (Tabela 18), como da queixa (Tabela 19);

3) Contrariamente ao que prevíamos, são sensivelmente as mesmas variáveis que permitem explicar a intenção de participar para os distintos tipos de participação³⁰. Ainda assim deve ser apontado que dimensões mais individuais, como sejam as habilitações literárias e a percepção de eficácia da participação, são preditores mais importantes para a intenção de participar num protesto, sobretudo quando esta questão é colocada envolvendo apenas o indivíduo, do que para a intenção de apresentar uma queixa. Para este último tipo de participação as dimensões mais contextuais têm um impacto maior;

4) Um outro aspecto evidenciado nestas análises é a ausência de impacto da confiança nas autoridades locais para a intenção de participar, contrariamente ao que prevíamos. Este aspecto deverá ser estudado de forma mais abrangente em estudos posteriores, nomeadamente, operacionalizando outras medidas para aceder à confiança nas autoridades locais, bem como diferenciando a confiança em diferentes actores (ver Lima & Castro, 2005;

³⁰ Análises de regressão complementares foram realizadas no sentido de confirmar o impacto dos preditores nas variáveis critério sem incluir nos modelos as variáveis que não se mostraram significativas. O mesmo padrão de resultados foi encontrado, mas, como poderá ser deduzido da leitura dos resultados apresentados nas tabelas 18 e 19, no último bloco das regressões revelaram-se preditores significativos para a intenção de participar num protesto a 'Ligação ao lugar social' ($Beta=.163$; $p<.05$) e a satisfação com o bairro ($Beta=-.158$; $p<.05$), e a escolha do lugar de residência para a intenção de participar num protesto com outros moradores e na intenção de apresentar queixa ($Beta=.118$; $p<.10$ e $Beta=.130$; $p<.10$, respectivamente).

Mannarini, Fedi et al., 2009). No entanto, talvez este resultado possa também ser compreendido se tivermos em conta os resultados apresentados anteriormente. Como vimos, a maior parte dos participantes, apesar de concordarem com a importância da participação como dever e direito dos membros das comunidades, apoia simultaneamente o papel principal que os sistemas técnico-políticos deverão desempenhar nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades. De facto, e como podemos verificar nos resultados das regressões agora realizadas, apenas a crença acerca do papel das autoridades nos processos de tomada de decisão tem impacto para a intenção de apresentar queixa, e de forma positiva, contrariamente ao que prevíamos. Este facto poderá assim explicar a falta de impacto do grau de confiança nas autoridades locais para a intenção de participar³¹;

5) Por último, um resultado evidente e consensual a estas análises é que a intenção de participar depende claramente da percepção de eficácia da participação. O papel preponderante deste factor na explicação da intenção de participar acentua o que temos vindo a discutir ao longo deste trabalho: a concordância com a importância da participação dos cidadãos, enquanto dever e direito, ao nível das ideias - ou a dimensão normativa das representações acerca da participação -, e a acentuação das dificuldades de implementar essas ideias na prática, quando essa envolve directamente os indivíduos - ou dimensão funcional das representações acerca da participação. De facto, e no seguimento do que sugeriam as análises das entrevistas aos moradores do Bairro Alto (ver Capítulo VII), estes fazem depender a intenção de participar de considerarem que a sua participação será consequente e isto, por seu turno, depende de vários factores. Nomeadamente, e relembrando os resultados dessas entrevistas, de deter conhecimento específico, das relações entre os membros da comunidade, e das relações entre estes e as autoridades.

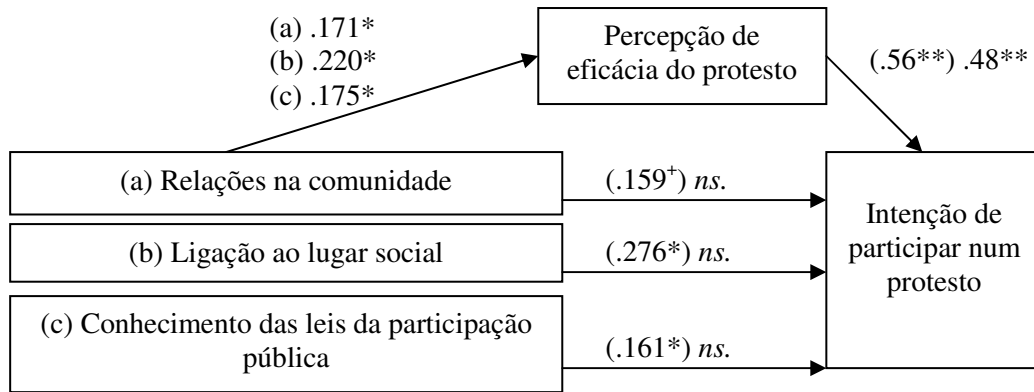
De facto, uma leitura atenta das tabelas apresentadas (Tabelas 18 e 19) sugere que a percepção de eficácia da participação medeia a relação entre vários factores e a intenção de participar, uma vez que o impacto dessas variáveis na intenção de participar deixa de se verificar ou é atenuado quando a percepção de eficácia é introduzida nos modelos. Realizámos assim de seguida análises de mediação³². Estas mostraram que a percepção de eficácia do protesto medeia a relação entre as 'Relações na comunidade' (*Teste de Sobel* $Z=1.976$; $p<.05$), a 'Ligação ao lugar social' – parcialmente - (*Teste de Sobel* $Z=1.912$;

³¹ A análise das correlações entre a confiança nas autoridades locais e a Hierarquia_Autoridades e a Hierarquia_Profissionais revela que estas estão relacionadas ($r=.200^{**}$; $p<.01$ e $r=.262^{**}$; $p<.01$, respectivamente).

³² As análises de mediação foram realizadas controlando o efeito de todas as variáveis incluídas nos modelos anteriormente apresentados.

$p < .10$), o conhecimento relatado das leis da participação pública (*Teste de Sobel* $Z=2.271$; $p < .05$) e a intenção de participar num protesto (Figura 14).

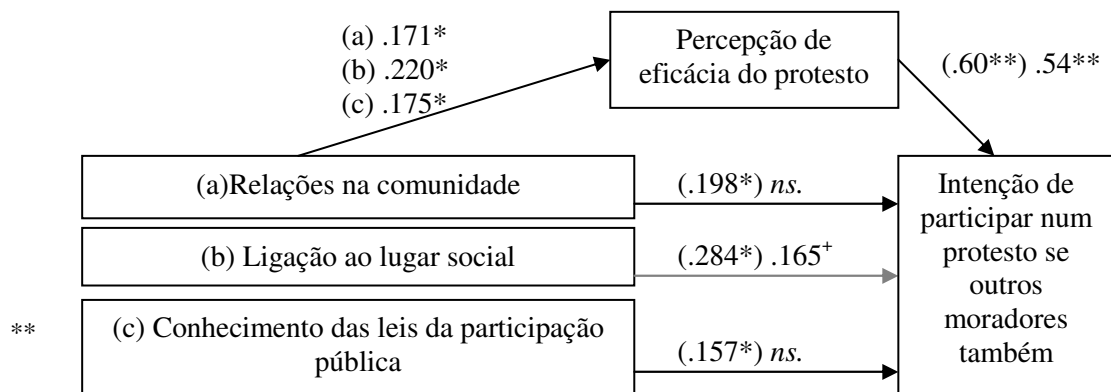
Figura 14 – Efeitos de mediação da percepção de eficácia do protesto para a intenção de participar num protesto



** $p < .01$; * $p < .05$; + $p < .10$

O mesmo padrão de resultados foi obtido para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem, verificando-se que a percepção de eficácia do protesto medeia a relação entre as 'Relações na comunidade' (*Teste de Sobel* $Z=2.1$; $p < .05$), a 'Ligação ao lugar social' (*Teste de Sobel* $Z=1.935$; $p < .10$), o conhecimento relatado das leis da participação pública (*Teste de Sobel* $Z=2.307$; $p < .05$) e a variável critério (Figura 15).

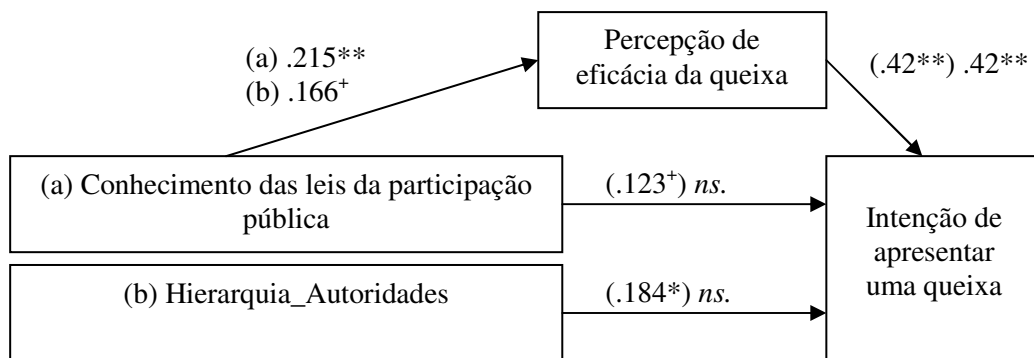
Figura 15 - Efeitos de mediação da percepção de eficácia do protesto para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem



** $p < .01$; * $p < .05$; + $p < .10$

Por seu turno, a percepção de eficácia da queixa medeia apenas a relação entre o conhecimento relatado das leis da participação pública (*Teste de Sobel* $Z=2.624$; $p<.01$) e a crença acerca do papel das autoridades nos processos de tomada de decisão (*Teste de Sobel* $Z=1.804$; $p<.10$) e a intenção de apresentar uma queixa às autoridades (Figura 16)

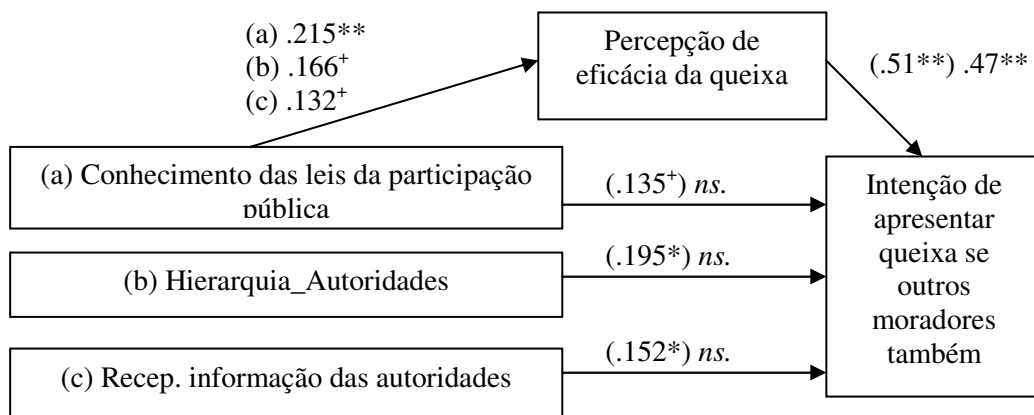
Figura 16 - Efeitos de mediação da percepção de eficácia da queixa para a intenção de apresentar queixa



** $p<.01$; * $p<.05$; + $p <.10$

Finalmente, a percepção de eficácia da queixa medeia a relação entre o conhecimento das leis da participação (*Teste de Sobel* $Z=2.71$; $p<.01$), a recepção de informação das autoridades locais (*Teste de Sobel* $Z=1.774$; $p<.10$), a crença acerca do papel das autoridades nos processos de tomada de decisão (*Teste de Sobel* $Z=1.835$; $p<.10$) e a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem (Figura 17).

Figura 17 - Efeitos de mediação da percepção de eficácia da queixa para a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem



** $p<.01$; * $p<.05$; + $p <.10$

Na sequência dos resultados apresentados anteriormente, estas análises mostram como a ligação ao lugar, especificamente, a ‘Ligação ao lugar social’ e as ‘Relações na comunidade’, tem não só um papel directo na intenção de participar, mas também indirecto, ao influenciar a percepção de eficácia da participação³³ e, por essa via, a intenção de participar, o que vai de encontro à literatura (Giguère & Lalonde, 2010; van Zomeren et al., 2008).

Por seu turno, também o conhecimento relatado das leis da participação pública é um preditor importante e consistente da percepção de eficácia da participação, mostrando que quem considera conhecer as leis percebe a participação como mais consequente. Também já ter recebido informações das autoridades locais acerca de decisões relativas à comunidade tem impacto para a percepção de eficácia da queixa, mas apenas no caso da intenção de participar em conjunto com outros moradores. Neste caso, quem relata já ter recebido informações das autoridades locais percebe a queixa como mais eficaz, e, conseqüentemente, contrariamente ao que prevíamos, revela uma maior intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem. Finalmente, também no caso da queixa, a crença de que as decisões sobre os bairros devem ser deixadas para as autoridades conduz a uma maior percepção de eficácia da queixa e, nesse seguimento, a uma maior intenção de participar, contrariamente ao que prevíamos. Este resultado pode ser entendido à luz das análises realizadas para os grupos unívocos e não-unívocos (Tabela 15). Como verificámos, a diferença entre grupos para a intenção de apresentar queixa não se revelou estatisticamente significativa. Parece assim que considerar que os processos de tomada de decisão sobre os bairros devem ser da responsabilidade das autoridades legitima a apresentação de uma queixa, pois esta é feita precisamente às autoridades.

3.2.3. Participação passada e ausência de participação em relação ao ambiente construído do Bairro Alto: Semelhanças e diferenças

Tendo em conta os resultados anteriormente apresentados, analisámos de seguida se existiriam diferenças significativas para as variáveis incluídas nos modelos para prever a

³³ Mais uma vez, os efeitos de mediação foram também testados excluindo das análises as variáveis que não se revelaram predictoras das variáveis critério em nenhum dos blocos das análises de regressão. Os mesmos resultados foram obtidos para as análises de mediação, verificando-se apenas no caso da intenção de apresentar uma queixa se outros moradores também o fizessem que a percepção de eficácia da queixa medeia parcialmente a relação entre as ‘Relações na comunidade’ e a variável critério (*Teste de Sobel* $Z = 1,789$; $p < .10$).

intenção de participar entre os moradores que revelaram já ter participado num protesto ou apresentado uma queixa às autoridades no passado e entre os moradores que relataram nunca o ter feito. Apresentamos na Tabela 20 os resultados relativos às diferenças entre grupos que se revelaram significativos³⁴.

Tabela 20 – Médias, desvios-padrão e diferenças entre os moradores do bairro que já e nunca participaram num protesto, e entre os moradores que já e nunca apresentaram uma queixa às autoridades

	<i>Protesto</i>		<i>Queixa</i>	
	<i>Já</i>	<i>Nunca</i>	<i>Já</i>	<i>Nunca</i>
Intenção de participar num protesto	<i>M</i> =3.15; <i>DP</i> =.67	<i>M</i> =2.026; <i>DP</i> =.84	<i>ns.</i>	
	<i>t</i> (199)=-5.732; <i>p</i> <.000			
Intenção de participar num protesto se outros moradores também	<i>M</i> =3.13; <i>DP</i> =.71	<i>M</i> =2.23; <i>DP</i> =.9	<i>ns.</i>	
	<i>U</i> =952; <i>z</i> =-5.077; <i>p</i> <.000			
Intenção de apresentar uma queixa	<i>M</i> =2.61; <i>DP</i> =.8	<i>M</i> =2.11; <i>DP</i> =.89	<i>M</i> =3.03; <i>DP</i> =.61	<i>M</i> =1.97; <i>DP</i> =.84
	<i>t</i> (200)=-2.476; <i>p</i> <.05		<i>U</i> =1064.5; <i>z</i> =-6.361; <i>p</i> <.000	
Intenção de apresentar uma queixa se outros moradores também	<i>M</i> =2.76; <i>DP</i> =.76	<i>M</i> =2.17; <i>DP</i> =.92	<i>M</i> =3; <i>DP</i> =.67	<i>M</i> =2.07; <i>DP</i> =.88
	<i>t</i> (200)=-2.802; <i>p</i> <.01		<i>U</i> =1332; <i>z</i> =-5.463; <i>p</i> <.000	
Percepção de eficácia do protesto	<i>M</i> =2.4; <i>DP</i> =1.01	<i>M</i> =1.86; <i>DP</i> =.82	<i>ns.</i>	
	<i>t</i> (202)=-2.613; <i>p</i> <.01			
Hierarquia_Autoridades	<i>ns.</i>		<i>M</i> =4.75; <i>DP</i> =1.93	<i>M</i> =3.95; <i>DP</i> =1.99
	<i>t</i> (200)=-2.245; <i>p</i> <.05			
Hierarquia_Profissionais	<i>M</i> =4.23; <i>DP</i> =2.02	<i>M</i> =4.97; <i>DP</i> =1.62	<i>ns.</i>	
	<i>t</i> (200)=1.763; <i>p</i> <.10			
Confiança nas autoridades locais	<i>M</i> =2.63; <i>DP</i> =1.98	<i>M</i> =3.5; <i>DP</i> =1.8	<i>ns.</i>	
	<i>t</i> (201)=1.985; <i>p</i> <.05			
Ligação ao lugar social	<i>ns.</i>		<i>M</i> =5.5; <i>DP</i> =1.41	<i>M</i> =5.09; <i>DP</i> =1.32
	<i>t</i> (198)=1.775; <i>p</i> <.10			
Satisfação com o bairro	<i>M</i> =3.9; <i>DP</i> =1.74	<i>M</i> =4.83; <i>DP</i> =.168	<i>M</i> =4.08; <i>DP</i> =1.81	<i>M</i> =4.88; <i>DP</i> =1.66
	<i>t</i> (200)=2.457; <i>p</i> <.05		<i>t</i> (200)=2.547; <i>p</i> <.05	

Apesar destes resultados serem apenas indicativos – tendo em conta o número de moradores que já participou através de um dos dois tipos de participação – corroboram alguns

³⁴ Nos testes de comparações de médias efectuados verificámos sempre que não era violado o pressuposto da homogeneidade de variâncias entre grupos. Quando tal não se verificou, efectuámos as comparações através do teste não paramétrico de Mann-Whitney.

dos resultados obtidos até aqui e ajudam a esclarecer outros. Desde logo, acentuam como a participação passada é um importante determinante da intenção de participar, como aponta a literatura (ver Klandermans et al., 2004). Depois, acentuam a importância dos factores psico-sociais que surgiram como preditores da intenção de participar, como sejam a (in)satisfação com o bairro, a percepção de eficácia da participação (no caso do protesto), a ‘Ligação ao lugar social’ e a crença acerca do papel das autoridades nos processos de tomada de decisão (no caso da queixa). Finalmente, acentuam ainda como, apesar dos preditores da intenção de participar num protesto ou de apresentar uma queixa terem sido sensivelmente os mesmos (Tabelas 18 e 19), estes dois tipos de participação têm diferentes características. Aliás este resultado já vem no seguimento do que as análises dos preditores da percepção de eficácia do protesto e da queixa nos sugeriu. Por um lado, já ter participado num protesto tem implicações não só para a intenção de participar num protesto, como também para a intenção de apresentar uma queixa às autoridades, enquanto que o inverso não se verifica. Por outro lado, já ter participado num protesto está associado a uma maior contestação do papel exclusivo dos profissionais nos processos de tomada de decisão (Batel & Castro, 2009) e à falta de confiança nas autoridades locais, enquanto que já ter apresentado uma queixa está associado a uma maior ‘Ligação ao lugar social’, bem como a uma maior acentuação do papel das autoridades nos processos de tomada de decisão. Por outras palavras, estes resultados sugerem que a participação num protesto se relaciona de forma mais evidente com a contestação das representações imanentes da participação, contestando a função exclusiva dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão e a ausência de participação dos cidadãos (Batel & Castro, 2009; Lima, 2009). Isto torna-se ainda mais evidente se tivermos em conta os resultados apresentados anteriormente em relação aos grupos unívocos e não unívocos.

3.3. Heterogeneidade social do Bairro Alto: Impacto para a intenção de participar em relação ao seu ambiente construído

Para cumprir o último objectivo deste estudo, explorámos se as dimensões da ligação ao lugar – incluindo a satisfação com o bairro - e as crenças acerca da composição física ($M=2.39$; $DP=1.56$) e social ($M=3.95$; $DP=1.95$) do Bairro Alto no futuro, teriam um impacto diferenciado na intenção de participar pelo ambiente construído do bairro, para moradores

com menos e mais habilitações literárias³⁵ e para moradores e trabalhadores. Analisámos ainda se encontraríamos diferenças entre os grupos em relação ao impacto da percepção de eficácia da participação e da confiança nas autoridades locais para a intenção de participar.

Antes disso, começámos por analisar a relação entre as dimensões da ligação ao lugar e as crenças relativas ao desejo de homogeneidade social e física da comunidade³⁶, com o objectivo de compreender a que dimensões da ligação ao lugar o desejo de homogeneidade física e social do bairro mais se associavam. Análises de regressão mostraram que, controlando as variáveis sócio-demográficas, apenas a ‘Ligação ao lugar físico’ prevê significativamente o desejo de homogeneidade física do Bairro Alto ($Beta=-.231$; $p<.05$; $F(6,180)=3.179$; $p<.01$, R^2 Ajustado=.066). Já o desejo de homogeneidade social do bairro no futuro tem como preditores o tempo de residência no bairro ($Beta=-.302$; $p<.01$; $ES=3,68\%$), as habilitações literárias ($Beta=.192$; $p<.05$; $ES=2,07\%$), a escolha do lugar de residência ($Beta=-.216$; $p<.01$; $ES=3,16\%$) e as ‘Relações na comunidade’ ($Beta=-.276$; $p<.01$; $ES=5,61\%$), verificando-se que é esta última variável que mais contribui para explicar a variável critério ($F(6,180)=6.726$; $p<.01$; R^2 Ajustado=.156). Concretamente, quanto maior a percepção de homogeneidade e interdependência entre os membros da comunidade, mais se deseja que essa seja socialmente homogénea no futuro.

De seguida, analisámos se distintas dimensões da ligação ao lugar e distintas representações acerca da composição física e social da comunidade teriam impacto diferenciado para a intenção de participar de vários grupos da comunidade. Regressões hierárquicas foram realizadas, separadamente para moradores e trabalhadores, e para moradores com mais e menos habilitações literárias. A comparação entre grupos foi realizada transformando estas variáveis em *dummy* (em que 0=Até escolaridade obrigatória; 1=Mais de 12º ano/ 0=Moradores; 1=Trabalhadores) e testando o seu papel moderador entre as variáveis predictoras e as variáveis dependentes, i.e., as medidas da intenção de participar. Num primeiro bloco introduzimos apenas as variáveis predictoras para controlar os efeitos principais, centrando-as, e no segundo bloco as interações a testar (Aiken & West, 1991).

³⁵ Como referido anteriormente neste trabalho, a escolha das habilitações literárias enquanto critério para a comparação entre grupos baseou-se, por um lado, na caracterização desta comunidade (ver Capítulo VI) e, por outro lado, no facto de existirem propostas específicas na literatura acerca da importância de distintas dimensões da ligação ao lugar para grupos com distintas características sócioeconómicas (Pol et al., 2002; Fried, 2000). Dividimos assim esta variável em dois grupos: o dos participantes com habilitações entre a primária completa e o 9º ano (nível de escolaridade obrigatória) e o dos participantes com habilitações superiores ao 12º ano. Participantes sem escolaridade ou com a primária incompleta não foram incluídos nas análises, uma vez que poderão não reunir recursos para poderem, especificamente, apresentar uma queixa às autoridades.

³⁶ Análise de regressão complementares demonstraram que as crenças relativas à homogeneidade física e social do Bairro Alto no futuro não tinham impacto directo para a intenção de participar, para nenhum dos tipos de participação medidos.

Começando pela análise relativa à intenção de participar num protesto, e no que se refere aos moradores tendo em conta as suas habilitações literárias, encontramos um efeito de moderação desta variável com o desejo de homogeneidade social do Bairro Alto (Tabela 21). A análise deste efeito de interação revela que o desejo de homogeneidade social do Bairro Alto tem um efeito tendencialmente significativo na intenção de participar num protesto para os moradores com menos habilitações literárias ($Beta=-.162$; $p=.135$), contrariamente aos moradores com mais habilitações literárias ($Beta=.141$; $p=.253$). Especificamente, os moradores com menos habilitações literárias revelam tendencialmente maior intenção de participar num protesto quando desejam que o Bairro seja socialmente homogêneo no futuro.

Quando comparamos os moradores com os trabalhadores do bairro, verificamos um efeito de moderação entre o tipo de ocupação do bairro e a confiança nas autoridades locais para a intenção de participar num protesto (Tabela 21). Este efeito de moderação revela que enquanto que para os moradores a confiança nas autoridades não é importante para prever a intenção de participar ($Beta=-.034$; *ns.*), para os trabalhadores esta variável prevê significativamente a sua intenção de participar num protesto ($Beta=-.350$; $p<.01$). Nomeadamente, quanto menor a sua confiança nas autoridades locais, maior a sua intenção de participar num protesto.

Tabela 21 – Resultados da regressão para a intenção de participar num protesto de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro

	Moderador	
	Habilitações Literárias(a)	Tipo de ocupação do bairro(b)
	Beta	Beta
Moderador	.082	-.035
Ligação ao lugar físicoXModerador	-.108	.047
Ligação ao lugar socialXModerador	-.063	-.027
Relações na comunidadelXModerador	-.111	-.028
Satisfação bairroXModerador	-.137	.020
Homogeneidade FísicaFuturaXModerador	-.094	-.005
HomogeneidadeSocialFuturaXModerador	.201+ (ES= 1,7%)	.058
Confiança AutoridadesXModerador	.096	-.142* (ES=1,37%)
EficáciaXModerador	.030	.003

(a) $F(17,131)=4.158$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.266

(b) $F(17,230)=7.027$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.293

Para a intenção de participar num protesto se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem verifica-se um efeito de moderação entre o nível de habilitações literárias dos moradores e a homogeneidade social desejada para o Bairro Alto, bem como entre o nível de habilitações literárias e a confiança nas autoridades locais (Tabela 22). A análise desta última

moderação demonstra que a confiança nas autoridades prevê positivamente a intenção de participar num protesto se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem para os moradores com mais habilitações literárias ($Beta=.240$; $p<.05$), mas não para quem tem menos habilitações literárias ($Beta=-.056$; $ns.$). Vemos então como apesar de a confiança nas autoridades locais não se revelar um preditor significativo da intenção de participar quando consideramos todos os moradores da comunidade, esta se revela significativa se considerarmos que a comunidade é heterogénea e que distintas dimensões da comunidade serão diferentemente importantes para os diversos grupos que a compõem. Para os moradores com mais habilitações literárias, e contrariamente aos trabalhadores, é a confiança nas autoridades locais para tomarem boas decisões sobre o Bairro Alto que prevê a sua intenção de participar. Este resultado sugere assim que para estes moradores o facto de confiarem nas autoridades locais legitima que participem contra uma transformação do ambiente construído do bairro com qual não concordam.

Em relação ao efeito de interacção entre a homogeneidade social desejada do Bairro Alto e as habilitações literárias, este mais uma vez reflecte que para os moradores com menos habilitações literárias o desejo de homogeneidade social futura do Bairro Alto prevê tendencialmente a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem ($Beta=-.144$; $p=.171$), mas esta é menos importante para determinar a intenção de participar dos moradores com mais habilitações literárias ($Beta=.129$; $p=.283$). No que se refere aos moradores em comparação com os trabalhadores do Bairro Alto verificamos mais uma vez um efeito de interacção significativo entre a confiança nas autoridades e o tipo de ocupação (Tabela 22). Este demonstra que para os trabalhadores a confiança nas autoridades prevê negativamente a intenção de protesto ($Beta=-.407$; $p<.01$) enquanto que para os moradores não ($Beta=.027$; $ns.$).

Tabela 22 - Resultados da regressão para a intenção de participar num protesto se outros moradores também o fizessem, de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro

	Moderador	
	Habilitações Literárias(a)	Tipo de ocupação do bairro(b)
	Beta	Beta
Moderador	.016	-.040
Ligação ao lugar físicoXModerador	-.194	.024
Ligação ao lugar socialXModerador	.130	-.121
Relações na comunidadeXModerador	-.027	-.032
Satisfação bairroXModerador	-.152	.085
HomogeneidadeFísicaFuturaXModerador	.033	-.017
HomogeneidadeSocialFuturaXModerador	.181+ (ES=1,4%)	.088
Confiança AutoridadesXModerador	.184+ (ES=1,74%)	-.192** (ES=2,5%)
EficáciaXModerador	-.057	.033

(a) $F(17,133)=4.710$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.296(b) $F(17,232)=9.751$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.374

Para a intenção de apresentar queixa verificam-se resultados algo diferentes daqueles encontrados para a intenção de protesto. Nomeadamente, e no que se refere aos moradores tendo em conta as habilitações literárias, verifica-se um efeito de interação entre o nível de habilitações literárias e a ‘Ligação ao lugar físico’, tal como prevíamos (Tabela 23). Este demonstra que para os moradores com mais habilitações literárias a ‘Ligação ao lugar físico’ prevê negativamente a intenção de apresentar queixa ($Beta=-.395$; $p<.05$), enquanto que para os moradores com menos habilitações literárias esta relação não é significativa ($Beta=.129$; $ns.$). Tal como mostrado noutros estudos (e.g., Pol et al., 2002) e no seguimento dos resultados do estudo anterior (ver Estudo 4), este resultado corrobora assim que para os moradores com mais habilitações literárias é sobretudo a sua identificação com as características físicas do lugar que contribui para a sua intenção de participar contra uma transformação do ambiente construído do Bairro Alto. No entanto, neste caso, é a reduzida ‘Ligação ao lugar físico’ que prevê a intenção de participar, sugerindo assim que é quando o lugar físico contribui menos para a sua identificação com o lugar que revelam maior intenção de participar.

Na Tabela 23 encontramos também um efeito de interação entre o nível de habilitações literárias e a homogeneidade física desejada para o bairro. A inspeção desta moderação revela que o desejo de heterogeneidade física do bairro prevê tendencialmente a intenção de apresentar queixa dos moradores com menos habilitações literárias ($Beta=.176$; $p=.107$) mas não dos moradores com mais habilitações literárias ($Beta=-.117$; $p=.324$), contrariamente ao que prevíamos.

Já no que se refere aos moradores por comparação com os trabalhadores, verifica-se um efeito de interação entre a ‘Ligação ao lugar social’ e o tipo de ocupação do bairro (Tabela 23). A inspeção deste efeito revela que esta dimensão da ligação ao lugar prevê positivamente a intenção de apresentar queixa para os moradores ($Beta=.168$; $p<.10$), mas não para os trabalhadores ($Beta=-.152$; $ns.$), no seguimento dos resultados que apresentámos anteriormente.

Tabela 23 - Resultados da regressão para a intenção de apresentar queixa de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro

	Moderador	
	Habilitações Literárias(a)	Tipo de ocupação do bairro(b)
	Beta	Beta
Moderador	.181*	-.049
Ligação ao lugar físicoXModerador	-.329* (ES=2,7%)	.124
Ligação ao lugar socialXModerador	.156	-.174+ (ES=1,02%)
Relações na comunidadeXModerador	-.023	-.027
Satisfação bairroXModerador	-.090	.078
HomogeneidadeFísicaFuturaXModerador	-.207+ (ES=1,71%)	-.046
HomogeneidadeSocialFuturaXModerador	-.013	.057
Confiança AutoridadesXModerador	-.019	-.067
EficáciaXModerador	.034	.040

(a) $F(17,132)=3.678$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.234

(b) $F(17,231)=5.216$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.224

Por último, para a intenção de apresentar queixa se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem verifica-se um efeito de moderação, mais uma vez, entre a ‘Ligação ao lugar físico’ e o nível de habilitações literárias dos moradores do Bairro Alto (Tabela 24). A análise deste efeito mostra que para os moradores com mais habilitações literárias a ‘Ligação ao lugar físico’ prevê significativamente a sua intenção de participar ($Beta=-.290$; $p<.05$), contrariamente aos moradores com menos habilitações literárias, para quais esta relação não é significativa ($Beta=.160$; $ns.$).

Também em relação à comparação entre moradores e trabalhadores se verifica mais uma vez um efeito de interação entre o tipo de ocupação da comunidade e a ‘Ligação ao lugar social’ (Tabela 24). Especificamente, e repetindo o padrão encontrado para a intenção de apresentar queixa, esta dimensão da ligação ao lugar prevê positivamente a intenção de participar para os moradores ($Beta=.183$; $p<.05$), mas não para os trabalhadores do Bairro Alto ($Beta=-.139$; $ns.$).

Tabela 24 - Resultados da regressão para a intenção de apresentar queixa se outros moradores também o fizessem de moradores com mais e menos habilitações literárias e trabalhadores do bairro

	<i>Moderador</i>	
	<i>Habilitações Literárias</i>	<i>Tipo de ocupação do bairro</i>
	<i>Beta</i>	<i>Beta</i>
Moderador	.077	-.053
Ligação ao lugar físicoXModerador	-.283* (ES=1,98%)	.058
Ligação ao lugar socialXModerador	.189	-.175+ (ES=1,04%)
Relações na comunidadeXModerador	-.053	-.027
Satisfação bairroXModerador	-.095	.068
HomogeneidadeFísicaFuturaXModerador	-.110	-.047
HomogeneidadeSocialFuturaXModerador	.045	.087
Confiança AutoridadesXModerador	-.007	-.095
EficáciaXModerador	-.110	.060

(a) $F(17,132)=5.003$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.314

(b) $F(17,231)=7.360$; $p<.000$; R^2 Ajustado=.304

No conjunto, estes resultados demonstram como é relevante ter em conta e analisar a heterogeneidade das comunidades. De acordo com as nossas hipóteses, a dimensão de ‘Ligação ao lugar físico’ é mais determinante para prever a intenção de participar dos moradores com mais habilitações literárias, ou seja, dos moradores mais recentes do bairro, os novos lisboetas (Seixas, 2001; Mendes, 2006). A intenção de participar dos moradores mais antigos poderá por seu turno ser explicada sobretudo pelas suas representações acerca da comunidade, pela forma como a definem e como desejam que seja no futuro, nomeadamente, fisicamente mais heterogénea e socialmente mais homogénea. Por último, vimos ainda como para os trabalhadores é a falta de confiança nas autoridades locais para tomarem decisões correctas sobre assuntos relacionados com o bairro que promove a sua intenção de participar.

4. Discussão

Este estudo pretendeu analisar mais alguns dos determinantes, promotores e inibidores, da participação enquanto comportamento não-activista da esfera pública. Especificamente, em relação ao ambiente construído do Bairro Alto.

A participação, tanto enquanto direito como enquanto dever dos membros das comunidades, especificamente no que se refere à preservação do seu ambiente e património, é ampla e consensualmente apoiada pelos moradores do Bairro Alto, resultado que salienta, mais uma vez, a normatividade destas ideias. Contudo, este apoio não implica uma maior participação destes moradores em relação aos processos de tomada de decisão que afectam a

sua comunidade, nomeadamente, os que dizem respeito à transformação do seu ambiente construído. Ou seja, apesar do reconhecimento da importância da participação, no sentido normativo, a sua prática, ao implicar directamente os indivíduos, pode ser resistida (Moloney & Walker, 2002; Spini & Doise, 1998; Castro & Batel, 2008). Os campos representacionais em relação à participação são híbridos e heterogéneos, conjugando várias ideias em relação a essa e aos recursos considerados necessários para participar.

Apesar de a maioria dos participantes reconhecerem e apoiarem aquilo que é normativo, isto é, que a participação é um dever e um direito dos membros das comunidades, defendem ao mesmo tempo outras ideias que legitimam que a sua participação não precise de ser implementada na prática. Acomodam novas e velhas ideias acerca do papel dos cidadãos e dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão que lhes permitem manter as novas ideias desarticuladas com práticas concordantes. Por outras palavras, as ideias e práticas em relação à participação parecem ainda associar-se a representações imanentes que acentuam o papel principal dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão (Batel & Castro, 2009; Gonçalves & Castro, 2009; Nunes & Serra, 2002) e que justificam que a participação dos cidadãos não precise de ser totalmente concretizada. Esta hibridização dos campos representacionais individuais acerca da participação pública, associada às suas dimensões mais institucionais e culturais (Castro & Batel, 2008), ajuda-nos a compreender melhor como o elevado apoio à participação pode co-existir com a falta de práticas em relação à mesma. De facto, é quando se verifica uma menor contradição nos campos representacionais acerca do papel dos membros das comunidades e dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão que se verifica uma maior intenção de participar. Esta análise explícita das dimensões mais institucionais da participação ou acção colectiva, que implicam as relações entre os sistemas leigo e técnico-político e perspectivas acerca do seu papel nos processos de tomada de decisão, é assim também crucial para compreendermos os determinantes da participação.

Este aspecto tornou-se ainda mais claro no facto de a percepção de eficácia da participação surgir como o preditor mais relevante da intenção de participar dos moradores do Bairro Alto. A intenção de participar depende claramente da percepção do seu grau de consequência ou eficácia e esta, por seu turno, depende, mais uma vez, de dimensões institucionais, contextuais e individuais da participação: não só da ligação ao lugar, especificamente, das relações com e entre os membros da comunidade (Smith & Louis, 2008; Klandermans, 1997), mas também do conhecimento relatado das leis da participação pública, das relações com as autoridades locais e das crenças acerca do papel das autoridades nos

processos de tomada de decisão (no caso da queixa). De facto, um aspecto digno de nota é como, contrariamente ao que prevíamos, a acentuação do papel principal das autoridades nos processos de tomada de decisão sobre os bairros e já ter recebido informações no passado das autoridades locais acerca de processos de tomada de decisão relativos ao bairro contribuirão para uma maior percepção de eficácia da queixa e, por essa via, para a intenção de apresentar queixa. Estes resultados acentuam, mais uma vez, a hibridização dos campos representacionais acerca da participação. Ou seja, como apesar de os moradores do Bairro Alto concordarem simultaneamente com a participação como um dever e um direito seu, acentuam ainda e sobretudo o papel que os sistemas técnico-políticos deverão desempenhar nos processos de tomada de decisão e para a participação dos moradores. Fazem assim depender a sua intenção de participar, no caso da queixa, do papel desempenhado pelos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão e de estes já terem disponibilizado informação no passado acerca de processos de tomada de decisão relativos ao bairro.

É assim na interacção entre estes factores, de vários níveis, que se pode compreender melhor não só o que é que poderá justificar a discrepância entre as ideias e as práticas em relação à participação, mas também o que poderá promover uma maior participação dos membros da comunidade. Num contexto em que as ideias pró-ambientais e o apoio a comportamentos que as ponham em prática são amplamente normativos (Castro, 2006) e em que posições mais objectivas na estrutura social cada vez menos se revelam capazes de os explicar (Séguin et al., 1998; Castro, 2006), é relevante adoptar um olhar mais próximo do contexto e de factores psico-sociais relevantes a esse nível que possam ajudar a esclarecer o que poderá promover a adopção efectiva desses comportamentos (Devine-Wright, 2009). De facto, os resultados mostram como a intenção de participar, bem como a percepção de eficácia da participação, dependem pouco de variáveis sócio-demográficas. Pelo contrário, a ligação ao lugar revelou ser um importante preditor da intenção de participar e também da percepção de eficácia da participação, à semelhança do que outros estudos sobre acção colectiva têm mostrado (van Zomeren et al., 2008; Klandermans, 1997).

Os resultados apresentados salientam assim que, para podermos compreender melhor o impacto da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos ambientais (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Devine-Wright, 2009), é relevante termos em conta dois aspectos, também já sugeridos nos resultados do estudo anterior (ver Estudo 4). Primeiro, que a ligação ao lugar é multifacetada, compreendendo não só a relação com o lugar físico, mas também a relação com o lugar social (Manzo & Perkins, 2006). Para

comportamentos ambientais como a participação, esta última dimensão da ligação ao lugar pode ser mais importante, como as propostas da Psicologia Social relativas à acção colectiva têm mostrado (Giguère & Lalonde, 2010; van Zomeren et al., 2008; Klandermans, 1997). Por seu turno, o que estes resultados também salientam é que esta tem que ver não só com as percepções das relações entre os membros do grupo (Obst & White, 2004), mas também com a ligação afectiva ao grupo que ocupa o lugar. De facto, e tal como a literatura da Psicologia Social reflectindo sobre o impacto da identidade social para a acção colectiva tem mostrado, parece ser a dimensão afectiva da relação com o grupo que ocupa o lugar e a centralidade do grupo para a definição da nossa identidade (ver Giguère & Lalonde, 2010 e van Zomeren et al., 2008; De Weerd & Klandermans, 1999) que é mais determinante para a intenção de participar em diferentes formas de acção colectiva. No entanto, também as percepções acerca dos membros da comunidade, ou seja, a percepção de consenso e de homogeneidade entre esses (Smith & Louis, 2008; Bliuc et al., 2007) são importantes em determinar a percepção de eficácia da participação, sobretudo quando esta envolve outros membros da comunidade. Neste sentido, os resultados apresentados sugerem que no futuro será importante integrar de forma mais abrangente as propostas da Psicologia Social acerca das componentes da identidade social (Cameron, 2004), nomeadamente, de modo a complementar a operacionalização da ligação ao lugar físico com a operacionalização da ligação ao grupo que ocupa a comunidade. Especificamente, operacionalizando a Centralidade e o Afecto Endo-Grupal em relação ao grupo que ocupa a comunidade e não só em relação ao lugar físico, e avaliando o seu impacto para a participação.

Os resultados mostraram ainda como também a escolha do lugar de residência – ou o que podemos designar de dimensão comportamental da ligação ao lugar (De Weerd & Klandermans, 1999; Bernardo & Palma, 2005) – e a satisfação com o bairro são importantes preditores (Stedman, 2002; Pol et al., 2002) da intenção de participar. O impacto da escolha do lugar de residência salienta como quando decidimos pertencer a um grupo ou a um lugar estamos mais dispostos a desenvolver acções por ele (De Weerd & Klandermans, 1999). Por seu turno, o impacto da satisfação com o bairro para a intenção de participar demonstra como, em conjugação com o papel desempenhado pelas dimensões da ligação ao lugar para a intenção de participar, “we are willing to fight for places that are more central to our identities and that we perceive as being in less-than-optimal condition” (Stedman, 2002, p.577).

Em segundo lugar, estes resultados também acentuam que para compreender melhor o papel da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos pró-ambientais, é relevante considerarmos que a ligação ao lugar, sendo multifacetada, tem distintas implicações para

diferentes crenças sobre a comunidade e, nesse sentido, pode desempenhar um papel diferenciado nas atitudes e comportamentos de vários grupos da comunidade. Vimos, primeiro, que distintas crenças sobre a comunidade são determinadas por relações específicas com essa - a 'Ligação ao lugar físico' determina o desejo de homogeneidade física do bairro e as 'Relações na comunidade' o desejo de homogeneidade social (ver também Simon et al., 1995; Doosje et al., 1995; Bliuc et al., 2007). Depois, que para os moradores com mais habilitações literárias é sobretudo a 'Ligação ao lugar físico', relacionada com o que desejam para a composição física da comunidade, que prevê a sua intenção de participar. Este resultado salienta ainda como enquanto que para outros comportamentos ambientais, como os da esfera privada (Pol et al., 2002; Castro, Batel et al., 2009), uma elevada identificação com o lugar físico pode ser mais importante para prever atitudes e comportamentos pró-ambientais, para a intenção de participar parece ser mais relevante uma baixa identificação com o lugar físico. Já para os moradores com menos habilitações literárias, a sua intenção de participar poderá ser explicada sobretudo pelo desejo de heterogeneidade física e homogeneidade social da comunidade (Lewicka, 2005; Pol et al., 2002; Fried, 2000). Finalmente, para os trabalhadores do Bairro Alto é a falta de confiança nas autoridades locais para tomarem decisões correctas acerca da comunidade que influencia a sua intenção de participar, salientando o seu papel mais funcional no seio da comunidade. Neste sentido, este estudo torna muito claro que para se compreender melhor a relação entre a ligação ao lugar e distintas atitudes e comportamentos ambientais é também importante considerar que as comunidades são heterogéneas.

Finalmente, mostrámos também que dentro dos comportamentos ambientais não-activistas da esfera pública é importante distinguirmos distintos tipos de comportamentos (ver Mouro & Castro, 2009, para outra ilustração). Os resultados apresentados sugerem que o protesto, um tipo de participação que exige um maior esforço e mobilização dos indivíduos (Klandermans, 2002a) e que é mais público, está mais dependente de factores quer individuais (como as habilitações literárias), quer contextuais (sobretudo através da percepção de eficácia do protesto, como a 'Ligação ao lugar social' e as 'Relações na comunidade'), quer ainda de dimensões mais institucionais, relacionadas com a contestação do papel dos sistemas técnico-políticos nos processos de tomada de decisão. Por seu turno a queixa, um comportamento mais individual, está mais dependente directamente da ligação ao lugar e menos dependente das representações transcendentais da participação.

Em suma, este estudo evidenciou como para compreender melhor os preditores da participação enquanto comportamento ambiental não-activista da esfera pública, é útil integrar

propostas da Psicologia Ambiental com propostas da Psicologia Social acerca dos preditores da acção colectiva. Tanto no que se refere à reflexão sobre e operacionalização da identidade social/ligação ao lugar (De Weerd & Klandermans, 2004; Cameron, 2004; van Zomeren et al., 2008), como no que se refere a outros preditores, tais como a percepção de eficácia e a percepção de injustiça (Klandermans, 1997; van Zomeren et al., 2008). De facto, e a este respeito, também neste estudo teria sido útil operacionalizar medidas que permitissem avaliar a percepção de injustiça de forma mais abrangente, neste caso relativas não a mudanças concretas no bairro (Klandermans, 2002b; van Zomeren et al., 2008), mas referentes às percepções acerca das relações entre as autoridades locais e os membros da comunidade no que diz respeito aos processos de tomada de decisão que afectam a comunidade (Lima, 2006).

Finalmente, este estudo permitiu ainda ajudar a compreender melhor de que forma a heterogeneidade social que tem vindo a caracterizar esta comunidade nos últimos anos se associa a diferentes representações sobre essa e o impacto que pode ter para a preservação do ambiente construído do Bairro Alto. Os resultados deste estudo, em articulação com os do estudo anterior (ver Estudo 4) sugerem que para os moradores mais antigos do bairro, com menos habilitações literárias (Seixas, 2001) as suas atitudes e comportamentos em relação à preservação do ambiente construído da comunidade estão mais dependentes das relações sociais que estabelecem no bairro e, nesse sentido, é sobretudo o desejo de manutenção da homogeneidade social da comunidade que enforma as suas posições em relação à preservação ou transformação do seu ambiente construído. Pelo contrário, para os ‘novos lisboetas’ (Seixas, 2001), isto é, para os moradores mais recentes do bairro, com mais habilitações literárias, é sobretudo a ligação ao lugar físico, associada à composição física do bairro, que determina as suas posições em relação à transformação do ambiente construído da comunidade. Podemos assim considerar que apesar destes moradores desejarem a revitalização social do bairro (ver Estudo 4) desejam também que essa se coordene com a manutenção das suas características físicas. São precisamente os diferentes significados e relações que os vários grupos de interesse das comunidades pretendem defender e preservar que devem ser incluídos e negociados em debates multilaterais com os sistemas técnico-políticos no sentido de promover comunidades mais sustentáveis.

SECÇÃO III

DISCUSSÃO GERAL

It is as though the very words of the law had no authority in our society, except in so far as they are derived from true discourse (Michel Foucault, 1971, p.11)

Partimos para este trabalho com um objectivo em mente: contribuir para a compreensão da discrepância entre as ideias e as práticas em relação à participação pública, especificamente na sua relação com a sustentabilidade ambiental, pelos sistemas técnicos e pelo público, no caso português. De facto, a participação pública, ao ser considerada como uma importante via para a preservação do ambiente e para a melhoria da qualidade de vida de uma maneira geral (Convenção de Aarhus, 2001; Klandermans, 2002b), tem sido integrada e defendida em vários tratados e leis que pretendem que ela se torne uma prática quer dos decisores e peritos, quer dos cidadãos. Isto é, essas leis pretendem que os sistemas técnico-políticos envolvam os membros das comunidades nos processos de tomada de decisão que os afectam; pretendem também que os membros das comunidades participem activamente nesses, como forma de garantir o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis (Tratado de Aalborg, 1994; Convenção de Aarhus, 2001).

No entanto, a literatura que tem vindo a analisar os factores promotores da participação, quer enquanto prática de cidadania de uma maneira geral (Stürmer & Simon, 2004; Klandermans, 1997), quer especificamente enquanto comportamento ambiental (Stern, 2000; Fielding et al., 2008; Manzo & Perkins, 2006; Lima, 2004a; Santos, 2003), continua a debater-se com um ‘paradoxo’: apesar de a maior parte das pessoas reconhecerem e concordarem com a importância da participação e da sua implementação, as práticas não se desenvolvem concordantemente (Lima, 2009; Manzo & Perkins, 2006; Klandermans, 1997). Igual ‘paradoxo’ tem sido encontrado nas práticas dos sistemas técnico-políticos: apesar das leis da participação pública, esse sistema raramente envolve os membros das comunidades nos processos de tomada de decisão que os afectam (Manzo & Perkins, 2006; Lima, 2004a; Santos, 2003; Ferreira, 1990).

Para ajudarmos a compreender estes ‘paradoxos’ propusemos ser útil abordar dois aspectos que têm sido mais negligenciados na pesquisa da Psicologia Social. O primeiro é a contextualização da participação pública nas sociedades actuais. O segundo é o impacto da relação inter-grupal específica envolvida na participação – a relação entre os sistemas técnico-políticos e leigos. Para adicionar esses dois aspectos na análise da participação e na compreensão da discrepância entre as ideias e as práticas em relação a essa, seleccionámos um contexto de análise específico e um objecto de estudo particular: o Bairro Alto e a participação pública face à preservação do património histórico e cultural. Neste sentido, este

trabalho pretendeu ainda ajudar à compreensão dos determinantes da participação enquanto comportamento ambiental da esfera pública (Stern, 2000) na sua relação com a preservação do ambiente construído e cultural (Pol, 2007).

Ao tentarmos cumprir estes objectivos ao longo das páginas deste trabalho chegamos a uma conclusão essencial: a participação, enquanto prática de cidadania e processo psico-social, é um processo complexo (Dalton, 2008; Rose, 1996). Este ponto de chegada, que foi também o nosso ponto de partida, salienta assim que no futuro teremos muitas direcções de pesquisa a perseguir para podermos compreender melhor os aspectos psico-sociais da participação. Apesar disso, o trabalho que apresentámos até aqui permitiu-nos compreender melhor alguns desses aspectos. Ele deixou evidente que é crucial analisar a participação como um objecto social, construído pelas instituições de uma sociedade e através da comunicação – ideias, práticas - entre os indivíduos e os grupos. Ou seja, ele mostrou que é necessário ter em conta as dimensões institucionais/culturais, contextuais e individuais das representações acerca da participação e a forma como essas são apropriadas e se entrecruzam nos vários sub-sistemas sociais afectados (Castro & Batel, 2008; Batel & Castro, 2009). Por seu turno, a proposta desta abordagem mais integrada ao estudo dos determinantes da participação na Psicologia Social e Ambiental implica também abrir o diálogo entre diversas abordagens e linhas de pesquisa dentro da Psicologia Social e das ciências sociais, tentando incorporá-las para melhor compreender os determinantes da participação.

Nas próximas páginas iremos retomar estas ideias e rerepresentá-las tendo em conta a sua articulação com os estudos empíricos realizados. Isso permitirá sistematizar os contributos, teóricos e aplicados, do presente trabalho, bem como reflectir acerca das pistas que esses nos deixam para pesquisa futura.

Participação pública como um objecto de mudança normativa

Começemos por relembrar o percurso percorrido na Secção I. Este pretendeu mostrar como nas sociedades actuais a participação pública se constitui como um objecto de mudança normativa (Castro & Batel, 2008). Na Secção I acompanhámos o percurso histórico da participação na sua relação com a sustentabilidade ambiental (Capítulo I) e depois o lugar que foi adquirindo como objecto de estudo da Psicologia Ambiental (Capítulo II) e Social (Capítulo III). Isto levou-nos a propor que analisar a apropriação das leis da participação nas sociedades actuais pelos decisores e cidadãos, implica considerar que as representações transcendentais propostas nessas leis (Harré, 1998) abrem espaço para que durante a sua fase

de generalização nem todos os indivíduos e grupos pensem e ajam de acordo com o que é proposto (Capítulo IV). No entanto, as ideias incluídas nas novas leis da participação vão a pouco e pouco, nessa mesma fase, adquirindo desejabilidade social. Neste sentido, a reformulação de ideias e práticas que as leis propõem é reconhecida como devendo ser apoiada e implementada. A resistência flagrante a essas propostas normativas torna-se então difícil de encontrar (Spini & Doise, 1998; Moloney & Walker, 2002; Castro, 2006).

Isto tornou-se muito evidente na investigação empírica deste trabalho, tanto quando analisámos as posições dos peritos da reabilitação urbana do Bairro Alto (Estudo 1), como dos moradores deste bairro (Estudos 2, 4, 5) e de outros cidadãos (Estudo 3). Todos os estudos mostram que a importância da participação é ampla e consensualmente apoiada. Contudo, e apesar disso, os profissionais do Bairro Alto não envolveram os moradores desta comunidade no processo de tomada de decisão relativo aos Inglesinhos. Por sua vez, destes moradores, poucos participaram nas acções de contestação contra a transformação do Convento ou em relação a outras transformações no ambiente construído da comunidade. Para além disso, certos cidadãos, apesar de não porem em causa a importância da participação dos cidadãos e da preservação do património, desqualificaram a contestação protagonizada pelo movimento de moradores do Bairro Alto.

Como compreender estas discrepâncias? De um ponto de vista teórico, propusemos que seria necessário analisar a participação pública enquanto objecto de mudança normativa. Isto implica analisar de forma integrada as dimensões institucional e cultural, contextual e individual das representações acerca da participação (Castro & Batel, 2008). Ou seja, implica assumir que uma análise psico-social às representações sociais da participação não pode dispensar nem a análise das posições individuais em relação a essa (Stern, 2000; Potter & Wetherell, 1998), nem a forma como essas se interligam com representações transcendentais e imanentes presentes na cultura (Castro & Batel, 2008; Raudsepp, 2005; Farr, 1998), nem tão pouco como são utilizadas em contextos concretos e na interacção com os outros (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Howarth, 2006). Ter em conta esta tri-dimensionalidade das representações sociais implica, por seu turno, considerar que os campos representacionais são muitas vezes heterogéneos e contraditórios (Castro, 2006; Ellis & Thompson, 1997) e, conseqüentemente, podem ser instrumentais não só para a adaptação à mudança (Wagner, Duveen, Verma et al., 1999; Gervais & Jovchelovitch, 1999), mas também para a resistência a essa (Castro & Batel, 2008).

Neste sentido, uma melhor compreensão da relação entre ideias e práticas acerca de objectos de mudança normativa passa necessariamente por se analisar de que forma o global

se articula com o local, uma vez que a apropriação da mudança apenas se torna visível quando envolve directamente os indivíduos em contextos específicos (Castro & Batel, 2008; Moloney & Walker, 2002). É assim crucial analisar as ideias e as práticas dos indivíduos e grupos questionando-os não só em relação às propostas normativas, mas também em relação a objectos específicos que concretizam essas propostas em contextos particulares.

As potencialidades de ter em conta a interacção entre o global e o local tornou-se evidente ao longo dos estudos apresentados. Estes mostraram como as posições dos indivíduos e grupos em relação à participação são construídas com base na distinção entre o geral e o particular. Assim, quando a importância da participação, como dever dos decisores e cidadãos e como direito destes últimos, é avaliada de um ponto de vista geral, ela é apoiada. No entanto, quando a participação envolve directamente os decisores e peritos enquanto profissionais de reabilitação do Bairro Alto (Estudo 1), e quando envolve os cidadãos enquanto moradores do Bairro Alto (Estudos 2, 4, 5) ou moradores de Lisboa (Estudo 3), ela pode ser resistida. Ou seja, é quando as propostas normativas se concretizam em casos específicos que envolvem directamente os indivíduos que conseguimos compreender melhor se as suas ideias e práticas contribuem para promover ou para abrandar a mudança incluída nessas propostas.

Começemos por relembrar a análise do discurso dos profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto (Estudo 1). Apenas analisando como se posicionaram não só acerca da participação pública de uma maneira geral, mas também em relação ao caso específico de participação protagonizado pelo movimento de moradores do Bairro Alto e a esta comunidade particular, nos foi possível compreender os processos psico-sociais que justificam a descoordenação entre as suas ideias e práticas em relação à participação. As ideias e as práticas dos moradores do Bairro Alto em relação à participação e ao património histórico e cultural da comunidade são mobilizadas pelos profissionais para denunciarem que a responsabilidade de não haver um maior envolvimento dos moradores nos processos de tomada de decisão relativos à comunidade é desses. Nesse sentido, justificam a manutenção de práticas antigas em relação à participação: os profissionais já estão totalmente de acordo com as novas leis, mas os membros da comunidade não – eles não participam, não se envolvem, não se interessam, logo não estão verdadeiramente preocupados com a preservação do património histórico da comunidade e não têm conhecimento válido para saberem o que deve ser feito. Isto permite aos peritos justificarem o facto de não haver mais envolvimento dos membros da comunidade, responsabilizando-os por isso, ao mesmo tempo que concordam com a importância do envolvimento do público de uma maneira geral. Esta estratégia

discursiva, entre o global e o local, permite então argumentar que não são necessárias mais mudanças em relação à participação, uma vez que são os moradores do Bairro Alto que ainda não alteraram as suas ideias e práticas no sentido normativo. O resultado estratégico é o de abrandar a mudança proposta pelas novas leis da participação.

No que se refere à compreensão das ideias e práticas do público em relação à participação, foi também necessário analisarmos de que forma o global se articula com o local. Mostrámos que é relevante analisar, por um lado, como as representações em relação às propostas normativas da participação na sua relação com a sustentabilidade ambiental interagem com representações antigas, imanentes, acerca da participação (Castro & Batel, 2008). Por outro lado, como representações e identidades contextualmente relevantes (Devine-Wright, 2009; Bonnes & Bonaiuto, 2002) podem contribuir para atitudes e comportamentos de participação em relação a questões ambientais específicas, como a preservação do património construído e cultural, em contextos particulares. Fazemos agora uma leitura conjunta dos resultados dos estudos apresentados. Essa sugere-nos que apesar de, a um nível abstracto ou global, a importância da participação dos cidadãos e membros das comunidades ser consensualmente apoiada pelo público, é sobretudo quando essa é contextualizada, como uma prática associada a identidades e representações contextualmente relevantes, que é concebida como podendo ser posta em prática. Ou seja, quando a participação se concretiza como uma prática consentânea com as identidades, crenças e atitudes relativas às comunidades em que vivem e ao que desejam para elas. Por outras palavras, as representações do público acerca da sua participação nos processos de tomada de decisão que os afectam são permeadas de forma evidente pela acentuação do papel principal dos profissionais e autoridades nos processos de tomada de decisão – ou representações imanentes da participação –, demonstrando como o apoio às propostas das novas leis não implica uma contestação efectiva das práticas antigas, tanto dos sistemas técnico-políticos como dos cidadãos, em relação à participação. Assim, a prática da participação pelos membros das comunidades parece ser concebida menos como a concretização da necessidade de se reformularem as relações entre os sistemas técnico-político e leigo em relação aos processos de tomada de decisão, e mais como uma resposta a decisões acerca das comunidades que ponham em causa a relação e significados que os seus habitantes estabelecem com elas.

Esta leitura mais geral dos resultados foi sendo sustentada pelos estudos apresentados. No Estudo 3 vimos como o movimento de moradores contra a transformação do Convento dos Inglesinhos é debatido por outros cidadãos sobretudo tendo em conta as implicações que a

sua contestação poderá trazer para aquilo que os intervenientes, moradores de Lisboa, pretendem para esta cidade e para o Bairro Alto enquanto parte dela. Identidades e representações contextualmente relevantes são mobilizadas para justificar a ilegitimação de alguns dos argumentos e acções do movimento de moradores, independentemente da importância atribuída à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e da exigência de os sistemas técnico-políticos os envolverem nesses processos. Também no Estudo 4 vimos como apesar da importância atribuída à participação dos moradores na gestão das cidades contribuir para explicar a resistência dos moradores do Bairro Alto à transformação do Convento dos Inglesinhos, outras crenças, contextualmente relevantes, são mais determinantes para essa explicação. De facto, também a importância que os moradores do Bairro Alto atribuem à defesa da preservação do património em geral apenas contribui para explicar a resistência à transformação do Convento quando conjugada com crenças contextualmente relevantes, relacionadas com o que desejam para a comunidade em que vivem. São sobretudo estas crenças, associadas à relação que estabelecem com o lugar onde vivem, que permitem explicar quer as suas atitudes, quer a sua intenção de participar em relação à preservação do ambiente construído do bairro, tal como evidenciado também no Estudo 5.

Compreender a relação entre ideias e práticas acerca da participação implica então considerar esta relação como contextualmente situada (Bonaiuto et al., 2002), mas relacionada com sistemas de significados mais globais (Castro, 2006). Só por via da análise explícita de como esses dois níveis se entrecruzam podemos compreender as representações imanentes dos grupos e indivíduos em relação à participação na sua relação com a preservação do património histórico e cultural, que existem independentemente das leis, ou representações transcendentais, da participação.

Neste sentido, este trabalho reforçou também a ideia de que uma análise aos determinantes da participação implica ter em conta o papel do contexto social mais alargado (Pereira, 2008; Amâncio, 2003; Simon & Klandermans, 2001). A este propósito, Portugal continua a ser caracterizado pela centralização excessiva do Estado, por burocracia extrema e uma sociedade civil pouco activa (Lima, 2009; Nogueira et al., 2006; Nunes & Serra, 2002), consequências ainda evidentes do sistema autocrático vigente em Portugal até 1974. Estas características têm sido apontadas como justificando alguns dos paradoxos da nossa sociedade, nomeadamente, a discrepância entre normas e factos noutros domínios (e.g., Amâncio & Oliveira, 2006). A presença de perspectivas hierárquicas tanto do sistema técnico como do público tornou-se evidente neste trabalho, mostrando como a responsabilidade nos

processos de tomada de decisão é atribuída, tanto numa esfera como na outra, sobretudo aos profissionais e autoridades, permitindo defender os interesses e identidades destes, e legitimar a inexistência de práticas de participação pelo público, apesar das novas leis da participação.

Em suma, as propostas e estudos aqui apresentados salientam a importância de se analisar de que modo propostas normativas globais se articulam com representações e identidades contextualmente relevantes, uma abordagem ainda pouco adoptada na literatura, mas necessária para compreender a relação entre ideias e práticas face a objectos de mudança normativa. Tendo em conta a diagnosticada discrepância entre o apoio consensual à importância da defesa do ambiente e práticas que a concretizem (Castro, 2006), compreendê-la tem que passar necessariamente por analisar o impacto e apropriação dessas ideias e práticas em contextos específicos, que envolvem directamente os indivíduos. Por outras palavras, a análise da articulação entre as dimensões normativa e funcional das representações sociais (Moloney & Walker, 2002) permite compreender melhor não só o que pode promover a mudança, mas também a resistência a essa, e este trabalho tornou claro que isto se aplica também ao caso da participação e da preservação do património histórico e cultural.

O impacto da relação entre os sistemas técnicos e leigos para a prática da participação

As leis da participação propõem que esta seja um direito e um dever dos cidadãos e um dever dos peritos e decisores. Pretendem, neste sentido, re-formular as relações entre esses grupos redistribuindo responsabilidades nos processos de tomada de decisão. Reconhecer esta característica da participação implica analisá-la simultaneamente como um direito e como um dever e, neste sentido, analisar de forma concomitante as posições de peritos e decisores e dos membros das comunidades acerca da participação. Por seu turno, e mais uma vez, analisar essas posições implica não só examinar de que modo respondem às dimensões culturais e institucionais das representações acerca da participação, mas também como essas são utilizadas em contextos específicos, na interacção com os outros (Howarth, 2006; Batel & Castro, 2009). É precisamente a análise articulada da posição e argumentos utilizados por esses grupos em relação à participação que evidencia a orientação pragmática da comunicação, ou seja, que mostra como o discurso, enquanto recurso material e simbólico, é também uma forma de agir, utilizada para defender e legitimar a posição e identidade dos grupos e, nesse sentido, com consequências para a posição e a acção do Outro (Batel & Castro, 2009; Castro & Batel, 2008; Gillespie, 2008; Howarth, 2006; Nogueira et al., 2006).

Ter em conta que as leis da participação pretendem regular a relação inter-grupal entre técnicos e leigos tem assim três implicações: primeiro, que não basta reconhecer que a participação envolve essa relação (van Vugt, 2002; Bonnes & Bonaiuto, 2002) é também preciso analisar, de forma concomitante, as posições de um e outro grupo, uma dimensão algo negligenciada na literatura; segundo, que para essa tarefa é necessário considerar que esta relação é histórica e culturalmente caracterizada por aspectos específicos, nomeadamente, relações de poder (Moscovici, 1981; Latour, 1999) que poderão ter implicações para as ideias e as práticas da participação, em ambas as esferas; terceiro, que, tendo em conta que as novas leis da participação pretendem alterar essas relações, é necessário analisar não só as representações dos grupos e indivíduos em relação às leis, normativas, mas também a forma como essa relação é contextualmente concretizada e como representações contextualmente relevantes, acerca da posição de um e outro grupo, são utilizadas. Por outras palavras, é necessário prestar especial atenção à dimensão inter-subjectiva das representações sociais (Jovchelovitch, 2007; Howarth, 2006).

Discrepância entre as ideias e práticas em relação à participação no sistema técnico:
Os profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto

Focalizando-nos nas entrevistas conduzidas com profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto (Estudo 1), foi-nos possível identificar alguns dos processos psico-sociais que podemos considerar transversais a esta esfera na resistência à mudança de ideias e práticas em relação à participação proposta pelas novas leis. Para essa tarefa, partimos da sistematização, proposta na Teoria das Representações Sociais, das características que têm sido identificadas na literatura como definindo a relação entre as esferas científica e leiga para as desenvolvermos de forma mais abrangente de modo a compreender melhor o impacto da relação e comunicação entre essas esferas para a mudança social em relação à participação (Capítulo IV). Propusemos a utilidade das noções de ‘reificação’ e ‘consensualização’ como ferramentas analíticas para examinar a comunicação entre essas esferas (Batel & Castro, 2009). Utilizando essas ferramentas e outras propostas da literatura acerca dos processos psico-sociais presentes na comunicação e envolvidos na apropriação dos indivíduos e grupos à mudança social (Capítulo IV), resumimos agora aqueles que consideramos que nos permitem compreender melhor a discrepância entre as ideias e as práticas dos sistemas técnicos em relação à participação pública em Portugal (Ferreira, 1990; Santos, 2003; Lima, 2004a; Lima, 2009), e noutros contextos (Johnson & Dagg, 2003; Manzo & Perkins, 2006).

Primeiro, a utilização da reificação como formato comunicativo para comunicar com a esfera leiga. Os peritos, ao prescreverem formas únicas de pensar e de agir em relação à participação e à reabilitação urbana do Bairro Alto, e ao acentuarem a desigualdade entre os peritos e os membros da comunidade no acesso a esses recursos, conseguem defender o papel e responsabilidade exclusiva do sistema técnico nos processos de tomada de decisão relativos à reabilitação urbana do Bairro Alto, mantendo as tradicionais relações de poder entre este sistema e o público. Isto salienta ainda como o sistema técnico pode também ser considerado como um “more powerful (high status) out-group that typically resists efforts for social change” (van Zomeren et al., 2008, p.509). Salienta também, nesse sentido, que a participação comunitária – ou acção colectiva destinada a resolver ‘desvantagens incidentais’ (van Zomeren et al., 2008) – pode revelar desvantagens mais estruturais que envolvem as relações entre os sistemas técnico-político e leigo e as relações de poder entre eles. No entanto, num contexto em que as novas leis da participação pressionam para que essas relações mudem, alguns argumentos mitigados de consensualização foram também encontrados no discurso dos peritos, abrindo algum espaço para o debate com o público, ainda que nunca considerando que esse tenha alguma coisa para oferecer nos processos de tomada de decisão.

Para além disso, a utilização quase exclusiva de uma comunicação com base na reificação pelos peritos conjugou-se ainda com a utilização de várias estratégias discursivas. A distinção geral/particular, já anteriormente referida, articulada com a distinção ‘Nós’ – peritos – ‘Eles – movimento de moradores, moradores do Bairro Alto -, a acentuação de como os peritos já estão alinhados com a norma mas o público não, a estratégia de colocar a participação pública entre duas versões conflituosas, uma maximalista, a outra minimalista. Estas ilustram como a dimensão contextual das representações pode ser estrategicamente utilizada para justificar a descoordenação entre ideias e práticas em relação à participação.

Estes resultados permitiram assim compreender de forma abrangente os mecanismos de resistência da esfera técnica às leis da participação, contribuindo para compreender melhor a transversalidade e permanência da manutenção da dicotomia entre as normas e os factos da participação por esta esfera (Ferreira, 1990; Santos, 2003; Lima, 2004a; Manzo & Perkins, 2006). Mostraram que mais do que apenas a acentuação do conhecimento especializado como única entrada válida para os processos de tomada de decisão (Nunes & Serra, 2002; Gilbert & Mulkay, 1984), os profissionais utilizam vários outros mecanismos de resistência que, no conjunto, são muito eficazes e poderosos para manter as posições relativas prévias dos peritos e do público inalteradas, salientando a função de estabilização das representações sociais. Por outras palavras, num contexto em que as novas leis da participação propõem como entradas

válidas para a participação nos processos de tomada de decisão mais críticos do que apenas conhecimento especializado, os peritos recorrem também a outras estratégias para fechar o acesso à participação da esfera leiga. A utilização de vários argumentos de reificação – como a prescrição de formas de agir - é um exemplo disso, mostrando como este formato comunicativo tem em conta, de forma estratégica, a posição dos membros da comunidade para proteger a posição e identidade dos peritos.

Estas análises mostram ainda como compreender a transversalidade e a eficácia dessas estratégias para resistir à mudança proposta nas novas leis da participação implica também analisar o impacto que têm para as ideias e as práticas do público. Alguns dos moradores do Bairro Alto (Estudo 2, Capítulo VII) justificaram a ausência de uma maior tentativa de participação dos membros desta comunidade nos processos de tomada de decisão que a afectam precisamente através de alguns dos argumentos de reificação também utilizados pelos profissionais de reabilitação urbana do bairro, como a necessidade de consistência de acção e de deter conhecimento específico para participar. Também outros cidadãos, moradores de Lisboa (Estudo 3), ao discutirem e posicionarem-se em relação ao movimento de moradores do Bairro Alto, desqualificaram alguns dos argumentos por ele utilizados e a sua acção para essa contestação utilizando alguns dos mesmos argumentos utilizados pelos profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto (Estudo 1, Capítulo VII). Nomeadamente, desqualificando a participação pela defesa de interesses pessoais e locais (Devine-Wright, 2009; Pol et al., 2006) e justificando a descoordenação entre ideias e práticas em relação à participação através do facto de outros cidadãos, como os do movimento de moradores do Bairro Alto, não concretizarem a participação de uma forma correcta e legítima. Especificamente, e tal como os peritos, apontando a falta de consistência da acção do movimento e a sua extemporaneidade, assente numa versão maximalista da participação.

É esta análise complementar que nos permite compreender melhor a transversalidade e eficácia dos mecanismos de resistência utilizados pelos peritos para abrandar a mudança proposta nas novas leis da participação e, conseqüentemente, a discrepância entre as ideias e as práticas em relação à participação não só na esfera técnica, mas também no público. Por seu turno, esta análise articulada acentua de forma clara as implicações dessa resistência não só para a mudança proposta nas novas leis da participação, mas também, conseqüentemente, para a sustentabilidade das comunidades e para a relação dos seus habitantes com essas. Apesar de os profissionais acentuarem que estão a preservar o património histórico e cultural, fazem-no partindo da sua identidade enquanto peritos, associada a uma perspectiva técnica e profissional acerca do património. Não têm em conta os significados e relações que as

populações estabelecem com esse, o que poderá ter impacto não só para a sua relação com a comunidade e, nesse sentido, para o seu bem-estar e qualidade de vida (Prezza & Constantini, 1998) como também para os comportamentos que estão dispostas a adoptar em relação a essa e à preservação do seu ambiente, como foi sugerido nos estudos realizados com moradores do Bairro Alto (Estudos 4-5). Esta desarticulação entre conhecimentos e perspectivas de cidadãos e peritos impede assim a concretização dos objectivos das novas leis da participação, que pretendem que a sustentabilidade ambiental não seja apenas um conceito inócuo, e possa de facto ser uma realidade, através de um planeamento participado e colaborativo (Horelli, 2002; Pol, 2002a).

No futuro, e tendo em conta que estes resultados se basearam num número restrito de entrevistas com peritos, será importante analisar se em outros casos, noutros contextos, os processos psico-sociais aqui identificados como factores de resistência da esfera técnica às novas leis da participação serão encontrados ou não. De um ponto de vista aplicado, as análises aqui apresentadas sugerem já, no entanto, por um lado, a importância dos sistemas mediadores receberem dos Gabinetes Centrais directivas não ambíguas que definam as novas práticas. Os gabinetes locais estão habituados a exercerem o seu conhecimento profissional sobre um público leigo descrito como com ‘falta de cultura’ e, ao mesmo tempo, as representações mútuas que já organizam as relações existentes entre os peritos e os membros da comunidade deste bairro tornam a dimensão inter-subjectiva das representações sociais (Jovchelovitch, 2007) muito saliente e a tomada de perspectiva do Outro mais difícil, como vimos. Neste seguimento, receber dos gabinetes centrais – menos envolvidos nas relações locais – indicações claras em relação aos passos a seguir para os procedimentos referentes à participação pública traria legitimidade acrescida às normas e seria, possivelmente, instrumental na diminuição da resistência ao nível contextual. Ainda, e tal como outros estudos têm apontado (Lima, 2004a; Garcia-Mira et al., 2005), estas análises reforçam a importância de que os legisladores regulamentem directivas mais claras para as práticas da esfera técnica. Como apontámos no Capítulo I deste trabalho, isto é já reconhecido institucionalmente (Câmara Municipal de Lisboa, 2009). No entanto, para que esse reconhecimento se possa concretizar em medidas que tentem alterar este estado de coisas, os estudos deste trabalho podem ser importantes, ao mostrarem especificamente quais os conteúdos das leis que geram maior ambiguidade e que permitem um maior espaço de manobra à resistência.

Factores inibidores e promotores das atitudes e participação do público em relação à preservação do património histórico e cultural: Os moradores do Bairro Alto

Através da análise de entrevistas e questionários realizados com moradores e trabalhadores do Bairro Alto (Estudos 2-5) e das posições de outros cidadãos em relação ao movimento de moradores do Bairro Alto (Estudo 3) identificámos também não só alguns dos factores associados à discrepância entre as ideias e as práticas do público em relação à participação, mas também alguns dos processos que poderão promover este comportamento não-activista da esfera pública (Stern, 2000) em relação à preservação do património histórico e cultural.

Tal como encontrado noutros estudos acerca das ideias e práticas em relação a questões ambientais (Castro, Garrido et al., 2009; Mouro & Castro, 2009; Castro, 2006), a participação, tanto enquanto direito como enquanto dever dos membros das comunidades, especificamente, em relação à preservação do património, é consensualmente apoiada, revelando a sua normatividade. No entanto, para a maioria dos moradores do Bairro Alto, o apoio a estas propostas transcendentais acerca da participação articula-se ainda com as suas representações imanentes - o papel principal dos peritos e decisores nos processos de tomada de decisão sobre as comunidades e a ausência de participação dos cidadãos nesses processos. Esta hibridização dos campos representacionais acerca da participação ajuda assim a explicar a discrepância entre as ideias e as práticas do público em relação a essa. De facto é quando há menor contradição nos campos representacionais acerca do papel dos membros das comunidades e dos decisores e peritos nos processos de tomada de decisão, enfatizando o direito de os membros das comunidades participarem nesses processos, que se verifica uma maior intenção de participar (Estudo 5).

Neste contexto, e ainda tendo em conta a falta de envolvimento dos moradores do Bairro Alto pelas autoridades locais nos processos de tomada de decisão que os afectam, propusemos que para compreender o que poderá promover a participação informal dos membros desta comunidade, como por exemplo a contestação de decisões acerca dessa com que não concordam, seria importante analisar o impacto de processos psico-sociais contextualmente relevantes para a participação, para além de sistemas mais globais de significados em relação a essa. A importância de uma abordagem mais centrada no contexto para compreender atitudes e comportamentos pró-ambientais tem-se tornado cada vez mais central na literatura da Psicologia Ambiental (Capítulo II) e está bem presente nas propostas da Psicologia Social da acção colectiva (Capítulo III). Articulando essas várias propostas,

sugerimos que para compreender os determinantes da participação, sendo as suas leis não só prescritivas para os indivíduos (Castro, 2009), mas também pretendendo regular um comportamento da esfera pública (Stern, 2000), seria relevante analisar o papel da ligação ao lugar, nas suas várias dimensões, para as atitudes e comportamentos de participação em relação à preservação do ambiente construído do Bairro Alto.

Por outras palavras, a transformação do património construído e cultural das comunidades pode ter implicações não só para a sua composição física, mas também para a sua composição social. Por seu turno, comportamentos de participação, que pretendem influenciar os processos de tomada de decisão relativos às comunidades podendo ter impacto para essas, são passíveis de ser determinados não só pela ligação dos indivíduos ao lugar, físico, em que vivem, mas também pelas relações sociais que estabelecem na comunidade, tal como as propostas da Psicologia Social acerca da acção colectiva evidenciam (van Zomeren et al., 2008; Bliuc et al., 2007). Ou seja, a ligação afectiva a outros membros da comunidade e a percepção de consenso, homogeneidade e interdependência entre esses pode ser importante para a adopção de comportamentos com impacto para a comunidade e, especificamente, comportamentos de participação, tendo em conta que esses poderão ter implicações efectivas para a construção da comunidade.

Em suma, propusemos que para compreender melhor os determinantes de atitudes e comportamentos ambientais/comunitários é importante considerar não só as implicações específicas de mudanças com impacto ambiental para as comunidades, como também considerar que a ligação ao lugar é multifacetada e, nesse sentido, as suas dimensões poderão ter um impacto diferenciado não só para diferentes atitudes e comportamentos ambientais, mas também para vários grupos das comunidades em relação a esses. A caracterização sócio-histórica do Bairro Alto (Capítulo VI) tornou evidente que explorar o impacto de processos psico-sociais para as atitudes e comportamentos em relação à preservação do ambiente construído da comunidade, implicaria também considerar de que forma a diversidade sócioeconómica que a tem vindo a caracterizar se associaria a distintas relações, crenças, atitudes e comportamentos em relação ao bairro e ao seu património.

A leitura global dos resultados mostra como é importante levar em conta essas propostas na análise do papel da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos ambientais. Os resultados apresentados (Estudo 5) mostraram como a ligação ao lugar na sua componente social é importante não só para determinar a intenção de participar dos moradores do Bairro Alto, como já se previa com base na literatura (Giguère & Lalonde, 2010; van Zomeren et al., 2008; De Weerd & Klandermans, 1999), em relação a transformações no ambiente construído

da comunidade, mas também para determinar a percepção de eficácia da participação (Smith & Louis, 2008; Bliuc et al., 1997; Klandermans, 1997), o preditor mais importante da intenção de participar. Também outras dimensões da ligação ao lugar – como a satisfação com o bairro (Stedman, 2002; Pol, 2002b) e a escolha do lugar de residência (Castro, Batel et al., 2009; Bernardo & Palma, 2005; De Weerd & Klandermans, 1999) – mostraram ser importantes preditores da intenção de participar.

No entanto, demonstrámos também que o impacto da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos pró-ambientais só se entende se levamos em conta que as comunidades são heterogéneas. A integração social (Estudo 4) e o desejo de homogeneidade social do Bairro Alto (Estudo 5) influenciam sobretudo as atitudes e intenção de participar dos moradores do bairro com menos habilitações literárias. Por seu turno, para os moradores com mais habilitações literárias, os ‘novos lisboetas’ (Seixas, 2001; Mendes, 2006), é a ligação ao lugar físico que mais contribui para explicar as suas atitudes e intenção de participar (Estudos 4-5). E por fim, para os trabalhadores do Bairro Alto, um grupo importante desta comunidade, é a falta de confiança nas autoridades locais para tomarem decisões correctas sobre assuntos relacionados com o Bairro Alto que explica a sua intenção de participar em relação a transformações do ambiente construído do bairro (Estudo 5).

Estas análises mostraram assim, por um lado, alguns dos factores psico-sociais que devemos ter em conta para compreender os determinantes da participação enquanto comportamento ambiental não-activista da esfera pública (Stern, 2000). Por outro lado, sugeriram que mesmo para compreender as atitudes e outros comportamentos em relação a mudanças nas comunidades com impacto ambiental (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Carrus, Bonaiuto et al., 2005) poderá ser relevante adoptar uma visão mais abrangente e articulada do estudo do impacto da ligação ao lugar. Considerar e analisar a multidimensionalidade da ligação ao lugar, os significados acerca das comunidade a que essas várias dimensões estão associadas e a sua importância para distintos grupos da comunidade poderá ajudar a esclarecer os resultados contraditórios que têm vindo a ser encontrados na pesquisa da Psicologia Ambiental acerca do impacto da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos em relação a questões ambientais (Lima & Marques, 2009; Mouro & Castro, 2009; Carrus, Bonaiuto et al., 2005; Vorkinn & Riese, 2001). Só considerando as relações e significados específicos com e acerca das comunidades, nas suas várias dimensões, que são postos em causa com mudanças com impacto ambiental, se poderá compreender de forma mais sistemática atitudes e comportamentos de apoio ou resistência a essas mudanças, para lá do impacto de crenças mais gerais acerca do ambiente.

Estes resultados sugerem assim várias direcções que, de futuro, será importante perseguir de forma mais abrangente. Primeiro, indicam a necessidade de analisar de forma mais sistemática o impacto de distintas dimensões da ligação ao lugar para atitudes e comportamentos de participação em relação à preservação do ambiente construído, tarefa que não conseguimos cumprir de forma abrangente neste trabalho. Os resultados obtidos, tal como discutido anteriormente, acentuam no entanto que será importante analisar o impacto das dimensões de ligação ao grupo que ocupa o lugar (Cameron, 2004) concomitantemente com as dimensões de ligação ao lugar físico, tal como propostas na Psicologia Ambiental. Sugerem ainda que deverá ser analisado de forma mais abrangente o impacto da satisfação com o bairro - ou dimensão funcional da ligação ao lugar/dependência do lugar (Stedman, 2002; Lima, 2004b) - e da dimensão comportamental da ligação ao lugar – a escolha do lugar de residência, mas também a pertença a grupos ou associações formais (e.g. associações de moradores, van Zomeren et al., 2008) e informais (e.g., associações recreativas e culturais, Mannarini & Fedi, 2009) da comunidade.

Em segundo lugar, estes resultados também mostram que será relevante analisar de forma mais abrangente o impacto de crenças acerca das relações entre os sistemas técnico-políticos e leigo (tanto a nível global, como contextual) para a participação. Como vimos, as representações acerca do papel dos sistemas técnico-políticos e leigos nos processos de tomada de decisão podem ter claras consequências para a prática da participação, tanto num sistema como no outro. Ademais, a percepção de eficácia da participação foi o preditor mais importante da intenção de participar, em detrimento da identidade social/ligação ao lugar (cf. van Zomeren et al., 2008). Estes resultados sugerem-nos assim que as relações entre os sistemas técnico-políticos e leigo e as representações acerca dessas podem ter um papel importante para a percepção de eficácia da participação, tal como sugerido em alguns dos resultados apresentados no Estudo 2 (Capítulo VII) e no Estudo 5. Consideramos por isso ser relevante analisar de forma mais abrangente o papel desempenhado por crenças mais globais e mais contextuais acerca da relação entre essas esferas para a participação. Uma das formas de o fazer será avaliando de forma mais sistemática, de acordo com outras propostas da literatura (Lima, 2006), o papel da percepção de injustiça – ou percepção de justiça processual – para a participação. De facto, tanto os modelos acerca da acção colectiva da Psicologia Social, como os estudos acerca dos preditores de atitudes e comportamentos em relação a questões ambientais nas comunidades tendem a não examinar explicita e abrangentemente, o impacto das relações inter-grupais entre as esferas técnico-política e leiga e as crenças acerca dessas para as atitudes e comportamentos de participação em relação a essas mudanças. No entanto,

este estudo deixou claro como isso é crucial, de modo a podermos compreender melhor não só o que poderá promover comportamentos de participação, mas também o que poderá justificar a discrepância entre as ideias e as práticas dos cidadãos em relação a essa. Como vimos nas análises do Estudo 3, a versão maximalista da participação pública, a exigência de consistência de acção para a participação, e a ilegitimação da defesa de interesses locais/pessoais para essa foram argumentos utilizados por alguns cidadãos para desqualificarem o movimento de moradores contra a transformação do Convento dos Inglesinhos. Esses resultados mostraram assim não só que os mecanismos de resistência utilizados pelos sistemas técnico às novas leis da participação têm impacto para as representações do público acerca da participação na esfera pública mais alargada, mas também que o público as pode utilizar para justificar a resistência à reformulação de práticas dos cidadãos implicadas nas novas leis da participação.

Neste sentido, consideramos ainda que será útil analisar de forma mais sistemática e abrangente diferentes níveis de internalização das normas relativas à participação pública na sua relação com a sustentabilidade ambiental (ver Dubois & Beauvois, 2005 para uma proposta). Uma das principais limitações dos Estudos 4 e 5 foi precisamente a de que as medidas de auto-relato aí utilizadas para dar conta das crenças acerca da importância da participação dos cidadãos e da preservação do património histórico e cultural não permitiram uma grande variabilidade de respostas, precisamente tendo em conta a sua desejabilidade social. Neste sentido, foi impossível retirarmos conclusões mais robustas acerca do impacto de diferentes graus de apoio à importância da participação na sua relação com a preservação do património histórico e cultural para as práticas de participação.

Finalmente, e articulando estas últimas propostas, consideramos que será ainda importante desenvolver a análise da relação entre distintas representações e identidades para a mobilização e desenvolvimento de processos de acção colectiva e o seu impacto para a mudança social relativa à participação pública, uma tarefa considerada premente na Psicologia Social da acção colectiva (e.g., Louis, 2009; van Zomeren et al., 2008). Esta literatura tem focalizado sobretudo a análise do impacto das identidades sociais e de relações inter-grupais bipolares para a ignição e desenvolvimento da acção colectiva (Drury & Reicher, 2005; Simon & Klandermans, 2001). No entanto, e como mostrámos no Estudo 3, para compreender a ignição e desenvolvimento da acção colectiva e, sobretudo, o seu impacto para a mudança por essa almejada, é importante considerar de que forma distintas representações sociais se associam a diferentes identidades, com distintos níveis de inclusividade. Para esta tarefa será ainda relevante, como mostrado neste trabalho, ter em

conta o papel desempenhado por distintos formatos comunicativos – reificação e consensualização – na comunicação entre grupos. Alguns moradores do Bairro Alto e, nomeadamente, o movimento de moradores contra a transformação do Convento, utilizaram argumentos de reificação baseados na utilização da legitimidade das leis da participação para contestar a posição dos peritos (Batel & Castro, 2009). No entanto, se estes argumentos podem, como mostrado com o movimento de moradores e no Estudo 5, promover uma maior participação dos membros das comunidades, na interacção com os peritos a sua utilização teve o resultado de polarizar ainda mais o debate entre os profissionais e o movimento de moradores, contribuindo para fechar o espaço de negociação entre os grupos. Mas, se no caso da interacção com os profissionais do Bairro Alto o movimento de moradores utilizou um formato comunicativo de reificação (Capítulo VII), já na comunicação com outros moradores de Lisboa e outros cidadãos a consensualização foi utilizada, abrindo espaço para a negociação entre representações e formas de acção (Estudo 3). Consideramos assim que será útil analisar o impacto de distintos níveis de inclusividade da identidade – e as representações sociais e formatos comunicativos a essas associadas – para a negociação entre várias esferas.

Chegado aqui resta salientar os contributos que o presente trabalho poderá trazer de um ponto de vista aplicado para promover a participação do público. Os estudos sugerem, por um lado, a utilidade de intervenção comunitária para disponibilizar alguns recursos aos membros da comunidade para os ajudarem a reforçar as suas capacidades de negociação com a esfera técnica. Como vimos, alguns membros da comunidade utilizaram o conhecimento das leis da participação para contestarem o poder exclusivo dos profissionais de reabilitação urbana do Bairro Alto (Capítulo VII), bem como para determinar a percepção de eficácia da participação e, conseqüentemente, a intenção de participar (Estudo 5). Também a percepção de consenso e interdependência entre os membros da comunidade surgiu como uma dimensão que poderá constranger ou promover a percepção de eficácia da participação e, conseqüentemente, a intenção de participar (Estudos 2 e 5). A formalização de uma associação de moradores do Bairro Alto e a organização de sessões de debate com os membros da comunidade poderiam ser assim instrumentais em promover uma maior participação dos moradores em relação aos processos de tomada de decisão na comunidade junto das autoridades locais.

Por outro lado, os resultados apresentados salientam ainda que a heterogeneidade socioeconómica que tem vindo a caracterizar o Bairro Alto nos últimos anos deve ser tida em conta nos processos de tomada de decisão relativos à comunidade. Nomeadamente, para os moradores mais antigos do bairro, com menos habilitações literárias, são sobretudo as

relações sociais que têm no bairro que importa manter. Neste sentido, é provável que haja resistência a transformações no ambiente construído que impliquem uma maior diversificação social do Bairro Alto, e que essas tenham implicações para a relação destes moradores com a comunidade em que vivem, comprometendo assim também a sustentabilidade da comunidade. Já para os moradores mais recentes do bairro, os ‘novos lisboetas’, com mais habilitações literárias, parece ser sobretudo a ligação ao lugar físico que é importante preservar, o que sugere que são as características históricas e urbanísticas do Bairro Alto (Mendes, 2006) que contribuem para a sua identificação com esta comunidade.

Neste seguimento, este trabalho tornou assim muito claro que para garantir a sustentabilidade – patrimonial, cultural - desta comunidade é crucial ter em conta as relações e significados dos seus habitantes face a essa. Esses significados e relações enformam as suas atitudes e práticas em relação à preservação do ambiente construído do Bairro Alto e, nesse sentido, incorporá-los nos processos de tomada de decisão que a afectam poderá ter consequências evidentes para a preservação e sustentabilidade da comunidade em vários domínios.

Para terminar, e após termos sistematizado os principais contributos teóricos e aplicados do presente trabalho, bem como limitações específicas dos estudos realizados e as direcções de pesquisa futura que esses nos deixaram, importa agora discutir de forma mais geral as limitações da abordagem aqui proposta para compreender melhor a relação entre as ideias e as práticas acerca da participação. As potencialidades da análise de como o global se articula com o local para o estudo da relação entre ideias e práticas, neste caso em relação à participação na sua relação com a sustentabilidade ambiental, constituem também alguns dos seus principais constrangimentos. Por outras palavras, analisar o impacto da multidimensionalidade das representações e identidades a essas associadas para as ideias e as práticas acerca da participação na sua relação com a preservação do património histórico e cultural nos vários sub-sistemas sociais afectados, inibiu uma compreensão mais aprofundada dos factores inibidores e promotores da participação em cada um desses sistemas, ou ainda identificar de forma mais abrangente os antecedentes e consequentes das ideias e práticas em relação à participação e à preservação do ambiente construído em contextos específicos. Por exemplo, ficámos longe de conseguir compreender de forma completa as representações e relações dos moradores do Bairro Alto com esta comunidade. Contudo, e apesar de quando começámos este trabalho esse ter pretendido ser um dos seus objectivos principais, cedo nos demos conta de que para o concretizar seria impossível, por um lado, não analisar primeiro a comunidade enquanto um espaço social e político – construída na interacção entre os diversos

grupos que a compõem, desde os moradores aos sistemas técnico-políticos locais. Por outro lado, e nesse seguimento, seria impossível seleccionarmos esta comunidade como objecto de estudo sem analisar de que forma aí se reflectiriam sistemas de significados mais globais, culturalmente construídos. Por outras palavras, as vantagens epistemológicas e aplicadas desta abordagem podem ser também vistas como o seu calcanhar de Aquiles. No entanto, deixarmos de adoptar esta abordagem para compreender melhor a relação entre ideias e práticas acerca da participação e da preservação do património histórico e cultural implicaria, a nosso ver, desviarmo-nos do programa alargado da Psicologia Social (Rozin, 2001; Amâncio, 2003; Nogueira et al., 2006; Jovchelovitch, 2007): compreender objectos sociais, ou seja, passando a redundância, multifacetados, cultural, contextual e individualmente construídos.

REFERÊNCIAS

- Abrie, J.-C. (2001). A structural approach to social representations. In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the Social* (pp.42-47). Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Agenda 21 – Earth Summit (1992). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. Retirado em Outubro de 2009, de <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>
- Aguilar D., M. A. (2002). Identity and daily spaces in two municipalities in Mexico City. *Environment & Behavior*, 34, 111-121.
- Aiken, L., & West, S. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. London: Sage Publications.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behaviour. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211.
- Altman, I. & Rogoff, B. (1987). Worldviews in Psychology: Trait, interactional, organismic and transactional perspectives. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 7-40). NY, USA: Wiley & Sons.
- Amâncio, L. (2003). Género e assimetria simbólica: O lugar da História na psicologia social. In M. L. Lima, P. Castro & M. Garrido (Orgs.), *Temas e Debates em Psicologia Social* (pp.111-124). Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L., & Oliveira, J. M. (2006). Men as individuals, women as a sexed category: Implications of symbolic assymetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, 16, 35-43.
- Atkinson, R. (2006). Padding the bunker: Strategies of middle-class disaffiliation and colonisation in the City. *Urban Studies*, 43, 819-832.
- Bangerter, A. (1995). Rethinking the relation between science and common sense: A comment on the current state of SR theory. *Papers on Social Representations*, 4, 1-78.
- Barata Salgueiro, T. (2001). *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta.
- Barnes, R., Auburn, T., & Lea, S. (2004). Citizenship in practice. *British Journal of Social Psychology*, 43, 187-206.
- Barnes, M., Newman, J., & Sullivan, H. (2007). *Power, participation and political renewal: Case studies in public participation*. Bristol, UK: The Policy Press.
- Barreto, M., Spears, R., Ellemers, N., & Shahinper, K. (2003). Who wants to know? The effect of audience on identity expression among minority group members. *British Journal of Social Psychology*, 42, 299-318.
- Batel, S., & Castro, P. (2009). A social representations approach to the communication between different spheres: An analysis of the impacts of two discursive formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39, 415-433.
- Bauer, M. (2000). Classic content analysis: A review. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Qualitative researching with text, image and sound: A practical handbook* (pp.131-151). London: Sage Publications.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29, 163-186.

- Bauer, M., & Gaskell, G. (Eds.) (2000). *Qualitative researching with text, image and sound: A practical handbook*. London: Sage Publications.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2008). Social representations theory: A progressive research programme for social psychology. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 335-353.
- Bechtel, R., & Churchman, A. (Eds.) (2002). *Handbook of Environmental Psychology* (2nd ed.). NY, USA: Wiley.
- Bechtel, R., Verdugo, V. C., & Pinheiro, J. (1999). Environmental belief systems: United States, Brasil, and Mexico. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 30, 122-128.
- Beck, U. (1986/95). *Risk Society – Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Beck, U. (1998). Politics of risk society. In J. Franklin (Ed.) *The politics of risk society* (pp. 9-22). Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2009). *World at Risk*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Bernardo, F., & Palma, J. M. (2005). Place change and identity processes. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 6, 71-87.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15(1), 79-103.
- Billig, M. (1988). Social representation, anchoring and objectification, a rhetorical analysis. *Social Behaviour*, 3(1), 1-16.
- Billig, M. (1997). Rhetorical and discursive analysis: How families talk about the royal family. In N. Hayes (Ed.), *Doing Qualitative Analysis in Psychology* (pp. 39-54). Hove, UK: Psychology Press.
- Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: The social psychology of everyday thinking*. London: Sage Publications.
- Bliuc, A.-M., McGarty, C., Reynolds, K., & Muntele, D. (2007). Opinion-based group membership as a predictor of commitment to political action. *European Journal of Social Psychology*, 37, 19-32.
- Bonaiuto, M. (2004). Residential satisfaction and perceived urban quality. In C. Spielberger (Ed.), *Encyclopedia of Applied Psychology* (Vol. 3, pp. 267-272). Oxford: Elsevier Academic Press.
- Bonaiuto, M., Breakwell, G., & Cano, I. (1996). Identity processes and environmental threat: The effects of nationalism and local identity upon perception of beach pollution. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 6, 157-175.
- Bonaiuto, M., Carrus, G., Martorella, H., & Bonnes, M. (2002). Local identity processes and environmental attitudes in land use changes: The case of natural protected areas. *Journal of Economic Psychology*, 23, 631-653.
- Bonaiuto, M., Fornara, F., & Bonnes, M. (2003). Indexes of perceived residential environmental quality and neighbourhood attachment: A confirmatory study in the city of Rome. *Landscape and Urban Planning*, 65, 41-52.
- Bonnes, M. & Bonaiuto, M. (2002). Environmental Psychology: from spatial-physical environment to sustainable development. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs),

- Handbook of Environmental Psychology* (2nd ed) (pp. 28-54). New York: John Wiley & Sons.
- Bonnes, M., Lee, T. & Bonaiuto, M. (2003). Theory and Practice in Environmental Psychology: An Introduction. In M. Bonnes, T. Lee & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological Theories for Environmental Issues*. Wiltshire, UK: Antony Rowe Ltd.
- Bonnes, M. & Secchiaroli, G. (1995). *Environmental Psychology: A psycho-social introduction*. London: Sage Publications.
- Bonnes, M., Uzzell, D., Carrus, G., & Kelay, T. (2007). Inhabitants' and experts' assessments of environmental quality for urban sustainability. *Journal of Social Issues*, 63, 59-78.
- Breakwell, G. (1986). *Coping with threatened identities*. London: Methuen.
- Breakwell, G. (2001). Social representational constraints upon identity processes. In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the Social* (pp.271-284). Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Brehm, J. M., Eisenhauer, B. W., & Krannich, R. S. (2006). Community attachments as predictors of local environmental concern: The case for multiple dimensions of attachment. *American Behavioral Scientist*, 50(2), 142-165.
- Brown, B., & Perkins, D. (2004). New housing as neighborhood revitalization: Place attachment and confidence among residents. *Environment and Behavior*, 36, 749-775.
- Brown, B., Perkins, D., & Brown, G. (2003). Place attachment in a revitalizing neighbourhood: Individual and block levels of analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 259-271.
- Brundtland Report (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Retirado em Setembro de 2008, de <http://www.un-documents.net/ocf-ov.htm>
- Bruner, J. (2003). *Making stories: Law, literature, life*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Buijs, A. (2009). *Public Natures: Social Representations of Nature and Local Practices*. Wageningen, The Netherlands: Alterra, Wageningen University.
- Burr, V. (1995). *Social Constructionism* (2nd Ed.). NY, USA: Routledge.
- Butler, T., & Robson, G. (2001). Social capital, gentrification and neighborhood change in London: A comparison of three south London neighborhoods. *Urban Studies*, 38, 2145-2162.
- Cabrita, A. R. (1988). O meio e a qualidade do habitat residencial. *Psicologia*, VI(3), 377-384.
- Calado, M., & Ferreira, V. M. (1992). *Lisboa: Freguesia da Encarnação (Bairro Alto)*. Lisboa: Editora Contexto.
- Câmara Municipal de Lisboa (2009). *Câmara Municipal de Lisboa: Áreas de Actividade – Planeamento Urbano - Planeamento Participado*. Retirado em Outubro de 2009, de <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=366>
- Câmara Municipal de Lisboa (2008). *Missão dos Gabinetes Técnicos*. Retirado em Fevereiro de 2008, de <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=390&idi=36977>
- Cameron, J. (2004). A three-factor model of social identity. *Self and Identity*, 3, 239-262.

- Campbell, C. & Jovchelovitch, S. (2000). Health, community and development: Towards a social psychology of participation. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 10: 255-270.
- Carita, H. (1990). *Bairro Alto: Tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Carita, H. (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carreira da Silva, F. (2002). *Espaço público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Carrus, G., Bonaiuto, M., & Bonnes, M. (2005). Environmental concern, regional identity and support for protected areas in Italy. *Environment & Behavior*, 37, 237-257.
- Carrus, G., Fornara, F., & Bonnes, M. (2005). As origens da Psicologia Ambiental e os 'factores externos'. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp.67-89). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, A. (2005). Cultural circuits of climate change in U. K. Broadsheet Newspapers, 1985-2003. *Risk Analysis*, 25, 1457-1469.
- Castro, P. (1995). Contributos para uma comparação crítica de três tradições em Psicologia Social: Atitudes, cognição social e representações sociais. *Psicologia*, X, 155-174.
- Castro, P. (2002a). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, Vol. XXXVII, 949-979.
- Castro, P. (2002b). *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente: Representações sociais e discursos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, P. (2003). Dialogues in social psychology, or how new are new ideas. In J. Lazlo & W. Wagner (Eds.), *Theories and controversies in societal psychology* (pp. 32-54). Budapest: New Mandate.
- Castro, P. (2005). Crenças e atitudes em relação ao ambiente e à natureza. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp.169-201). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, P. (2006). Applying social psychology to the study of environmental concern and environmental worldviews: Contributions from the social representations approach. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16, 247-266.
- Castro (2009). A sustentabilidade como mudança social: Aspectos psico-sociais da recepção da inovação legislativa. Comunicação apresentada no X Congresso em Psicologia Ambiental: *Comportamento Humano e Alterações Globais*, 28-30 Janeiro, Lisboa.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social representation, change and resistance: On the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, 14, 477-499.
- Castro, P., & Batel, S. (2007). Técnico e cidadão, eis a questão: Um caso de participação pública no espaço urbano. *Revista Psicologia*, XXI(2), 99-117.
- Castro, P., Batel, S., Mouro, C., & Sarrica, M. (2009). A importância da relação com o lugar para os comportamentos de cidadania e as práticas pró-ambientais. Comunicação apresentada no X Congresso em Psicologia Ambiental: *Comportamento Humano e Alterações Globais*, 28-30 Janeiro, Lisboa.

- Castro, P., Garrido, M., Reis, E. & Menezes, I. (2009). Ambivalence and conservation behaviour: An exploratory study on the recycling of metal cans. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 24-33.
- Castro, P., & Gomes, I. (2005). Genetically Modified Organisms in the Portuguese press: Thematisation and anchoring. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 35, 1-18.
- Castro, P. & Lima, M. L. (2001). Old and new ideas about the environment and science: An exploratory study. *Environment and Behavior*, 33, 400-423.
- Castro, P. & Lima, M. L. (2003). Discursos sobre a ciência num debate ambiental. In M. E. Gonçalves (Org.), *Os Portugueses e a Ciência* (pp. 115-155). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Castro, P. & Mouro, C. (no prelo). Psycho-social processes in dealing with change in the community: Some lessons learned from biodiversity conservation. Aceite para publicação no *American Journal of Community Psychology*.
- CEC (2002). *Communication on the Collection and Use of Expertise by the Commission: Principles and Guidelines (COM-2002) 713*. Brussels: European Commission.
- Chavis, D., Hogge, J., McMillan, D., & Wandersman, A. (1986). Sense of community through Brunswick's lens: A first look. *Journal of Community Psychology*, 14, 24-40.
- Cheever, J. (1987). *Parece mesmo o paraíso*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Cialdini, R. B., & Goldstein, N. J. (1993). Social influence: Compliance and conformity. *Annual Review of Psychology*, 55, 591-621.
- Cialdini, R. B., Kallgren, C. A., & Reno, R. R. (1991). A focus theory of normative conduct: A theoretical refinement and reevaluation of the role of norms in human behavior. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (vol. 24, pp.201-234). NY: Academic Press.
- Cidadãos por Lisboa (2009). *Acordo Coligatório entre o Partido Socialista e o Movimento de Eleitores Cidadãos por Lisboa Para as Eleições Autárquicas de 2009*. Retirado em Outubro de 2009, de <http://www.cidadaosporlisboa.org/index.htm?no=601500>
- Colombo, M., Mosso, C., & Piccoli, N. (2001). Sense of community and participation in urban contexts. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11, 457-464.
- Condor, S., & Gibson, S. (2007). 'Everybody's entitled to their own opinion': Ideological dilemmas of liberal individualism and active citizenship. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 17, 115-140.
- Conner, M., & Sparks, P. (2002). Ambivalence and attitudes. *European Review of Social Psychology*, 12, 37-70.
- Convenção de Aarhus (2001). *Convention on access to information, public participation in decision-making and access to justice on environmental matters*. Retirado em Setembro de 2008, de <http://www.unece.org/env/pp/documents/cep43e.pdf>
- Corraliza, J. A., & Berenguer, J. (2000). Environmental values, beliefs, and actions: A situational approach. *Environment & Behavior*, 32, 832-848.
- Corral-Verdugo, V., Bechtel, R., & Fraijo-Sing, B. (2003). Environmental beliefs and water conservation: An empirical study. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 247-257.
- Costa, P. (2007). *A cultura em Lisboa: Competitividade e desenvolvimento territorial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Costarelli, S., & Colloca, P. (2004). The effects of attitudinal ambivalence on pro-environmental behavioural intentions. *Journal of Environmental Psychology, 24*, 279-288.
- Cuba, L., & Hummon, D. (1993). A place to call home: Identification with dwelling, community, and region. *The Sociological Quarterly, 34*, 111-131.
- Dake, P. (1992). Myths of nature: Culture and the social construction of risk. *Journal of Social Issues, 48*, 21-37.
- Dalton, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies, 56*, 76-98.
- Danziger, K. (2000). Making social psychology experimental: A conceptual history, 1920-1970. *Journal for the History of the Behavioral Sciences, 36*, 329-347.
- Darier, É., Gough, C., De Marchi, B., Funtowicz, S., Grove-White, R., Kitchener, D., Pereira, A. G., Shackley, S., & Wynne, B. (1999). Between democracy and expertise? Citizens' participation and environmental integrated assessment in Venice (Italy) and St. Helens (UK). *Journal of Environmental Policy & Planning, 1*, 103-120.
- De Weerd, M., & Klandermans, B. (1999). Group identification and political protest: Farmers' protest in the Netherlands. *European Journal of Social Psychology, 29*, 1073-1095.
- De Young, R. (2000). Expanding and evaluating motives for environmentally responsible behaviour. *Journal of Social Issues, 56*(3), 509-526.
- Devine-Wright, P. (2009). Rethinking NIMBYism: The role of place attachment and place identity in explaining place-protective action. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 19*, 426-441.
- Devine-Wright, P. & Lyons, E. (1997). Remembering pasts and representing places: The construction of national identities in Ireland. *Journal of Environmental Psychology, 17*, 33-45.
- Diani, M., & Eyerman, R. (Eds.) (1992). *Studying Collective Action*. London: Sage Publications.
- Doise, W. (1982). *Les niveaux d'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. Breakwell & D. Canter, (Eds.), *Empirical Approaches to Social Representations* (pp.157-170). Oxford: Clarendon Press.
- Doosje, B., Ellemers, N., & Spears, R. (1995). Perceived intragroup variability as a function of group status and identification. *Journal of Experimental Social Psychology, 31*, 410-436.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1982). *Risk and Culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley, USA: University of California Press.
- Drury, J., Cocking, C., Beale, J., Hanson, C., & Rapley, F. (2005). The phenomenology of empowerment in collective action. *British Journal of Social Psychology, 44*, 309-328.
- Drury, J., & Reicher, S. (2000). Collective action and psychological change: The emergence of new social identities. *British Journal of Social Psychology, 39*, 579-604.

- Drury, J., & Reicher, S. (2005). Explaining enduring empowerment: A comparative study of collective action and psychological outcomes. *European Journal of Social Psychology, 35*, 35-58.
- Duarte, A. P. & Lima, L. (2005). Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *Psicologia, XIX*(1/2), 193-226.
- Dubois, N., & Beauvois, J.-L. (2005). Normativeness and individualism. *European Journal of Social Psychology, 35*, 123-146
- Dunlap, R., & Mertig, A. (1995). Global concern for the environmental: Is affluence a prerequisite? *Journal of Social Issues, 51*, 121-137.
- Dunlap, R., & Van Liere, K. (1978). The 'new environmental paradigm': A proposed measuring instrument and preliminary results. *Journal of Environmental Education, 9*, 10-19.
- Dunlap, R. E., Van Liere, K. D., Mertig, A. G., Jones, R. E. (2000). Measuring endorsement of the new ecological paradigm: A revised NEP scale. *Journal of Social Issues, 56*, 425-442.
- Duveen, G. (2000). Introduction: The power of ideas. In S. Moscovici (Au.) & G. Duveen (Ed.), *Social Representations: Explorations in Social Psychology* (pp.1-17). Cambridge, UK: Polity Press.
- Duveen, G., & Lloyd, B. (1990). Introduction. In G. Duveen & B. Lloyd (Eds.), *Social representations and the development of knowledge* (pp.1-10). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ellis, R. J. & Thompson, F. (1997). Culture and environment in the Pacific Northwest. *American Political Science Review, 91*, 885-897.
- Ellemers, N., Barreto, M., & Spears, R. (1999). Identity needs and contextual restrictions: Strategic responses to social reality. In N. Ellemers, R. Spears & B. Doosje (Eds.), *Social Identity: Context, Commitment, Content* (pp.127-146). Oxford: Blackwell.
- Evans, G., & Durant, J. (1995). The relationship between knowledge and attitudes in public understanding of science in Britain. *Public Understanding of Science, 4*, 57-74.
- Farr, R. M. (1996). *The roots of modern Social Psychology: 1872-1954*. Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Farr, R. M. (1998). From collective to social representations: Aller et retour. *Culture & Psychology, 4*, 275-296.
- Feldman, R. M. (1996). Constancy and change in attachments to types of settlements. *Environment & Behavior, 28*, 419-445.
- Ferreira, V. M. (1990). Cidade e democracia: Ambiente, património e espaço público. *Revista Cidades: Comunidades e Territórios, 1*, 9-35.
- Fielding, K. S., McDonald, R., & Louis, W. R. (2008). Theory of planned behaviour, identity and intentions to engage in environmental activism. *Journal of Environmental Psychology, 28*, 318-326.
- Fink, A. (1995). *The Survey Kit* (vol.6). CA, USA: Sage Publications.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior*. Boston: Addison-Wesley.

- Flick, U. (1994). Social representations and the social construction of everyday knowledge: Theoretical and methodological queries. *Social Science Information*, 33, 179-197.
- Flick, U. (1998). Everyday knowledge in social psychology. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social* (pp.41-59). Cambridge: Cambridge University Press.
- Foster, J. L. H. (2003). Representational project and interactional forms of knowledge. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 33, 231-244.
- Foucault, M. (1971). Orders of discourse. *Social Science Information*, 10, 7-30.
- Fox, J. (1997). *Applied regression analysis, linear models and related models*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Franco, M. S. (1992). *O colégio de S. Pedro e S. Paulo (dos Inglesinhos) em Lisboa: O renascer de um espaço*. Lisboa: Grafiletra- Artes Gráficas, Lda.
- Fried, M. (1982). Residential attachment: Sources of residential and community satisfaction. *Journal of Social Issues*, 38, 107-119.
- Fried, M. (2000). Continuities and discontinuities of place. *Journal of Environmental Psychology*, 20, 193-205.
- Fritsche, I. (2002). Account strategies for the violation of social norms: Integration and extension of sociological and social psychological typologies. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 32, 371-394.
- Garcia-Mira, R., Stea, D., & Elguea, S. (2005). Psicologia ambiental e Política ambiental: Questões teóricas e práticas. *Psicologia USP*, 16(1/2), 249-259.
- Gärling, T., Biel, A., & Gustafsson, M. (2002). The new environmental psychology: The human interdependence paradigm. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs), *Handbook of Environmental Psychology* (2nd ed., pp. 85-95). New York: John Wiley & Sons.
- Gaskell, G., & Bauer, M. (2001). (Eds). (2001). *Biotechnology 1996-2000: The years of controversy*. London: Science Museum Press.
- Gervais, M-C., Morant, N., & Penn, G. (1999). Making sense of "absence": Towards a typology of absence in social representations theory and research. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29, 419-444.
- Giddens, A. (1995). *As consequências da modernidade*. Lisboa: Celta.
- Gifford, R. (2007). Environmental psychology and sustainable development: Expansion, maturation, and challenges. *Journal of Social Issues*, 63, 199-212.
- Giguère, B., & Lalonde, R. N. (2010). Why do students strike? Direct and indirect determinants of collective action participation. *Political Psychology*, 31, 227-247.
- Gilbert, N., & Mulkay, M. (1984). *Opening Pandora's Box: A sociological analysis of scientists discourse*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Gillespie, A. (2008). Social representations, alternative representations and semantic barriers. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 375-391.
- Giuliani, M. V. & Feldman, R. (1993). Place attachment in a developmental and cultural context. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 267-274.
- Giuliani, M. V., & Scopelliti, M. (2009). Empirical research in environmental psychology: Past, present and future. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 307-390.

- Glick, P., & Fiske, S. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications of gender inequality. *American Psychologist*, 56(2), 109-118.
- Gonçalves, M. E. (2000). The importance of being European: The science and politics of BSE in Portugal. *Science, Technology & Human Values*, 25, 417-448.
- Gonçalves, M. E. (2002). Implementation of EIA directives in Portugal: How changes in civic culture are challenging political and administrative practice. *Environmental Impact Assessment Review*, 22, 249-269.
- Gonçalves, M. E., & Castro, P. (2009). Local is beautiful? Governing science-society relations in Europe. *Portuguese Journal of Social Science*.
- Green Paper on the Urban Environment (1990). *Green Paper on the Urban Environment: Communication from the Commission to the Council and Parliament*. Retirado em Setembro de 2008, de http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/com90218final_en.pdf
- Guàrdia, J., & Pol, E. (2002). A critical study of theoretical models of sustainability through structural equation systems. *Environment & Behavior*, 34, 137-149.
- Guerra, I. (2002). O território como espaço de ação coletiva: Paradoxos e possibilidades do “jogo estratégico de atores” no planeamento territorial em Portugal. In B. Sousa Santos (Org.), *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa* (pp. 341-370). Brasil, RJ: Civilização Brasileira.
- Guerra, I. (2006). *Participação e acção colectiva: Interesses, conflictos e consensos*. Portugal: Principia.
- Guimelli, C. (1998). Differentiation between the central core elements of social representations: Normative vs. functional elements. *Swiss Journal of Psychology*, 57, 209-224.
- Habermas, J. (1989). *Toward a Rational Society*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1998). *Between facts and norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. New Baskerville, EUA: Massachusetts Institute of Technology.
- Hansla, A., Gamble, A., Juliusson, A., & Gärling, T. (2008). The relationship between awareness of consequences, environmental concern, and value orientations. *Journal of Environmental Psychology*, 28, 1-9.
- Harré, R. (1984). Some reflections on the concept of ‘Social Representations’. *Social Research*, 51, 927-938.
- Harré, R. (1998). The epistemology of social representations. In U. Flick (Ed.) *The psychology of the social* (pp. 129-137). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hayes, N. (1997). Theory-led thematic analysis. In N. Hayes (Ed.), *Doing qualitative analysis in psychology* (pp. 93-114). Hove, UK: Psychology Press.
- Hernandez, B., Hidalgo, M. C., Salazar-Laplace, M. E., & Hess, S. (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of Environmental Psychology*, 27, 310-319.
- Hidalgo, M. C. (2000). Estilos de apego al lugar. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 1, 57-73.

- Hidalgo, M. C. & Hernández, B. (2001). Place attachment: conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 273-281.
- Hopkins, N., & Reicher, S. (1997). Social movement rhetoric and the social psychology of collective action: A case study of anti-abortion mobilization. *Human Relations*, 50, 261-287.
- Horelli, L. (2002). A methodology of participatory planning. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (2nd Ed., pp. 607-628). New York: John Wiley & Sons.
- Howarth, C. (2004). Re-presentation and resistance in the context of school exclusion: Reasons to be critical. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14, 356-377.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45, 65-86.
- Hunter, A. (1979). The urban neighborhood its analytical and social contexts. *Urban Affairs Review*, 14, 267-288.
- Ibañez, T. (1992). Some critical comments about the theory of social representations – Discussion of Rätty & Snellman. *Papers on Social Representations*, 1, 21-26.
- Inglehart, R. (1995). Public support for environmental protection: Objective problems and subjective values in 43 societies. *Political Science and Politics*, 28, 57-71.
- International Association for Public Participation 2 (2007). *IAP2 Core Values: Core Values for the Practice of Public Participation*. Retirado em Setembro de 2008, de <http://iap2.affiniscape.com/displaycommon.cfm?an=4>
- Irwin, A., & Wynne, B. (Eds.) (1996). *Misunderstanding science? The public reconstruction of science and technology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackson, J. M. (1988). *Social Psychology, Past and Present: An integrative orientation*. NJ, USA: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes on ‘social representations’. *European Journal of Social Psychology*, 18, 195-209.
- Jensen, E., & Wagoner, B. (2009). A cyclical model of social change. *Culture & Psychology*, 15, 217-228.
- Jesuíno, J. C. (2000). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (4^a ed.) (pp.49-60). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jesuíno, J. C. (2008). Linking science to common sense. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 393-409.
- Jesuíno, J. C., Nunes, J. A., Diego, C., Alcântara, P., Costa, S., & Matias, M. (2001). Representation of biotechnology in Portugal. In G. G. Gaskell & M.W. Bauer (Eds.) *Biotechnology 1996–2000: the years of controversy* (pp. 258–266) London: Science Museum.
- Jiménez-Domínguez, B., & Aguilar, R. (2002). Identity and Sustainability in two neighborhoods of Guadalajara, Mexico. *Environment & Behavior*, 34, 97-110.

- Jodelet, D. (1989a). Représentations Sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les Représentations Sociales* (p. 31-61). Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1989b). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Joffe, H. (2003). Risk: From perception to social representation. *British Journal of Social Psychology*, 42, 55-73.
- Johnson, D. E., & Dagg, S. (2003). Achieving public participation in coastal zone environmental impact assessment. *Journal of Coastal Conservation*, 9, 13-18.
- Jonas, K., Broemer, P., & Diehl, M. (2000). Attitudinal ambivalence. *European Review of Social Psychology*, 11, 35-74.
- Jorgensen, B., & Stedman, R. (2001). Sense of place as an attitude: Lakeshore owners attitudes towards their properties. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 233-248.
- Jovchelovitch, S. (1996). In defence of representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 26, 121-135.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações Sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2002). Re-thinking the diversity of knowledge: Cognitive poliphasia, belief and representation. *Psychologie & Société: Représentations et Croyances*, 5, Tome 3, 121-138.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia social: Saber, comunidade e cultura. *Psicologia e Sociedade*, 16 (2), 20-31.
- Jovchelovitch, S. (2007). *Knowledge in Context: Representations, community and culture*. London: Routledge.
- Jovchelovitch, S. (2008). The rehabilitation of common sense: Social representations, science and cognitive polyphasia. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 431-448.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2000). Narrative interviewing. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Qualitative researching with text, image and sound: A practical handbook* (pp.57-74). London: Sage Publications.
- Jovchelovitch, S. & Gervais, M.-C. (1999). Social representations of health and illness: the case of the Chinese community in England. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 9, 247-260.
- Jünger, E. (1995/80). *O passo da floresta*. Lisboa: Cotovia.
- Jupp, E. (2008). The feeling of participation: Everyday spaces and urban change. *Geoforum*, 39, 331-343.
- Kaiser, F., Wolfing, S., & Fuhrer, U. (1999). Environmental attitude and ecological behaviour. *Journal of Environmental Psychology*, 19, 1-19.
- Kelly, C. (1993). Group identification, intergroup perceptions and collective action. *European Review of Social Psychology*, 4, 59-83.
- Kelly, C., & Breinlinger, S. (1995). Identity and injustice: Exploring women's participation in collective action. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 5, 41-57.
- Kelly, G., & Steed, L. (2004). Communities coping with change: A conceptual model. *Journal of Community Psychology*, 32, 201-216.

- Kim, J. & Kaplan, R. (2004). Physical and psychological factors in sense of community. *Environment & Behavior*, 36, 313-340.
- Klandermans, B. (1993). A theoretical framework for comparisons of social movement participation. *Sociological Forum*, 8(3), 383-401.
- Klandermans, B. (1997). *The Social Psychology of Protest*. Oxford, UK: Blacwell Publishers.
- Klandermans, B. (2002a). The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. *Revista Psicologia Política*, 2, 81-112.
- Klandermans, B. (2002b). How group identification helps to overcome the dilemma of collective action. *American Behavioral Scientist*, 45, 887-900.
- Klandermans, B., Sabucedo, J. M., & Rodriguez, M. (2004). Inclusiveness of identification among farmers in The Netherlands and Galicia (Spain). *European Journal of Social Psychology*, 34, 279-295.
- Klandermans, B., Staggenborg, S., & Tarrow, S. (2002). Conclusion: Blending methods and building theories in social movement research. In B. Klandermans & S. Staggenborg (Eds.), *Methods of Social Movement Research* (pp. 314-344). Minnesota, USA: University of Minnesota Press.
- Knez, I. (2005). Attachment and identity as related to a place and its perceived climate. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 207-218.
- Krauss, C. (1989). Community struggles and the shaping of democratic consciousness. *Sociological Forum*, 4, 227-238.
- Kurz, T. (2002). The psychology of environmentally sustainable behaviour: Fitting together pieces of the puzzle. *Analysis of social issues and public policy*, 2, 257-278.
- Kurz, T., Donaghue, N., Rapley, M., Walker, I. (2005). The ways that people talk about natural resources: Discursive strategies to environmentally sustainable practices. *British Journal of Social Psychology*, 44, 603-620.
- Kurz, T., Linden, M., & Sheely, N. (2007). Attitudinal and community influences on participation in new curbside recycling initiatives in Northern Ireland. *Environment & Behavior*, 39, 367-391.
- Kweon, B.-S., Ellis, C., Lee, S.-W., & Rogers, G. (2006). Large-scale environmental knowledge: Investigating the relationship between self-reported and objectively measured physical environments. *Environment & Behavior*, 38, 72-91.
- Kyle, G., Graefe, A., & Manning, R. (2005). Testing the dimensionality of place attachment in recreational settings. *Environment & Behavior*, 37, 153-177.
- Lalli, M. (1988). Urban related identity. In D. Canter, J. Jesuino, L. Soczka, & G. Stephenson (Orgs.), *Environmental social psychology* (pp. 303-311). Londres: Kluwer Academic Press.
- Lalli, M. (1992). Urban-related identity. Theory, measurement, and empirical findings. *Journal of Environmental Psychology*, 12, 285-303.
- László, J. (1997). Narrative organization of social representations. *Papers in Social Representations*, 6, 155-172.
- Latour, B. (1999). *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Lees, L. (2008). Gentrification and social mixing: Towards an inclusive urban renaissance? *Urban Studies*, 45, 2449-2470.
- Lewicka, M. (2005). Ways to make people active: The role of place attachment, cultural capital and neighborhood ties. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 381-395.
- Lewicka, M. (2008). What makes neighborhood different from home and city? Effects of place scale on place attachment *Journal of Environmental Psychology*, 28), 209-231.
- Lewins, A., & Silver, C. (2007). *Using software in qualitative research: A step-by-step guide*. London: Sage Publications.
- Lidskog, R. (2008). Scientised citizens and democratised sciences: Re-assessing the expert-lay divide. *Journal of Risk Research*, 11, 69-86.
- Lima, M. L. (2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (4ª ed.) (p.187-226). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M. L. (2004a). Images of the public in the debates about risk: Consequences for participation. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2, 149-163.
- Lima, M. L. (2004b). *Questões de pertença a um lugar: Espaço e identidade local - Relatório da disciplina Psicologia Social do Ambiente*. Provas de Agregação não publicadas. ISCTE: Lisboa.
- Lima, M. L. (2005). Percepção de riscos ambientais. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp. 203-245). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M. L. (2006). Predictors of attitudes towards the construction of a waste incinerator: Two case studies. *Journal of Applied Social Psychology*, 36, 441-466.
- Lima, M. L. (2009). Sostenibilidad y participación social. In R. García Mira & P. V. Marcote (Orgs.), *Sostenibilidad, Valores y Cultura Ambiental* (pp.211-224). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Lima, M. L., & Castro, P. (2005). Cultural theory meets the community: Worldviews and local issues. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 23-35.
- Lima, M. L., Castro, P., & Garrido, M. (2003). Identidade e diversidade na psicologia social europeia – Contributos para a história da disciplina em Portugal. In M. L Lima, P. Castro & M. Garrido (Orgs.), *Temas e Debates em Psicologia Social* (pp. 11-36). Lisboa: Livros Horizonte.
- Lima, M. L., & Marques, S. (2009). Identity as an amplifier: Local identity and the impacts of perceived justice on the acceptance of new projects. Comunicação apresentada no *Annual Meeting of the ISPP, 32nd Annual Scientific Meeting*, 14 Julho.
- Lima, M. L., Marques-Pinto, A., Castro., P. & Baptista, C. (2001). *Informação, responsabilidade e participação dos cidadãos no domínio hídrico*. Lisboa: Centro de Investigação e Intervenção Social, ISCTE.
- Lima, M. L., & Sautkina, E. (2007). Psicologia ambiental: Um esboço sobre o seu desenvolvimento em Portugal e no Mundo. *Psicologia*, XXI(2), 5-15.
- Litton, I., & Potter, J. (1985). Social representations in the ordinary explanation of a 'riot'. *European Journal of Social Psychology*, 15, 371-388.
- Liu, L. (2004). Sensitising concept, themata and shareness: A dialogical perspective of social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 34, 249-264.

- Long, D., & Perkins, D. D. (2007). Community social and place predictors of sense of community: A multilevel and longitudinal analysis. *Journal of Community Psychology*, 35, 563-581.
- Louis, W. (2009). Collective action – and then what? *Journal of Social Issues*, 65, 727-748.
- Low, S. M., & Altman, I. (1992). Place Attachment. In I. Altman & S. M. Low (Eds.), *Place Attachment, Human Behavior and Environment Advances in Theory and Research* (1-12) (vol.2). NY, USA: Plenum Press.
- Maastricht Treaty (1992). *The Maastricht Treaty: Provisions amending the treaty establishing the European Economic Community with a view to establishing the European Community*. Retirado em Setembro de 2009, de <http://www.eurotreaties.com/maastrichtec.pdf>
- Mannarini, T., & Fedi, A. (2009). Multiple senses of community: The experience and meaning of community. *Journal of Community Psychology*, 37, 211-227.
- Mannarini, T., Fedi, A., & Trippetti, S. (2009). Public involvement: How to encourage citizen participation. *Journal of Community & Applied Social Psychology*.
- Mannarini, T., Roccato, M., Fedi, A., & Rovere, A. (2009). Six factors fostering protest: Predicting participation in locally unwanted land uses movements. *Political Psychology*, 30, 895-920.
- Mannarini, T., Tartaglia, S., Fedi, A., & Greganti, K. (2006). Image of neighborhood, self-image and sense of community. *Journal of Environmental Psychology*, 26, 202-214.
- Manzo, L. C., & Perkins, D. D. (2006). Finding common ground: The importance of place attachment to community participation and planning. *Journal of Planning Literature*, 20, 335-350.
- Marková, I. (1992). Scientific and public knowledge of AIDS: The problem of their integration. In M. Cranach, W. Doise & G. Mugny (Eds.), *Social Representations and the Social Bases of Knowledge* (pp.179-183). Lewiston: Hogrefe & Huber Publishers.
- Marková, I. (1996). Towards an epistemology of social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 26, 177-195.
- Marková, I. (2000). Amédée or how to get rid of it: Social representations from a dialogical perspective. *Culture & Psychology*, 6, 419-460.
- Marková, I. (2003). *Dialogicality and social representations – the dynamics of mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marková, I. (2008). The epistemological significance of the theory of social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 461-487.
- McAdam, D., McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1988). Social Movements. In N. Smelser (Ed.), *Handbook of Sociology* (pp.695-737). USA: Sage Publications.
- McCullers, C. (1989/41). *Reflexos nuns Olhos de Oiro*. Lisboa: Relógio D'Água.
- McMillan, W. D., & Chavis, M. D. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-22.
- Melucci, A. (1992). Frontier Land: Collective action between actors and systems. In M. Diani & R. Eyerman (Eds.), *Studying Collective Action* (pp. 238-258). London: Sage Publications.

- Mendes, L. (2006). A nobilitação urbana no Bairro Alto: Análise de um processo de recomposição sócio-espacial. *Finisterra*, *XLI*(81), 57-82.
- Menezes, M. (2001). *Mouraria: entre o mito da Severa e o Martim Moniz: estudo antropológico sobre o campo das significações imaginárias de um bairro típico de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Menezes, M. (1994). *Ecologia Social e Reabilitação Urbana: Curso de Introdução à Reabilitação Urbana*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Milfont, T. L., & Duckitt, J. (2004). The structure of environmental attitudes: A first- and second-order confirmatory factor analysis. *Journal of Environmental Psychology*, *24*, 289-303.
- Mitchell, R. E (2006). Green politics or environmental blues? Analyzing ecological democracy. *Public Understanding of Science*, *15*, 459-480.
- Moloney, G. & Walker, I. (2002). Talking about transplants: Social representations and the dialectical, dilemmatic nature of organ donation and transplantation. *British Journal of Social Psychology*, *41*, 299-320.
- Morant, N. (2006). Social representations and professional knowledge: the representation of mental illness among mental health practitioners. *British Journal of Social Psychology*, *45*, 817-838.
- Moscovici, S. (1961/1976). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1972). Society and theory in social psychology. In J. Israel & H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: a critical assessment*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J.P. Forgas (Ed.) *Social cognition: perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (p.3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1985). Comment on Potter & Litton. *British journal of Social Psychology*, *24*, 91-92.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, *18*, 211-250.
- Moscovici, S. (1993a). La polymérisation de l'écologie. In M. Abélès (Ed.), *Le défi écologiste* (pp. 15-26). Paris: Éditions L'Harmattan.
- Moscovici, S. (1993b). Toward a social psychology of science. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *23*, 343-374.
- Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.) *The psychology of the social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S., & Hewstone, M. (1983). Social representations and social explanations: From the 'naïve' to the 'amateur' scientist. In M. Hewstone (Ed.), *Attribution Theory: Social and Functional Extensions* (pp.98-125). Oxford: Blackwell.
- Moscovici, S., & Marková, I. (2000). Ideas and their development: A dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. In S. Moscovici (Au.) & G. Duveen (Ed.), *Social Representations: Explorations in Social Psychology* (pp.224-286). Cambridge, UK: Polity Press.

- Moscovici, S., & Marková, I. (2006). *The making of modern Social Psychology: The hidden story of how an international social science was created*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Moser, G., Ratiu, E., & Fleury-Bahi, G. (2002). Appropriation and interpersonal relationships: From dwelling to city through the neighbourhood. *Environment & Behavior*, 34, 122-136.
- Mouro, C., & Castro, P. (2009). Local communities responding to ecological challenges – A psycho-social approach to Natura network 2000. *Journal of Community & Applied Social Psychology*.
- Neidhardt, F. (1993). The public as a communication system. *Public Understanding of Science*, 2, 339-350.
- Nogueira, C., Saavedra, L., & Neves, S. (2006). Critical (feminist) psychology in Portugal. It will be possible? In M. Dafermos, A. Marvakis & S. Triliva (Eds.), *Annual Review of Critical Psychology*, 5.
- Nunes, J. A., & Serra, N. (2002). “Casas decentes para o povo”: Movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In B. Sousa Santos (Org.), *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa* (pp. 255-290). Brasil, RJ: Civilização Brasileira.
- Obst, P., & White, K. M. (2004). Revisiting the sense of community index: Confirmatory factor analysis. *Journal of Community Psychology*, 32, 691-705.
- Obst, P., Zinkewick, L., & Smith, S. G. (2002). Sense of community in science fiction fandom, Part1: Understanding sense of community in an international community of interest. *Journal of Community Psychology*, 30, 87-103.
- Oliveira, J. M. (2009). *Uma escolha que seja sua: Uma abordagem feminista ao debate sobre a interrupção voluntária da gravidez em Portugal*. Tese de doutoramento não publicada. Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE.
- Pais Ribeiro, J. L. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde*. Porto: Legis Editora.
- Patterson, M. & Williams, D. (2005). Maintaining research traditions on place: Diversity of thought and scientific progress. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 361-380.
- Pereira, M. A. (2008). *Cyberativismo e democracia: Movimentos sociais e novos repertórios de ação*. Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2000). *Análise de Dados Para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS (2ª Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Peterson, N. A., & Reid, R. (2003). Paths to psychological empowerment in an urban community: Sense of community and citizen participation in substance abuse prevention activities. *Journal of Community Psychology*, 31, 25-38.
- Peterson, N. A., Speer, P. W., & McMillan, D. W. (2008). Validation of a brief sense of community scale: Confirmation of the principal theory of sense of community. *Journal of Community Psychology*, 36, 61-73.
- Pettigrew, T., Jackson, J., Ben Brika, J., Lemaine, G., Meertens, R., Wagner, U. & Zick, A. (1998). Outgroup prejudice in Western Europe. In W. Stroebe & M. Hewstone (Coord.), *European Review of Social Psychology*, 8, 241-273.

- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology, 25*, 57-75.
- Plano de Acção de Lisboa (1996). *Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção*. Retirado em Setembro de 2008, de <http://www.futurosustentavel.org/fotos/gca/lisboa.doc>.
- Pol, E. (2002a). Environmental management: A perspective from environmental psychology. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs), *Handbook of Environmental Psychology* (2nd ed., pp. 55-80). New York: John Wiley & Sons.
- Pol, E. (2002b). The theoretical background of the City-Identity-Sustainability Network. *Environment & Behavior, 34*, 8-25.
- Pol, E. (2007). Blueprints for a History of Environmental Psychology (II): From architectural psychology to the challenge of sustainability. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano, 8*(1/2), 1-28.
- Pol, E., & Castrechini, A. (2002). City-Identity-Sustainability research network: Final words. *Environmet & Behavior, 34*, 150-160.
- Pol, E., Di Masso, A., Castrechini, A., Bonet, M. R., & Vidal, T. (2006). Psychological parameters to understand and manage the NIMBY effect. *Revue Européenne de Psychologie Appliquée, 56*, 43-51.
- Pol, E., Moreno, E., Guàrdia, J., & Íñiguez, L. (2002). Identity, quality of life, and sustainability in an urban suburb of Barcelona: Adjustment to the City-Identity-Sustainability network structural model. *Environment & Behavior, 34*, 67-80.
- Poortinga, W., Steg, L., & Vlek, C. (2004). Values, environmental concern, and environmental behavior: A study into household energy use. *Environment & Behavior, 36*, 70-93.
- Potter, J. (1996). *Representing reality: discourse, rhetoric and social construction*. London: Sage Publications.
- Potter, J. & Edwards, D. (1999). Social representations and discursive psychology: From cognition to action. *Culture & Psychology, 5*, 447-458.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1998). Social representations, discourse analysis, and racism. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the social* (pp.138-155). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pretty, G. H., Chipuer, H. M., & Bramston, P. (2003). Sense of place amongst adolescents and adults in two rural Australian towns: The discriminating features of place attachment, sense of community and place dependence in relation to place identity. *Journal of Environmental Psychology, 23*, 273-287.
- Prezza, M., & Constantini, S. (1998). Sense of community and life satisfaction: Investigation in three different territorial contexts. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 8*, 181-194.
- Proença, M. J., Garcia, G., Homem, E., & Borges, J. P. (2007). *Convento dos Inglesinhos – The english college*. Lisboa: Highgrove, Clubes Residenciais, D.L.
- Proshansky, H., Fabian, A., & Kaminoff, R. (1983). Physical world socialisation of the self. *Journal of Environmental Psychology, 3*, 57-83.
- Puddifoot, J. E. (1996). Some initial considerations in the measurement of community identity. *Journal of Community Psychology, 24*, 327-336.

- Räty, H., & Snellman, L. (1992). Making the unfamiliar familiar – Some notes on the criticism of the theory of social representations. *Papers on Social Representations*, 1, 3-13.
- Raudsepp, M. (2005). Why is it so difficult to understand the theory of social representations? *Culture & Psychology*, 11, 455–468.
- Reicher, S. (1984). The St. Paul's riot: An explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. *European Journal of Social Psychology*, 14, 1-21.
- Reicher, S. (1996). 'The battle of Westminster': Developing the social identity model of crowd behaviour in order to explain the initiation and development of collective conflict. *European Journal of Social Psychology*, 26, 115-134.
- Rijsman, J., & Stroebe, W. (1989). The two social psychologies or whatever happened to the crisis. *European Journal of Social Psychology*, 19, 339-44.
- Roquette, M., & Guimelli, C. (1992). Sur la cognition sociale, l'histoire et le temps. *Temporalistes*, 22, 4-15.
- Rorty, R. (1979). *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton: Princeton University Press.
- Rose, D., Efrain, D., Gervais, M.-C., Joffe, H., Jovchelovich, S., & Morant, N. (1995). Questioning consensus in social representations theory. *Papers on Social Representations*, 4, 1-6.
- Rose, N. (1996). *Inventing ourselves: Psychology, power and personhood*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Rozin, P. (2001). Social Psychology and Science: Some lessons from Solomon Asch. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 2-14.
- Rydin, Y. (2002). After the Summit? Thoughts on the implementation of sustainable development. *Environment & Urbanization*, 14, 207-210.
- Sá, C. P. (1998). *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. RJ, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sá, C. P., & Castro, P. (Eds.) (2005). *Memórias do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República.
- Saegert, S. & Winkel, G. (1990). Environmental Psychology. *Annual Review Psychology*, 41, 441-477.
- Scannell, L., & Guifford, R. (no prelo). The relations between natural and civic place attachment and pro-environmental behaviour. *Journal of Environmental Psychology*.
- Sampson, R. J. (1991). Linking the micro- and macrolevel dimensions of community social organization. *Social Forces*, 70, 43-64.
- Santos, B. (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Séguin, C., Pelletier, L., & Hunsley, J. (1998). Toward a model of environmental activism. *Environment & Behavior*, 30, 239-260.
- Seixas, J. (Coord.) (2001). *Diagnóstico sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa – Uma perspectiva censitária (2001)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana.

- Seixas, J. (1990). A cidade não governada: Motivações públicas e governação urbana. *Revista Cidades: Comunidades e Territórios*, 1, 57-72.
- Simon, B. (2004). *Identity in Modern Society: A Social Psychological Perspective*. Cornwall, UK: Blackwell Publishing.
- Simon, B., & Klandermans, B. (2001). Politicized collective identity: A social psychological analysis. *American Psychologist*, 56, 319-331.
- Simon, B. & Oakes, P. (2006). Beyond dependence: An identity approach to social power and domination. *Human Relations*, 59, 105-139.
- Simon, B., & Pettigrew, T. F. (1990). Social identity and perceived group homogeneity: Evidence for the ingroup homogeneity effect. *European Journal of Social Psychology*, 20, 269-286.
- Simon, B., Kulla, C., & Zobel, M. (1995). On being more than just a part of the whole: Regional identity and social distinctiveness. *European Journal of Social Psychology*, 25, 325-340.
- Skinner, D., Valsiner, J., & Holland, D. (2001). Discerning the dialogical self: A theoretical and methodological examination of a nepali adolescent's narrative. *Forum: Qualitative Social Research*, 2(3), Art.18. Retrieved February 22, 2009, from <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs>
- Slater, T. (2004). Municipally managed gentrification in South Parkdale, Toronto. *The Canadian Geographer*, 48, 303-325.
- Smith, Z. (2005). *On Beauty*. London: Penguin Books.
- Smith, J. R., & Louis, W. R. (2008). Do as we say and as we do: The interplay of descriptive and injunctive group norms in the attitude-behaviour relationship. *British Journal of Social Psychology*, 47, 647-666.
- Snyder, M., & Omoto, A. M. (2007). Social Action. In A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.), *Social Psychology: Handbook of Basic Principles* (pp. 940-961). New York: Guilford.
- Soczka, L. (2005a). As raízes da Psicologia Ambiental. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp.39-66). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Soczka, L. (2005b). Viver (n)a cidade. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp.91-131). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spears, R., Doosje, B., & Ellemers, N. (1999). Commitment and the context of social perception. In N. Ellemers, R. Spears, & B. Doosje (Eds.), *Social Identity: Context, Commitment, Content* (pp. 59-83). Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Speller, G. M. (2005). A importância da vinculação ao lugar. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp.133-167). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Stedman, R. C. (2002). Towards a social psychology of place: Predicting behaviour from place-based cognitions, attitudes, and identity. *Environment & Behavior*, 34, 561-581.

- Steg, L., & Sievers, I. (2000). Cultural theory and individual perceptions of environmental risks. *Environment and Behavior*, 32, 250–269.
- Stern, P. (2000). Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *Journal of Social Issues*, 56, 407-424.
- Stern, P., Dietz, T., Abel, T., Guagnano, G., & Kalof, L. (1999). A value-belief-norm theory of support for social movements. The case of environmental concern. *Human Ecology Review*, 6, 81-97.
- Stern, P., Dietz, T., & Guagnano, G. (1995). The new ecological paradigm in social-psychological context. *Environment & Behavior*, 27, 723-743.
- Stewart, W., Liebert, D., & Larkin, K. (2004). Community identities as visions for landscape change. *Landscape and Urban Planning*, 69(2-3), 315-334.
- Stokols, D. (1990). Instrumental and Spiritual Views of People-Environment Relations. *American Psychologist*, 45, 641-646.
- Stott, C., & Reicher, S. (1998). Crowd action as intergroup process: Introducing the police perspective. *European Journal of Social Psychology*, 28, 509-529.
- Strindberg, A. (2006/1888). *O sacristão romântico de Ranö*. Lisboa: &etc.
- Stürmer, S., & Simon, B. (2004). Collective action: Towards a dual-pathway model. *European Review of Social Psychology*, 15, 59-99.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using Multivariate Statistics* (4th ed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (Vol. 1) (pp.272-302). Paris: Larousse.
- Tratado de Aalborg (1994). *Charter of European Cities & Towns towards sustainability*. Retirado em Setembro de 2008, de http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/aalborg_charter.pdf
- Tuan, Y. F. (1980). Rootedness versus sense of place. *Landscape*, 24, 3-8.
- Turner, J., Hogg, M., Oakes, P., Reicher, S. & Wetherell, M. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorisation theory*. Oxford: Blackwell.
- Twigger-Ross, C.L. & Uzzell, D. (1996). Place and Identity Processes. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 205-220.
- Twigger-Ross, C., Bonaiuto, M. & Breakwell, G. (2003). Identity Theories and Environmental Psychology. In M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological Theories for Environmental Issues* (pp. 203-233). UK: Ashgate Publishing.
- Uzzell, D. (1988). Four perspectives on political participation in the city. *Psicologia*, VI(3), 377-384.
- Uzzell, D. (2000). The psycho-spatial dimension to global environmental problems. *Journal of Environmental Psychology*, 20, 307-318.
- Uzzell, D., Pol, E., & Badenas, D. (2002). Place identification, social cohesion, and environmental sustainability. *Environment & Behavior*, 34, 26-52.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, XXVIII, 887-919.

- Vala, J., Garcia-Marques, L., Gouveia-Pereira, M. & Lopes, D. (1998). Validation of polemical social representations: Introducing the intergroup differentiation of heterogeneity. *Social Science information*, 37, 469-492.
- Vale, T., & Ferreira, M. (1999). *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Igreja de São Pedro e São Paulo e antigo convento e colégio dos Inglesinhos*. Retirado em Outubro de 2008, de http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Je7dHQksbrYJ:www.jf-santacatarina.pt/Convento_Ingles.pdf+vale+e+ferreira,+convento+inglesinhos&hl=pt-PT&gl=pt&sig=AHIEtbRo4q-5lo-dWQlp_u4zpl5t6_Jgwg
- Valera, S. (1996). Análisis de los aspectos simbólicos del espacio urbano: Perspectivas desde da psicología ambiental. *Revista de Psicología Universitas Tarraconenses*, 18, 63-84.
- Valera, S., & Guardià, J. (2002). Urban social identity and sustainability: Barcelona's Olympic Village. *Environment & Behavior*, 34, 54-66.
- Valera, S., & Pol, E. (1994). El concepto de identidad social urbana: Una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *Anuario de Psicología*, 62, 5-24.
- van Bavel, R., & Gaskell, G. (2004). Narrative and systemic modes of economic thinking. *Culture & Psychology*, 10, 417-439.
- van Dijk, T. (1988). *News as Discourse*. Hillsdale, NJ, USA: Erlbaum.
- VanVoorhis, C., & Morgan, B. (2007). Understanding power and rules of thumb for determining sample sizes. *Tutorials in Quantitative Methods for Psychology*, 3, 43-50.
- van Vugt, M. (2002). Central, individual, or collective control? Social Dilemma Strategies for Natural Resource Management. *American Behavioral Scientist*, 45, 783-800.
- van Vugt, M., & Snyder, M. (2002). Cooperation in society: Fostering community action and civic participation. *American Behavioral Scientist*, 45, 761-918 (Special issue).
- van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative Social Identity Model of Collective Action: A quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134, 504 - 535.
- Vining, J., & Ebreo, A. (2002). Emerging theoretical and methodological perspectives on conservation behavior. In R. B. Bechtel, & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 541-558). New York: Wiley.
- Viswanath, K., Kosicki, G. M., Fredin, E. S., & Park, E. (2000). Local community ties, community-boundedness, and local public affairs knowledge gaps. *Communication Research*, 27, 27-50.
- Voci, A. (2000). Perceived group variability and the salience of personal and social identity. *European Review of Social Psychology*, 11, 177-221.
- Voelklein, C., & Howarth, C. (2005). A review of controversies about social representations theory: A british debate. *Culture & Psychology*, 11, 431-454.
- Vorkinn, M., & Riese, H. (2001). Environmental concern in a local context: The significance of place attachment. *Environment & Behavior*, 33, 249-263.
- Wagner, W. (1994). Fields of research and socio-genesis of social representations: a discussion of criteria and diagnostics. *Social Science Information*, 33, 199-228.
- Wagner, W. (1996). Queries about social representation and construction. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 26, 95-119.

- Wagner, W. (1998). Social representations and beyond: Brute facts, symbolic coping and domesticated worlds. *Culture & Psychology*, 4, 297-329.
- Wagner, W., Duveen, G., Verma, J. & Themel, M. (1999a). The modernization of tradition: thinking about madness in Patna, India. *Culture & Psychology*, 5, 413-445
- Wagner, W., Duveen, G., Farr, R., Jovchelovitch, S., Lorenzi-Cioldi, F., Marková, I., & Rose, D. (1999b). Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology*, 2, 95-125.
- Wagner, W. & Hayes, N. (2005). *Everyday Discourse and Common Sense: The Theory of Social Representations*. Hampshire, England: Palgrave Macmillan.
- Wagner, W., Kronberger, N., & Seifert, F. (2002). Collective symbolic coping with new technology: Knowledge, images and public discourse. *British Journal of Social Psychology*, 41, 323-343.
- Walker, I., & Smith, H. (Eds.) (2002). *Relative deprivation: Specification, development and integration*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I., Juma, C., Keller, E. F., Kocka, J., Lecourt, D., Mudimbe, V, Mushakoji, K., Prigogine, I., Taylor, P., & Trouillot, M-R. (1996). *Para abrir as ciências sociais - relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais*. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América.
- Wapner, S., & Demick, J. (2002). The increasing contexts of context in the study of environment behaviour relations. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs), *Handbook of Environmental Psychology* (2nd ed., pp. 3-14). New York: John Wiley & Sons.
- Weisenfeld, E. (1996). The concept of 'we': A community social psychology myth? *Journal of Community Psychology*, 24, 337-345.
- Wiesenfeld, E., & Giuliani, F. (2002). Sustainable development and identity in two venezuelan communities. *Environment & Behavior*, 34, 81-96.
- Wellman, B., & Leighton, B. (1979). Networks, neighborhoods, and communities: Approaches to the study of the community question. *Urban Affairs Review*, 14, 363-390.
- Whitehead, K., & Wittig, M. (2004). Discursive management of resistance to a multicultural education programme. *Qualitative Research in Psychology*, 1, 267-284.
- Wilkinson, D. (2007). The multidimensional nature of social cohesion: Psychological sense of community, attraction, and neighboring. *American Journal of Community Psychology*, 40, 214-229.
- Wynne, B. (1996). May the sheep safely graze? In A. Irwin & B. Wynne (Eds.), *Misunderstanding science? The public reconstruction of science and technology* (pp.172-190). Cambridge: Cambridge University Press.
- Yates, S. (2001). Researching internet interaction: Sociolinguistics and corpus analysis. In M. Wetherell, S. Taylor & S. Yates (Eds.), *Discourse as data: A guide for analysis* (pp.93-146). Bath: The Open University.
- Yourcenar, M. (2007/1974). *Memórias de Adriano* (16ª ed.). Lisboa: Ulisseia.

ANEXOS

Anexo I

Guião das entrevistas com os profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica

Guião das entrevistas narrativas

Profissionais da Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica

1. Quando é que surgiu a Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica (UPBAB)?
2. De que maneira é que surgiu/quais são os seus antecedentes?
3. Qual é a estrutura da UPBAB/quem é que aí trabalha?
4. Quais são as principais funções da UPBAB?
5. Acha que Unidade de Projecto está bem implementada/intrincada no Bairro?
6. Que relação têm mantido com os moradores do Bairro Alto?
7. Que papel considera que os moradores têm para a prossecução dos objectivos e trabalho da UPBAB?
8. Acha que os moradores devem ter um papel activo relativamente ao(s) espaço(s) que lhe dizem directamente respeito, ou em relação a tudo o que é património/a toda a cidade?
9. Como é que definiria este bairro? Acha que é diferente dos outros? Se sim, em quê?
10. Qual é a vossa posição relativamente ao projecto da Amorim para o Colégio dos Inglesinhos?
11. Como é que tem vindo a decorrer o processo Colégio dos Inglesinhos a nível das vossas funções/intervenção?
12. Para si, qual seria a situação ideal para o espaço em que está o Colégio dos Inglesinhos? [tendo em conta as necessidades do Bairro Alto – habitacionais, culturais, recreativas...]
13. Considera que o equilíbrio ecológico/a sustentabilidade ecológica do Bairro Alto é posta em causa com a substituição do actual jardim?
14. E a sustentabilidade estética?
15. Acha que as pessoas deviam ser mais ouvidas (ter um papel mais activo) em problemas como este?
16. Acha que hoje em dia as pessoas/moradores têm poder suficiente para negociar as resoluções da câmara?
17. Que mecanismos deviam ser implementados para as pessoas poderem ser consultadas/darem a sua opinião relativamente a medidas da CML?
18. O que é que se deveria mudar (se é que) na gestão das cidades?
19. Para si, o que é ser cidadão?

Anexo II

Guião das entrevistas com os participantes do movimento de moradores do Bairro Alto

Guião das entrevistas narrativas

Participantes do Movimento de Moradores

1. Onde é que mora no Bairro Alto? Sempre morou no Bairro Alto?
2. Desde sempre conheceu o Convento dos Inglesinhos?
3. Como é que soube do que se ia passar com os Inglesinhos?
4. E das reuniões de moradores? O que a levou a participar nessas reuniões?
5. O que é que pensa do projecto? Da forma como foi feito?
6. O que é que sabe do projecto?
7. Para si qual seria a situação ideal para o espaço em que está o Convento dos Inglesinhos?
8. O que pensa do papel do Gabinete Técnico do Bairro Alto e Bica e dos seus técnicos nesse processo?
9. Como é que acha que os moradores do Bairro Alto vêem esta questão?
10. Já participou em outras contestações deste tipo?
11. E de que forma vê a participação pública actualmente?

Anexo III

Guião das entrevistas com moradores do Bairro Alto

Guião das entrevistas semi-estruturadas

Moradores do Bairro Alto

Grupo 1 [Objectivos]: Explorar a questão dos Inglesinhos como uma estória que se desenrola no tempo e no espaço do bairro e tem vários protagonistas e vários fins desejáveis e importâncias variadas para cada pessoa

1. Tem acompanhado as notícias mais recentes sobre o Convento dos Inglesinhos? (O que é que soube, como é que soube, quando soube)

2. Conte-me o que sabe acerca desta história dos Inglesinhos.

Nota: Assegurar que na narrativa todos os grupos intervenientes são mencionados, senão perguntar explicitamente por cada um da seguinte forma:

2.1. Gabinete - acompanhou o papel da UPBAB (gabinete técnico do Bairro Alto) neste processo?

2.2. O protesto de alguns moradores ? (Explorar o que pensam deles se nomes surgirem na conversa) - em relação aos protestos de alguns moradores para impedir a transformação do convento? O que acha deles?

2.3. Junta de freguesia? O que fez? Concorda?

2.4. Dono da obra ? sabe quem é?

Grupo 2 [Objectivos]: Explorar o impacto do presente projecto para a vida das pessoas e a vida do Bairro

3. As transformações que estão a acontecer nos Inglesinhos, têm modificado a sua vida? A maneira como se desloca no Bairro, por exemplo?

4. E na vida do Bairro Alto? Têm provocado algumas alterações na vida do Bairro?

5. Como imagina o futuro ? Estas transformações irão ou não alterar a sua vida aqui?

Grupo 3: Explorar o passado da participação pública no bairro e o envolvimento individual [se houver tempo fazer todas as perguntas, caso contrário perguntar só a partir da 9]

6. Já houve mais alguma história deste género aqui no Bairro? Há mais tempo?

7. Se houve - participou? Conte-nos como foi.

8. Foi útil?

9. De uma maneira geral, os protestos dos moradores são úteis (aqui no Bairro, no país)?
E frequentes, acha que são? Deveriam ser?
10. O papel da UPBAB no Bairro Alto? Alguma vez lá foi por algum motivo?
11. Como é que gostaria que fosse o Bairro no futuro?
12. E como acha que vai ser?

Anexo IV

Extractos das entrevistas com moradores do Bairro Alto: Exemplos das consequências percebidas da transformação do Convento dos Inglesinhos para o Bairro Alto

- a) Extractos das entrevistas com moradores do Bairro Alto: Consequências percebidas da transformação do Convento dos Inglesinhos para a composição física/arquitectónica do Bairro Alto

Se continuar com estas transformações [como a do Convento dos Inglesinhos] o Bairro Alto perde a sua beleza, a sua coisa, não é verdade? (...) e...o Bairro Alto continua a ser aquele bairro em que eu nasci... [Residente7, p.3]

acho mal. Acho mal porque vai-se estragando tudo o que há de bom e de antigo aqui no bairro, não é? Vai-se perdendo muita coisa boa, e para mim um condomínio fechado só dá é lucro a quem o faz, não é?[Residente9, p.1]

Quando é para melhorar acho bem. Embora mantendo o património antigo [Residente3, p.2]

- b) Extractos das entrevistas com moradores do Bairro Alto: Consequências percebidas da transformação do Convento dos Inglesinhos para a composição social do Bairro Alto

para mim [o Bairro Alto] vai-se tornando a pouco e pouco aos tempos muito antigos em que só moravam cá praticamente os senhores. Não é?... [Residente9, p.2]

Fazerem estas coisas para ricos?! Eles têm muito dinheiro, que vão para fora! [Residente2, p.2]

Anexo V

Questionário aplicado a moradores do Bairro Alto (Estudo 4)

QUESTIONÁRIO

O Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) do ISCTE, tem em curso um projecto de estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sobre a vivência das pessoas nos bairros de Lisboa. O objectivo geral do estudo é compreender a relação das pessoas com o lugar em que vivem. Pedimos-lhe que responda a todas as perguntas que se seguem, garantindo-lhe que as suas respostas são anónimas e confidenciais e se destinam exclusivamente a este estudo.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

1. Há quanto tempo vive no Bairro Alto? _____

2. Em que rua mora (no Bairro Alto)? _____

3. O que é o que o levou a vir viver para o Bairro Alto?

4. A sua casa aqui no Bairro Alto é comprada ou alugada? _____

Por favor, diga-nos:

5. Conheço a recente polémica em torno da transformação do Convento dos Inglesinhos...

Muito mal 1 2 3 4 5 6 7 Muito bem

6. Conheço a unidade de Projecto Bairro Alto e Bica, da Câmara Municipal de Lisboa...

Muito mal 1 2 3 4 5 6 7 Muito bem

7. O Convento dos Inglesinhos é uma parte importante do que é o Bairro Alto...

Nada importante 1 2 3 4 5 6 7 Muito importante

8. Por favor, responda às perguntas que se seguem usando a seguinte escala:

Discordo completamente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo completamente

Sinto-me orgulhoso por viver no Bairro Alto	
Espero poder viver neste bairro muito tempo	
Este bairro é importante para mim	
Gosto de viver no Bairro Alto	
Identifico-me com as pessoas deste bairro	
Sinto-me bem neste bairro	
As pessoas neste bairro dão-se umas com as outras	
Acho que este bairro é um bom sítio para viver	
Eu e os meus vizinhos temos a mesma maneira de ver as coisas	
Não é necessário que haja grande planeamento para que as pessoas possam participar nas decisões sobre os bairros onde moram, isso acontecerá naturalmente	
Há poucos vizinhos que me conhecem	
Importo-me com o que os meus vizinhos pensam do que eu faço	
As pessoas nunca conseguirão ser ouvidas nas decisões sobre os bairros onde moram	
Se houver um problema neste bairro, as pessoas daqui conseguem resolvê-lo	
Sinto que pertença a este bairro	
Este é o bairro ideal para mim	
Preferia viver noutro bairro	
Este bairro é uma parte de mim	
É preciso obrigar a sociedade e os indivíduos a mudarem de comportamentos, para que os cidadãos possam participar nas decisões sobre os bairros onde moram	
Não tenho nada em comum com este bairro	
Não sigo o estilo de vida deste bairro	
Não me sinto integrado neste bairro	
Para que as pessoas possam participar nas decisões sobre os bairros onde moram, deverão existir regras e leis claras que expliquem o que fazer	
Eu tenho influência no que acontece neste bairro	
Conheço de vista a maior parte das pessoas que vivem neste bairro	
Seria muito difícil para mim deixar este bairro	

9. Por favor, responda às perguntas que se seguem usando a seguinte escala:

Discordo completamente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo completamente

A participação dos moradores é essencial na gestão das cidades	
O Bairro Alto deve ser mantido como um bairro histórico, preservando o seu património arquitectónico como está	
As pessoas devem preocupar-se em defender o património do lugar em que vivem	
Gostaria que o Bairro Alto do futuro misturasse edifícios modernos com edifícios antigos	
O Bairro Alto deve modernizar os seus edifícios	
As pessoas devem preocupar-se em defender o património de uma maneira geral	
O Bairro Alto deve acolher novos moradores de todas as classes sociais	
Era bom que o Bairro Alto do futuro não tivesse condomínios habitacionais fechados	

10. Em relação ao actual projecto para a transformação do Convento dos Inglesinhos num condomínio habitacional, sou...

Totalmente contra 1 2 3 4 5 6 7 Totalmente a favor

11. Acho o actual projecto para a transformação do Convento dos Inglesinhos num condomínio habitacional, sou...

Totalmente negativo 1 2 3 4 5 6 7 Totalmente positivo

Por favor, diga-nos ainda

1. **Sexo:** F M

2. **Idade:** _____ anos

3. **Escolaridade:**

Universitária/Politécnica	1	Primária completa	5
12º ano (7º ano antigo)	2	Primária incompleta	6
9º ano (5º ano antigo)	3	Sem instrução	7
6º ano (2º ano antigo)	4		

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

Anexo VI

Questionário aplicado a moradores e trabalhadores do Bairro Alto (Estudo 5)

QUESTIONÁRIO

O Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), tem em curso um projecto de estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sobre as diferentes formas de as pessoas se relacionarem com os lugares onde vivem. O preenchimento do questionário é anónimo e também voluntário, mas agradecemos muito se aceitar participar, para podermos completar este estudo. Caso o faça, pedimos que procure responder a todas as questões. Desde já agradecemos a sua colaboração.

[Nome da rua em que mora/trabalha: _____]

1. Mora e/ou trabalha nesta área de Lisboa?

Moro _____ **Trabalho** _____ **Moro e trabalho** _____

1.1 Há quanto tempo? _____

2. Indique-nos, por favor, a sua opinião em relação à seguinte frase:
(Coloque um círculo à volta do número/cor que mais corresponde à sua opinião)

Esta área de Lisboa é um bairro.

Totalmente falso

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Totalmente verdadeiro

3. Se mora no Bairro Alto, pedimos-lhe agora que responda à seguinte questão:

Vejo-me sobretudo como...

Morador do Bairro Alto

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Morador de Lisboa

4. O facto de viver/trabalhar no Bairro Alto foi uma escolha sua, ou deve-se a outros factores?

(Coloque um círculo à volta do número/cor que mais corresponde à sua opinião)

Deve-se a outros factores

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Foi uma escolha minha

5. Pode dizer-me quais são os nomes das ruas/zonas que delimitam o Bairro Alto?

6. Na sua opinião, quais são os espaços/edifícios que mais definem o Bairro Alto?

1. _____

2. _____

7. De uma maneira geral, até que ponto diria que está satisfeito com...

	Nada satisfeito							Muito satisfeito
...este bairro	1	2	3	4	5	6	7	

8. Indique-nos agora, por favor, quais são para si as principais diferenças entre o Bairro Alto e outros bairros de Lisboa.

1. _____

1.1. E na sua opinião, esta diferença que indicou é...

Totalmente negativa

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Totalmente positiva

2. _____

2.1. E na sua opinião, esta diferença que indicou é...

Totalmente negativa

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Totalmente positiva

8.1. Indique-nos, por favor, quais foram os bairros de Lisboa em que pensou para responder à pergunta anterior (pergunta 7.):

10. Indique agora, por favor, a sua opinião em relação às seguintes frases:

a) Quando me ausento do Bairro Alto durante algum tempo, sinto mesmo vontade de voltar.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

b) As pessoas do Bairro Alto resolvem em conjunto os problemas que aparecem no bairro.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

c) Muitas pessoas do Bairro Alto me conhecem.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

d) Em geral, viver/trabalhar no Bairro Alto contribui de forma importante para a imagem que tenho de mim.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

e) No Bairro Alto sinto-me em casa.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

f) Eu e as pessoas que aqui vivem queremos o mesmo para o Bairro Alto.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

g) Muitas vezes lamento viver/trabalhar no Bairro Alto.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

h) Sinto-me ligado às pessoas que vivem no Bairro Alto.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

i) As pessoas que vivem no Bairro Alto têm uma maneira parecida de ver as coisas.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

j) Sinto-me ligado ao Bairro Alto.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

k) Penso muitas vezes sobre o facto de fazer parte do Bairro Alto.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

l) As pessoas do Bairro Alto dão-se bem umas com as outras.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

m) Sinto-me bem quando penso em mim como alguém que vive/trabalha no Bairro Alto.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

12. No futuro, gostaria que os moradores do Bairro Alto fossem...

Muito parecidos entre si

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muito diferentes entre si

13. Na sua opinião, quais são os grupos de pessoas que actualmente ocupam o Bairro Alto e nele convivem?

1. _____
2. _____
3. _____

15. No futuro, gostaria que os edifícios do Bairro Alto fossem...

Muito parecidos entre si

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muito diferentes entre si

17. Na sua opinião pessoal, quem é que faz parte do Bairro Alto?

As pessoas que habitam no Bairro Alto, mesmo que seja há pouco tempo

Fazem parte do Bairro Alto

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Não fazem parte do Bairro Alto

As pessoas que frequentam os bares e restaurantes do Bairro Alto com regularidade

Fazem parte do Bairro Alto

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Não fazem parte do Bairro Alto

As pessoas que trabalham todo o dia no Bairro Alto

Fazem parte do Bairro Alto

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Não fazem parte do Bairro Alto

As pessoas que habitam há muito tempo no Bairro Alto

Fazem parte do Bairro Alto

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Não fazem parte do Bairro Alto

19. Já alguma vez participou em algum tipo de acção (protesto, petição, debate público, queixa formal, carta para jornal,...) contra uma medida que achou incorrecta ou a favor de uma medida que achou que devia ser implementada?

Nunca

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muitas vezes

20. Por favor indique-nos agora a sua opinião em relação às seguintes frases:

a) As pessoas têm o dever de se organizarem e desenvolverem acções para defender o ambiente e o património do lugar onde vivem.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

b) As decisões sobre os bairros devem ser deixadas aos profissionais que estudaram para isso.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

c) As pessoas têm o direito de serem ouvidas pelas autoridades em relação às decisões que são tomadas sobre os bairros onde vivem.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

d) As decisões sobre os bairros devem ser deixadas aos que receberam o voto para nos governarem.

Discordo completamente

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Concordo completamente

21. Indique-nos agora até que ponto confia nas autoridades locais (Unidade de Projecto, Junta de Freguesia, Câmara Municipal) para tomarem decisões correctas sobre assuntos relacionados com o Bairro Alto?

Nenhuma confiança

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Total confiança

22. Alguma vez recebeu informação das autoridades locais (Unidade de Projecto, Junta de Freguesia, Câmara Municipal) sobre projectos de transformação de edifícios ou espaços do Bairro Alto?

Nunca

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muitas vezes

23. Tem conhecimento de que existem tratados e leis que pretendem garantir que as autoridades envolvem as pessoas nas decisões sobre os bairros onde vivem?

Sim___ Não___

24. Pedimos-lhe agora que imagine as seguintes acções e que responda às 4 questões que colocamos em relação a cada uma delas:

a) **Participar num protesto contra a transformação prevista de construções (edifícios, prédios, monumentos, ...) do Bairro Alto e que ache incorrecta**

Já o fez?

Nunca	1 vez	2 a 3 vezes	Mais de 3 vezes
-------	-------	-------------	-----------------

Estaria disposto/a a fazê-lo?

Não	Pouco	Bastante	Muito
-----	-------	----------	-------

Estaria disposto/a a fazê-lo se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem?

Não	Pouco	Bastante	Muito
-----	-------	----------	-------

Acha que isso mudaria essa situação?

Não	Pouco	Bastante	Muito
-----	-------	----------	-------

b) **Apresentar queixas às autoridades locais contra a transformação prevista de construções (edifícios, prédios, monumentos, ...) do Bairro Alto e que ache incorrecta**

Já o fez?

Nunca	1 vez	2 a 3 vezes	Mais de 3 vezes
-------	-------	-------------	-----------------

Estaria disposto/a a fazê-lo?

Não	Pouco	Bastante	Muito
-----	-------	----------	-------

Estaria disposto/a a fazê-lo se outros moradores do Bairro Alto também o fizessem?

Não	Pouco	Bastante	Muito
-----	-------	----------	-------

Acha que isso mudaria essa situação?

Não	Pouco	Bastante	Muito
-----	-------	----------	-------

Para terminar, indique-nos as seguintes informações sobre si:

1. **Sexo:** Homem ___ Mulher ___ 2. **Idade:** ___ anos

3. **Habilitações literárias:**

Sem instrução _____ 6º ano (2º ano antigo) _____ Universitária/Politécnica _____
 Primária Incompleta _____ 9º ano (5º ano antigo) _____
 Primária Completa _____ 12º ano (7º ano antigo) _____

4. **Estatuto ocupacional:**

Empregado(a) ___ Reformada(o) ___ Estudante _____
 Desempregado(a) ___ Doméstica(o) ___ Trabalhador-estudante _____

Se mora no Bairro Alto, indique-nos ainda por favor

5.1. **A casa onde vive é:** Comprada ___ Alugada/arrendada ___

Muito obrigada pela sua colaboração!

[Telefone de contacto para confirmação da realização do inquérito ou
 Morada: _____]

CURRICULUM VITAE

CURRICULUM VITAE

Susana Alexandra Alfama Blanda Batel

1. PERCURSO ACADÉMICO

- 2005-2009** Estudante de Doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e Organizacional do Departamento de Psicologia Social e das Organizações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
- 2004-2005** Bolseira de investigação no Centro de Investigação e de Intervenção Social do ISCTE-IUL (CIS/ISCTE-IUL) no âmbito do Projecto *Elites Discriminadas: Uma abordagem interdisciplinar às desigualdades de género*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/SOC/44726) e coordenado pela Professora Doutora Lígia Amâncio (ISCTE-IUL) e pelo Professor Doutor João Oliveira (CIS).

2. FORMAÇÃO ACADÉMICA

Graus Académicos

- 2003-2004** - Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL), Lisboa, com nota média final de 16 valores;
- Estágio curricular (Abril-Julho 2004) na Unidade de Investigação em Design e Comunicação do Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (UNIDCOM/IADE) no âmbito do Projecto *Sintaxe Espacial no Hospital: Análise interdisciplinar dos Sistemas de Sinalética e Orientação em contexto hospitalar*, orientado pela Professora Doutora Luísa Lima (ISCTE-IUL) e pelo Professor Doutor Eduardo Côrte-Real (UNIDCOM/IADE).

Formação Académica Complementar

- Setembro 2007** Workshop em Representações Sociais orientado pela Professora Anna-Maija Pirttilä-Backman (Univ. Helsinki), Professor Christian Staerklé (Univ. Lausanne), Professora Elizabeth Lage (EHESS, Paris), Professora Paula Castro (ISCTE-IUL) e Professor Wolfgang Wagner (Univ. Linz). *Northern Workshop on Social Representations for Young Scholars*, University of Helsinki, Helsínquia, Finlândia.
- Julho 2007** Seminário de Análise de Discurso orientado pelo Professor Lupicínio Iñiguez (Univ. Autònoma Barcelona). *Escola de Verão da Associação Portuguesa de Psicologia*, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Mai 2007** Workshop em Representações Sociais orientado pelo Professor Gerard Duveen (Univ. Cambridge), Professora Paula Castro (ISCTE-IUL) e Professora Sandra Jovchelovitch (LSE). *Social Change and the Transformation of Ideas Workshop*, London School of Economics, Londres, Inglaterra.
- Setembro 2006** Workshop em Psicologia Ambiental. *Young Researchers Workshop na 19th IAPS International Conference: Environment, Health and Sustainable Development*, Alexandria, Egipto.
- Julho 2005** Workshop em Psicologia Ambiental. *Escola de Verão Espaços Urbanos e Comportamentos Anómicos* (ISCTE-IUL/Paris V), ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.
- Abril 2005** Workshop de Análise Estrutural da Identidade orientado pelo Professor Peter Weinreich (Univ. Ulster), Professora Wendy Saunderson (Univ. Ulster) e Professor Selwyn Black (Sycadex). *Identity Structure Analysis: International Training Workshop*, Danish University of Education, Copenhaga, Dinamarca.

3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica

- Batel, S., & Castro, P. (2009). Reification and consensualization on communication: An analysis of two distinctive communicative formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39(4), 415-433.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social representation, change and resistance: On the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, 14(4), 475-497.

Artigos em revistas de circulação nacional com arbitragem científica

- Castro, P., & Batel, S. (2007). Técnico e cidadão, eis a questão: Um caso de participação pública no espaço urbano. *Revista Psicologia*, XXI(2), 99-117.
- Lima, M. L., Marques, S., Batel, S., Carvalho, S., Hualdon, J., & Pornin, S. (2007). Estou mais seguro na minha cidade do que os outros: Identidade com o lugar e optimismo comparativo na percepção de riscos urbanos. *Revista Psicologia*, XXI(2), 45-58.

Livros

- Caetano, A., Garrido, M., Batel, S., & Martins, A. C. (Eds.) (2008). *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional (Vol.III)*. Lisboa: Edições Colibri.

Capítulos de livros com arbitragem científica

- Castro, P., Batel, S., Devine-Wright, H., Kronberger, N., Mouro, C., Weiss, K., & Wagner, W. (2009). Redesigning nature and managing risk: Social representation, change and resistance. In M. K. Tolba, S. Soliman, & A. Abdel-Hadi (Eds.), *Environment, Health and Sustainable Development*. Cambridge, USA: Hogrefe & Huber Publishers.

Relatórios Científicos

- Oliveira, J. M., Amâncio, L., Nogueira, C., Joaquim, T., Marques, A., Rodrigues, F., Santos, H., & Batel, S. (2006). *Elites discriminadas: Uma abordagem interdisciplinar das desigualdades de género*. Relatório final de projecto - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/SOC/44726/2002).

4. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

- 2008-2009** Castro, P., Batel, S., Mouro, C., & Sarrica, M. *Dinâmicas Identitárias e Relação com o Lugar* (CIS/ISCTE-IUL)
- 2006-2008** Oliveira, J. M., Batel, S., & Santos, M. *Representações Sociais do Feminismo e da Pessoa Feminista* (CIS/ISCTE-IUL)
- 2004-2009** Castro, P., Batel, S., Mouro, C., & Oliveira, J. M. *Análise da Evolução da Psicologia Social* (CIS/ISCTE)

5. OUTRAS ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO

- 2007** Condução de entrevistas. Projecto *Saúde, Sexo e Género: Factos, representações e desafios*, Prazeres, V. (Coordenador), Laranjeira, A. R., Marques, A., Soares, C., Paulino, A. P., Santos, H., Gonçalves, S., Batel, S.. Direcção-Geral da Saúde (DGS)
- 2005-2006** Condução de *focus groups*. Projecto de doutoramento *Uma escolha que seja sua: Uma abordagem feminista ao debate sobre a interrupção voluntária da gravidez em Portugal*, Professor Doutor João Oliveira (CIS/ISCTE-IUL)
- 2005-2006** Colaboração no projecto *Direitos civis da população LGBT em Portugal*, coordenado pelo Professor Doutor João Oliveira (CIS/ISCTE-IUL)
- Mai-Set 2005** Colaboração na equipa técnica de Organização do projecto de *Proposta Técnica do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios*, coordenada pelo Professor Doutor António Caetano (CIS/ISCTE-IUL)
- 2004** Recolha, tratamento e análise de dados. Projecto de doutoramento *Please don't cue my memory! Retrieval inhibition in collaborative and non-collaborative person memory*, Professora Doutora Margarida Garrido (CIS/ISCTE-IUL)

5. INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA

5.1. Participação em Encontros Científicos

Comunicações orais em simpósios

Batel, S., & Castro, P. (2010, Fevereiro). A participação enquanto comportamento pró-ambiental: Contributos da Psicologia Ambiental e da Psicologia Social. Comunicação apresentada no Simpósio Identidade de Lugar vs. Identidade Social: Dois conceitos, o mesmo processo, do *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Braga, Portugal.

Batel, S., & Castro, P. (2006, Novembro). Participação pública entre normas e factos: um caso no domínio do património construído. Comunicação apresentada no Painel Temático Mudança Social II – Resistência, Contradição e Argumentação, do *VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Évora, Portugal.

Batel, S., Oliveira, J., Nogueira, C., & Amâncio, L. (2006, Novembro). O mérito ou os méritos: Uma ilustração estatística do papel do género na progressão na carreira científica em Portugal. Comunicação apresentada no Painel Temático Psicologia Feminista II, do *VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Évora, Portugal.

Batel, S., Mouro, C., & Castro, P. (2006, Agosto/Setembro). Changing conceptions of public participation regarding the built and the natural environment. Comunicação apresentada no Simpósio “Symbolic coping with a changing environment”, da *VIII International Conference on Social Representations*, Roma, Itália.

Comunicações individuais em encontros internacionais

Batel, S., & Castro, P. (2009, Maio). Between norms and facts: Public participation as a social change process. Comunicação apresentada no *Vth Meeting in Social and Organizational Psychology*, Lisboa, Portugal.

Batel, S., & Castro, P. (2009, Maio). Collective action and social change: A Social Representations Approach. Comunicação apresentada na *10th Inter-University Graduate Conference: Culture, Cognition and Construction*, Londres, Inglaterra.

Batel, S., & Castro, P. (2009, Janeiro). “O comum do Bairro Alto” e “as pessoas que têm um interesse cultural maior”: O papel da legitimidade na relação entre representações e identidades, e a participação comunitária. Comunicação apresentada no *X Congresso em Psicologia Ambiental: Comportamento Humano e Alterações Globais*, Lisboa, Portugal.

Castro, P., Batel, S., Mouro, C., & Sarrica, M. (2009, Janeiro). A importância da relação com o lugar para os comportamentos de cidadania e as práticas pró-ambientais. Comunicação apresentada no *X Congresso em Psicologia Ambiental Comportamento Humano e Alterações Globais*, Lisboa, Portugal.

Batel, S., & Castro, P. (2008, Junho). People-place relations: Exploring the relation between place and community variables. Comunicação apresentada na *II International Conference on Community Psychology*, Lisboa, Portugal.

Batel, S., & Castro, P. (2008, Abril). The power of consensus and reification – A Social Representations Theory approach to social change. Comunicação apresentada na *2008 British Psychological Society Annual Conference*, Dublin, República da Irlanda.

- Batel, S., & Castro, P. (2007, Setembro). Change and Resistance: the mediator role of the expert sphere between the reified and the consensual universes. Comunicação apresentada no *Northern Workshop on Social Representations for Young Scholars*, Helsínquia, Finlândia.
- Batel, S., & Castro, P. (2007, Maio). Social Representations within the intermediate sphere: between science and common sense. Comunicação apresentada no *Social Change and the Transformation of Ideas Workshop*, London School of Economics, Londres, Inglaterra.
- Batel, S., & Castro, P. (2006, Setembro). Where do experts and dwellers meet in the cities? A case of public participation over the planning of cities. Comunicação apresentada na *19th International Association for the People-Environment Studies Conference*, Bibliotheca Alexandrina, Alexandria, Egipto.
- Lima, M. L., Marques, S., Batel, S., Carvalho, S., Haldon, J., & Pornin, S. (2006, Setembro). I am safer than the others in my town: Place identity and comparative optimism about urban risks. Comunicação apresentada na *19th International Association for the People-Environment Studies Conference*, Bibliotheca Alexandrina, Alexandria, Egipto.
- Batel, S., & Castro, P. (2006, Junho). Agreeing (is) disagreeing: A dialogical approach of public participation. Comunicação apresentada na *4th International Conference on the Dialogical Self*, Braga, Portugal.
- Batel, S., Oliveira, J., Nogueira, C. & Amâncio, L. (2006, Março). So many and yet so few: A statistical illustration of women career progression in Science in Portugal. Comunicação apresentada no *First International AMONET Meeting on Women in Science*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- André, S., Batel, S., Lisboa, C. & Rosa, C. (2004, Outubro). Lost in (Space and Time) Translation – Signage, Space and History from Science to Academic Applications. Comunicação apresentada na *Cumulus Conference 2004*, Utrecht, Holanda.

Comunicações individuais em encontros nacionais

- Batel, S., & Castro, P. (2010, Fevereiro). Acção colectiva e mudança social: Uma abordagem das representações sociais. Comunicação apresentada no *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Braga, Portugal.
- Batel, S., Oliveira, J., Jerónimo, R., & Santos, M. (2008, Junho). Como se faz uma feminista. Comunicação apresentada na *Conferência Feminista de 2008*, Lisboa, Portugal.

Oliveira, J. & Batel, S. (2005, Novembro). Casamento entre pessoas do mesmo sexo e representações sociais dos direitos LGBT. Comunicação apresentada no *Fórum sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo*, ISCTE, Lisboa.

Posters apresentados em encontros internacionais

Batel, S., Calheiros, M., & Rodrigues, L. (2006, Junho). Development in space: Early development in emergency care physical settings. Poster apresentado na *XVth Biennial International Conference on Infant Studies*, Kyoto, Japão.

Posters apresentados em encontros nacionais

Batel, S., & Castro, P. (2007, Abril). Bairro Alto: o bairro ou os bairros? Análise das diferentes relações com o lugar e das representações sobre o bairro, o património e a participação pública, dos moradores do Bairro Alto. Poster apresentado na *9ª Conferência Nacional do Ambiente*, Aveiro, Portugal.

Batel, S., Côrte-Real, E. & Lima, L. (2004, Outubro). Sintaxe Espacial no Hospital: Análise Interdisciplinar de Sistemas de Sinalização e Orientação em Contexto Hospitalar. Poster apresentado no *III Encontro de Investigação em Psicologia Social e das Organizações*, ISCTE, Lisboa.

Moderação de sessões em congressos

Moderação da sessão “Participação Pública” do *X Congresso em Psicologia Ambiental: Comportamento Humano e Alterações Globais*, Lisboa, Portugal (Janeiro, 2009)

5.2. Participação na organização de encontros científicos

X Congresso em Psicologia Ambiental: Comportamento Humano e Alterações Globais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 28-30 de Janeiro de 2009. Coordenação de Professora Doutora Luísa Lima (ISCTE-IUL) e Professor Doutor José Manuel Palma-Oliveira (FPCE-UL).

IV Encontro de Investigação em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa, ISCTE, 1-2 de Março de 2007. Coordenação de Professor Doutor António Caetano (ISCTE-IUL) e Professora Doutora Margarida Garrido (ISCTE-IUL).

III International Fórum CRITEOS 2006, Lisboa, ISCTE, 23-25 de Novembro de 2006. Coordenação de Professor Doutor José Neves (ISCTE-IUL).

5.3. Afiliação em associações científicas

Associação Portuguesa de Psicologia (APP)

4. EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

2008/2009 - Licenciatura em Psicologia (ISCTE-IUL):

Epistemologia e Fundamentos do Pensamento Crítico (aulas teórico-práticas – 15h;

Temas: Pensamento narrativo e proposicional; Racionalismo e Empirismo;

Positivismo e neo-positivismo; Popper e a questão da demarcação; Kuhn, o ciclo de construção da ciência e a incomensurabilidade paradigmática;

Diversidade e identidade no conhecimento – Identificação dos pressupostos de textos científicos da psicologia).

Percepção, Atenção e Memória (aulas teórico-práticas - 3h; Temas: Psicologia Visual da Arte).

2007/2008

Licenciatura em Psicologia (ISCTE-IUL):

Percepção, Atenção e Memória (aulas teórico-práticas - 3h; Temas: Psicologia Visual da Arte);

Psicologia Social Ambiental (orientação tutorial - 1h30 - e acompanhamento de trabalhos; Temas: Vinculação, identidade de lugar e mudança na comunidade).

Mestrado em Intervenção Comunitária e Proteção de Menores (ISCTE-IUL):

Diversidade dos Conhecimentos e Dinâmicas Identitárias: Relação entre os subsistemas de leigos e técnicos (aula teórica – 3h; Temas: Participação pública, representações, identidades e mudança social);

2006/2007 - Licenciatura em Psicologia (ISCTE-IUL):

Epistemologia e Fundamentos do Pensamento Crítico (aulas teórico-práticas - 15h – e acompanhamento de trabalhos; Temas: Silogismos e Lógica Proposicional;

Racionalismo e Empirismo; Positivismo e neo-positivismo; Popper e a questão da demarcação; Kuhn, o ciclo de construção da ciência e a incomensurabilidade paradigmática);

História da Psicologia (aula teórica - 1h30; Temas: O Funcionalismo e os seus

antecedentes; W. James e o seu legado para a Psicologia);

Metodologias da Investigação Qualitativa (aula teórica - 1h30; Temas: Análise do Discurso e Análise de Conteúdo).

Percepção, Atenção e Memória (aulas teórico-práticas - 3h; Temas: Psicologia Visual da Arte);

2005/2006:

Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações (ISCTE-IUL):

Métodos de Investigação Qualitativos (aula teórica - 1h30; Temas: Análise de Discurso e Análise de Conteúdo);

Psicologia Social Ambiental (aulas teóricas e práticas - 6h; Temas: Comportamentos de Cidadania Ambiental);

Teorias em Psicologia I (aulas teóricas e práticas - 4h30; Temas: Teoria das Representações Sociais).

7. BOLSAS

2005- 2009: Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/20120/2004).

Outubro 2002-Fevereiro 2003: Bolsa Erasmus atribuída no âmbito da licenciatura para programa de estudos na Universidade Paris V Henri Piéron, Paris, França.